



---

**SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA MARÍTIMA DO BRASIL**

*A revista NAVIGATOR é dirigida a professores, pesquisadores e alunos de História e tem como propósito promover e incentivar o debate e a pesquisa sobre temas de História Marítima no meio acadêmico.*

**As opiniões emitidas em matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.**

**COMANDO DA MARINHA**

Almirante de Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira

**SECRETARIA-GERAL DA MARINHA**

Almirante de Esquadra Liseo Zampronio

**DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA**

Vice-Almirante (RM1) José Carlos Mathias

**Departamento de História**

Capitão de Fragata Pierre Paulo da Cunha Castro

**Departamento de Publicações e Divulgação**

Capitão de Corveta (T) Ericson Castro de Santana

REVISTA NAVIGATOR

**[www.revistanavigator.com.br](http://www.revistanavigator.com.br)**

Editora Serviço de Documentação da Marinha

Departamento de Publicações e Divulgação

Ilha das Cobras s/nº – Centro

20091-000 – Rio de Janeiro – RJ

Tels.: (21) 2104-6852 / 2104-5492

Tiragem: 1.500 exemplares

## CONSELHO EDITORIAL

- 1T (T) Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos (DPHDM/UNL)  
CC (T) Prof. Me. Carlos A. Lopes da Silva (DPHDM/IGHMB/LEMP)  
CT (T) Prof. Me. Daniel Martins Gusmão (DPHDM/LAAA-UFS)  
Prof. Dr. José Miguel Arias Neto (UEL)  
CC (IM) Prof. Dr. Marcello José Gomes Loureiro (DPHDM/UFF)  
Prof. Dr. Paulo André Leira Parente (UNIRIO)  
CF Prof. Me. Pierre Paulo da C. Castro (DPHDM/IGHMB/CEMFHIS)  
CC (T) Prof. Me. Ricardo dos Santos Guimarães (DPHDM/SAB)  
1T (T) Prof. Me. Sérgio W. de C. Oliveira Filho (DPHDM/UNICAMP)  
Prof. Me. Wagner Luiz Bueno dos Santos (DPHDM/UNIRIO)

## CONSELHO CONSULTIVO

- VA (RM1) José Carlos Mathias (DPHDM)  
VA (Ref<sup>a</sup>-EN) Armando de Senna Bittencourt (IHGB/IGHMB)  
Prof. Dr. Arno Wehling (IHGB/ABL)  
Prof. Dr. Cláudio de Carvalho Silveira (UERJ)  
CMG (RM1-T) Prof.<sup>a</sup> Me. Edina L. C. Nogueira da Gama (IGHMB)  
Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRRJ/ECEME)  
CMG (RM1) Prof. Dr. Francisco E. A. de Almeida (IGHMB/PPGEM-EGN)  
Prof. Dr. Gilson Rambelli (UFS/SAB)  
Prof. Guilherme de Andrea Frota (IHGB/IGHMB)  
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches (UNIRIO)  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia (USP)  
Cel. (Cav-R) Paulo Dartanham M. de Amorim (IGHMB)  
Dr. Petrónio Raimundo G. Muniz (FUNCEB)  
CA (RM1) Reginaldo Gomes Garcia dos Reis (EGN)

## INDEXADA POR / INDEXED BY

Latindex  
[www.latindex.unam.mx](http://www.latindex.unam.mx)  
REDIB  
[www.redib.org](http://www.redib.org)  
CLASE  
[www.clase.unam.mx](http://www.clase.unam.mx)  
Diadorim  
<http://diadorim.ibict.br>  
Portal de periódicos da Capes  
[www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br)  
ICAP-Pergamum  
[www.pergamum.puc.br/icap](http://www.pergamum.puc.br/icap)  
Sumários de Revistas Brasileiras  
[www.sumarios.org](http://www.sumarios.org)

## EQUIPE EDITORIAL

### Diretor

CMG (Ref<sup>a</sup>) Milton Sergio Silva Corrêa

### Editor

Sergio Willian de Castro Oliveira Filho

### Organização do dossiê

Prof. Dr. André Fertig

### Identidade Visual

Edna Costa

### Editoração Eletrônica

Rebeca Pinheiro Gonçalves Baroni

### Capa

Rebeca Pinheiro Gonçalves Baroni

### Revisão

Kelly Cristiane Ibrahim  
Jacir Roberto Guimarães  
Donato Barbosa do Amaral  
Denise Koracakis

### Web Designer

Célia Gutierrez

Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil.

– n.1 (jun. 1970) – n.20 (jun.1985) – n.26 (dez. 2017)

Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2005 –  
il.; 27cm.

Semestral

ISSN 0100-1248

Reedição do periódico de mesmo nome, editado pelo Serviço de Documentação da  
Marinha em 20 v.

1. Brasil – História Marítima – Periódicos

2. Brasil. Marinha – Periódicos. I. Brasil. Marinha. Diretoria do Patrimônio Histórico e  
Documentação da Marinha

II. Título: Subsídios para a história marítima do Brasil

CDD 359.00981

# Sumário

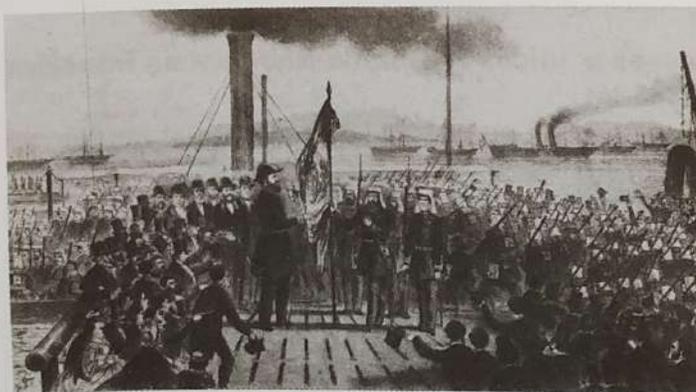
- 5 **APRESENTAÇÃO**
- DOSSIÊ HISTÓRIA MARÍTIMA, NAVAL E MILITAR DO BRASIL NOS OITOCENTOS: POLÍTICA, SOCIEDADE E HISTORIOGRAFIA**
- 9 **Apresentação do Dossiê**  
*André Fertig*
- 11 **Governadores e generais: comunicação, inteligência e defesa no Rio Grande de São Pedro Português**  
Governors and generals: communication, intelligence and defense in Portuguese Rio Grande de São Pedro  
*Adriano Comissoli*  
*Clarissa Prestes Medeiros Vianna*
- 25 **A Estrutura Militar e o Recrutamento em Goiás no Primeiro Reinado**  
The Military Structure and Recruitment in Goiás in the First Kingdom  
*Martha Victor Vieira*
- 38 **Comércio Atlântico de escravos no litoral de Pernambuco entre 1831 e 1855: traficantes, embarcações e portos de desembarque**  
Atlantic slave trade in the Pernambuco coast between 1831 and 1855: slave dealers, vessels and landing harbors  
*Manuel Silvestre da Silva Júnior*
- 48 **Uma elite de oficiais: hierarquias e usos políticos da Guarda Nacional na fronteira meridional do Império (Jaguarão, 1860-1865)**  
An officers' elite: hierarchies and political uses of the Guarda Nacional on the meridional border of the Imperial Brazil (Jaguarão, 1860-1865)  
*Amanda Chiamenti Both*
- 61 **A milícia revisitada: números da Guarda Nacional no Rio Grande do Sul oitocentista**  
The militia revisited: numbers of the National Guard in Rio Grande do Sul nineteenth century  
*Miquéias H. Mugge*
- 74 **A “quase guerra”: mobilização brasileira para atacar o Paraguai em 1857-1858**  
The “almost war”: Brazilian mobilization to attack Paraguay in 1857-1858  
*Adler Homero Fonseca de Castro*
- 89 **Com ideias e armas: o pensamento militar brasileiro após a Guerra do Paraguai**  
With ideas and arms: the Brazilian military thought after the Paraguay War  
*Carlos Roberto Carvalho Daróz*

## ARTIGOS

- 101 **A expansão ultramarina ibérica e sua influência na cartografia do século XVI: os exemplares de Juan de la Cosa (1500) e de Cantino (1502)**  
Iberian overseas expansion and its influence on the cartography of the sixteenth century; the copies of Juan de la Cosa (1500) and Cantino (1502)  
*Lucas Montalvão Rabelo*
- 115 **Modernização profissional no Exército Brasileiro: do alvorecer da Primeira Guerra Mundial à influência doutrinária da Missão Militar Francesa (1906-1930)**  
Professional modernization in the Brazilian Army: from the dawn of the First World War to the doctrinal influence of the French Military Mission  
*Fernando da Silva Rodrigues*  
*Sérgio Ricardo Reis Matos*  
*Julio Cezar Fidalgo Zary*
- 129 **Da Grande Guerra à Ilha Grande: a derradeira tentativa, no pós-guerra, de levar o Novo Arsenal de Marinha para fora da Guanabara**  
From the Great War to the Ilha Grande: the last post-war attempt to take away the new Navy Yard from the Guanabara Bay  
*Fernando Ribas De Martini*
- 143 **Culturas náuticas e ciências sociais no Brasil: um balanço da produção antropológica, histórica e arqueológica (Parte 2)**  
Nautical cultures and social sciences in Brazil: a balance of anthropological, historical and archaeological production (Part 2)  
*Leandro Domingues Duran*

## RESENHA

- 158 **A Marinha brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910: tecnologia, Forças Armadas e política**  
*Thaís Jesinski Batista*  
**Resenha de: João Roberto Martins Filho (Rio de Janeiro: FGV, 2010, 224 p.)**

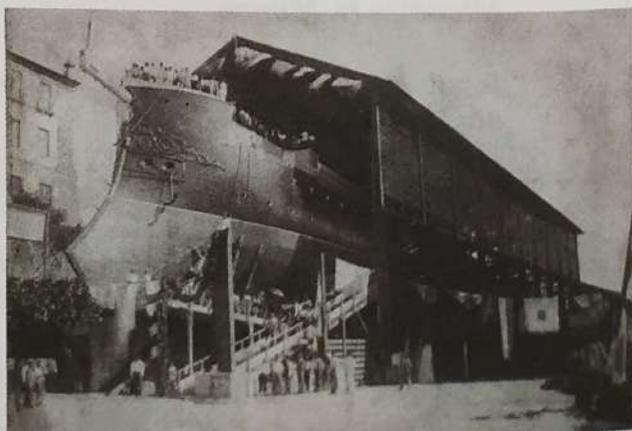


### Capa

Embarque do contingente da Guarda Nacional da Corte sob o comando do Tenente-Coronel Francisco Leão Cohn no dia 06 de fevereiro de 1865. Na litografia, publicada no Suplemento da Semana Illustrada, vê-se representado o Imperador D. Pedro II entregando a bandeira imperial ao comandante da tropa. Acervo: Biblioteca Nacional.

### 4ª Capa

Lançamento ao mar do Cruzador *Almirante Tamandaré* ocorrido em 20 de março de 1890 no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Fotografia pertencente ao acervo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha que está inserida no projeto Brasileira Fotográfica da Biblioteca Nacional.



# Apresentação

O século XIX é um período de grandiosa relevância para a história do Brasil, pois é nesse momento que foram moldados numerosos aspectos que forjaram o País. Tal importância pode ser constatada quando levamos em conta as numerosas pesquisas historiográficas que têm por recorte os Oitocentos. Mas não apenas historiadores valorizam o estudo desse século, havendo acerca de tal período um intenso interesse por parte dos entusiastas pelo estudo da história do Brasil. Nesse sentido, a Revista *Navigator* traz em seu vigésimo sexto número o dossiê temático "História marítima, naval e militar do Brasil nos Oitocentos: política, sociedade e historiografia", organizado pelo Prof. Dr. André Fertig (UFSM).

A construção do Estado nacional brasileiro é um processo fundamental para compreendermos a história do Brasil nos Oitocentos. Partindo deste pressuposto, tal dossiê, constituído por sete artigos, aborda fenômenos históricos importantes desse processo, tais como: a organização militar no princípio do século XIX, a manutenção da escravidão e outras heranças coloniais, o processo de construção do Estado e da Nação, as instituições militares, a Guarda Nacional, e a participação militar na política externa em eventos bélicos.

Segue-se à Seção Dossiê, o espaço destinado a artigos de fluxo contínuo, que é aberto pelo trabalho de autoria do Prof. Dtrndo. Lucas Montalvão Rabelo intitulado "A Expansão Ultramarina Ibérica e sua Influência na Cartografia do Século XVI: os exemplares de Juan de La Cosa (1500) e de Cantino (1502)", onde o autor realiza uma análise imagética comparativa de dois dos principais *mapas-múndi* do período das grandes navegações, relacionando a fabricação dos mesmos com o contexto sociopolítico do período. Em seguida, trazemos o texto "Modernização Profissional no Exército Brasileiro: do alvorecer da Primeira Guerra Mundial à influência doutrinária da Missão Militar Francesa (1906-1930)", assinado pelos Professores Dr. Fernando da Silva Rodrigues, Me. Sérgio Ricardo Reis Matos e Me. Júlio Cesar Fidalgo Zary, no qual se discute o processo de grande transformação pelo que passou o Exército Brasileiro nas primeiras décadas do século XX, quando houve grande influência da Missão Militar Francesa. Trabalhando com um recorte cronológico próximo temos o artigo do Prof. Dtrndo. Fernando Ribas De Martini – "Da Grande Guerra à Ilha Grande: a derradeira tentativa, no pós-guerra, de levar o novo Arsenal de Marinha para fora da Guanabara" –,

nele, De Martini analisa as discussões ocorridas no princípio do século XX a respeito da construção de um novo arsenal para a Marinha do Brasil que se dividiram, à época, entre a construção de novas instalações na Ilha das Cobras e a implantação de um arsenal na Baía da Ilha Grande. Por fim, a Seção "Artigos" é fechada com a segunda parte do artigo "Culturas Náuticas e Ciências Sociais no Brasil: um balanço da produção antropológica, histórica e arqueológica", onde o Prof. Dr. Leandro Domingues Durán conclui o balanço bibliográfico da produção acadêmica desenvolvida no âmbito da Antropologia, da História e da Arqueologia, a respeito das tradições culturais náuticas no Brasil, iniciado em nosso número anterior.

Finalmente, nosso volume 13 é encerrado pela resenha da obra "A Marinha brasileira na Era dos Encouraçados, 1895-1910: Tecnologia, Forças Armadas e Política", do Historiador João Roberto Martins Filho, redigida por Thaís Jesinski Batista.

Ensejamos que as relevantes discussões e análises desenvolvidas no presente número da *Navigator* proporcionem aos leitores uma excelente leitura.

**CONSELHO EDITORIAL**

# Dossiê História Marítima, Naval e Militar do Brasil nos Oitocentos: Política, Sociedade e Historiografia

---

*Adriano Comissoli*

*Clarissa Prestes Medeiros Vianna*

---

*Martha Victor Vieira*

---

*Manuel Silvestre da Silva Júnior*

---

*Amanda Chiamenti Both*

---

*Miquéias H. Mugge*

---

*Adler Homero Fonseca de Castro*

---

*Carlos Roberto Carvalho Daróz*

Donnell Technology Naval & Marine  
Technical Services

# Apresentação do Dossiê

## **André Fertig**

*Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).*

Compreender a história do Brasil nos Oitocentos tendo como pano de fundo o processo de construção do Estado nacional brasileiro é de fundamental importância para refletirmos sobre as raízes históricas de algumas características do Estado brasileiro até hoje. Partindo deste pressuposto, e na perspectiva de refletir sobre esta construção sob o olhar da história política e militar, a *Revista Navigator* apresenta ao público, em seu vigésimo sexto número, o dossiê “História marítima, naval e militar do Brasil nos Oitocentos: política, sociedade e historiografia”. Com tal objetivo, os sete artigos que compõem este dossiê contemplam temas e questões capitais acerca do papel das instituições militares no processo de construção do Estado e da Nação no Brasil do século XIX, tais como, as Forças Militares nas margens fronteiriças entre os Impérios português e espanhol, as instituições militares no contexto da Independência em Goiás, a Guarda Nacional em espaços fronteiriços como o Rio Grande do Sul, a preparação do Brasil para a Guerra do Paraguai e as transformações do pensamento militar pós-Guerra do Paraguai.

Em “Governadores e generais: comunicação, inteligência e defesa no Rio Grande de São Pedro português”, Adriano Comissoli e Clarissa Prestes Medeiros Vianna abordam os oficiais militares no serviço de informações em uma capitania fronteiriça do Rio Grande do Sul no início do século XIX. Por meio da análise da correspondência do Governador e Capitão-General Marquês de Alegrete (1814-1818), tematizam a comunicação entre os poderes locais e o poder central do Império português, identificando o caráter militar da administração, o círculo restrito de interlocutores, as missões de diplomacia informal, bem como a importância dos comandantes de fronteira nos assuntos bélicos em um território disputado entre os Impérios português e espanhol.

No artigo “A estrutura militar e o recrutamento na Província de Goiás no Primeiro Reinado”, Martha Victor Vieira avalia a atuação do Comandante de Armas de Goiás, Raimundo José da Cunha Mattos, entre os anos 1823 e 1825, observando a desorganização das tropas,

a resistência dos soldados em comparecer às revistas e às tarefas da corporação. A difícil estruturação administrativa da Força Militar no contexto pós-Independência, marcada por interesses pessoais e uso político de seus cargos, desafiava sua atuação a serviço de um Estado em construção, ainda mais num espaço fronteiriço em que era necessário subjugar indígenas e utilizar o Exército como instrumento de controle social ao recrutar, por exemplo, não brancos (negros, pardos e mestiços).

Manuel Silvestre da Silva Júnior, em “Comércio atlântico de escravos no litoral de Pernambuco entre 1831 e 1855: traficantes, embarcações e portos de desembarque” mostra como o Estado imperial brasileiro, na primeira metade do século XIX, fundamentou-se na intensificação do tráfico externo de escravos, apesar da lei de 1831 proibir tal comércio. Tendo como estudo de caso o Porto de Recife, o artigo identifica os protagonistas do tráfico (capitães, traficantes e negociantes), os locais de partida, na África, das embarcações, apresentando também os tipos de embarcações e a quantidade de escravos embarcados.

Em “Uma elite de oficiais: hierarquias e usos políticos da Guarda Nacional na fronteira meridional do Império (Jaguarão, 1860-1889)”, Amanda Chiamenti Both demonstra o caráter militar e político da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul. Tendo como laboratório de análise a cidade de Jaguarão entre os anos 1860 e 1889, Both traça o perfil social do oficialato, identificando a força da presença de militares e o caráter militar da “milícia cidadã” no Rio Grande do Sul e, a semelhança de outras pesquisas, acerca da milícia, salienta a instrumentalização política que a Guarda Nacional possibilitava, ao criar e definir hierarquias sociais e canalizar práticas clientelísticas, por exemplo, nas eleições. Na perspectiva de pensar a construção do Estado imperial nos Oitocentos, o artigo destaca as práticas personalistas das elites locais que fizeram parte dessa construção.

Miquéias H. Mugge no artigo “A milícia revisitada: números da Guarda Nacional no Rio Grande do Sul oitocentista”, ao avaliar os mapas de força produzidos pelos comandantes superiores da Guarda Nacional no Rio Grande do Sul, dimensiona o contingente de soldados-cidadãos destacados na milícia durante o período de 1850 a 1866. Mesmo apresentando as dificuldades de organização da milícia em tempo de política centralizadora pós-1850, Mugge observa um salto no número de guardas qualificados que, para o ano de 1866, chega a aproximadamente 43 mil homens. Portanto, suas conclusões remetem para uma população cujo cotidiano foi a guerra em um período caracterizado pelo historiador de “endemia bélica” para a Província do Rio Grande do Sul.

O texto “A ‘quase guerra’: mobilização brasileira para atacar o Paraguai em 1857-1858”, de Adler Homero Fonseca de Castro, possui como ponto de partida a política externa do Império do Brasil na região do Prata, mais especificamente, as relações diplomáticas entre Brasil e Paraguai ao longo dos anos 1850 e início da década de 1860. Ao abordar a questão da navegação do Rio Paraná e as disputas de limites territoriais, Castro enfoca o acirramento das tensões entre os dois países e enfatiza a preparação militar brasileira com armamentos e a criação de uma infraestrutura logística para uma possível guerra.

Finalizando o dossiê, Carlos Roberto Carvalho Daróz, no artigo “Com ideias e armas: o pensamento militar brasileiro após a Guerra do Paraguai” discute as transformações no pensamento no interior do Exército provocadas pela Guerra do Paraguai. Ao analisar a *Revista do Exército Brasileiro*, criada em 1882, Daróz aponta as preocupações dos oficiais, imbuídos em defender um novo papel social e político para os militares, com a modernização e profissionalização da instituição.

# Governadores e generais: comunicação, inteligência e defesa no Rio Grande de São Pedro Português\*

## Governors and generals: communication, intelligence and defense in Portuguese Rio Grande de São Pedro

**Adriano Comissoli**

*Doutor em História, professor do Departamento e Programa de Pós-Graduação em História UFSM.*

**Clarissa Prestes Medeiros Vianna**

*Doutoranda PIUDHIST, ICS, Universidade de Lisboa.*

### RESUMO

O artigo analisa a correspondência expedida pelo Governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro, Marquês de Alegrete, destacando a importância dos oficiais militares como agentes da comunicação política imperial portuguesa.

**PALAVRAS-CHAVE:** comunicação, governador, militares

### ABSTRACT

This article analyses the correspondence dispatched by the governor from Rio Grande de São Pedro, Marquis of Alegrete, highlighting the importance of military officers as Portuguese imperial communication agents.

**KEYWORDS:** communication, governors, military men

Desejamos expor neste desenvolvimento algumas ideias concernentes à atuação militar sobre a sociedade da capitania portuguesa do Rio Grande de São Pedro, destacando a relevância desse tipo de assunto na atuação do governo. Quando nós escrevemos Rio Grande de São Pedro, remetemos a uma temporalidade específica que, iniciando-se no século XVIII, estende-se até metade do XIX. Neste artigo, daremos destaque à conjuntura de início do Oitocentos, envolvendo a crise dos impérios ibéricos que provocou uma forte agitação política e uma reelaboração do vocabulário político das entidades políticas americanas, as quais ao final do processo se tornaram autônomas frente aos impérios ultramarinos do qual faziam parte. Para tanto, examinaremos com mais atenção a correspondência do Governador Marquês de Alegrete (1814-1818), procurando estabelecer mecanismos de comunica-

---

\* Artigo recebido em 15 de outubro de 2017 e aprovado para publicação em 26 de outubro de 2017. Esta pesquisa recebeu apoio do CNPQ.

ção já desenvolvidos em governos anteriores. Nosso propósito é examinar o papel da comunicação política na administração de região de fronteira imperial portuguesa e espanhola ao focar a correspondência entre o Governador Marquês de Alegrete e oficiais militares, bem como destes com informantes. Dessa forma, será possível demonstrar a relevância dos assuntos militares dentro da administração portuguesa oitocentista.

De que tratamos quando falamos em fronteiras de impérios no extremo Sul da América? Primeiramente, nos referimos às disputas entre as Casas dos Bourbon e dos Bragança em torno do estabelecimento de soberanias na mencionada região e, por soberania, nos referimos à reivindicação de controle de pessoas e de territórios. Embora pareça bastante óbvio, é necessário desnaturalizar a ideia de que o controle de pessoas e de territórios apresente uma ligação intrínseca.<sup>1</sup> No período moderno – entre o século XV e o primeiro terço do XIX –, o exercício de dominação sobre povos podia muito bem dispensar a prerrogativa sobre o território no qual vivia esta população. O Império ultramarino português foi pródigo em exemplos, em especial no que se refere à sua atuação no subcontinente indiano e no Sudeste asiático, regiões nas quais jamais controlou grandes porções de terra, mas em que exerceu ou dividiu o exercício de domínio sobre as populações.<sup>2</sup> Essa experiência de soberania compartilhada ou parcial, longe de ser a exceção, parece ter sido a recorrência e uma etapa no caminho pelo qual a construção de Estados centralizados e soberanias oficiais são visualizáveis.

Não se mostra incomum a reivindicação meramente nominal de domínios, que deve ser entendida como projeções e ambições. Devemos ter o cuidado de considerar que tratados diplomáticos e mapas são apenas parte do processo de definição de áreas de controle e até mesmo armas a serem utilizadas num panorama de concorrência.<sup>3</sup> A disputa entre diferentes impérios deve ser compreendida enquanto um elemento responsável por moldar e definir as características das soberanias imperiais, notadamente na América. Certamente, havia zonas clara-

mente controladas por um mesmo império e que reconheciam a autoridade última de uma dinastia monárquica, mas da mesma forma podemos afirmar que a soberania frente a um império rival se afirmava mediante a disputa e a reivindicação legal de terrenos e de pessoas.<sup>4</sup>

Podemos notar que as pretensões expressas pela Coroa portuguesa sobre a América não encontravam necessariamente respaldo na administração cotidiana da mesma. No século XVIII, mesmo após a aceleração da migração europeia e africana e da multiplicação de centros urbanos, restavam inúmeras fronteiras a serem vencidas, especialmente no que concerne à subjugação de povos indígenas.<sup>5</sup> Populações que não reconheciam a legitimidade dos portugueses havia na Amazônia, nas Capitânicas de Paraíba, Mato Grosso e Rio Grande de São Pedro. Essas populações indômitas ou semiautônomas colocam em perspectiva a validade do termo América portuguesa, já que acenam para inúmeras outras Américas que eram Charrua, Minuano, Guarani, Panati. Algumas destas nações, como os Charrua no Extremo Sul, estabeleceram pactos de aliança, amizade ou juraram obediência ao rei de Portugal em dado momento, o que não impediu oscilações no alinhamento de tais grupos, que interpretaram as conjunturas segundo seus próprios códigos e interesses.<sup>6</sup>

Diante dos inúmeros desafios, quais alternativas estavam disponíveis aos agentes do Império português para a construção da soberania do mesmo, considerando a atuação em nível cotidiano? Uma das respostas passa pela enorme quantidade de papel manuscrito e assinado por diferentes autores. Esta massa documental refere-se às cartas, ofícios e bilhetes remetidos entre diversos indivíduos no intuito de informar às autoridades militares e administrativas sobre os acontecimentos em diferentes partes da capitania e não raro de além dela.

### **COMUNICAÇÃO E GOVERNO: A DISTRIBUIÇÃO DA PAUTA DO MARQUÊS DE ALEGRETE**

A correspondência era a principal via de comunicação entre as diferentes partes do

Império português, era a partir dela, da sua comunicação política, e de seus representantes administrativos que o centro político se fazia presente e mantinha a soberania de seus territórios.<sup>7</sup> Desse modo, a análise da correspondência dos governadores de capitanias permite perceber a interação entre as diferentes esferas de poder e os modos de governar nos espaços imperiais lusitanos. Tal é possível devido ao papel dos governadores dentro do aparato administrativo, “intermediando o relacionamento do centro político da monarquia pluricontinental com os diversos órgãos, ofícios e poderes existentes nas conquistas, conforme as suas especificidades regionais, políticas, econômicas, religiosas e sociais”.<sup>8</sup> As pautas abordadas nas diversas cartas nos permite acompanhar a relação entre os poderes locais e o centro da monarquia, o qual expressava-se por meio dos governadores, os quais “participavam ativamente da governação, exercendo a gestão de suas áreas de governo, nos seus diversos aspectos, como os representantes régios.”<sup>9</sup>

A partir da correspondência oficial expedida pelo Marquês de Alegrete às autoridades da Capitania de São Pedro do Rio

Grande do Sul durante o período de sua administração como governador e capitão-general, de 1814 a 1818, podemos notar a relevância dos assuntos militares em relação aos demais, apresentada no Gráfico 1.

Nota-se a proeminência dos assuntos militares frente aos de cunho administrativo e jurídico. Eles contam sempre mais de um terço do total para cada ano de governo e chegam a superar os 50% em 1814 e 1816. É interessante comentarmos sobre as flutuações de cada ano e frisar os números absolutos. O Marquês chegou à Capitania de São Pedro ao final de 1814, mais precisamente em novembro, quando tomou posse de seu cargo e atribuições. Percebe-se que o nobre logo tratou de colocar-se a par do que corria na região, expedindo 51 missivas oficiais em apenas dois meses. No ano seguinte, o número total obviamente cresceu, pois abarcou todos os 12 meses, chegando a 301 cartas. Em 1816, foram expedidas 276 e, em 1817, 197 cartas oficiais, isto é, endereçadas às diversas autoridades da capitania. Já em 1818, no período de janeiro a setembro, foram expedidas 96 correspondências oficiais.<sup>10</sup> Contudo, para que a flutuação anual não guie falsas con-

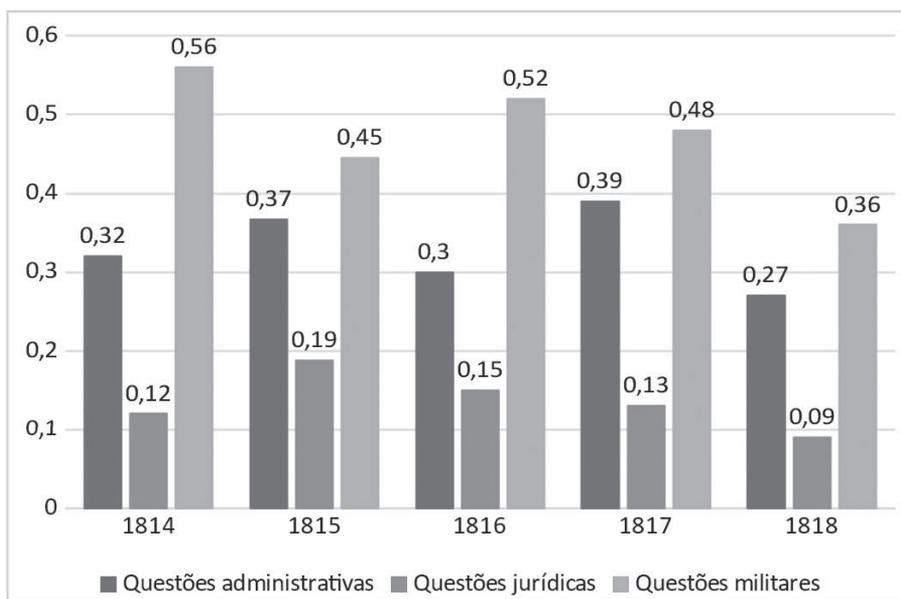


Gráfico 1 – Distribuição dos assuntos na correspondência expedida pelo Marquês de Alegrete às autoridades da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1814-1818)

clusões, elaboramos a Tabela 1, que aponta para os números absolutos de cada ano e para a média mensal de cartas expedidas.

Ano	Total de cartas expedidas	Média mensal de cartas expedidas
1814	51	25,5
1815	301	25,1
1816	276	23
1817	197	16,4
1818	96	10,7
Total	921	19,6

Tabela 1 – Total de cartas expedidas por ano e média mensal (1814-1818)

Se no Gráfico 1 fica clara a predominância dos assuntos militares, na Tabela 1 podemos perceber um curioso fenômeno. A cada ano de seu governo, o Marquês escrevia um pouco menos para outros órgãos e para seus subordinados. A diferença acentua-se ao final de 1816, ano no qual os portugueses efetuaram uma invasão em larga escala à Banda Oriental, território então convulsionado pelo processo emancipatório iniciado em Buenos Aires em 1810.<sup>11</sup> Não obstante a diminuição do número absoluto de cartas, elas seguem tratando em sua maioria de temas militares, com exceção do ano de 1818. Se o encolhimento de missivas expedidas mensalmente significa uma diminuição da atividade do Marquês, então podemos concluir que em seu último ano ele demonstrou pouca preocupação com o andamento da capitania. Sendo um nobre que acompanhara Dom João na transferência da Corte em 1808, é possível que visse no posto no Extremo Sul uma espécie de exílio duplo e ansiasse, após quase quatro anos, retornar ao menos para o Rio de Janeiro.

Voltando à análise de sua correspondência, podemos notar que, nos anos de 1814 e 1816, o Marquês tratou mais vezes de assuntos militares do que nos demais, o que, induzimos, estão relacionados aos conflitos na fronteira com as colônias hispânicas em processo de independência. Em 1814, o novo governador teve de colocar-se a par das condições bélicas das tropas atuantes

na capitania, as quais apenas dois anos antes haviam participado de uma intervenção sobre a Banda Oriental, atendendo solicitação do Vice-Rei espanhol Francisco Xavier Elío para neutralizar as forças de Buenos Aires que, uma vez rompidas com a Espanha, procuravam criar uma nova entidade política tendo por base a territorialidade do Vice-Reino do Rio da Prata.

O ano de 1816, por sua vez, assistiu a preparação e avanço das forças portuguesas sobre a porção do território platino que ainda respondia à Coroa espanhola. O Vice-Rei Elío, a partir de Montevideu, esboçava resistência frente aos “patriotas de Buenos Aires” e, contando com poucos soldados, requisitou ajuda a Dom João de Bragança. Nesse sentido, o dever do Governador e Capitão-General de Capitania, o Marquês de Alegrete levou-o a acompanhar os combates e manter-se informado dos avanços das forças lusas por meio da correspondência constante com os mais graduados oficiais militares.

Tal sistema permitia ao governador tomar as medidas necessárias para a condução das táticas bélicas na fronteira, pavimentando o que veio a se tornar uma ocupação efetiva da Banda Oriental, pontuada pelo confronto com as forças do líder revolucionário José Gervásio Artigas, portador de um projeto político de autonomia frente à Buenos Aires, à Espanha e ao Império português. Neste contexto é que os principais destinatários acionados por Alegrete foram lideranças militares da capitania, diretamente ligadas à defesa da fronteira, como os comandantes da fronteira de Rio Pardo, de Rio Grande e mais oito autoridades militares.

Além da correspondência contínua com líderes militares já estabelecidas na região, em 1816 chegara à capitania o General Carlos Frederico Lecór, vindo de Portugal, da guerra contra as tropas napoleônicas. Lecór chegou para reforçar os Exércitos e agregar experiência de combate às forças envolvidas com o conflito na fronteira, comandando, assim, a Divisão dos Voluntários Reais. Assim, inobstante considerar os líderes militares já presentes na capitania, a Corte portuguesa fez questão de juntar ao Marquês uma autoridade militar lusitana.

Dessa forma, tinha-se que o poder na capitania era centralizado na pessoa do Marquês, a quem cabia não só a manutenção da máquina administrativa e o encaminhamento dos projetos administrativos futuros, como a organização, a preparação e a liderança militar no território e, ainda, o julgamento e a procura de soluções de questões cotidianas envolvendo os cidadãos da capitania que eram levadas a seu conhecimento para julgamento. Um poder centralizado e com várias incumbências, daí a diversidade de pessoas objeto das cartas expedidas pelo Marquês, bem como dos temas das suas correspondências.

Com os dados do Gráfico 1, podemos perceber que, em sua chegada à capitania, o Marquês de Alegrete colocava em prática o objetivo de organizar o território militarmente, com a finalidade precípua de resguardar a fronteira, uma atividade que, como veremos adiante, já se praticava em governos anteriores. Também devemos destacar o número elevado de questões administrativas tratadas na correspondência, ainda que as questões militares prevaleçam. Essas questões demonstram o interesse da coroa nesta capitania, posto que a vinda do Marquês possui o intuito, não só de defender militarmente a fronteira, mas também de organizar e melhorar a administração da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, um processo que igualmente já se iniciara. A título de exemplo, podemos

mencionar que no ano de 1812 a sede da Ouvidoria, outrora na Ilha de Santa Catarina, deslocara-se para Porto Alegre, capital do Rio Grande de São Pedro, melhorando o atendimento da Justiça à população. Entretanto, dada a turbulência originária dos vizinhos platinos, a estabilidade do assentamento luso na região dependia de uma política eficiente relacionada à fronteira.

Assim, a administração portuguesa no período da administração do Marquês na capitania voltou sua atenção para a fronteira meridional, objetivando mantê-la resguardada das ameaças vizinhas, mas igualmente atenta às oportunidades de alargar o território. Foi no período entre 1812 e 1816 que a presença de portugueses no Distrito de Entre Rios solidificou-se, garantindo terras a serem distribuídas aos súditos e a ampliação da soberania da coroa. Atividades como estas explicam a expressiva quantidade de correspondências expedidas de caráter militar, já que áreas como a de Entre Rios eram localmente organizadas por comandantes de tropas diretamente subordinados ao governador. A manutenção de canais de comunicação sólidos e ágeis refletia na melhor organização do território e das pessoas, meta urgente diante dos iminentes ataques das tropas de Artigas. Paralelamente, estendiam-se os domínios bragantinos às expensas das áreas anteriormente reivindicadas pelos espanhóis, transformando o risco e a adversidade em conquistas.

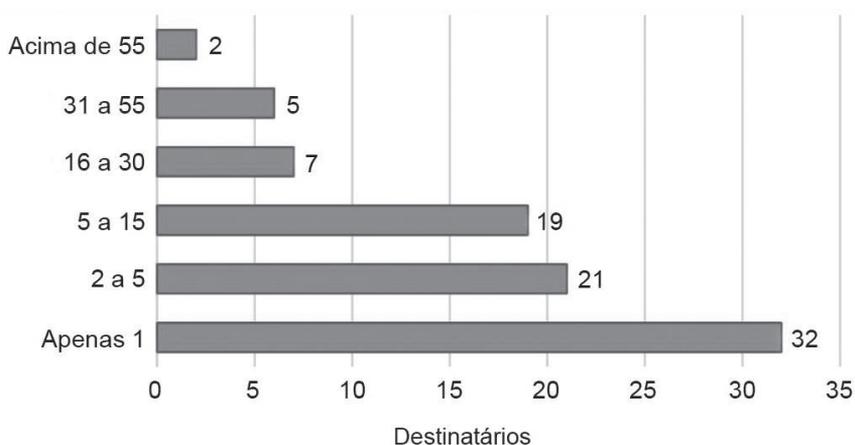


Gráfico 2 – Correspondências expedidas às autoridades da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1814-1818)

Em meio a tantos percalços e desafios, é possível percebermos que a administração da capitania e da fronteira obedecia a uma racionalidade. O governador mantinha o número de interlocutores diretos reduzido, enquanto estes intermediavam a comunicação e a própria administração com inúmeras outras pessoas. O Gráfico 2 demonstra que, quanto maior o número de missivas expedidas pelo Marquês de Alegrete, menor é o número de destinatários que as receberam. Dessa forma, há uma larga base formada por pessoas que receberam entre uma e 15 cartas, compondo os três extratos inferiores do Gráfico 2, totalizando 72 dos 87 ou 82,75% dos destinatários do Marquês de Alegrete.

Dito isso, ao observar a parte superior do gráfico, percebe-se a existência de um pequeno grupo de destinatários (15 indivíduos) com quem o governador manteve muito contato. Pode-se notar que entre os principais destinatários do Marquês de Alegrete estão indivíduos dos principais postos militares da capitania. Ainda, dentre os maiores destinatários do Marquês de Alegrete, estão indivíduos que fazem parte do aparato administrativo e judiciário da Capitania: a Câmara de Porto Alegre; governador de Santa Catarina; José Feliciano, Juiz da Alfândega; o ouvidor e o juiz de fora. Não causará espanto que as cartas destinadas ao governador de Santa Catarina, ao ouvidor e ao juiz de fora escapem à regra e nelas predominem temas administrativos e jurídicos.<sup>12</sup> De fato, dentre os interlocutores mais acionados pelo governador, o juiz de fora foi aquele com o qual menos tratou de temas de assuntos das tropas, ainda que o tenha feito algumas vezes.

Em relação à correspondência com as autoridades militares da Capitania, nota-se que o Marquês de Alegrete buscou resolver questões urgentes, reiteradas e importantes com os homens de grande importância militar para a Capitania, posto que esses seriam peças-chave na trajetória administrativa do Marquês para o desenvolvimento das estratégias da administração portuguesa nesta região. Há que se considerar também os indivíduos que ocupavam cargos administrativos, como ouvidores, juizes e comandantes de fronteira, as comunicações eram uma

decorrência proveniente do ofício de governador da Capitania, posto que se tratava da prática do exercício administrativo.

As correspondências analisadas, por seu caráter oficial, tornam difícil afirmar categoricamente que o Marquês de Alegrete manteve ou fez parte de uma rede de relações personalistas com seus destinatários. Não obstante, a concentração dos diálogos epistolares em poucos interlocutores como decorrência da posição de governador nos conduzem a perceber um expediente utilizado pelo Império português, qual seja, a interconexão entre autoridades de diferentes legitimidades e funções, que mediam a ação da Coroa portuguesa com a população. A preferência, se é que podemos chamar isto assim, do Marquês de Alegrete por certos indivíduos não diz respeito, necessariamente, a um relacionamento pessoal, antes sim evidencia um modo de governar mais abrangente do que o do caso em estudo.

Os homens que receberam mais vezes as cartas do governador o fizeram em razão de sua posição sociopolítica e importância para as questões militares, mormente, administrativas e jurídicas da capitania. Em suma, tratavam-se de líderes locais ou de agentes da coroa, pessoas de influência ou de autoridade, os quais o Marquês precisava lançar mão para atingir os objetivos que haviam sido traçados para o seu governo, dados que apontam para a forte complementariedade entre agentes centrais e locais na condução do império.

O primeiro elemento a se destacar diz novamente respeito à relevância dos assuntos militares frente aos demais, expressa agora pelo número de correspondentes. Dentre os 15 destinatários para os quais mais vezes escreveu, dez ostentavam patentes militares e ocupavam altos postos na organização da capitania. Portanto, a rede de comunicação do Marquês, enquanto governador do Rio Grande, era predominantemente formada por comandantes militares de alta patente, aos quais enviava instruções ou requisitava informações relativas ao ofício das armas. Há que se notar que muitos deles já ocupavam tais postos há vários anos, de maneira a formar a memória administrativa da capitania.

É exemplar, neste sentido, a proeminência dos Comandantes de Fronteira Patrício José Corrêa da Câmara e de Manuel Marques de Souza. Ambos ostentavam as patentes de tenente-general ao longo do governo do Marquês, estando no topo da hierarquia das tropas regulares. Mais importante é que comandavam as circunscrições militares das fronteiras de Rio Pardo e de Rio Grande desde 1777, isto é, enquanto o governador contava apenas seis anos de presença na América quando foi nomeado para a Capitania de São Pedro, os dois militares computavam 37 anos de serviço nos mesmos comandos. Marques de Souza, em particular, era natural da região e chegara a dispensar seu realocamento para a Capitania do Rio Negro em 1801, afirmando que somente onde conhecesse os homens de forma particular estaria apto a comandar com eficiência.<sup>13</sup> Essa afirmação refletia tanto a proeminência de Souza sobre seus comandados quanto ao fato de contar com parentes de diferentes graus dentre os oficiais das tropas. Ou seja, enquanto o governador ficava apenas alguns anos na capitania, os comandantes militares permaneciam por décadas, articulando-se com o oficialato e com a soldadesca. Parece sensato considerarmos que ao tomar posse do governo o Marquês de Alegrete tenha recorrido ao conhecimento acumulado pelos comandantes, o que explica a alta média mensal de cartas expedidas em 1814.

Ocorre que a Capitania do Rio Grande de São Pedro mostrava-se altamente militarizada devido às disputas territoriais com os espanhóis, as quais geraram um longo ciclo de confrontos. As refregas alternavam-se entre ações de guerra declarada e escaramuças entre patrulhas em tempos oficialmente de paz, mantendo a vigilância sobre a fronteira uma atividade de destaque e o ambiente bastante tenso. A situação se agravava no início do século XIX, primeiro pela manifestação da rivalidade imperial na região, expressa na guerra de 1801, mas igualmente na investida inglesa de 1806 e 1807 sobre Buenos Aires e Montevidéu. Posteriormente, a luta por território mesclou-se à contestação emancipatória portenha, de modo que o conhecimento previamente adquirido pelos comandantes tornava-se indispensável.

A importância dos comandantes de fronteira se evidencia na quantidade de cartas que lhes destinou o governador. Patrício José Correia da Câmara recebeu um total de 52 cartas do Marquês, enquanto Manuel Marques de Souza foi destinatário de 155 missivas, sendo o interlocutor mais vezes acionado. Esses números representam respectivamente 5,6% e 16,8% do total de cartas emitidas e somam 22,4%, ou seja, de cada cinco cartas enviadas pelo Marquês, ao menos uma destinava-se a um dos dois comandantes de fronteira. O montante, de fato, poderia ser ainda maior, pois em 1815 o comando da fronteira de Rio Grande foi ocupado interinamente pelo Brigadeiro Feliz José de Matos, ajudante de ordens de Marques de Souza. Matos totalizou o recebimento de 69 cartas do governador, mas 47 delas foram-lhe enviadas na condição de comandante interino, o que equivale a dizer que teriam sido normalmente endereçadas a Marques de Souza, titular do posto.

Caso somemos as cartas endereçadas aos comandantes titular e interino da fronteira de Rio Grande, alcançaremos a cifra de 202 ou 21,9% do que o Marquês de Alegrete escreveu no período para as autoridades da capitania. Mostra-se a relevância da comunicação entre o governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro com os comandantes das fronteiras de Rio Pardo e de Rio Grande, com destaque para este último.

Manuel Marques de Souza e o Feliz José de Matos foram respectivamente o primeiro e segundo destinatários mais acionados pelo Marquês de Alegrete ao longo de seu governo. Nos anos de 1816 e 1817, Marques de Souza recebeu respectivamente 53 e 54 cartas, muitas delas referentes à ofensiva à Banda Oriental. Os números correspondem a 69% da correspondência ativa do governador ao comandante, o que sugere uma altíssima presença da defesa da fronteira, bem como das operações de guerra. De um lado, esta ação bélica responde aos interesses da coroa e dos potentados locais em ampliar seus territórios e as fazendas de criação de gado. De outro, entretanto, apontam para o grau de interferência do Império lusitano no processo emancipatório do Vice-Reino espanhol do Rio da Prata.

Dito de outra forma, podemos afirmar que a fronteira de Rio Grande e o próprio Manuel Marques de Souza são peças-chave dentro da administração do Marquês de Alegrete e também nas estratégias administrativas, políticas e militares da Coroa portuguesa para sua capitania mais meridional. O volume de correspondências enviadas a esse único destinatário transmite a ideia de que o referido líder militar tinha vital importância para as instruções do governador em relação às questões militares da capitania, tanto em relação à defesa da fronteira quanto ao projeto de expansão desse marco territorial em direção ao Rio da Prata, aproveitando-se da luta entre Buenos Aires e Montevideú. Percebe-se que, na administração do Marquês de Alegrete, a manutenção da fronteira, calcada no binômio defesa-expansão, a importância da capitania dentro do Império português adquiriu relevância. Além disso, é possível observar como a Coroa portuguesa se estendia a partir de seus representantes até às mais diferentes localidades.

Diante disso, vê-se que as cartas desse período reforçam a ideia de que o Marquês possuía um duplo intuito na administração militar da capitania. Defender o território já estabelecido era importante por certo e, para tanto, era de grande importância que as suas tropas estivessem preparadas para os conflitos na fronteira. Conjuntamente, as pretensões da Coroa, postas em prática pelo Marquês, não paravam por aí, muito pelo contrário, alimentavam pretensões expansionistas. Dessa forma, o Marquês visava não apenas manter o território da Capitania que encontrou na sua chegada, mas, especialmente, expandi-lo, algo que já vinha em curso e que se mostrava possível, dentre outros fatores, pela grossa correspondência com Marques de Souza. O motivo da predileção por este oficial é o que explicaremos abaixo.

#### **“DE QUEM ME VALI PARA ME DAR ALGUMAS NOTÍCIAS DOS NOSSOS VIZINHOS”: O SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA PORTUGUÊS NA FRONTEIRA PLATINA**

Mencionamos acima que o Brigadeiro Feliz José de Matos ocupou interinamen-

te o comando da fronteira de Rio Grande. Como ajudante de ordens de Manuel Marques de Souza, a substituição faz bastante sentido, já que se tratava de deixar o segundo em comando à frente da administração daquela porção da fronteira com os espanhóis. A questão é que Marques de Souza ausentou-se do comando por ordem direta do Marquês de Alegrete, que demandou ao velho militar comparecer pessoalmente ao palácio do governador. A carta, redigida já em dezembro de 1814, sugere que o novo governador desejava inteirar-se das peculiaridades da capitania, além de avaliar a capacidade bélica disponível ao que afirmava “importar-me tratar com V. Ex.<sup>a</sup> objetos do Real Serviço e desejo pessoalmente conhecer V. Ex.<sup>a</sup> pela distinção com que V. Ex.<sup>a</sup> constantemente se tem empregado no Serviço de Sua Alteza Real”. Marques de Souza levava seu conhecimento, que era o conhecimento acumulado no papel de comandante de fronteira, papel que lhe permitiu não apenas conhecer práticas militares, mas construir um articulado sistema de inteligência, com diversos informantes e espiões, incluindo alguns devidamente instalados em Buenos Aires.

Ao nos distanciarmos das cartas emitidas pelos governadores e nos dirigirmos às redigidas pelos oficiais militares entre 1790 e 1810, detectaremos a atividade do ramo militar da coroa.<sup>14</sup> Uma das primeiras conclusões possíveis é a de que os oficiais militares lidavam com inúmeras tarefas, muitas das quais ultrapassavam a vida castrense. Os oficiais eram responsáveis por perseguir e prender criminosos e escravos fugitivos; por levantar informações sobre terras requisitadas em sesmarias ou em litígio de propriedade e, claro, por efetuar exercício, recrutar soldados e patrulhar os limites meridionais das possessões lusas. Esse fluxo de informações, entretanto, não seguia diretamente ao governador, antes acompanhava a hierarquia militar, concentrando-se nas mãos dos comandantes de fronteira para só então estes decidirem o que era repassado ao governador, uma repetição observável nos governos de Sebastião Xavier Cabral da Câmara (1780-1801), Francisco João Roscio (1801-1803), Paulo José da Sil-

va Gama (1803-1809) e Dom Diogo de Souza (1809-1814), que estendemos para o do Marquês de Alegrete.

A fim de melhor administrar as possessões reconhecidas pelos Tratados de Santo Ildefonso (1777) e El Pardo (1778), a capitania foi militarmente dividida em três áreas: Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo. Porto Alegre, enquanto capital, abrigava um quartel militar, mas estava afastada da fronteira imediata. Rio Grande compunha um comando de fronteira, abrigando o Regimento de Cavalaria Ligeira. Rio Pardo era a povoação portuguesa mais ocidental do Rio Grande de São Pedro em 1777, guardando o quartel do Regimento de Dragões, um tipo de cavalaria leve. Rio Grande e Rio Pardo eram consideradas fronteiras específicas, aparecendo assim na documentação, o que indica sua condição limítrofe em relação aos territórios reivindicados pelos espanhóis.

Tanto o arranjo da fronteira quanto a circunscrição militar dos domínios portugueses alteraram-se em 1801, quando sete dos 30 povos missioneiros Guarani passaram da soberania espanhola para a lusitana. O episódio não configura exatamente uma conquista, visto que o sucesso português deveu-se à cooperação dos indígenas Guarani que ali viviam e que negociaram a troca de sua lealdade. Não obstante, como alerta Ribeiro, esta negociação não implicou em igualdade, sendo os Guarani considerados um povo conquistado.<sup>15</sup> A área absorvida foi nomeada inicialmente de Províncias das Missões, respondendo ao comandante de fronteira de Rio Pardo. Em 1809, a fim de facilitar sua administração militar, ela foi desmembrada e passou a figurar o Comando da Fronteira das Missões. Caminho semelhante foi percorrido pela área entre os Rios Ibicuí e Quaraí que, ao ser progressivamente ocupada, convencionou-se chamar de Distrito de Entre Rios e posteriormente Comando da Fronteira de Entre Rios.<sup>16</sup> Se a estes dois aumentos territoriais somarmos o sucesso de 1816, que incorporou a Banda Oriental, convertendo-a em Província Cisplatina, em 1821, podemos considerar que ao longo dos primeiros 20 anos do século XIX assistimos a uma progressiva extensão dos domínios lusitanos no Extremo Sul da América, à qual

os espanhóis procuraram responder belicamente sempre que possível.

As mudanças nos comandos de fronteira e o crescimento do território sob controle português nas primeiras duas décadas do XIX ajudam-nos a entender a sobrevalorização dos assuntos militares e da vigilância da fronteira no governo do Marquês de Alegrete. Resta-nos perceber como os comandantes de fronteira, em particular Manuel Marques de Souza, obtinham informações que os tornavam preciosos e indispensáveis aos sucessivos governadores da capitania. Manuel Marques de Souza, o correspondente privilegiado pelo Governador Marquês de Alegrete, foi um *hub* dentro do sistema de informação lusitana bastante ativo no início do século XIX na fronteira imperial no Sul da América. Não é exagero tratá-lo por serviço de inteligência, visto que sua função era claramente a de obter o máximo possível de informações a respeito do que se passava na área limítrofe e mesmo nas povoações e cidades espanholas, como Serro Largo, Maldonado, Montevidéu e Buenos Aires. Para tanto, Marques de Souza lançava mão de diferentes expedientes.

O comandante utilizava seus comandados e suas relações pessoais a fim de verificar notícias de diferentes regiões geográficas: a própria América de controle português; os Vice-Reinos espanhóis do Peru e do Prata e até mesmo novidades da Europa. Marques de Souza apurava cartas particulares e relatos de mestres de embarcações, dada a condição portuária da povoação de Rio Grande, com “notícias da Europa” e de diversas outras procedências. Foi assim que, em 1805, teve notícia da passagem de uma frota francesa pela Bahia, a qual contava entre seus tripulantes o irmão de Napoleão, Jerome Bonaparte.<sup>17</sup> A chegada de gazetas vindas de Lisboa também o mantinha atualizado do que se passava no outro lado do oceano e no teatro de guerra europeu. A 24 de setembro de 1804, o comandante escrevia ao ajudante de ordens do governador oferecendo múltiplos informes obtidos a partir da chegada de um bergantim vindo do Rio de Janeiro. Além de cartas do vice-rei do Estado do Brasil ao governador, havia cartas particulares “que dizem estar naque-

le porto uma Esquadra inglesa”. Afirmava ainda que “Já se leram gazetas de julho na Bahia com falas do povo francês ao novo imperador hereditário”.<sup>18</sup> Portanto, Rio Grande se conectava ao fluxo de notícias atlânticas, atualizando-se da ascensão de Napoleão Bonaparte e tendo acesso, ainda que indireto, aos periódicos europeus. De fato, Manuel Marques de Souza recebia tais novidades antes do governador e escrevia-lhe com frequência resumindo as mesmas, conquanto sempre lhe repassasse os originais.

Depois de valer-se das vantagens do porto, Marques de Souza utilizava o expediente de patrulhas que circulavam pelos campos. Estes grupos, chamados na época de partidas, eram devidamente assessorados por vaqueanos e bombeiros. Os primeiros eram guias especializados nos caminhos da campanha, capazes de apontar as melhores rotas, os pontos certos de cruzar os rios e regatos e propícios a montar acampamento. Sua importância e sua utilização também pelos espanhóis é expressa na comunicação de oficiais de Serro Largo, que se queixaram da impossibilidade de realizar as partidas devido à ausência de vaqueanos, ou seja, não bastava a existência de Forças Militares treinadas e armadas, era indispensável que os conhecedores dos caminhos as pudessem guiar.<sup>19</sup> A utilidade dos vaqueanos interessava a portugueses e espanhóis, sendo possível observar sua existência para ambas as Forças. Os bombeiros, por sua vez, eram batedores e não raro essa função era realizada pelos próprios vaqueanos, como sugere a carta redigida em 1804. Nela menciona-se um soldado português que, após cometer assassinato, “sem mais demora desertou para os Domínios de Espanha, para onde era tão bom vaqueano, que no tempo da guerra serviu de bombeiro”.<sup>20</sup> Ou seja, um bom vaqueano dispunha das qualidades para atuar como bombeiro, fazendo reconhecimento dos campos a serem cruzados, adiantando-se ao restante da patrulha e sondando os caminhos em busca de sinais inimigos.

Finalmente, havia os espias. Diferente dos bombeiros, eles parecem ter atuado principalmente em cidades. As indicações que contamos mostram que eram enviados

a Montevideu com certa frequência, onde procuravam apurar notícias de cunho político e sobre movimentações militares. Ainda que contemos com menções de sua atuação desde 1776, os dados que processamos demonstram uma intensificação da menção aos mesmos no Fundo Autoridades Militares a partir de 1801, seguida de uma acentuação a partir de 1810, que indica a preocupação das autoridades portuguesas em acompanhar o processo revolucionário desencadeado em Buenos Aires no mesmo ano.

Os informantes coletavam informações como podiam. Mencionam-se as remessas de gazetas de Buenos Aires para Rio Grande, a fim de respaldar notícias sobre o processo revolucionário iniciado em maio de 1810. Também podiam acionar outros interlocutores, demonstrando uma rede de informação como na carta de Joaquim Rodrigues Carvalho ao Comandante Manuel Marques de Souza.

Agora acabo de receber a carta junta que me remete o Padre Matheus Augusto, de quem me vali para me dar algumas notícias dos nossos vizinhos; a qual remeto a V. S. para ver o que diz. Quanto os desertores que ele aqui diz são dos que se querem apresentar, porém temem algum castigo. (...)

Também agora chega um sujeito a comprar fumo e vem da Colônia e dá notícia que chegara de Buenos Aires uma partida de um oficial e quarenta soldados e outros tantos as víboras a prender o Secretário do Governador de Montevideu e que este por aviso que tivera escapou e que a partida voltara para a Colônia outra vez e que lá estava; pode ser que com esta ideia venham passando, fico na diligência saber se é certa ou não esta diligência.<sup>21</sup>

Essa rede de informação foi um dos motivos de Manuel Marques de Souza despontar enquanto interlocutor privilegiado do Governador Marquês de Alegrete. O Marquês foi responsável por comandar a incursão militar lusitana na Banda Oriental em 1816, uma ação que se dispunha a neutralizar a atuação

das Forças de José Gervásio Artigas, mobilizadas em torno de um projeto nacional e social autônomo a Buenos Aires, à Espanha e a Portugal. Valiosíssima, nesse cenário, mostrava-se a experiência de Marques de Souza que, além da participação em inúmeras campanhas anteriores, comandara uma das colunas do autoproclamado Exército Pacificador em 1811 e 1812. Na ocasião, o Exército chegou a Maldonado, mas Marques de Souza esteve pessoalmente em Montevideu e solicitou autorização para dirigir-se a Buenos Aires, aparentemente para discutir termos do armistício estabelecido. Nota-se o seu envolvimento direto na ebulição política e militar iniciada com a independência da cidade portenha, o que lhe permitiu adquirir um conhecimento específico sobre a situação.

Oficiais portugueses servindo no Rio Grande de São Pedro parecem ter atuado com recorrência em missões de diplomacia informal e espionagem. Joaquim Xavier Curado contava duas missões ao Rio da Prata, em 1800 e 1808. Na segunda, sua atuação foi dissimulada, pois enquanto a justificativa oficial era a de debater acordos comerciais ele cuidava de publicizar as intenções do Príncipe Dom João em submeter os territórios espanhóis junto ao Rio da Prata. Para isso, seguia instruções do Secretário de Estado Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, que emitira verdadeiro ultimato: ou os espanhóis aceitavam subordinar-se ao príncipe português ou enfrentariam a invasão.<sup>22</sup> Curado não obteve sucesso, pois, se chegou a desembarcar em Montevideu, não foi autorizado a adentrar Buenos Aires, tendo sido descobertos os seus intentos.<sup>23</sup>

Outra demonstração do grau de intervenção portuguesa no processo emancipatório platino foi a missão de José de Abreu ao Paraguai em 1811, cujo objetivo foi arrecadar simpatizantes ao Império luso. Dessa vez, oferecia-se ajuda militar contra as forças oriundas de Buenos Aires que pretendiam submeter o território paraguaio. Por motivos diversos, esta iniciativa também fracassou, sem deixar de evidenciar, entretanto, o quanto os militares presentes no Rio Grande de São Pedro faziam da informação e da negociação uma arma de guerra, atuando, nesse sentido, conforme os desígnios da Corte.<sup>24</sup>

Entretanto, a vigilância militar também se voltava aos súditos portugueses, como demonstra um episódio. Com a eclosão do levante pernambucano em março de 1817, o Rei Dom João VI expediu ordens para que se vigiassem os portos em diversas povoações, no intuito de impedir que notícias e propaganda daquela revolta se disseminasse pelas possessões brasileiras. Dessa forma, as autoridades do Rio Grande de São Pedro foram acionadas a fechar o cerco sobre a circulação de ideias que se avistava. Manuel Marques de Souza foi instruído enquanto comandante de fronteira e responsável pelo Porto de Rio Grande, mas ordens também foram emitidas ao juiz de fora a fim de devassar o conteúdo de navios oriundos da Cidade do Recife. A desconfiança era carregada de conteúdos subversivos, para o que foi ordenada uma investigação minuciosa.

A parte que coube a Marques de Souza foi a de embargar os navios, detendo-os até se determinar se pertenciam ao “número dos rebeldes” ou não. Estamos falando aqui de veículos de difusão de ideias. Manuel Marques de Souza e o Marquês de Alegrete procuravam vigiar não somente a fronteira junto aos espanhóis, mas tinham de lidar com novas formas de pensar que se disseminavam entre a população. Tais ideias desafiavam a cultura política de Antigo Regime e sugeriam novos significados a velhas palavras, além de agregar novos vocabulários. Essa transformação seria mais claramente vista no Brasil a partir de 1820, mas já se processava no vizinho Rio da Prata desde 1810 e mesmo antes.

Dessa forma, o que percebemos é a complementariedade de atores sociais que podem ser descritos enquanto agentes imperiais, pois sua atuação era responsável por fortalecer a soberania portuguesa. Este fortalecimento passava pela troca de informação. De um lado, o governador escrevia com frequência aos oficiais militares, mas esta insistência incidia não apenas no repasse de ordens, mas igualmente na busca por informações que guiassem as medidas a serem tomadas. O Comandante da Fronteira do Rio Grande, Manuel Marques de Souza, cumpria as ordens de seus governadores, apurando o que se passava na capitania e

fora dela, inclusive notícias extraídas diretamente de Montevideu e de Buenos Aires, para o que se valia de todos os meios disponíveis. Temos aqui dois níveis articulados entre si da comunicação política imperial portuguesa. No primeiro nível, observamos informantes, espiões, batedores, patrulhas, mestres de embarcações e cartas de particulares. Em resumo, observamos diferentes grupos sociais produzindo notícias sobre o que vivenciavam e as mesmas eram ca-

nalizadas em direção aos comandantes de fronteira, altos oficiais militares. No segundo nível, temos o contato destes grandes receptores de informação com o governador da capitania, responsável por decidir a interpretação e uso da mesma informação, ainda que no intuito de atender instruções da Corte. Articulados ambos os níveis, percebemos a grande importância dos oficiais militares para a execução do governo das capitanias portuguesas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADELMAN, Jeremy & ARON, Stephen. From borderlands to Borders: Empires, Nations-States, and the peoples in between North American History. *The American Historical Review*, vol. 104, n. 3, jun. 1999, pp. 814-841.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

AZCUY AMEGHINO, Eduardo. *Nuestra gloriosa insurrección*. La revolución anticolonial de Mayo de 1810. Trama política y documentos fundamentales. Buenos Aires: Imago Mundi, 2010.

AZEVEDO, Francisca Nogueira. Dom Joaquim Xavier Curado e a política bragantina para as províncias platinas (1800-1808). *Topoi*, n. 5, setembro 2002, pp. 161-183.

BIEDERMANN, Zoltán. The Matrioshka Principle and How it was Overcome. Portuguese and Habsburg Attitudes toward Imperial Authority in Sri Lanka and the Responses of the Ruler of Kotte (1506-1598). *Journal of Early Modern History*, Volume 13, Issue 4, 2009, pp. 265-310.

CHAVES JR, José Inaldo. Histórias de índios e vidas na fronteira: o enfrentamento do sertão na Capitania da Paraíba (1755-1799), In: CHAVES JR, José Inaldo. *Et alii*. (orgs.). *Colonialidades: governos, gentes e territórios na América Ibérica (séculos XVII-XIX)*. Curitiba: Prismas, 2016. pp. 319-334.

COMISSOLI, Adriano. Ajudado por homens que lhe obedecem de boa vontade: considerações sobre laços de confiança entre comandantes e comandados. In: MUGGE, Miquéias & COMISSOLI, Adriano. *Homens e armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011. pp. 13-38.

CORRÊA, Mariana Milbradt. *Fronteira aberta: a construção social do poder de um potentado no Rio Grande de São Pedro (1750-1830)*. Santa Maria: dissertação de mestrado/UFSM, 2017.

COSENTINO, F. *et al*. Governadores reinóis e ultramarinos. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno (orgs.). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Niterói: tese de doutorado/UFF, 2007.

HERZOG, Tamar. *Frontiers of possession. Spain and Portugal in Europe and the Americas*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

KANTOR, Íris. Ciência e cartografia na perspectiva do “poderoso império” (1798-1922): a experiência da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica. In. GONÇALVES, Andréa Lisly; CHAVES, Cláudia Maria das Graças & VENÂNCIO, Renato Pinto. *Administrando Impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 61-70.

NEWITT, Malyn. Formal and informal empire in the History of Portuguese Expansion. *Portuguese Studies*, v. 17, 2001. pp. 1-21.

PRADO, Fabrício. Edge of Empire. *Atlantic Networks and Revolution in Bourbon Río de la Plata*. Oakland: University of California Press, 2015.

PRADO, Fabrício. A presença luso-brasileira no Rio da Prata e o período cisplatino. In. NEUMANN, Eduardo Santos & GRIJÓ, Luiz Alberto. *Continente em armas: uma história da guerra no Sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. pp. 69-96.

RIBEIRO, Max Roberto Pereira Ribeiro. *Estratégias indígenas na fronteira meridional: os Guaranis missionários após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)*. Porto Alegre: dissertação de mestrado/UFRGS, 2013.

VIANNA, Clarissa Prestes Medeiros. *Relações de poder nas fronteiras do Império português: as correspondências do Marquês de Alegrete*. Santa Maria: dissertação de mestrado/UFSM, 2015.

VIVO, Felippo de. *Information and communication in Venice: rethinking Early Modern Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> HERZOG, Tamar. *Frontiers of possession. Spain and Portugal in Europe and the Americas*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

<sup>2</sup> BIEDERMANN, Zoltán. The Matrioshka Principle and How it was Overcome. Portuguese and Habsburg Attitudes toward Imperial Authority in Sri Lanka and the Responses of the Ruler of Kotte (1506-1598). *Journal of Early Modern History*, Volume 13, Issue 4, 2009, pp. 265-310. NEWITT, Malyn. Formal and informal empire in the History of Portuguese Expansion. *Portuguese Studies*, v. 17, 2001. pp. 1-21.

<sup>3</sup> KANTOR, Íris. Ciência e cartografia na perspectiva do “poderoso império” (1798-1922): a experiência da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica. In. GONÇALVES, Andréa Lisly; CHAVES, Cláudia Maria das Graças & VENÂNCIO, Renato Pinto. *Administrando Impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 61-70.

<sup>4</sup> ADELMAN, Jeremy & ARON, Stephen. From borderlands to Borders: Empires, Nations-States, and the peoples in between North American History. *The American Historical Review*, vol. 104, n. 3, jun. 1999, pp. 814-841.

<sup>5</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no Extremo Sul da América portuguesa*. Niterói: tese de doutorado/UFF, 2007. CHAVES JR, José Inaldo. Histórias de índios e vidas na fronteira: o enfrentamento do sertão na Capitania da Paraíba (1755-1799). In. CHAVES JR, José Inaldo. Et alii. (orgs.). *Colonialidades: governos, gentes e territórios na América Ibérica (séculos XVII-XIX)*. Curitiba: Prismas, 2016. pp. 319-334.

<sup>6</sup> RIBEIRO, Max Roberto Pereira. *Estratégias indígenas na fronteira meridional: os Guaranis missionários após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)*. Porto Alegre: dissertação de mestrado/UFRGS, 2013.

<sup>7</sup> A comunicação política é aqui entendida a partir da perspectiva de Felippo de Vivo, em que “the circulation of information and ideas concerning political institutions and events”. VIVO, Felippo de. *Information and communication in Venice: rethinking Early Modern Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 2.

<sup>8</sup> COSENTINO, F. et al. Governadores reinóis e ultramarinos. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno (orgs). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 327.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 327.

<sup>10</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRs). Registro da correspondência expedida e de ordens e portarias dos Governadores e Capitães-Generais (1780-1821). Correspondência para as autoridades da Capitania (1813-1816). A – 1.10. Caixa 57. Correspondência para as autoridades da Capitania (1816-1822). A – 1.11. Caixa 14.

<sup>11</sup> Para um resumo da agitação política envolvendo o Rio Grande de São Pedro e para as diferenças entre as elites de Buenos Aires e Montevideú, ver PRADO, Fabrício. *Edge of Empire*. Atlantic Networks and Revolution in Bourbon Río de la Plata. Oakland: University of California Press, 2015 e PRADO, Fabrício. A presença luso-brasileira no Rio da Prata e o período cisplatino. In. NEUMANN, Eduardo Santos & GRIJÓ, Luiz Alberto. *Continente em armas: uma história da guerra no Sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. pp. 69-96.

<sup>12</sup> VIANNA, Clarissa Prestes Medeiros. *Relações de poder nas fronteiras do Império português: as correspondências do Marquês de Alegrete*. Santa Maria: dissertação de mestrado/UFSM, 2015. P. 68.

<sup>13</sup> COMISSOLI, Adriano. Ajudado por homens que lhe obedecem de boa vontade: considerações sobre laços de confiança entre comandantes e comandados. In. MUGGE, Miquéias & COMISSOLI, Adriano. *Homens e armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011. pp. 13-38.

<sup>14</sup> As cartas encontram-se no Fundo Autoridades Militares do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS-AM), maços 1 a 20.

<sup>15</sup> RIBEIRO, Max Roberto Pereira. *Op. cit.*, p. 33.

<sup>16</sup> CORRÊA, Mariana Milbradt. *Fronteira aberta: a construção social do poder de um potentado no Rio Grande de São Pedro (1750-1830)*. Santa Maria: dissertação de mestrado/UFSM, 2017.

<sup>17</sup> Carta de Manuel Marques de Souza a José Inácio da Silva, 5 de junho de 1806, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares (AHRS-AM), Maço 10, doc. 39.

<sup>18</sup> Carta de Manuel Marques de Souza a José Inácio da Silva, 24 de setembro de 1804, AHRS-AM, Maço 6, doc. 5.

<sup>19</sup> Carta de Agustin de la Rosa a Nicolas de Arredondo, 19 de dezembro de 1791, documento 16, División Colonia, Sección Gobierno, Banda Oriental, Comando de Frontera de Cerro Largo (1793-1807), legajo 15, sala IX.

<sup>20</sup> Carta de Patrício José Correia da Câmara a José Inácio da Silva, 6 de agosto de 1804, AHRS-AM, maço 7, doc. 7.

<sup>21</sup> Carta de Joaquim Rodrigues de Carvalho a Manuel Marques de Souza, 6 de julho de 1810, AHRS-AM, maço 19, doc. 29D.

<sup>22</sup> AZEVEDO, Francisca Nogueira. Dom Joaquim Xavier Curado e a política bragantina para as províncias platinas (1800-1808). *Topoi*, n. 5, setembro 2002. pp. 161-183.

<sup>23</sup> Em carta ao General Francisco Miranda, Saturnino Rodríguez descreveu Curado como o "português más estúpido y vano que se halla en este continente, y ésta fue la causa de ser absolutamente mal sucedido em la comisión". AZCUY AMEGHINO, Eduardo. *Nuestra gloriosa insurrección*. La revolución anticolonial de Mayo de 1810. Trama política y documentos fundamentales. Buenos Aires: Imago Mundi, 2010. P. 191.

<sup>24</sup> CORRÊA, Mariana Milbradt. *Op. Cit.*

# A Estrutura Militar e o Recrutamento em Goiás no Primeiro Reinado\*

## The Military Structure and Recruitment in Goiás in the First Kingdom

**Martha Victor Vieira**

*Doutora em História Social pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e professora do Curso de História, do Programa de Mestrado Profissional em História e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína.*

### RESUMO

Este artigo pretende abordar a organização das tropas militares e o recrutamento em Goiás durante o Primeiro Reinado, buscando demonstrar as dificuldades enfrentadas pelo Coronel Raimundo José da Cunha Mattos, quando ocupou o cargo de governador das armas nessa região.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviço Militar; Recrutamento; Província de Goiás

### ABSTRACT

This article intends to discuss the organization of the military troops and the recruitment in Goiás during the First Reign, trying to demonstrate the difficulties faced by colonel Raimundo José da Cunha Mattos, when he held the position of governor of the arms in that region.

**KEYWORDS:** Military service; Recruitment; Province of Goiás

### INTRODUÇÃO

Como afirma José Honório Rodrigues, a Independência do Brasil foi uma “obra política e militar” (RODRIGUES, 2002, p. 103). Uma obra que envolveu conflitos e negociações entre o poder central e as elites dirigentes provinciais que, aproveitando-se da crise de autoridade instaurada após a Revolução do Porto, visavam obter maior poder de mando. Nessa época, nas duas comarcas de Goiás houve agentes que, insatisfeitos com a gestão do Capitão-General Manuel Inácio de Sampaio, faziam manifestações mobilizando civis e militares. Enquanto na comarca do Sul o governo apaziguava os sediciosos que pediam a criação de um governo provisório, na Comarca do Norte, em setembro de 1821, instaurou-se um movimento pedindo a autonomia política e administrativa.

---

\* Artigo recebido em 29 de setembro de 2017 e aprovado para publicação em 26 de outubro de 2017.

Essa situação conflituosa foi instaurada devido às determinações das Cortes de Lisboa que, em 1821, criaram as Juntas Provisórias e o cargo de governador das armas, que deveria cuidar das questões militares e estavam sujeitos diretamente ao Governo do Reino e às Cortes (LISBOA, 1821, p. 35-37). O primeiro governador das armas de Goiás foi o Coronel Raimundo José da Cunha Mattos, que chegou à província em 1823.

Como primeiro governador das armas, coube a Cunha Mattos tomar as providências para inibir o surgimento em Goiás de qualquer movimento político e militar que ameaçasse a soberania do jovem Império. No entanto, ao ocupar seu posto, o governador ficou pasmo com o nível da desorganização das tropas que teria de comandar. As suas primeiras impressões a esse respeito foram notificadas, logo após a sua posse, ao Ministro da Guerra, João Vieira de Carvalho, nos seguintes termos:

[...] Há nesta província huma companhia de cavalaria de 1ª linha, aqui chamada Dragões e outra de infantaria, aqui se denomina Pedestre, aquela composta de boa gente, e esta de pessoas da mais baixa qualidade, ambas as companhias formam um corpo que teve por último comando um homem fraco que acabou de sepultar a disciplina, se é que existiu ou podia existir algum dia nesta tropa abandonada [...] Existem nesta província dois regimentos de cavalaria miliciana compostos de homens brancos ou reputados como tais, montados e por mon-

tar, ricos e pobres, fardados e sem fardar, com armas ou sem elas. Acham-se distribuídos pelas cidades ou arraiais, sem instrução, sem disciplina e com poucos desejos de a tomá-la. [...] Existe mais em toda província um regimento de infantaria miliciana composta de homens pardos (os brancos não tem servido até hoje na infantaria) quase todos pobríssimos, ignorantes, desfardados e desordenados [...] (OFÍCIO, 1823a, fl. 6).

Cunha Mattos disse ao ministro da Guerra que, dias após a sua chegada, teve o "maior desgosto", quando mandou tocar a "generalá" e só compareceram "[...] 30 oficiais inferiores e soldados da infantaria, nove oficiais inferiores e soldados da cavalaria miliciana [...]". Segundo essa narrativa, as companhias da Cidade de Goiás eram "fictícias, supostas, e imaginárias" e a "apatia no serviço militar" nesse local era algo "insuperável". Poucas praças da companhia de linha existiam na cidade e o "povo" não queria, voluntariamente, se alistar. Sem organização das tropas na Comarca do Sul, ficava inviabilizada sua ação no norte, onde faltava "[...] gente e boa vontade de servir o Soberano".

Para saber exatamente a quantidade das tropas das três linhas com as quais podia contar, Cunha Mattos solicitou aos comandantes dos distritos que enviassem informações relativas às tropas existentes nos arraiais. Um resumo das informações sobre a situação das tropas goianas foi sintetizado na *Chorographia Histórica da Província de Goiás*, conforme consta no quadro abaixo:

ARRAIAS	SITUAÇÃO DAS TROPAS
Cidade de Goiás	Duas companhias de tropa de linha, quatro de infantaria de homens pardos e uma de homens pretos, quatro companhias milicianas de cavalaria de homens brancos e duas de ordenanças.
Arraial de Santa Rita	Uma companhia de ordenanças
Meia-Ponte	Três companhias de infantaria miliciana, três de cavalaria, uma de henriques e duas de ordenanças
Jaraguá	Duas companhias de infantaria miliciana, uma de henriques, uma de cavalaria e uma de ordenanças
Santa Cruz	Uma companhia de infantaria miliciana, uma companhia de cavalaria e três esquadras de henriques e uma de ordenanças
Bonfim	Duas companhias de infantaria miliciana, uma de cavalaria, duas de esquadras de henriques e uma companhia de ordenanças

Santa Luzia	Duas companhias de infantaria miliciana, três de cavalaria, uma de henriques e duas de ordenanças
Pilar	Três companhias de cavalaria miliciana, duas de infantaria, uma de henriques e duas de ordenanças
Crixás	Uma companhia de infantaria miliciana, uma de cavalaria, uma de henriques e uma de ordenanças
Trahiras	Uma companhia de infantaria de pardos e uma de pretos, uma cavalaria miliciana e uma de ordenanças
São José	Duas companhias de infantaria de pardos, uma de pretos, uma de cavalaria miliciana e uma de ordenanças
Água Quente	Uma companhia de infantaria miliciana e outra de ordenanças
Amaro Leite	Uma companhia de pardos e outra de ordenança
Santa Rita	Uma companhia de infantaria miliciana de homens pardos
Cavalcante	Uma companhia de infantaria, uma de cavalaria e outra de henriques milicianas e uma de ordenança.
São Felix	Uma companhia de infantaria, uma de cavalaria e uma de henriques milicianos e uma de ordenança, conservam também um destacamento de tropa de linha
Flores	Duas companhias de cavalaria, uma de infantaria de pardos e outra de pretos milicianos e uma de ordenanças
Arraias	Uma companhia de infantaria, uma de cavalaria e de henriques e uma de ordenanças
São Domingos	Uma companhia de infantaria, uma de cavalaria miliciana e duas esquadras de henriques
Conceição	Uma companhia de cavalaria e uma de infantaria miliciana, uma de henriques e outra de ordenanças
Natividade	Uma companhia de infantaria, duas de cavalaria, uma de henriques milicianos e uma de ordenanças
Porto Real	Um destacamento de vinte e oito praças
Carmo	Uma companhia de infantaria, uma de cavalaria, uma de henriques milicianos e uma de ordenanças.
Pontal	Uma companhia de infantaria de pardos, uma de pretos milicianos e uma de ordenanças
Aldeia de São José do Duro	Duas companhias, contendo 78 praças (alistadas em 4 de fevereiro de 1824)

Quadro 1 – Situação das tropas em Goiás em 1824

Fonte: MATTOS, Raymundo José da Cunha. *Chorographia Histórica da Província de Goyaz*. Goiânia: Líder, 1979

De acordo com o próprio Cunha Mattos, a dispersão das tropas ao longo da extensa província dificultava a revista e a imposição de uma disciplina, sobretudo devido à distância entre um e outro arraial. Com o intuito de minorar esses empecilhos, Cunha Mattos, em janeiro de 1824, propôs ao ministro da Guerra a criação de duas legiões de tropas milicianas em lugar dos

“[...] dois regimentos de infantaria dos pardos e pretos, composto aquele de 35 companhias e este

de 21, e dois regimentos de cavalaria, um composto de 17 e outro de 11 companhias, aquarteladas e espalhadas por uma superfície de mais de 23 léguas quadradas [...]”.

Na avaliação de Cunha Mattos, “[...] no atual estado dos regimentos não é possível haver ordem e muito menos disciplina [...]”, porque os comandantes não fazem revista e repassam informações “[...] officiosas e a maior parte das vezes falças” a respeito das tropas. Ainda segundo a proposta do

governador, as 28 companhias de cavalaria dariam apenas quatro bons esquadrões. Já o Regimento de Henriques, por falta de oficiais, deveria extinguir-se e juntar-se ao Regimento de Infantaria dos homens pardos. Com essa nova disposição, Cunha Mattos acreditava que era possível manter uma “boa instrução e ordem” nas forças militares goianas (MATTOS, 1979, p. 52).

A falta de controle dos comandantes sobre as tropas fazia com que muitos soldados se recusassem a comparecer às revistas e a participar das festividades cívicas, mesmo quando convocados. A recusa dos militares em cumprir a ordem de marcharem na parada de 12 de outubro de 1824 levou Cunha Mattos a ordenar a prisão, por oito dias, dos oficiais superiores e inferiores das companhias de Infantaria, Cavalaria e Henriques do Distrito de Pilar (OFÍCIO, 1824a, fl. 73). Para ter um maior controle da tropa, Cunha Mattos obrigou os comandantes a fazerem quatro revistas anuais: na Páscoa, no Dia do Espírito Santo, na festividade de 12 de outubro (aniversário e aclamação de D. Pedro I) e no Natal. Nesses dias seriam feitas revistas pelos chefes dos corpos de Infantaria e Cavalaria, sendo que, aos domingos, promoveriam exercícios em todos os arraiais do julgado, “[...] exceptuando-se a Companhia da Infantaria do Amaro Leite que, por motivo da distância a que fica de Trahiras, não virá a este arraial (OFÍCIO, 1825a, fl. 106)”.

A determinação era que todos os soldados que faltassem nessas revistas anuais recebessem ordem de prisão por 15 dias, como ocorreu com os oficiais inferiores do distrito de Flores que não participaram da revista de 26 de dezembro de 1824 (OFÍCIO, 1824b, fl. 84). As reclamações sobre o comportamento dos soldados goianos eram inúmeras. Em ofício ao comandante de Natividade, Cunha Mattos notificou que estava recebendo queixas da Companhia de Cavalaria aquartelada naquele arraial. Queixas essas que revelavam “o estado de indisciplina” desses militares. Para evitar “essa desordem”, o governador determinou ao comandante que obrigasse “[...] sem a menor condescendência, todas as praças da companhia de cavalaria a fardarem-se e a aparecerem na revista [...]” (OFÍCIO, 1825b, fl. 112).

Para os alistados que se recusassem a servir e fardar, recomendava-se a ordem de prisão.

A proposta de Cunha Mattos de organização das tropas goianas foi aceita pelo Governo imperial em 1825. Em novembro desse mesmo ano, o governador comunicou aos comandantes a extinção das Companhias de Henriques, recomendando que as praças pertencentes a esse regimento fossem entregues às Companhias de Ordenanças (OFÍCIO, 1825b, fl. 111). A incorporação dos Henriques às Ordenanças, aparentemente não agradou a alguns militares, pois Cunha Mattos teve que ressaltar ao comandante de Flores que, a partir do momento que Sua Majestade autorizou o fim dos antigos regimentos, não havia “[...] diferença de cores para o serviço nos corpos: os homens ricos, brancos, ou pardos, servem na cavalaria e os homens pobres pardos, ou brancos, servem na infantaria [...]” (OFÍCIO, 1826, fl. 120).

Apesar da aceitação da sua proposta, Cunha Mattos teve que enfrentar vários obstáculos para organizar as tropas goianas. Seu maior desafio, porém, era contornar os problemas gerados pelo alto grau de insatisfação das tropas de primeira linha devido à falta de soldos, fardamentos, munições e a ausência de promoções. De acordo com Cunha Mattos, “[...] não há tropa mais desgraçada, digna de consideração do que a da Província de Goiás. Não há regularidade nos pagamentos dos soldos; muitos soldados estão por pagar as armas, não há fardamento aos que apresentam praça [...]”. A Junta da Fazenda, responsável por fornecer os subsídios necessários à tropa, às vezes, dizia que não tinha ordem para pagar, outras vezes dizia que não tinha dinheiro (OFÍCIO, 1824c, fl. 120). Alguns soldados chegavam “a ser indigentes” e faltavam ao serviço militar “[...] por não terem roupa para vestir” (OFÍCIO, 1823c, fl. 23). Uma das reclamações relativas aos pagamentos é que os oficiais da província, para receberem soldo, deveriam fazer um requerimento à Junta da Fazenda que somente se reunia duas vezes por semana. De forma que, para o oficial cobrar o seu soldo, demorava duas ou mais sessões.

Outra frequente reclamação era que os militares da tropa de linha, a quem se deviam anos de soldo, geralmente, recebiam

em bilhetes para trocar na Casa de Função por conta dos quintos do ouro, mas eles acabavam arrematando tais bilhetes apenas pela “quarta parte do valor”. Ainda de acordo com o governador das armas, no processo verbal dos desertores goianos, existente no Supremo Conselho Militar, uma das principais justificativas era a falta de pagamentos (OFÍCIO, 1825b, fl. 244-245). Devido a esses infortúnios, Cunha Mattos argumentava que a tropa de Goiás era “extremamente infeliz” e que a Junta da Fazenda era hostil em relação a ele e com todos os militares que com ele serviam (OFÍCIO, 1825c, fl. 121). Além da grande insatisfação dos militares, Cunha Mattos teve que administrar ainda o fato do serviço militar ser visto como forma de punição; combater a discriminação racial no interior dos corpos e driblar o sistema de proteção e clientela que prejudicava o recrutamento.

## **O RECRUTAMENTO MILITAR EM GOIÁS**

Quando Cunha Mattos estava em Goiás, foi aprovada a lei de 20 de outubro de 1823, que extinguiu as Juntas Provisórias e criou o cargo de presidente e o Conselho de Província. Essa lei aumentou os poderes do presidente da província e restringiu o poder do governador das armas que, embora responsável pelo comando da tropa, ficou limitado a ter que pedir permissão ao governo civil caso tivesse que utilizar a força contra indígenas ou precisasse de mais recrutados para o serviço militar (BRASIL, 1823). O descontentamento de Cunha Mattos devia-se, sobretudo, aos artigos 28 a 31 da respectiva lei, os quais trazem as seguintes deliberações:

Art. 28. O Governo da Força Armada de 1ª e 2ª Linha da Província compete ao Comandante Militar.

Artigo 29. Não pode o Comandante Militar empregar a Força Armada contra os inimigos internos sem requisição das Autoridades Civis e prévia resolução do Presidente em Conselho quando este se possa convocar, ou do Presidente, só, quando não seja possível a convocação.

Art. 30. Igualmente não pode o Comandante Militar fazer marchar a 2ª linha para fora da província sem ordem especial do Poder Executivo, nem fora do Distrito do seu respectivo Regimento sem acordo do Presidente da Província.

Art. 31. As Ordenanças são sujeitas ao Presidente da Província, a quem compete fazer o recrutamento à requisição motivada pelo Comandante Militar (*Ibid*)

Como governador das armas, Cunha Mattos possuía duas preocupações: resguardar as fronteiras internas de uma eventual invasão de tropas portuguesas e combater os indígenas, tidos como “inimigos internos”. Para esse combate, necessitava dos recursos humanos advindos do recrutamento, o qual, após a publicação da lei de 20 de outubro, não poderia ser feito sem a anuência do presidente provincial.

No ano de 1824, vários ofícios enviados aos comandantes dos distritos demonstravam a premência em tomar providências para conter as incursões indígenas nos arraiais. Para o comandante da tropa da Vila de Palma, Cunha Mattos solicitou a convocação do “maior número de gente, para correr sobre os índios que infestam esses lugares”. Para o comandante do Carmo, Cunha Mattos perguntou se o mesmo estava em condições de comandar as tropas das três linhas que marchariam, em 1º de junho de 1824, contra os canoeiros nos arraiais de São Félix, Paranatinga e Amaro Leite, numa expedição que contaria com “mais de 300 homens”. O próprio presidente da província teria colocado à disposição do governador das armas as tropas de ordenanças para viabilizar essa expedição (OFÍCIO, 1824d, fl. 25; OFÍCIO, 1824e, fl. 67).

A guerra permanente contra os índios contribuía assim, sobremaneira, para a necessidade de recrutar tropas para atender às demandas do extenso território goiano, conforme se pode notar nos vários ofícios enviados aos comandantes dos distritos. Não à toa, entre os indivíduos recrutáveis, constavam homens jovens e solteiros, fossem brancos, pardos ou negros, dando-se preferência aos que possuíam “experiência de Bandeirantes” (OFÍCIO, 1824f, fl. 86-88).

Semelhantemente às estratégias utilizadas na “guerra dos bárbaros” no século XVII, em Goiás, as autoridades recorriam, constantemente, às tribos aliadas para que eles os auxiliassem nas expedições militares contra índios que se recusavam a ser subjugados (PUNTONI, 2004, p. 53). Tanto que, com o objetivo de conter os “ataques” feitos por Xavantes e Xerentes, Cunha Mattos propôs ao comandante-geral das tropas do Distrito do Carmo, João Ayres da Silva, que mandasse vir 500 Apinajés para participarem dessa campanha militar. Todavia, o governador lembrou que colocar uma grande quantidade de “força de índios” no arraial poderia ser perigoso. Por essa razão, ele pediu ao comandante que reunisse as “pessoas distintas” do local para que as mesmas deliberassem se seria prudente chamar essa quantidade ou um número menor de Apinajés (OFÍCIO, 1824g, fl. 67). Para o comandante de Carolina, Cunha Mattos solicitou que se reunissem os “índios amigos” e a “gente civilizada” para “atacar, bater e destruir” as forças portuguesas, caso houvesse uma tentativa dessas forças de subirem os Rios Tocantins e Araguaia (OFÍCIO, 1824h, fl. 70).

Enquanto esteve no Governo das Armas, Cunha Mattos, constantemente, mencionava a existência de “pardos e pretos” nas tropas goianas. A presença de não brancos nas tropas parece ter causado alguns constrangimentos para as autoridades militares goianas. Porém, diferentemente da Bahia, aonde o alistamento de negros foi considerado uma ameaça ao direito de propriedade, em Goiás o mesmo procedimento não foi visto como um problema pelo questionamento do estatuto da escravidão, mas sim devido à distinção racial no interior das forças coercitivas provinciais, que os goianos temiam ver extintas, com as reformulações feitas pelo governador das armas.

Na Guerra da Independência na Bahia, o recrutamento de pessoas de cor foi considerado como uma ameaça ao direito de propriedade, pelo fato do Comandante Pierre Labatut ter alistado não somente negros livres e libertos, mas também escravos. Contudo, segundo Hendrik Kraay (2002, p. 114), apesar desse procedimento, Pierre Labatut respeitava o direito de propriedade dos se-

nhores baianos, recrutando “[...] os escravos que foram confiscados dos senhores-de-engenho portugueses ausentes”.

No caso da Província de Goiás, Cunha Mattos sugere que o descontentamento com o recrutamento de negros estava relacionado ao *status* conferido pela elite goiana à instituição militar. Não há referência nas correspondências de Cunha Mattos que os proprietários goianos estivessem, diretamente, preocupados com a questão do direito de propriedade. A ausência de um debate semelhante ao caso baiano em Goiás devia-se, provavelmente, ao fato de Cunha Mattos não aventar o recrutamento de escravos, referindo-se apenas aos pardos e negros, libertos e livres. Além disso, a presença das pessoas de cor nas tropas goianas não era de se estranhar, tendo em vista que entre a população provincial havia uma alta porcentagem de pardos e negros (FUNES, 1986, p.146-148, KARASCH, 2002, 146-148).

Não realizamos um estudo aprofundado sobre recrutamento em Goiás. Contudo, verificamos que, no tocante à participação das pessoas de cor nas tropas goianas, pode-se verificar a existência de um mal-estar gerado pela possibilidade dos oficiais “pardos” ou “pretos” exercerem postos de comando nas localidades. Conforme se pode notar no ofício enviado ao comandante-geral das tropas do Pontal, no qual se percebe que era recrutado para a segunda linha todo indivíduo que possuísse determinada condição financeira, independentemente de ser pardo ou branco:

A consideração distinta em que Sua Majestade Imperial tem com os corpos de segunda linha desta Província, acabando de tirar o ferrete da infâmia com que era olhado o Regimento de Infantaria por ser exclusivamente composto de homens pardos, determinando que para os postos das Companhias sejam escolhidos indivíduos brancos ou pardos de boa conduta e que possam meios de subsistência decente [...] (OFÍCIO, 1825d, fl. 68).

Relevando o fato de que os negros, até 1831, com a extinção das Companhias de Milícias e Ordenanças, geralmente serviam

em um regimento à parte (KRAAY, 2006, p. 156), não havia uma rigidez na barreira de cor para ser miliciano, desde que os indivíduos tivessem meios de sustentação, amizades influentes e prestassem “serviços” ao Império. Enfim, no tocante ao recrutamento militar, a situação socioeconômica e as necessidades do Estado, muitas vezes, sobrepujaram-se à discriminação racial existente.

Ao tratar dos constrangimentos sofridos pelos oficiais militares pardos, Cunha Mattos argumentou que era um “absurdo” excluir do Comando Militar dos Distritos os oficiais dos Regimentos de Infantaria “pelo único fato de serem pardos”, tendo em vista que o Imperador havia concedido aos “pardos” “[...] os mesmos privilégios, liberdades e isenções (sic) dos oficiais das tropas de cor branca”. Segundo o governador, a Pátria e o soberano serviam-se “indistintamente de homens de todas as cores”. De modo que era “[...] odiosa sobremaneira o desprezo em que pretendem lançar os corpos de tropas pardas e pretas”, que relevantes serviços teriam prestado ao Império “desde tempo imemorial” até o governo de D. Pedro I (OFÍCIO, 1823d, fl. 62).

Conforme ocorria em todo o território brasileiro, em Goiás, o recrutamento foi também uma estratégia usada para combater o que se chamava de “vadiagem”. De tal forma que Cunha Mattos informou, em outubro de 1824, ao comandante de São Félix para verificar quem eram os ditos “vadios” que perturbavam a ordem nesse arraial. Pois, caso eles fossem milicianos, o mesmo deveria enviar quatro, “dos que menos trabalham”, porque ele iria mandá-los assentar praça na tropa de linha (OFÍCIO, 1824i, fl. 96-97).

Recrutar os “vadios” era uma prática frequente, porque esses indivíduos não estavam inseridos nas chamadas “redes de proteção”. Tais marginalizados, quando alistados, tinham como único recurso fugir ou desertar. São vários os relatos de deserção. Em 1824, Cunha Mattos emitiu uma circular para todos os comandantes dos distritos ordenando que fossem presos os soldados desertores da Infantaria de Linha que serviam na Aldeia Graciosa. Ordenando, ainda, que fossem presas as pessoas que os haviam recolhido nas suas fazendas ou casas (OFÍCIO, 1824j, fl. 89).

Para fugirem da conscrição, os recrutas goianos, quando eram alistados em determinado distrito, às vezes mudavam o local de residência. Tendo notícia de que alguns alistados do Arraial de Campinas tinham passado a residir no Bonfim, Cunha Mattos ordenou ao comandante das tropas de Campinas que lhe remetesse o nome dos indivíduos para que ele os enviasse ao comandante do Bonfim que os havia de “alistar nas companhias do território de sua jurisdição” (OFÍCIO, 1825e, fl. 114).

Como o recrutamento era associado a um castigo, os potentados locais tentavam evitar que os seus “protegidos” servissem como soldados. A existência dessas “redes de proteção” relacionadas ao serviço militar ilustra bem as diferenças existentes entre os pobres no Brasil Imperial. Essa diferença era manifestada nas isenções previstas no decreto de 10 de julho de 1822, as quais faziam com que o recrutamento recaísse, sobretudo, sobre os vagabundos e desempregados (MEZNAR, 1992, p. 335-336). Conforme afirma Michael C. McBeth, durante o Primeiro Reinado, o recrutamento era uma forma de “controle social”, pois na prática as autoridades, geralmente, “[...] recruited those lacking permanent employment or a powerful protector those who would be least missed by landowners.”

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Fabio Faria Mendes argumenta que as orientações para o recrutamento eram passíveis de uma “tradução local” por parte dos poderes privados que eram encarregados das funções administrativas (MENDES, 2004, p. 128). Por isso, comumente, os senhores locais protegiam os amigos e parentes, para evitar que os mesmos fossem recrutados. Daí a razão da recomendação, feita por Cunha Mattos, ao comandante-geral de Anicuns, no qual o governador adverte que esperava que o comandante agisse “[...] como um homem de honra desempenhando os deveres a que está ligado sem se lembrar de amizades, proteções, parentesco ou quaisquer outras circunstâncias que respeitem as pessoas que se hão de alistar [...]” (OFÍCIO, 1823e, fl. 10). Ora, como o sistema de recrutamento dependia do apoio logístico das pessoas mais distintas dos arraiais, que detinham os cargos de comandantes

militares, não raro ocorria que esses agentes intermediários tentassem burlar as listagens de recrutáveis para proteger indivíduos pertencentes à sua clientela.

### **O FUNCIONAMENTO DAS “REDES DE SERVIÇOS”**

A atuação dos grandes proprietários, no serviço militar, desde o Período Colonial, era uma função muito apreciada pela coroa, a qual buscava agradecer tais préstimos por meio da concessão de patentes de oficiais. A aquisição de um cargo de oficial e o acesso às promoções era uma forma dos indivíduos adquirirem os títulos tão valorizados pela sociedade brasileira. A aquisição de patentes significava distinção e também demonstrava que estes estavam em condições de participar das “redes de serviços” que permeavam as relações entre os poderes privados e o Estado Imperial (COSTA, 1992, 442-443). Notadamente, quando as instituições estatais estavam ameaçadas, as autoridades recorriam às pessoas mais abastadas, que faziam parte das tropas de milícias e ordenanças, para que as mesmas auxiliassem as tropas regulares no combate aos agentes subversivos.

A lógica da troca de favores que adentrou o século XIX, todavia, parece ter sido utilizada também para manter a fidelidade e o empenho das tropas pagas nas empreitadas militares. Assim pensava o Capitão-General Manuel Inácio de Sampaio, quando solicitou ao furriel de dragões, Simão de Sousa Rego, que marchasse para a Comarca do Norte a fim de evitar que o ideal autonomista nortense se alastrasse para outros arraiais. Ao encarregar o furriel de dragões desses “distintos serviços”, Sampaio lhe prometia notificar sua ação ao “Príncipe Regente para a devida remuneração” (OFÍCIO, 1821, fl. 26). Essa remuneração não veio por meio de Sampaio, que deixou a presidência da Junta Provisória no início de janeiro de 1822. Mesmo assim, Simão de Souza Rego, adquirindo atestados de idoneidade dos seus oficiais superiores, conseguiu formalizar um requerimento, enviado ao Imperador, para que fosse promovido a ajudante do Primeiro Regimento de Milícias de Goiás.

O requerimento de Simão de Souza Rego foi encaminhado juntamente com atestados emitidos por várias autoridades. Nesses atestados, ressaltava-se que o furriel assentou praça, voluntariamente, há mais de dez anos. Dizia-se também que era casado e com filhos, obediente aos superiores e, sobretudo, era “[...] assaz adherente ao systema da causa do Brasil” (REGISTRO, 1822, fl. 4-5).

Outro requerimento interessante de ser avaliado é do sargento-mor do primeiro regimento de cavalaria de segunda linha de Goiás José Antônio Ramos Jubé, que foi enviado pelo Deputado provincial Camargo Fleury ao Imperador. Nesse requerimento, Fleury propunha que Jubé retornasse para a primeira linha com a graduação de tenente-coronel, ficando empregado como ajudante de ordens ou às ordens do governo da província. No parecer de Camargo Fleury, esse era o meio “mais próprio de premiar hum súdito que se emprega sem reservas no serviço do Império e do Imperador”. Novamente, nesse documento se ressaltou que o requerente da promoção servia há 28 anos, possuía uma “[...] verdadeira adesão a Augusta Pessoa de Sua Majestade Imperial”. Devido à sua fidelidade ao Imperador, Jubé, inclusive, se negou a aceitar o posto de tenente-coronel que lhe ofereceu o governo dissidente de Natividade, tentando persuadi-lo a aderir à ideia de separação da Comarca do Norte da Comarca do Sul (REGISTRO, 1822b, fl. 64-65). Fleury reconhecia os serviços prestados por Antônio Ramos Jubé porque esse oficial o acompanhou na sua expedição ao norte goiano, contribuindo para debelar o movimento separatista da Comarca do Norte iniciado em setembro de 1821.

Em 2 de agosto de 1824, o então Presidente Lopes Gama também enviou uma correspondência ao Imperador pedindo a confirmação da patente de capitão-mor de ordenanças para João José do Couto Guimarães. Na solicitação, alegava-se que Couto Guimarães era casado, tinha mais de 40 anos, era “adherente a causa do Brazil” e prestava serviços relevantes ao Império (OFÍCIO, 1824k, fl. 11). Já em 1825, foi a vez de Cunha Mattos interceder pedindo a promoção de Luis da Costa Freire de Freitas a tenente-coronel graduado de Cavalaria e comandante da Tropa de Linha

da Província de Goiás. A justificativa era de que Freire de Freitas servia há 24 anos e que a promoção seria um incentivo para que ele se animasse a organizar os corpos de segunda linha da Comarca de São João das Duas Barras, para onde seria enviado (OFÍCIO, 1825f, fl. 251-252).

Tendo em vista os dados apresentados em diversos requerimentos, pode-se inferir quais eram os critérios e os mecanismos necessários para que os militares pudessem conseguir uma promoção. Observa-se, por exemplo, que a proximidade do rompimento com Portugal tornou, nesse momento, a adesão à Independência uma condição *sine qua non* para que qualquer mercê fosse alcançada. Mas é importante destacar que os atestados também ressaltavam a antiguidade da prestação do serviço. Isso pressupõe que, no que diz respeito ao recebimento de promoções e privilégios militares, a política do favoritismo, das relações familiares e das amizades convivia com critérios que demandavam certa objetividade e certo "mérito" reconhecido, tendo em vista determinados perfis e padrões de comportamento que eram valorizados no período, tais como: possuir propriedades, alistar-se voluntariamente, ser casado, ser obediente aos superiores, fiel ao Soberano e ter tempo de serviço.

O desejo de obter uma patente de oficial era tão manifesto que, quando estava a caminho da Província de Goiás, Cunha Mattos encontrou várias pessoas que lhe solicitavam serem nomeados para cargos militares. Contudo, segundo ele "[...] ninguém quer ser soldado, todos desejam ser oficiais, e em abono das suas pretensões oferecem como títulos de merecimentos os seus nascimentos, parentelas e outras qualidades [...]" (MATTOS, 1836, p. 126). Ao falar dos regimentos militares, Cunha Mattos afirmou que embora vivessem "[...] No meio desta miséria, cheios de preguiça e amando a ociosidade, todos eles aspiram a ser promovidos oficiais de patentes, não tanto pelo desejo que tem de servir a pátria como taes, mas para alcançar um título honorífico [...]" (OFÍCIO, 1823c, fl. 23). Essas solicitações constantes, geralmente sem os devidos merecimentos, pareciam incomodar muito Cunha Mattos, assim como o incomodava o desrespeito com relação à hierarquia

na constituição das tropas goianas. Segundo o governador das armas, os capitães-generais, quando tinham as tropas sob suas ordens, escolhiam as pessoas mais distintas dos arraiais para comandante do distrito, sem dar atenção ao fato de serem elas das Milícias ou das Ordenanças. Como as pessoas eram qualificadas por "nascimento e fortuna", acabava ocorrendo que os capitães de Cavalaria e Infantaria milicianas servissem sob ordens de oficiais de patentes menores, pertencentes às Companhias de Ordenanças. Como forma de resolver esta questão, Cunha Mattos propunha que os cargos vagos da cavalaria milicianas fossem dados para os capitães de Ordenanças que serviam como comandantes dos distritos, a fim de que os mesmos continuassem a exercer os cargos que sempre ocuparam (OFÍCIO, 1824l, fl. 64).

Como se pode perceber, embora estivesse encarregado de resguardar a disciplina militar e organizar as tropas da província, Cunha Mattos não tinha interesse de contrariar uma prática litúrgica, na qual estava implícita uma retribuição aos agentes privados pelos serviços prestados ao governo central e provincial. Afinal, os agentes privados, mediante donativos e empréstimos, contribuíam para suprir as carências financeiras do aparato burocrático imperial. Ciente do funcionamento dessa lógica de favores e reciprocidades, do qual ele próprio se beneficiava, Cunha Mattos propôs, na presidência de Lopes Gama, uma "subscrição voluntária" a favor da Junta da Fazenda Nacional. Essa subscrição contou com a colaboração de um dos homens mais ricos da região, o Comandante-Geral do Distrito de Meia-Ponte Joaquim Álvares de Oliveira, que teria oferecido cem mil réis de donativos (OFÍCIO, 1824k, fl. 73).

O donativo proposto por Cunha Mattos como forma de amenizar os problemas econômicos da província, especialmente das finanças militares, tinha um suposto caráter voluntário pois, segundo Cunha Mattos, a pessoa era livre para contribuir ou não. Todavia, ao receber essa contribuição o Imperador, geralmente, agradecia na forma de concessão de privilégios, honrarias e patentes. Joaquim Álvares de Oliveira era um dos membros da elite goiana que mais contribuiu com serviços diversos para o erário do Império. Não à

toa, Cunha Mattos solicitou ao Imperador que o promovesse de sargento-mor para o posto de tenente-coronel agregado do Primeiro Regimento da Cavalaria Miliciana de Goiás.

A atuação nas tropas militares era considerada como um importante serviço prestado ao Império, constituindo-se em provas de patriotismo e fidelidade ao Monarca. A retribuição ao obséquio feito pelos potentados locais recaía, às vezes, sobre os familiares e amigos do obsequiador. Assim ocorreu com Vicente Aires da Silva, que substituiu o Capitão João Aires da Silva no comando-geral das tropas do Distrito do Carmo, que estava adoentado e em avançada idade. Em ofício enviado a João Aires, Cunha Mattos agradeceu “os mui distintos e relevantes serviços” feitos em benefício da Sua Majestade Imperial, alegando que a escolha do novo comandante era “prova de satisfação” que tinha dos “serviços” prestados pelo antigo comandante (OFÍCIO, 1824m, fl. 69).

Em outro ofício ao comandante de Pontal, Cunha Mattos solicitou a “proteção” da Aldeia Graciosa, pedindo ao referido comandante que realizasse uma inspeção nos progressos que estavam ocorrendo nessa aldeia (OFÍCIO, 1825d, fl. 115-116). É notória, nessas correspondências, a importância da contribuição dos agentes privados para o atendimento das demandas relativas à segurança interna na Província de Goiás. Contando com exíguos recursos financeiros e humanos, o Estado Imperial revelava nas tarefas administrativas postas em execução os seus limites, a sua debilidade e a dificuldade de instituir um “governo direto” (TILLY, 1996, 166-172). Essa dificuldade ocorria devido à dependência do governo central em relação aos agentes privados para a manutenção do seu poder de coerção e extração sobre a população residente no Brasil. Nesse sentido, as dificuldades apontadas por Cunha Mattos ao organizar as tropas goianas são reveladoras de um problema de âmbito nacional inerente ao processo de construção do Estado brasileiro no século XIX, o qual, por não deter o monopólio da força física, tinha que barganhar constantemente com as forças centrífugas radicadas nas localidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se analisar as tropas goianas nos primeiros anos do reinado de D. Pedro I, verifica-se que as mesmas estavam desorganizadas e insatisfeitas por não receberem corretamente os soldos que lhes eram devidos. Por essa razão, ao longo do Primeiro Reinado, há uma constante manifestação de descontentamento por parte, especialmente, da tropa de linha.

Cunha Mattos durante o tempo em que ficou em Goiás, como governador das armas (1823-1825), buscou organizar as tropas das três linhas e incentivar o recrutamento de novos membros. A preocupação em fortalecer a tropa goiana devia-se ao temor que existia, no início da década de 1820, de que as tropas portuguesas invadissem a Província de Goiás e conseguisse angariar mais adeptos contra a Independência do Brasil. Foi, provavelmente, devido a esse temor que o Imperador enviou um militar experiente como Cunha Mattos para a periférica Província de Goiás.

Além da preocupação com a questão das fronteiras, Cunha Mattos também queria promover o recrutamento para combater os indígenas que, segundo as denúncias da época, viviam atacando os arraiais. As intenções de Cunha Mattos foram frustradas pela lei de 20 de outubro de 1823, que reduziu o poder do governador das armas, subordinando-o ao presidente da província. Essa lei acirrou as disputas intraelites e os conflitos de jurisdição em Goiás, constituindo-se em mais um motivo para a insatisfação das tropas goianas que, desde a época da Independência, criticavam o governo civil e diziam que só acatavam as ordens do governador das armas.

Apesar das várias manifestações de descontentamentos das tropas existentes em Goiás, essas cizânias não chegaram a ameaçar o Estado Imperial que, por meio das relações clientelares e das redes de serviços, buscava sempre negociar com os goianos, de modo a conseguir o apoio e a adesão dos mesmos aos projetos arquitetados pelo grupo que exercia o poder hegemônico na Corte.

## **FONTES**

BRASIL. Lei de 20 de outubro de 1823. Declara em vigor a legislação pela qual se regia o Brasil até 25 de abril de 1821 e bem assim as leis promulgadas pelo Senhor D. Pedro, como Regente e Imperador daquela data em diante, e os decretos das Cortes Portuguesas que são especificados. *Leis da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823*.

LISBOA. Decreto de 1<sup>a</sup> de outubro de 1821. *Collecção das Leis do Brazil. 1821*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Parte I, 1889. p. 35-37. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/InfoDoc/conteúdo/colecções/legislação/leimp-E3.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2008.

OFÍCIO de 2 de outubro de 1821, ao Furriel de Dragões Simão de Sousa Rego, ordenando-lhe que marche para o Paraná para evitar o contágio de Cavalcante. *Correspondência da Presidência com autoridades militares (1820-1824)*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 83. Manuscrito. fl. 26.

OFÍCIO de 23 de junho de 1823 da Sua Exa. O Governador das Armas ao Ex. Sr. João Vieira de Carvalho, Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra. *Correspondências do Comandante das Armas em Goiás, Raimundo José da Cunha Mattos (1823-1825)*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 118. Manuscrito. fl. 6.

OFÍCIO de 30 de junho de 1823 da Sua Exa. O Governador das Armas ao Ex. Sr. João Vieira de Carvalho, Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra. *Correspondências do Comandante das Armas 1823-1825*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 118. Manuscrito. fl. 7.

OFÍCIO de 15 de julho de 1823, ao Secretário de Estado a respeito das patentes dos oficiais. *Correspondências do Comandante das Armas em Goiás, Raimundo José da Cunha Mattos (1823-1825)*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 118. Manuscrito. fl. 23.

OFÍCIO de 22 de julho de 1823, para o Comandante do Distrito de Anicuns sobre o recrutamento ou alistamento para milícias. *Correspondência do Governador das Armas com os Comandantes de Distritos (1823-1829)*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 120. Manuscrito. fl. 10.

OFÍCIO de 22 de outubro de 1824, para o Comandante-Geral do Pilar. *Correspondência do Governador das Armas com os Comandantes de Distritos (1823-1829)*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 120. Manuscrito. fl. 73.

OFÍCIO de 22 de janeiro de 1824, para o Comandante de Flores. *Correspondência do Governador das Armas com os Comandantes de Distritos (1823-1829)*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 120. Manuscrito. fl. 84.

OFÍCIO de 8 de novembro de 1824, ao Secretário de Estado a respeito dos meios de pagar a tropa. *Correspondências do Comandante das Armas em Goiás, Raimundo José da Cunha Mattos (1823-1825)*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 138. Manuscrito. fl. 120.

OFÍCIO de 25 de março de 1824 ao Comandante das tropas da Vila de Palmas. *Correspondência do Governador das Armas com os Comandantes de Distritos (1823-1829)*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 120. Manuscrito. fl. 59.

OFÍCIO de 12 de janeiro de 1824 para o Comandante do Carmo. *Correspondência do Governador das Armas Raimundo José da Cunha Mattos com os Comandantes dos Distritos (1823-1829)*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 120. Manuscrito. fl. 67.

OFÍCIO de 27 de março de 1824, para o Capitão-Mor da Vila da Palma. *Correspondência do Governador das Armas com os Comandantes de Distritos (1823-1829)*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 120. Manuscrito. fls. 86-88.

OFÍCIO de 4 de fevereiro de 1824, para o Comandante-Geral do Carmo. *Correspondência do Governador das Armas Raimundo José da Cunha Mattos com os Comandantes dos Distritos (1823-1829)*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 120. Manuscrito. fl. 67.

OFÍCIO de 9 de fevereiro de 1824, para João Aires da Silva. *Correspondência do Governador das Armas Raimundo José da Cunha Mattos com os Comandantes dos Distritos (1823-1829)*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 120. Manuscrito. fl. 70.

OFÍCIO de 10 de outubro de 1824, para Comandante de São Felix. *Correspondência do Governador das Armas Raimundo José da Cunha Mattos com os Comandantes dos Distritos (1823-1829)*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 120. Manuscrito. fls. 96-97.

OFÍCIO de 7 de janeiro de 1824, Circulares para os Comandantes dos Distritos. *Correspondência do Governador das Armas Raimundo José da Cunha Mattos com os Comandantes dos Distritos (1823-1829)*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 120. Manuscrito. fl. 89.

OFÍCIO de 2 de Agosto de 1824, ao Conselho Supremo Militar informando o requerimento do Sr. João José do Couto Guimarães. *Correspondência da Presidência para o Tribunal do Conselho Supremo Militar (1820-1824)*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 80. Manuscrito. fl. 11.

OFÍCIO de 3 de Janeiro de 1824 para o Comandante-Geral do Distrito de Meia-Ponte. *Correspondência do Governador das Armas com os Comandantes de Distritos (1823-1829)*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 120. Manuscrito. fl. 73.

OFÍCIO de 25 de Junho de 1824 para o Capitão João Aires da Silva do Distrito do Carmo. *Correspondência do Governador das Armas com os Comandantes de Distritos (1823-1829)*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 120. Manuscrito. fl. 69.

OFÍCIO de 24 de agosto de 1825, para o Comandante de Trahiras e São José. *Correspondência do Governador das Armas com os Comandantes de Distritos (1823-1829)*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 118. Manuscrito. fl. 106.

OFÍCIO de 22 de novembro de 1825, para o Comandante de Natividade. *Correspondência do Governador das Armas com os Comandantes de Distritos (1823-1829)*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 120. Manuscrito. fl. 111-112.

OFÍCIO de 22 de julho de 1825, ao Secretário de Estado a respeito dos soldos e mais vencimentos das tropas. *Correspondência do Comandante das Armas em Goiás, Raimundo José da Cunha Mattos (1823-1825)*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 118. Manuscrito. fls. 244-245.

OFÍCIO de 10 de janeiro de 1825, ao Secretário do Estado. *Correspondência do Comandante das Armas em Goiás, Raimundo José da Cunha Mattos (1823-1825)*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 118. Manuscrito. fl. 121.

OFÍCIO de 12 de dezembro de 1825, para o Comandante Geral do Pontal. *Correspondência do Governador das Armas com os Comandantes de Distritos (1823-1829)*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 120. Manuscrito. fls. 115-116.

OFÍCIO de 9 de dezembro de 1825, para o Comandante do Distrito de Campinas. *Correspondência do Governador das Armas Raimundo José da Cunha Mattos com os Comandantes dos Distritos (1823-1829)*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 120. Manuscrito. fl. 114.

OFÍCIO de 22 de julho de 1825, da Sua Exa. o Governador das Armas ao Ex. Sr. João Vieira de Carvalho, Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra. *Correspondência do Comandante das Armas em Goiás, Raimundo José da Cunha Mattos (1823-1825)*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 118. Manuscrito. fls. 251-252.

OFÍCIO de 4 de janeiro de 1826, para o Comandante-Geral de Flores. *Correspondência do Comandante das Armas em Goiás, Raimundo José da Cunha Mattos (1823-1825)*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 120. Manuscrito. fl. 120.

REGISTRO de Requerimento e Documentos do Furriel da Companhia de Dragões Simão de Souza Rego e Carvalho. *Registro de Documentos Militares (1822)*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 94. Manuscrito. fls. 4-5.

REGISTRO de Requerimento e Documentos do Sargento-Mor José Antônio Ramos Jubé. *Registro de Documentos Militares (1822)*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 94. Manuscrito. fls. 64-65.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Fernando Dores. Capitalistas e serviços: empréstimos, contratos e mercês no final do século XVIII. *Análise Social*, v. 27, n. 116-117, 1992, p. 441-460.

FUNES, Eurípedes Antônio. *Goiás, 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária*. Goiânia: Ed. UFG, 1986.

KARASCH, Mary. The periphery of the periphery? Vila Boa de Goiás, 1780-1835. In: DANIELS, Christine; KENNEDY, Michael V. *Negotiated Empires: centers and peripheries in the Americas, 1500-1820*. New York & London: Routledge, 2002, p. 143-169.

KRAAY, Hendrik. "Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos": o "recrutamento" de escravos na Guerra da Independência da Bahia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 43, 2002.

# Comércio Atlântico de escravos no litoral de Pernambuco entre 1831 e 1855: traficantes, embarcações e portos de desembarque\*

Atlantic slave trade in the Pernambuco coast between 1831 and 1855: slave dealers, vessels and landing harbors

**Manuel Silvestre da Silva Júnior**

*Bacharel em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, com pesquisa voltada ao cotidiano da navegação no Brasil Holandês, 1630-1644.*

## RESUMO

No século XIX, Pernambuco foi a terceira maior praça de comércio de escravos do Brasil. Em todo esse período, mais de um milhão de escravos desembarcaram na província. Entretanto, no ano de 1831, o tráfico de escravos tornou-se ilegal após a aprovação da lei antitráfico em novembro do mesmo ano. Os traficantes pernambucanos se articularam e conseguiram manter o negócio formando companhias de comércio de escravos e muitos destes negociantes acumularam riquezas originadas do tráfico. O presente artigo estudará também os principais personagens desse comércio. Traficantes como Gabriel José Antônio, Ângelo Francisco Carneiro, Elias Baptista da Silva, José Ramos de Oliveira terão destaque, assim como outros pequenos comerciantes e capitães dos navios negreiros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Traficantes; Navios negreiros; Pernambuco

## ABSTRACT

The 19th century, Pernambuco was the third largest slaves trade plaza in Brazil. Throughout this period, more than a million slaves landed in the province. However, in the year 1831, the slave trade became illegal after passage of the anti-trafficking law in November of the same year. The Pernambuco dealers got together and managed to keep the business, forming slave trading companies, and many of these traffickers accumulated fortune from the traffic. This article will also study the main characters of this trade. Traffickers such as Gabriel José Antônio, Ângelo Francisco Carneiro, Elias Baptista da Silva, José Ramos de Oliveira will be prominent, as will other small merchants and captains of the slave ships.

**KEYWORDS:** Slave dealers; Slaveships; Pernambuco

---

\* Artigo recebido em 14 de outubro de 2017 e aprovado para publicação em 8 de novembro de 2017.

O comércio de escravos no Brasil atraiu, a partir de navios negreiros, mais de 5,5 milhões de africanos.<sup>1</sup> Era a principal fonte de mão de obra para os engenhos e centros urbanos. Não só a economia estava associada ao tráfico, os comerciantes deste negócio estavam ligados à política e à alta sociedade da época. Muitos conseguiram com o tráfico acumular riquezas, tornando-se homens de alto prestígio e influência no Governo imperial.

Estes traficantes, agora mais cuidadosos com o comércio de escravos após suas proibições, articularam redes mercantis, não só na Província de Pernambuco, mas também com traficantes de outras regiões do Brasil. Todo cuidado agora era pouco. As embarcações não podiam mais desembarcar seus escravos nos portos urbanos. A saída foi a escolha de portos naturais no litoral, as praias, que viabilizassem o desembarque e os negócios dos contrabandistas. Os navios negreiros foram mudando, se adaptando ao novo comércio. Antes, as embarcações eram de porte médio, porém, esse tamanho foi diminuindo com o tempo, até chegar a embarcações com tonelagens baixas.

No ano de 1831, o Brasil passava por um confuso contexto político devido à abdicação de D. Pedro I. Felisberto Caldeira Brant, Marquês de Barbacena, apresenta ao Senado em maio do mesmo ano um projeto de lei antitráfico, o qual foi aprovado e enviado à Câmara.<sup>2</sup> Em 7 de novembro de 1831, era sancionada a primeira lei antitráfico de escravos do Brasil. O primeiro arti-

go dizia: “Todos os escravos que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres”<sup>3</sup>. Por conseguinte, todos os envolvidos com o tráfico eram identificados – comandantes, mestres, proprietários, os que financiavam – estes estavam agora passíveis de punições, prisão de três a nove anos e uma multa de 200 mil réis por cada escravo contrabandeado e sua reexportação para o continente africano.<sup>4</sup>

O Governo regencial já se preocupava com a repressão aos navios negreiros. O Ministro da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres, no relatório de 1832, apresentava a compra de duas escunas para patrulhar o litoral brasileiro, vedando “o acesso de nossas praias a esses enxames de africanos nelas continuamente despejados por navios que se ocupam em tão abominável trafico”<sup>5</sup>. O Porto de Recife seria destacado pelo ministro no relatório de 1833, o qual relata a importância da posição geográfica do dito porto, sendo assim, uma considerável estação dos navios da Armada Nacional para combate ao tráfico de escravos.<sup>6</sup>

Nestes primeiros anos de cumprimento da lei, houve uma queda no número de importações de escravos, voltando a crescer somente após 1835. Entre 1830 e 1839, foi possível identificar 58 viagens negreiras para Pernambuco no projeto *The Transatlantic Slave Trade Database* – TSTD (Banco de Dados do Comércio Transatlântico de Escravos). Cinco dessas viagens foram feitas por embarcações de propriedade de Gabriel José Antônio, como detalha a tabela a seguir:

Embarcação	Ano	Capitão	Tipologia	Região de embarque	Escravos desembarcados
<i>Triunfo do Brasil</i>	1830	Pedro Jorge Vidal	Brigue	Luanda	444
<i>Triunfo do Brasil</i>	1831	Pedro Jorge Vidal	Brigue	Luanda	444
<i>Triunfo do Brasil</i>	1831	Pedro Jorge Vidal	Brigue	Luanda	444
<i>Bom Sucesso</i>	1839	C J de Oliveira	Escuna	Luanda	277
<i>Livramento</i>	1839	J A Branco	Escuna	Luanda	277

Tabela 1 – Dados sobre viagens negreiras  
Fonte: The Transatlantic Slave Trade Database (TSTD)

De acordo com a Tabela 1, a principal região de embarque de escravos era Luanda, em Angola. O número de cativos desembarcados em Pernambuco pelas embarcações de Gabriel Antônio, neste período, totalizou 1.886, dos quais 1.442 cativos foram desembarcados no período de proibição do tráfico. Antes mesmo de se tornar um grande comerciante de escravos, Gabriel Antônio começou como capitão de um navio negreiro, o *General Silveira*, de propriedade de Elias Coelho Cintra, notório traficante de escravos no início do século XIX. Esta embarcação no ano de 1829 iniciou uma viagem de Angola para Pernambuco com 506 cativos. Destes, 11 morreram no percurso, totalizando 495 escravos desembarcados em terras pernambucanas.

José Ramos de Oliveira foi outro notório traficante que atuou no comércio de escravos na costa pernambucana. De acordo com Marcus Carvalho, “além de trazer escravos para Pernambuco, era dono do Engenho Salgado, às margens do Rio Ipojuca – segundo Tollenare, navegável por navios de até 150 toneladas – que desaguava no Porto de Suape”<sup>7</sup>. Na década de 1830, algumas de suas embarcações realizaram quatro viagens para a Angola:

Embarcação	Ano	Capitão	Tipologia	Região de embarque	Escravos desembarcados
<i>NS Conceição de Maria</i>	1830	Joaquim José dos Santos	Sumaca	Não identificado	176
<i>S. José</i>	1839	J de Oliveira	Escuna	Luanda	277
<i>24 de Julho</i>	1839	A J Rodrigues	Brigue	Moçambique	444
<i>Esperança</i>	1839	J S de Castro	Escuna	Luanda	277

Tabela 2 – Dados sobre viagens para comércio de escravos  
Fonte: The Transatlantic Slave Trade Database (TSTD)

Durante o período analisado na Tabela 2, as embarcações de José Ramos de Oliveira desembarcaram 1.174 escravos capturados, dos quais 998 no período de proibição. Interessante destacar um dos pontos de embarque de cativos usado pelo Brigue *24 de Julho*, a localidade de Moçambique. Na década de 1830, somente os Brigues *24 de*

*Julho*, *Leal Africano* e as Escunas *Clémentine* e *Providence* utilizaram outro ponto de embarque de escravos além de Angola. O primeiro destes quatro, como mostrado na Tabela 2, desembarcou 444 africanos oriundos de Moçambique. Os outros três navios juntos desembarcaram 473 cativos originados do Benim.

Desde o século XVIII, o comércio de africanos oriundos de Angola era feito diretamente do Brasil. Como o Tratado Anglo-Português de 1815 proibiu o tráfico de escravos ao Norte da Linha do Equador<sup>8</sup>, Angola se tornou o principal ponto de fornecimento de escravos para o mundo atlântico. Interessante destacar que a rota Angola–Brasil podia ser feita em poucos dias, ajudando a diminuir a mortalidade dos cativos na travessia, aumentando o lucro para os traficantes. O Brigue *Triunfo do Brasil*, de Gabriel Antônio, nas duas viagens de 1831 (Tabela 1) demorou 23 e 27 dias, respectivamente, de Angola para Pernambuco. A embarcação *Novo Despique*, propriedade de João Batista César, realizou o percurso em apenas 19 dias, a mesma quantidade da embarcação *Oriente Africano*, cujo dono é Remígio Luís dos Santos.

Durante a década de 1840, foi possível contabilizar 50 viagens negreiras. O Brigue *24 de Julho*, no exato ano de 1840, consta como proprietário e capitão A. P. Viana<sup>9</sup>. Este navio partiu do Rio de Janeiro com destino a Moçambique, e m b a r c o u

517 escravos e, ao chegar no litoral pernambucano, desembarcou escravos nas praias de Catuama e Maria Farinha, no total de 468 cativos desembarcados nestas praias. O consignatário do brigue era José Ramos de Oliveira<sup>10</sup>. Neste mesmo período, foi possível identificar três viagens de embarcações cujo proprietário era o já citado Gabriel Antônio:

Embarcação	Ano	Capitão	Tipologia	Região de embarque	Escravos desembarcados
<i>Cospe Fogo</i>	1840	A. I. da Silva	Escuna	Luanda	145
<i>Francelina</i>	1844	Não identificado	Patacho	Luanda	350
<i>Mariquinha</i>	1846	Não identificado	Escuna	Luanda	183

Tabela 3 – Dados sobre viagens de embarcações de propriedade de Gabriel Antônio  
Fonte: The Transatlantic Slave Trade Database (TSTD).

De acordo com a Tabela 3, as embarcações do comerciante Gabriel Antônio desembarcaram juntas, na década de 1840, 678 escravos, os quais os cativos do Patacho *Francelina* foram deixados em Cabo Frio, Rio de Janeiro<sup>11</sup>. Esse acontecimento mostra que os traficantes mantinham comércio fora da sua praça principal, sempre buscando contatos em outras regiões do Brasil. A Escuna *Mariquinha* desembarcou os 183 escravos na praia de Porto de Galinhas, litoral pernambucano. Gabriel Antônio era também pai de dois filhos que vieram a se tornar traficantes de escravos.

Um desses era Antônio Germano Alves, o qual, com o Brigue *Triunfo do Brasil*, consta como proprietário desta embarcação, realizando duas viagens negreiras para a costa da África em 1845. A primeira, tendo como capitão Cândido de Lacerda, desembarcou 444 escravos na Província do Rio de Janeiro. A segunda viagem, tendo como capitão Nicolau Maria Pasalaqua, partiu de Pernambuco e ao chegar no continente africano embarcou 490 cativos, destes, 444 foram desembarcados no litoral pernambucano.

Outro filho de Gabriel Antônio era João Antônio Alves da Silva, dono do Brigue *Leão* e da Escuna *Acarati*. O primeiro contava com 218 toneladas e partiu de Pernambuco com destino a Luanda em 1845, tendo como capitão José Joaquim Pereira de Melo. Embarcou 490 escravos, destes, foram desembarcados pouco mais de 440 em Pernambuco. A segunda consta no relatório de 1842 do Ministério das Relações

Exteriores,<sup>12</sup> no qual mostra que a embarcação foi detida pela Escuna de guerra brasileira *Fidelidade*, comandada por Felipe José Pereira Leal, por desconfiança de ter a Escuna *Acarati* carregamento de africanos de Luanda, e estes desembarcados em Pernambuco.

De fato, a Escuna *Acarati*, tendo como capitão Manoel José Fernandes, desembarcou 385 escravos, mas não em Pernambuco, e sim em Alagoas,<sup>13</sup> feito isso antes de seu aprisionamento. A escuna foi capturada no Cabo de Santo Agostinho.<sup>14</sup> No mesmo relatório, vemos a aplicabilidade da condenação do navio pela Comissão Mista Brasileira e Inglesa,<sup>15</sup> a qual incluiu a embarcação no “Art. 1º da Convenção de 23 de novembro de 1826, o dito proprietário, o Mestre Manoel José Fernandes, e o piloto Custodio Forjaz de Lacerda, todos subditos brasileiros [...]”<sup>16</sup>.

Outro importante comerciante de escravos era Ângelo Francisco Carneiro, um dos poucos que continham uma fortuna de mais de 50 contos na Província de Pernambuco.<sup>17</sup> Ângelo Francisco Carneiro atuava no comércio de cativos antes da proibição de 1831, juntamente com Elias Baptista da Silva, os quais são cunhados.<sup>18</sup> As maiorias das viagens disponíveis são do período anterior a 1831, todavia, é de grande importância estudar como estes dois traficantes trabalhavam no comércio de escravos. Na tabela abaixo, serão apresentados os dados de embarcações controladas por Ângelo Francisco e Elias Baptista, como sócios, e por Ângelo Francisco como único dono.

Embarcação	Ano	Capitão	Tipologia	Região de embarque	Escravos desembarcados
<i>Feiticeira</i>	1821	José João Cancio	Escuna	Luanda	222
<i>Velha de Deus</i>	1823	Não identificado	Escuna	Luanda	284
<i>Flor do Tejo ou Andorinha</i>	1841	J. R. da Silva	Barca	Luanda	670
<i>Viajante Feliz</i>	1841	J. A. Gomes	Brigue	Benguella	750
<i>Leão</i>	1843	Não identificado	Brigue	Campos	580

Tabela 4 – Dados sobre embarcações controladas por Ângelo Francisco e Elias Baptista  
Fonte: The Transatlantic Slave Trade Database (TSTD)

Dentre esses navios, o *Feiticeira* de 1821 consta como proprietários Ângelo Francisco Carneiro e Elias Baptista da Silva. É o único navio no qual os dois traficantes trabalham como sócios. Em uma viagem no mesmo ano, essa mesma embarcação está associada a Elias Baptista e José Francisco Carneiro, este último consignatário a vários navios. As outras quatro embarcações estão relacionadas a Ângelo Francisco Carneiro. Interessante destacar a quantidade de escravos desembarcados pelas viagens da década de 1840. Somados os desembarques, totalizam incríveis 2.000 cativos desembarcados no Brasil, o Brigue *Leão* deixou seus escravos no Sudeste brasileiro, enquanto os outros na Província de Pernambuco.

O número de cativos embarcados em Luanda impressiona, pois, os navios não possuíam uma tonelagem alta, sendo todos de pequeno porte. A Barca *Flor do Tejo/Andorinha* tinha 171 toneladas e embarcou 720 escravos,

os Brigues *Viajante Feliz* e *Leão* possuía 248 e 230 toneladas, respectivamente, o primeiro embarcou 828 escravos e o segundo 640 escravos<sup>19</sup>, como convém, um número alto de cativos para o tamanho das embarcações.

Ângelo Francisco Carneiro foi consignatário de vários navios negreiros que arribaram no Recife, a exemplo do navio *Formiga* em 1836 e 1837, o *Andorinha* em 1840. A Barca *Ermelinda*, em 1843, estava consignada a Ângelo Francisco, iria para Luanda com escala por Benguela, tendo como capitão Nicolao Maria Pasalaqua<sup>20</sup> – o mesmo que fez a viagem como capitão com o Brigue *Triunfo do Brasil* em 1845. Essa barca, em 1841, foi apreendida pela Comissão Mista em Serra Leoa, juntamente com o navio brasileiro *Galianna*, em processo que será destacado mais adiante.

Os navios julgados pelas Comissões Mistas de Serra Leoa, Rio de Janeiro ou do Tribunal do Vice-Almirantado estão listados na tabela abaixo:

Embarcação	Tipologia	Ano	Comissão de Julgamento	Sentença
<i>Camões</i>	Não identificado	1837	Comissão Mista de Serra Leoa	Inocentado
<i>Veloz</i>	Não identificado	1837	Comissão Mista de Serra Leoa	Condenado
<i>Ermelinda</i>	Barca	1841	Comissão Mista de Serra Leoa	Inocentado
<i>NS Conceição de Maria</i>	Não identificado	1841	Tribunal Vice-Almirantado, St. Helena	Condenado
<i>José</i>	Não identificado	1841	Tribunal Vice-Almirantado, St. Helena	Condenado
<i>S José</i>	Bergantim	1842	Tribunal Vice-Almirantado, St. Helena	Condenado
<i>Ermelinda Segunda</i>	Barca	1842	Comissão Mista de Serra Leoa	Inocentado
<i>Aracati</i>	Escuna-Brigue	1842	Comissão Mista do Rio de Janeiro	Condenado
<i>Confidência</i>	Não identificado	1843	Comissão Mista de Serra Leoa	Condenado
<i>Helena</i>	Bergantim	1843	Comissão Mista de Serra Leoa	Condenado
<i>Isabela</i>	Bergantim	1845	Tribunal Vice-Almirantado, St. Helena	Condenado
<i>Diligência</i>	Lancha	1845	Comissão Mista de Serra Leoa	Condenado
<i>Mariquinha</i>	Escuna	1846	Apresado por Brasil ou cedido ao Governo brasileiro	–
<i>Feliz</i>	Escuna	1846	Apresado por Brasil ou cedido ao Governo brasileiro	–
<i>Leão</i>	Brigue	1846	Tribunal Vice-Almirantado, St. Helena	Condenado
<i>Bonfim</i>	Sumaca	1847	Capturado por portugueses antes do embarque de escravos	–
<i>Eco</i>	Brigue	1850	Tribunal Vice-Almirantado, St. Helena	Condenado
<i>Chatsworth</i>	Bergantim	1850	Capturado por franceses antes do embarque de escravos	–

Tabela 5 – Relação de navios julgados

Fonte: The Transatlantic Slave Trade Database (TSTD)

Como mostrado na Tabela 5, a maioria dos navios foi julgada pelas comissões anglo-brasileiras em Serra Leoa ou no Tribunal do Vice-Almirantado. Os outros navios foram presos ou cedidos ao Governo brasileiro.<sup>21</sup> Importante destacar que muitas questões práticas limitavam a atuação da comissão mista localizada no Rio de Janeiro. De acordo com Beatriz Gallotti Mamigonian:

“Em primeiro lugar, apenas barcos brasileiros podiam ser julgados pelo tribunal bilateral, e, assim, conforme a existência de tratados permitindo à Marinha britânica o direito de busca e apreensão, os navios do tráfico tomavam outras bandeiras, como a portuguesa ou a americana. Além disso, desde meados da década de 1830, o governo brasileiro recusava-se a aprovar uma emenda no tratado para que navios somente equipados para o tráfico e não necessariamente com escravos a bordo pudessem ser julgados na comissão”<sup>22</sup>.

Por essa recusa do Governo brasileiro em aprovar uma emenda para que navios com equipamentos para o tráfico de escravos pudessem ser capturados e julgados pelas comissões mistas, em 1839 foi promulgada pelos ingleses da Lei do Equipamento (Equipment Act), a qual tinha como objetivo “enquadrar no crime de tráfico os navios que navegavam sob bandeira portuguesa, depois de muitas tentativas da Inglaterra para arrancar um tratado antitráfico de Portugal que substituisse o de 1817 proibindo o comércio negreiro ao Norte da linha do Equador”<sup>23</sup>. Importante destacar que o Governo brasileiro não reconhecia a lei. A Força Naval britânica agora poderia capturar embarcações que, mesmo sem a presença de cativos capturados, contassem com equipamentos para o tráfico, entre os quais: escotilhas gradeadas, grilhões e algemas, quantidade de água acima do que a necessária para o consumo da tripulação, entre outros.

As embarcações condenadas nas comissões eram vendidas em hasta pública, podendo ser compradas por comerciantes locais ou pelo Almirantado, o qual as transformavam em navios de patrulhas contra o tráfico de escravos. Os cativos encontrados nas embarcações

condenadas seriam formalmente emancipados pela comissão e entregues ao governo em cujos territórios sedevam a comissão.<sup>24</sup> Os navios absolvidos eram restituídos juntamente com as cargas e com os escravos a bordo aos seus proprietários, os quais poderiam reclamar “os custos do processo e de todas as perdas e danos sofridos como resultado da captura e detenção da embarcação”<sup>25</sup>.

De acordo com a Tabela 5, 16 embarcações foram aprisionadas após a promulgação da Lei do Equipamento. A Barca *Ermelinda*, várias vezes consignada a Ângelo Francisco Carneiro, em 1841 foi apreendida – como se vê na Tabela 5 – juntamente com o Navio *Galianna*. Entretanto, os dois navios foram apreendidos sem escravos a bordo, mas com a aparelhagem para o tráfico, enquadrada justamente na Lei do Equipamento. Um juiz comissário brasileiro que se tornou membro da Corte de julgamento da comissão em Serra Leoa, posteriormente, declarou os dois navios capturados ilegalmente. Mas a comissão e seus juizes não chegavam a um consenso, foi decidido então que dois membros da Corte seriam escolhidos para julgar os navios. Já em 1842, o juiz britânico Michael Melville julgou o *Galianna*, condenando-o. Posteriormente, foi a vez do juiz brasileiro Joaquim Tomás do Amaral julgar o *Ermelinda* mas, para o descontentamento dos ingleses, ele julgou a embarcação inocente em 20 de junho de 1842.<sup>26</sup>

Os navios *Veloz* e *Camões* pertenciam a uma companhia de traficantes de escravos que tinha como objetivo articular o comércio para Pernambuco. Esta companhia possuía 20 acionistas, pretendendo estabelecer uma feitoria no Rio Benim. As articulações dos negócios foram descobertas com a apreensão dos Navios *Veloz* e *Camões* pelos britânicos. Uma outra companhia é encontrada no *Diário de Pernambuco*, oriunda de Angola: “Convite da Companhia da Agricultura e Indústria, do Reino de Angola e Benguela, aos negociantes e particulares para entrar com ações na empresa. Por João Maria Severino”<sup>27</sup>. Fica claro a intenção de manter relações comerciais de tráfico de escravos, pois inexistia uma companhia de agricultura e indústria em Angola.

Setenta dos 200 escravos embarcados da Escuna *Feliz*, ao realizar a travessia atlântica, morreram no percurso. Chegando ao Brasil, dos 130 cativos restantes, 80 foram roubados

pelas autoridades locais, posteriormente, o restante dos cativos foi enviado para Recife.<sup>28</sup> O *Mariquinha*, de propriedade do já citado Gabriel Antônio, desembarcou em 1846 seus escravos em Porto de Galinhas. Todavia, essa praia não era a escolhida pelo traficante, o qual teve todos os cativos roubados pelas autoridades locais, e ainda foi agredido.<sup>29</sup>

Estes dois acontecimentos acima nos remete a uma importante informação sobre o desembarque de cativos, as praias utilizadas pelos traficantes. Após a proibição do tráfico negreiro em 1831, as rotinas dos portos urbanos tiveram que ser transferidas para os portos naturais no litoral. Essa transferência dificultou a vida dos traficantes, pois estes portos naturais não contavam com equipamentos e pessoal adequados para guiar os navios, não tinham faróis, como também não possuíam pessoal qualificado para cuidar dos desembarques dos cativos. Os portos pertos das propriedades agrárias ou perto de povoações seriam os mais indicados para os navios.

Nestes lugares haveria compradores certos e até os consignatários das cargas. O uso de embarcações menores foi favorecido. Como diz Marcus Carvalho:

“o uso de brigues, escunas e depois sumacas, palhabotes e até iates no tráfico, depois de 1831, era uma adaptação às novas circunstâncias. Barcos menores podiam ser carregados mais rapidamente na África, eram velozes e de fácil manobrabilidade e mais difíceis de serem espreitados à distancia”<sup>30</sup>.

Além das embarcações de pequeno porte, variando de 150 a 300 toneladas, muitos barcos de apenas 45 a 60 toneladas foram utilizados para o tráfico negreiro. O clima era um fator determinante na hora de desembarque de escravos. Alguns comerciantes arriscavam desembarcar os cativos em alto-mar, levando-os à costa via jangadas e canoas. Muitos cativos, que já estavam fracos pela falta de víveres e água no percurso, morreram nesse tipo de desembarque, pois uma simples maré-cheia atrapalhava os barcos menores. Os escravos ainda corriam risco de afogamento ou serem até comidos por tubarões.<sup>31</sup> Na tabela abaixo, indicarei as praias identificadas para desembarque de escravos em Pernambuco e os navios que as utilizaram:

Embarcação	Ano	Praia	Toneladas	Escravos embarcados	Escravos desembarcados
<i>Eugenia</i>	1837	Ilha de Itamaracá	Não identificado	416	377
<i>Maria Rita</i>	1840	Catuama e Maria Farinha	100	386	350
<i>Formiga</i>	1840	Catuama e Maria Farinha	83	307	277
<i>S José</i>	1840	Catuama e Maria Farinha	77	307	277
<i>Vinte e Quatro de Julho</i>	1840	Catuama e Maria Farinha	162	517	468
<i>Paquete da Madeira</i>	1840	Ilha de Itamaracá	75	298	268
<i>Experiência</i>	1840	Catuama e Maria Farinha	187	413	387
<i>Andorinha</i>	1840	Catuama e Maria Farinha	271	720	650
<i>União</i>	1841	Catuama e Maria Farinha	244	683	500
<i>Flor do Tejo/Andorinha</i>	1841	Catuama e Maria Farinha	171	720	670
<i>Temerário</i>	1843	Catuama e Maria Farinha	381	913	816
<i>NS da Conceição</i>	1843	Catuama e Maria Farinha	21	97	91
<i>Garrapés</i>	1844	Porto de Galinhas	Não identificado	350	130
<i>Mariquinhas</i>	1846	Porto de Galinhas	45	203	183

Tabela 6 – Dados sobre navios e praias para desembarque de escravos  
Fonte: The Transatlantic Slave Trade Database (TSTD)

Pelos dados mostrados, podemos ver o uso de embarcações de porte baixo/médio, mas a necessidade de adaptação aos novos portos naturais fez acrescentar cada vez mais navios de porte ainda menor. Esses novos tipos de navios, além de serem empregados para uma entrada mais segura nas praias, permitia aos contrabandistas escaparem mais facilmente das Marinhas inglesa e brasileira. As Praias de Catuama, Maria Farinha e da Ilha de Itamaracá foram as mais escolhidas pelos traficantes. A Praia de Porto de Galinhas não era o destino da embarcação *Mariquinhas*, como dito antes, mas foi utilizada pelo *Garrapés*.

Este último sofreu a maior perda dos navios acima, 62,9% dos cativos morreram. Isso significava uma grande perda para os traficantes. Interessante ressaltar que a embarcação *Temerário*, de acordo com o dado acima, teve 10,6% de mortes durante a viagem. Ainda, na localidade onde estavam aprisio-

nados os cativos desembarcados pelo navio, morreram mais 300, possivelmente devido ao confinamento que, por sua vez, causava o escorbuto, uma doença que afetava não só os escravos, mas também os tripulantes.

O Governo imperial aumentou a pressão no combate ao tráfico de escravos com a Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, a qual “prometia processar traficantes de escravos, capitães, membros da tripulação e todos aqueles envolvidos na atividade de equipar navios e desembarcar escravos ilegalmente. Os casos deveriam ser levados à Auditoria da Marinha, com recurso apenas ao Conselho de Estado [...]”<sup>32</sup>. A partir de então, o tráfico externo de escravos foi perdendo força até o último navio negreiro registrado desembarcar cativos na costa, em Sirinhaém, em 1855. O comércio atlântico de escravos acabaria sendo derrotado 24 anos depois da primeira lei de proibição de 1831.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETHELL, Leslie. *A abolição do comércio brasileiro de escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869*. Brasília: Senado Federal, 2002.

CARVALHO, Marcus J. M. de. O desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831. *Revista de História*. São Paulo, nº167.

\_\_\_\_\_. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. 2ª edição. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

CONRAD, Robert E. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Editora Brasileira, 1985.

MAMIGONIAN, Beatriz G. A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). In: *O Brasil Império (1808-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, vol. 1.

\_\_\_\_\_. “Em nome da liberdade: abolição do tráfico de escravos, o direito e o ramo brasileiro do recrutamento de africanos (Brasil – Caribe britânico, 1830-1850)”. *Revista Mundos do Trabalho*. Vol. 3, n.6, julho-dezembro de 2011.

REIS, J. J.; GOMES, F. dos S.; CARVALHO, M. J. M. de. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro* (c. 1822 – c.1853). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

REDIKER, Marcus. *O navio negreiro, uma história humana*. São Paulo: Companhia das Letras. 2011.

\_\_\_\_\_. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. São Paulo: Editora da Unicamp, CECULT. 2000.

## FONTES ONLINE

BRASIL. Lei de 7 de novembro de 1831 – Declara livres todos os escravos vindos de fora do Imperio, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. – Publicação Original. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html)>.

Center for Research Libraries (CRL) – Brazilian Government Documents, Ministerial Reports (1821-1960). Disponível em: ([www.crl.edu/brazil](http://www.crl.edu/brazil)).

*Diário de Pernambuco*. Disponível em: University of Florida Digital Collections Home: (<http://ufdc.ufl.edu/AA00011611/19423/allvolumes>).

*Diário Novo*. Disponível em: (<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

The Transatlantic Slave Trade Database. Disponível em: ([www.salvevoyages.org](http://www.salvevoyages.org)).

---

## NOTAS

<sup>1</sup> Análise do Tráfico de Escravos: Estimativas. In: The Transatlantic Slave Trade Database (TSTD).

<sup>2</sup> BETHELL, Leslie. *A abolição do comércio brasileiro de escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869*. Brasília: Senado Federal. 2002. p.92.

<sup>3</sup> Legislação Informatizada – Lei de 7 de novembro de 1831 – Publicação Original. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html)> Acesso em: 31.06.14.

<sup>4</sup> BETHELL, Leslie. *Op. Cit.* p.92-93.

<sup>5</sup> Center for Research Libraries (CRL) – Brazilian Government Documents, Ministerial Reports (1821-1960), Ministério da Marinha, Relatório do ano de 1832, apresentado à Assembleia Geral em 8 de maio de 1833, pelo Ministro Joaquim José Rodrigues Torres, U2047, “Marinha 1832-2”. p.3.

<sup>6</sup> Center for Research Libraries (CRL) – Brazilian Government Documents, Ministerial Reports (1821-1960), Ministério da Marinha, Relatório do ano de 1833 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1834. U2049, “Marinha-1833-2”. p.6.

<sup>7</sup> CARVALHO, Marcus. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. 2ª edição, Recife, Editora Universitária da UFPE, 2010. p.120.

<sup>8</sup> Idem. p.100.

<sup>9</sup> The Transatlantic Slave Trade Database (TSTD).

<sup>10</sup> CARVALHO. *Op. cit.* p.159.

<sup>11</sup> The Transatlantic Slave Trade Database (TSTD).

<sup>12</sup> Center for Research Libraries (CRL) – Brazilian Government Documents, Ministerial Reports (1821-1960), Ministério das Relações Exteriores, Ministro Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho. Relatório do ano de 1842 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão Ordinária de 5ª Legislatura em 1843. U1478. p.10

<sup>13</sup> BETHELL, *Op. Cit.* p.243.

<sup>14</sup> CARVALHO, Marcus. O desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831. *Revista de História*. São Paulo, nº 167. p.247.

<sup>15</sup> A Comissão Mista Brasil-Inglaterra foi criada em virtude da Convenção de 20 de novembro de 1826, um tratado antitráfico entre os dois países. Portanto, a comissão era encarregada de fiscalizar e punir o comércio ilegal como também declarar livres os africanos a bordo nos navios negreiros.

<sup>16</sup> Center for Research Libraries (CRL) – Brazilian Government Documents, Ministerial Reports (1821-1960), Ministério das Relações Exteriores, Ministro Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho. Relatório do ano de 1842 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão Ordinária da 5ª Legislatura em 1843. U1478. p.10

<sup>17</sup> CARVALHO. *Op. Cit.*, p. 106.

<sup>18</sup> *Diário de Pernambuco*, 20/3/1849. Avisos Diversos, p. 3.

<sup>19</sup> The Transatlantic Slave Trade Database (TSTD).

<sup>20</sup> *Diário Novo*. 22/7/1843.

<sup>21</sup> The Transatlantic Slave Trade Database (TSTD).

<sup>22</sup> MAMIGONIAN, Beatriz G. A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Império (1808-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, vol. 1, p. 226.

<sup>23</sup> REIS, J. J.; GOMES, F. dos S.; CARVALHO, M. J. M. de. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (c. 1822-c.1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p.190-191.

<sup>24</sup> BETHELL. *Op. Cit.*, p. 159-160; MAMIGONIAN, Beatriz G. "Em nome da liberdade: abolição do tráfico de escravos, o direito e o ramo brasileiro do recrutamento de africanos (Brasil – Caribe britânico, 1830- 1850)". *Revista Mundos do Trabalho*. Vol. 3, n.6, julho-dezembro de 2011, p.69.

<sup>25</sup> BETHELL. *Op. Cit.* p. 159.

<sup>26</sup> BETHELL. *Op. Cit.*, p. 229; REIS, J. J.; GOMES, F. dos S.; CARVALHO, M. J. M de. *Op. Cit.*, p. 252.

<sup>27</sup> *Diário de Pernambuco*, 04/01/1837.

<sup>28</sup> CARVALHO, Marcus. *Op. Cit.*, p. 245.

<sup>29</sup> *Idem.* p. 245.

<sup>30</sup> *Idem.* p. 232.

<sup>31</sup> *Idem.* p. 233.

<sup>32</sup> MAMIGONIAN, Beatriz G. *Op. cit.*, p. 83.

# Uma elite de oficiais: hierarquias e usos políticos da Guarda Nacional na fronteira meridional do Império (Jaguarão, 1860-1889)\*

An officers' elite: hierarchies and political uses of the Guarda Nacional on the meridional border of the Imperial Brazil (Jaguarão, 1860-1889)

**Amanda Chiamenti Both**

*Doutoranda pelo programa de Pós-Graduação em História da PUC-RS.*

## RESUMO

O presente artigo objetiva analisar a Guarda Nacional enquanto uma instituição que ocupou papel central na sustentação da hierarquização que caracterizou a sociedade brasileira do Oitocentos. Para tanto, focamos nossa investigação na Guarda Nacional de Jaguarão, município localizado na fronteira sudoeste da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, no interstício entre 1860 e 1889, cotejando aspectos quantitativos e qualitativos. Apresentamos o perfil do *corpus* da Guarda Nacional, evidenciando a distância existente entre os oficiais e os demais membros da milícia, o que refletia e reforçava a hierarquia existente na sociedade. Além disso, através do exame de casos específicos, demonstramos como a estrutura organizacional da Guarda era politicamente utilizada pelos oficiais e por outros potentados locais a fim de manterem o *status quo* e de perpetuarem-se na condição de elite.

**PALAVRAS-CHAVE:** Guarda Nacional; hierarquias sociais; Brasil Império

## ABSTRACT

The goal of the present work is to analyze the "Guarda Nacional" as a key institution to sustain the hierarchic process that took place in the Brazilian society in the XIX century. We focus our investigation on quantitative and qualitative aspects of the Guarda Nacional of Jaguarão Municipality, placed at the southwestern border of São Pedro province, Rio Grande do Sul State, between 1860 and 1889. We present the Guarda Nacional profile<sup>1</sup>, showing the distance between officers and other military members, which both reflect and reinforce the hierarchic structure of the society. Besides, through the analyses of specific cases, we demonstrate how the organizational structure of the Guarda was politically used by officers and by others influential local citizens to keep the status quo and to perpetuate in an elite position.

**KEYWORDS:** Guarda Nacional; Social hierarchies; Imperial Brazil

---

\* Artigo recebido em 10 de outubro de 2017 e aprovado para publicação em 26 de outubro de 2017.

Criada em 1831, durante o Período Regencial, a Guarda Nacional era uma milícia composta por cidadãos com a função de atuar na manutenção da ordem interna do País e auxiliar na defesa externa quando necessário. Foi uma das mais abrangentes e estáveis instituições do Império. Estendia-se por todo o território e resistiu, ainda que não sem modificações, ao fim do Regime Monárquico, sendo extinta apenas em 1922. Desse modo, a Guarda Nacional consistiu em uma instituição basilar do Império brasileiro que afetava de maneiras diversas parte significativa da população do século XIX, fosse pelas funções que a milícia desempenhava no cotidiano das localidades, fosse pelo seu papel na classificação dos indivíduos através dos processos de qualificação ou, ainda, pela ocupação dos postos do oficialato por cidadãos influentes das paróquias.

Diante disso, no presente artigo, buscamos analisar a Guarda Nacional como instituição importante para a manutenção da hierarquização que marcou a sociedade do Oitocentos, na medida em que classificava os habitantes através dos processos de qualificação e reconhecia os “melhores” indivíduos através das nomeações de oficiais. Além disso, enfocamos a utilização da guarda como instrumento político na manutenção do *status quo*, a qual envolvia diversas práticas de cunho personalista, fenômeno que não se chocava, necessariamente, com os esforços do Estado imperial no sentido de fortalecer a centralização.

Para tanto, circunscrevemos a investigação ao Município de Jaguarão, na Província do Rio Grande do Sul, no período que se estende entre 1860 a 1889. O artigo está organizado em duas partes. Inicialmente, apresentamos o perfil dos oficiais da Guarda Nacional de Jaguarão, situando-o em relação ao perfil dos guardas nacionais, bem como ao perfil dos oficiais de outros municípios da província, demonstrando que, em diferentes conformações sociais, os elementos socialmente valorizados podem ser distintos, resultando na construção de elites com características específicas mesmo no interior de uma mesma província. No segundo momento, a partir do estudo de alguns casos abordamos como a estrutura organizacional da Guarda Nacional reforçava a

hierarquização social, tanto pelo emprego de relações clientelísticas quanto pelo estabelecimento de laços horizontais entre oficiais e destes com potentados locais, a fim de perpetuarem-se no topo da escala social.

## **A REFORMA CENTRALIZADORA DE 1850 E A DESMOBILIZAÇÃO DE 1873**

Em 1850, em meio a uma série de reformas de cunho centralizador protagonizada pela política do regresso conservador, como a lei de interpretação do Ato Adicional (1840) e a reforma do Código de Processo Criminal (1841), a Guarda Nacional também foi submetida a uma reforma. A nova legislação organizou a Guarda Nacional sob uma legislação única, alargando o controle do governo central, via ministro da Justiça e presidentes de Província, sobre a instituição, passando os oficiais a serem indicados por nomeação.

No que tange à lei que regulamentava a Guarda Nacional nas províncias limítrofes, em 1857 foi promulgado um decreto definindo regras específicas. Tendo em vista os riscos de um ataque externo, o governo adotou medidas que aumentavam o controle sobre a Guarda e visavam ampliar o número de homens que poderiam ser qualificados. Assim, houve uma diminuição da renda mínima exigida, que passou a ser de cem mil réis, a limitação das isenções, proibindo que guardas nacionais fossem nomeados inspetores de quartelão, e a ampliação do poder do presidente da Província que, a partir de então, poderia nomear provisoriamente oficiais do Exército para comandantes superiores da Guarda Nacional sempre que julgasse ser necessário.<sup>1</sup>

Mesmo com a regulação do governo central, os comandantes da Guarda ainda desfrutavam de amplos poderes para usar a milícia em benefício próprio. Assim sendo, em 1873 o Governo imperial aprovou uma nova legislação para a Guarda Nacional visando cercear o poder dos comandantes, sobretudo no que se referia à interferência nos pleitos eleitorais. A partir de então, esta poderia ser convocada em circunstâncias extraordinárias, como rebeliões e guerras externas e, ordinariamente, apenas uma vez no ano, em data que seria decidida pelo comandante superior, mais não poderia ocorrer “dois meses antes ou depois

de qualquer eleição”<sup>2</sup>. Além disso, foi estabelecida a idade limite de 40 anos para a qualificação no serviço ativo, o que diminuía o efetivo, ainda que tenham existido casos em que essa norma não foi respeitada, como nos mostram as listas do serviço ativo da Guarda Nacional de Jaguarão dos anos de 1874 e 1886. Segundo Fertig, essa foi a mudança que mais afetou a organização da Guarda na província sulina. Apesar disso, no caso de Jaguarão, a lista do serviço ativo de 1886 tem aproximadamente o dobro de homens qualificados que a de 1874, 836 e 456 qualificados respectivamente. Mesmo levando-se em consideração o possível crescimento populacional, tratava-se de um número expressivo.

À vista dessas modificações na legislação, deveríamos desconsiderar os oficiais da Guarda Nacional como elite a partir de 1873? Não seria mais ela capaz de institucionalizar hierarquias costumeiras e produzir uma elite? O primeiro elemento a considerar é que o principal fator de desmobilização não se aplicava às províncias limítrofes com outros países, como era o caso do Rio Grande do Sul. Ademais, ser um soldado da Guarda Nacional era sinônimo de ser cidadão, diferenciava os bons dos maus e premiava os “melhores” com as patentes mais altas. Nas palavras de Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de Ouro Preto, mesmo após essa reforma, os postos de oficiais na Guarda Nacional permaneceram como “verdadeiras distinções honoríficas, com que os partidos galardoam seus melhores cabos”<sup>3</sup>.

### **PARTICULARIDADES DA GUARDA NACIONAL EM UMA LOCALIDADE DE FRONTEIRA**

Jaguarão está localizado na porção sudoeste da então Província do Rio Grande do Sul, na fronteira entre Brasil e Uruguai. Esse território fronteiriço foi alvo de muitas disputas entre os Impérios português e espanhol pelo valor estratégico que possuía. Assim, até meados do século XVIII, aquelas terras não foram ocupadas de forma sistemática. Contudo, a expulsão dos espanhóis da Vila de Rio Grande em 1776, bem como a indefinição de limites entre as ocupações lusas e espanholas favoreceram a apropriação des-

sa área. Diante disso, o Governo português ampliou a concessão de sesmarias naquela região a fim de garantir o domínio luso.<sup>4</sup>

Todavia, foi apenas após a campanha de 1801, reflexo dos conflitos ocorridos da Europa entre Espanha e Portugal, que o Rio Jaguarão tornou-se o limite dos domínios ibéricos naquela região. Visando assegurar a ocupação aos portugueses, foi instalada uma Guarda Militar permanente junto ao rio. Seguiu-se a isso um substancial aumento populacional na região de pessoas que se aproveitaram da tomada “de grande quantidade de animais *vacuns*, cavalares e muires [...] impulsionando a produção pecuária naquela região fronteiriça e favorecendo a formação de novas unidades produtivas”<sup>5</sup>.

Tanto pela relativa imprecisão na demarcação dos limites entre domínios espanhóis e lusos quanto pelos embates que permearam esse processo, a fronteira foi um elemento que exerceu influência em toda aquela região, dotando de características específicas as sociedades que se formaram no seu entorno. Ademais, como alguns pesquisadores têm demonstrado<sup>6</sup>, as regiões de fronteira eram marcadas por interações complexas, sejam entre unidades territoriais, sejam entre os atores históricos que nela habitavam. Comportavam a integração e a tensão, ou seja, ao mesmo tempo em que proporcionavam a sociabilidade de povos que estavam sob diferentes normas e leis, marcavam a diferença existente entre eles<sup>7</sup>. Sendo assim, a fronteira comportava processos e relações variadas e era, ela própria, dinâmica e constantemente construída.

A Guarda Nacional também teve sua dinâmica impactada pela condição fronteiriça de Jaguarão. A proximidade com a fronteira proporcionava que os interesses dos oficiais se espraiassem para o lado uruguaio. Cerca de 33% dos oficiais superiores da Guarda nutriam algum tipo de vínculo com o Estado Oriental, fosse através de negócios, posse de propriedades ou relações de amizade e parentesco.<sup>8</sup> Por vezes, essas relações podiam influenciar diretamente o cotidiano da milícia, como quando, em 1877, Theodoro Pereira propôs um acordo ao seu amigo, o Brigadeiro Comandante da Guarda Nacional, Astrogildo Pereira da Costa. Este relatou o conteúdo da proposta ao Presidente da Província:

Tendo o actual Chefe Politico do Serro Largo do Estado Oriental, Theodoro Pereira, pelas relações de amizade que comigo nutre, me offerecido para em beneficio da cauza publica proceder a captura de todos os criminosos civis e mesmo desertores, que d'aqui passassem para aquelle departamento da sua jurisdicção, sendo que o mesmo com elle se praticasse em casos tais.<sup>9</sup>

Nesse trecho, percebemos uma tentativa, por parte do chefe uruguaio, de estabelecer uma relação de reciprocidade com troca de favores, alicerçada em um vínculo de amizade já existente com o Comandante da Guarda Nacional. De acordo com Farinatti, “[...] era comum que os perseguidos pela justiça em um dos lados da divisa nacional fugissem para o Estado vizinho”<sup>10</sup>. Contudo, tal arranjo não foi aprovado pelo presidente da Província, pois a orientação do ministro dos Estrangeiros era de que a extradição de desertores deveria ser feita “pelos comandantes das Fronteiras dos dois Países, e quanto a de criminosos civis, só pode ter lugar de Governo a Governo”<sup>11</sup>.

Além do aspecto relacional, as guerras que se sucederam em épocas nas quais diferentes projetos de Estados Nacionais estavam em disputa na região platina fizeram com que os efetivos da Guarda Nacional fossem constantemente convocados para auxiliar as tropas regulares nos enfrentamentos bélicos, fator esse que conferiu à milícia um caráter militar. Nesse contexto, o caráter bélico da região teve consequências também para o *status* conferido aos membros do Exército, haja vista que o exercício das funções militares na Província do Rio Grande do Sul desfrutava de um prestígio frente à sociedade que não era verificado em outras regiões do Império brasileiro.

O emprego militar constante da Guarda Nacional foi um traço da instituição na Província do Rio Grande Sul. Contudo, apesar das características comuns a toda província, a Guarda Nacional apresentou características específicas na conformação do seu oficialato. Em Jaguarão, por exemplo, elementos como idade e estado civil parecem ter sido mais decisivos no recrutamento da elite local do que em outros municípios da

província. Uma possível explicação pode ser encontrada nas hipóteses de Peter Burke<sup>12</sup>. Como observou o autor em seu clássico estudo prosopográfico sobre as elites de Veneza e Amsterdã no século XVII, uma cidade organizada há menos tempo tende a ser mais aberta a novos membros e menos fechada à mobilidade social (ascendente e descendente), como era o caso de Amsterdã. Ao passo que uma cidade mais antiga e com famílias mais antigas, fatores hierarquizantes de *status*, riqueza e faixa etária são mais importantes, configurando a reprodução de uma elite menos propensa a aceitar novos membros.<sup>13</sup>

### **ESTABILIDADE, FORTUNA E EXPERIÊNCIA: O PERFIL DOS OFICIAIS DA GUARDA NACIONAL**

Alcançar posições mais elevadas da Guarda Nacional era um feito atingido apenas por alguns membros daquela comunidade. Em vista disso, buscamos aqui desvendar quais as características comuns aos integrantes da Guarda Nacional e quais as qualidades que acompanhavam aqueles que ocupavam os postos mais elevados dessa instituição. Para esse fim, apresentaremos uma comparação entre o perfil dos guardas nacionais soldados rasos, dos oficiais subalternos e dos oficiais superiores.

O processo de avaliação para designar quem estava apto a servir na Guarda Nacional deveria ocorrer todos os anos através de um Conselho de Qualificação, constituído por três oficiais designados pelo presidente da Província, conforme estabelecido na lei de 1850. Por um lado, ser qualificado para o serviço na Guarda Nacional, principalmente no serviço ativo, podia implicar o desempenho de uma atividade muito onerosa, uma vez que afastava os homens de seus trabalhos, por períodos variáveis que dependiam da conjuntura, sem que eles recebessem nenhum pagamento por servir à Nação e, como veremos, os qualificados para a Guarda Nacional não eram, majoritariamente, possuidores de grandes fortunas.

Nessas qualificações, eram confeccionadas listas, posteriormente enviadas ao presidente da Província. No tocante à milícia de Jaguarão, resistiram ao tempo as listas de

qualificação da Guarda Nacional dos anos de 1864 para a reserva, de 1874 para a reserva e o serviço ativo, de 1886, também para o serviço ativo e da reserva, além das Listas de Conduta dos Oficiais dos anos de 1863, 1864, 1865, 1866 e 1871.<sup>14</sup> A partir dessas listas, chegamos a um total de 1.969 guardas nacionais soldados rasos, sendo 182 oficiais e, desses, 20 eram oficiais superiores (brigadeiros, comandantes superiores, coronéis, tenentes-coronéis e majores). De maneira geral, o corpo de oficiais manteve-se o mesmo, havendo pouca variação ao longo dos anos. Uma tendência à incorporação de oficiais novos pode ser notada apenas em meados da década de 1880, quando o Capitão Comandante Interino Joaquim Francisco das Chagas enviou ao presidente da Província uma listagem dos oficiais do Comando Superior e dos Corpos de Cavalaria, contendo apenas a data de suas nomeações. Por essa razão, sobre uma parte desses oficiais listados na década de 1880, não foi possível encontrar informações completas.

Em relação ao estado civil, notamos que o percentual de casados diminui à medida que percorremos a hierarquia de cima para baixo, chegando os guardas nacionais soldados rasos solteiros a quase 60%, conforme o quadro a seguir:

Estado Civil	Oficiais Superiores	Oficiais	Guardas Nacionais
Casado	89%	71%	40%
Solteiro	11%	23%	58%
Viúvo	0	6%	2%
Total	100%	100%	100%

Quadro 1: Estado Civil dos Oficiais Superiores, Oficiais e dos Guardas Nacionais soldados rasos em Jaguarão (1860-1889)

Fonte: Elaborado pela autora com base nas listas de qualificação para a Guarda Nacional dos anos de 1864, 1874 e 1886 e Lista de Conduta de Oficiais da Guarda Nacional dos anos 1863, 1864, 1865, 1866 e 1871

No que diz respeito às faixas etárias ocupadas por esses homens, salta aos olhos a maior concentração de guardas na faixa etária até 44 anos, ao passo que os oficiais

apresentam uma tendência inversa, chegando os oficiais superiores a possuírem apenas 20% de oficiais jovens, como explicitamos no quadro 2:

Faixa Etária	Oficiais Superiores	Oficiais	Guardas Nacionais
18 – 44 anos	19%	58%	81%
45 – 59 anos	69%	36%	18%
60 – 72 anos	12%	6%	1%
Total	100%	100%	100%

Quadro 2: Faixa Etária dos Oficiais Superiores, Oficiais e dos Guardas Nacionais soldados rasos em Jaguarão (1860-1889)

Fonte: Elaborado pela autora com base nas listas de qualificação para a Guarda Nacional dos anos de 1864, 1874 e 1886 e Lista de Conduta de Oficiais da Guarda Nacional dos anos 1863, 1864, 1865, 1866 e 1871

Esse perfil de oficialato é distinto do encontrado por Miquéias Mügge no Município de São Leopoldo, no período entre 1850 e 1873.<sup>15</sup> O autor demonstrou que os oficiais naquele município eram bastante jovens, chegando a 92% o índice de oficiais com até 44 anos. Nesse mesmo sentido, ao avaliar a presença de oficiais na Câmara de Vereadores de São Sebastião do Caí, Carina Martiny concluiu que a idade não era um elemento determinante na concessão de postos de comandância na Guarda Nacional, pois, ainda que a maioria dos vereadores oficiais estivesse na faixa dos 40 anos ou mais (62,5%), havia um número grande de oficiais jovens.<sup>16</sup>

Essa diferença fica mais clara quando nos detemos um pouco mais nas informações contidas nas Listas de Conduta dos Oficiais. Os dois postos mais altos da Guarda Nacional, nos anos de 1863 a 1866, eram ocupados pelos cidadãos mais velhos do oficialato naquela ocasião: o Comandante Superior do Estado-Maior, Manuel Pereira Vargas, e o Tenente-Coronel Chefe do Estado-Maior, Florisbello Antônio D'Ávila. O primeiro possuía medalha das Campanhas de Montevidéu, era membro do Conselho Imperial da Ordem Cruzeiro, oficial da Imperial Ordem da Rosa e comendador da mesma. O segundo era

também oficial da Imperial Ordem da Rosa, posteriormente nomeado comendador.

A partir desses dados, podemos depreender que houve uma predileção na nomeação de oficiais por homens experientes, de uma faixa etária mais elevada e casados (e condecorados em alguns casos), o que tornava o acesso a esses postos mais difícil em Jaguarão do que em São Leopoldo ou São Sebastião do Caí. É ainda importante lembrar que, embora os oficiais fossem nomeados pelo presidente da Província ou pelo ministro da Justiça, essas nomeações eram determinadas com base nas indicações realizadas pelos comandantes da Guarda, ou seja, refletiam os critérios de recrutamento considerados relevantes pelos próprios integrantes da elite.

Quanto às profissões, os índices do Quadro 3 demonstram que os oficiais estavam ligados a atividades predominantemente rurais, como fazendeiro, criador e proprietário, ao passo que os guardas nacionais se distribuíam em diversas ocupações. Assim, apenas aqueles indivíduos que desempenhavam determinadas ocupações foram capazes de chegar ao oficialato. Os fazendeiros, por exemplo, que eram 25% dos oficiais, eram irrisórios entre os guardas nacionais. Por outro lado, os “agências”, que perfaziam quase 60% dos qualificados para guardas nacionais, são apenas 5,1% do total de oficiais e não estão presentes entre os oficiais superiores. Mas qual a ocupação desses homens designados como agências?

Em 1874, foram qualificados 457 cidadãos para o serviço ativo na Guarda Nacional, sendo 335 classificados como “agência”. Não encontramos pesquisas que se detiveram no estudo desse grupo, mas possivelmente era uma designação que abarcava uma série de diferentes atividades desempenhadas por pessoas que viviam de seus trabalhos, de suas agências<sup>17</sup>. De acordo com Tassiana Saccol, o agência era um indivíduo “que não possuía uma ocupação única que o definisse, como criador ou negociante [...]. Podia realizar transações com gado e animais diversos, realizar pequenos negócios, possuir uma roça, vender sua força de trabalho eventualmente ou executar outras tarefas”<sup>18</sup>. Em Jaguarão constituía um grupo composto por pessoas majoritariamente de baixa renda, solteiros (68%) e com até 40 anos de idade (87%).

Acompanhando esses homens por décadas, percebemos que, entre 1860 e 1880, 10% deles deixaram de ser classificados como agência e passaram a ser designados como “criadores”. Assim, observamos uma leve tendência que, somada à sua faixa etária e estado civil, indica que parte desses homens estava começando suas vidas, não possuíam um capital inicial que lhes provesse certa estabilidade e, por essa razão, precisavam prestar trabalhos diversos. Porém, em uma fase mais amadurecida da vida conseguiam se estabelecer como pe-

Ocupação	Oficiais Superiores	Oficiais	Guardas Nacionais
Advogado	6,3%	0,7%	0,4%
Agência	0	5,1%	59%
Comerciante	0	12%	4,4%
Criador	31,2%	37%	22%
Empregado Público	0	4,5%	2%
Fazendeiro	25%	7%	0,1%
Lavrador	0	0	0,5%
Médico	0	0,7%	0,1%
Proprietário	37,5%	30%	5%
Ocupações Mecânicas e Prestadores de Serviço	0%	3%	6,5%
Total	100%	100%	100%

Quadro 3: Ocupação dos Oficiais Superiores, Oficiais e Guardas Nacionais soldados rasos de Jaguarão (1860 -1889)

Fonte: Elaborado pela autora com base nas listas de qualificação para a Guarda Nacional dos anos de 1864, 1874 e 1886 e Lista de Conduta de Oficiais da Guarda Nacional dos anos 1863, 1864, 1865, 1866 e 1871

quenos criadores de gado, proprietários ou não de suas terras, provavelmente aliando essa atividade à prática da agricultura também em pequena escala.

Luís Farinatti também notou esse processo de maior estabilidade vinculada ao envelhecimento. Analisando a composição social do grupo dos peões em Alegrete, o autor verificou que a maioria dos integrantes desse segmento social era composta por homens solteiros e que 75% deles eram jovens com até 35 anos, “enquanto os lavradores e criadores apresentavam características inversas”. Ou seja, para muitos, o trabalho de peão era temporário. Por outro lado,

Depois de casados, eles podiam continuar a assalariar-se nas estâncias, mas pode-se imaginar que, tendo condições, preferiam fazê-lo por dia/tarefa ou por apenas alguns meses durante o ano. Assim, poderiam atender sua produção independente. Em favor dessa hipótese, temos os casos frequentes de peões que iam com seus familiares contratar-se nas estâncias e saíam também juntos<sup>19</sup>.

Farinatti ainda aponta que o trabalho como peão podia ser uma atribuição do membro mais jovem e solteiro da família, que depois podiam empregar-se o ano todo nas estâncias ou voltar para suas casas e auxiliar na produção familiar. De qualquer forma, essa era uma estratégia que dava maior segurança às famílias, que podiam também contar com as rendas obtidas com o trabalho de peão. Em alguns casos a existência de apenas um filho capaz de prover o sustento da casa também justificava o emprego temporário como peão. Assim, em 1862, vendo seu único filho preso, Manoella Rosa de Lima recorreu à Câmara de Vereadores pedindo que soltassem seu filho, Antônio Francisco de Lima, pois era ele “o único arrimo do qual dispunha para granjear

meios para sua subsistência, cuidando ora na pequena plantação de uma chácara e nos intervalos já como peão de diferentes pessoas que o procurão e ultimamente tem arrancado pedras no logradouro publico d'esta Cidade”<sup>20</sup>. Nas listas de qualificação da Guarda Nacional de 1874 e 1886, Antônio de Lima é declarado como “agência”, demonstrando como essa designação podia abranger uma série de situações de trabalho.

Entretanto, é preciso ressaltar que esses são apenas alguns dos possíveis caminhos, pois muitas agências permaneceram com essa classificação na lista de 1886. É possível ainda que, paralelamente à criação de gado, esses homens continuassem a prestar seus trabalhos, mas que o presidente do Conselho de Qualificação tenha preferido classificá-los como criadores.

No que diz respeito à renda anual dos qualificados (Quadro 4), é possível observar que havia uma predominância entre os oficiais de indivíduos com rendas anuais acima de 800 mil réis (73%). Em contrapartida, os guardas soldados rasos encontram-se na faixa de renda de até 400 mil réis (87%), uma renda considerada baixa, e não possuem nenhum componente na faixa de dois contos de réis. Contudo, é interessante notar que, mesmo que o decreto de 1857 regulamentasse que nas províncias fronteiriças a renda anual mínima exigida para a qualificação dos guardas fosse de cem mil réis, nenhum indivíduo foi listado com renda abaixo de 200 mil réis. Ao passo que entre os votantes é possível encontrar rendas de cem mil réis.

Renda Anual	Oficiais Superiores	Oficiais	Guardas Nacionais
200\$000 a 399\$999	0	22%	89%
400\$000 a 799\$999	0	14%	5%
800\$000 a 1:999\$999	58,8%	52%	4%
2:000\$000 ou mais	41,2%	12%	2%
Total	100%	100%	100%

Quadro 4: Renda Anual dos Oficiais Superiores, Oficiais e Guardas Nacionais soldados rasos de Jaguarão (1860 -1889)

Fonte: Elaborado pela autora com base nas listas de qualificação para a Guarda Nacional dos anos de 1864, 1874 e 1886 e Lista de Conduta de Oficiais da Guarda Nacional dos anos 1863, 1864, 1865, 1866 e 1871

Esses números destoam, novamente, dos encontrados por Mügge. O autor verificou a existência de um grande número de oficiais com rendas anuais abaixo de 400 mil réis em São Leopoldo, concluindo que a renda não era decisiva para alguém tornar-se oficial, mas ressalva que o posto mais alto era ocupado pelo cidadão com maiores rendas<sup>21</sup>. Sob essa perspectiva, os dados apontam em direções semelhantes aos do oficialato de Jaguarão, haja vista que dos 13 oficiais que possuíam renda de até 800 mil réis, nenhum ocupou postos de comandância.

A composição social dos guardas nacionais soldados rasos e dos oficiais indica a existência de uma sociedade fortemente hierarquizada em Jaguarão, na qual o perfil dos oficiais se apresenta de maneira quase inversa ao dos guardas nacionais. Os critérios que remetem a estabilidade e experiência, somados às poucas profissões encontradas entre os oficiais, principalmente os de alta patente, demonstram a grande distância social existente entre eles e seus comandados, o que possivelmente resultava no estabelecimento de relações de cunho desigual.

### **ELEIÇÕES, QUALIFICAÇÕES E NOMEAÇÕES: A GUARDA NACIONAL COMO INSTRUMENTO POLÍTICO**

Devido à sua estrutura e mecanismos de recrutamento, a Guarda Nacional constituía um importante recurso para a manutenção do *status quo* e, conseqüentemente, das hierarquias sociais, já que tendia a agir em consonância com os interesses da elite local, da qual os oficiais faziam parte. Um traço medular da milícia era seu caráter personalista, que frequentemente tinha como consequência o estabelecimento de relação-cliente. Essas relações ficavam mais nítidas no momento das eleições, visto que esse era um acontecimento que mobilizava grande parte das forças sociais existentes.

Dentre as várias atribuições da Guarda Nacional, estava justamente a responsabilidade de manter a ordem durante o processo eleitoral. Contudo, não foram poucas as ocasiões nas quais os comandantes superiores fizeram uso do poder que detinham por ocu-

parem o cargo para coagir seus subordinados a votar no candidato deles nas eleições ou ainda impedindo os votantes do partido ou facção rival de votarem, através do uso estratégico da qualificação, da ameaça ou do uso efetivo da violência.

Em 1864, Henrique d'Ávila, um dos principais expoentes do Partido Liberal em Jaguarão, enviava a Manoel Luís Osório, chefe liberal na província, uma correspondência na qual relatava as dificuldades que enfrentariam para vencer as eleições municipais naquele ano, uma vez que seus oponentes estavam mobilizando os efetivos da Guarda Nacional para que todos que fossem votantes do Partido Liberal estivessem no serviço ativo à época dos pleitos

E, se não fosse a reunião da Guarda Nacional, eu lhe garantia desde já o triumpho na eleição; porém, o Astrogildo, o Babino e o Farias têm usado de toda a casta de violências para afugentar e destacar os nossos votantes. Assim: elles precisavam só de 300 praças, e no entanto, convocaram ou avisaram todos os guardas nacionaes de cavallaria do Municipio; e aquelles que não compareceram, ou porque estavam doentes, são perseguidos para ser presos; [...] Soltaram quasi tudo que foi d'elles, ou que com elles se comprometteu, e conservaram no destacamento velhos, tortos, mancos e aleijados, nossos votantes. N'esta última qualificação, como elles souberam que ia ser destacada a Guarda Nacional, na Revisão qualificaram quasi todo o Municipio na activa. [...] Enfim, tudo o fizeram e fazem, porque ainda hoje andam 5 ou 6 partidas percorrendo o Municipio atraz de guardas, nossos votantes, para prender! Tudo sabe o Presidente da Província, porém este, em Bagé, parou com o Silva Tavares, e de lá veio com ele e muitos amigos, declarando sem reбуço que só havia de sustentar nas posições officiaes a gente do partido do Barão de Porto Alegre, porque era gente que apoiava o Governo de que elle era delegado<sup>22</sup>

O conteúdo da missiva deixa expresso que, apesar das modificações nos regimentos da Guarda Nacional efetuadas em 1850 e em 1857, que visavam ampliar o controle da instituição pelo governo central e limitar a interferência dos comandantes nas eleições, as práticas costumeiras perpetuaram-se, sendo recorrentes as queixas “apresentadas pelos presidentes acerca da utilização, pelos oficiais, da milícia enquanto instrumento político-eleitoral, principalmente durante as qualificações”<sup>23</sup>. Fertig destaca que até quase o final da década de 1850, a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul permanecia desorganizada em consequência do envolvimento nos embates bélicos no Rio da Prata. Apenas após o decreto de 1857 que se verifica uma melhor organização da milícia<sup>24</sup>.

Por essa razão, a instituição continuou ocupando lugar estratégico para aqueles potentados que desejavam ampliar e/ou consolidar seu poder a nível local, uma vez que os comandantes estavam à frente de uma milícia armada que poderia ser mobilizada em benefício próprio. Ademais, ao oficialato da Guarda, apresentava-se a possibilidade de alargar o séquito de clientes, haja vista que as decisões adotadas durante a qualificação afetavam de forma decisiva a vida dos homens que viveram no século XIX.

Como já foi dito, o serviço na milícia cidadã não era remunerado e frequentemente afastava os guardas de suas atividades diárias. Assim, para os indivíduos que viviam de seus trabalhos, como os lavradores, agências e criadores – que constituíam a maior parte dos guardas, como demonstramos – ser qualificado na reserva significava a oportunidade de continuar provendo o sustento de suas famílias. Diante desse cenário, os prováveis qualificados no serviço ativo – ou aqueles que poderiam ser recrutados para as fileiras do Exército – buscavam ajuda junto aos oficiais ou outras figuras influentes da localidade capazes de influenciar no resultado das qualificações. Para retribuir o amparo recebido, os guardas obrigavam-se com seus protetores, prometendo-lhes lealdade.

Por conseguinte, a tendência era que as partes subalternas da relação (os clientes) estivessem sempre em débito com seus respectivos patrões. Isso tornava-se mais acen-

tuado nessas situações em que os recursos solicitados não eram monetários, haja vista a complexidade de mensurar o valor de um benefício imaterial, dificultando a retribuição exata de um favor. Sydel Silverman assinalou esse aspecto das relações patrão-cliente, afirmando que nessa política de favorecimentos as partes nunca ficavam equivalentes, ao contrário, cada benefício conquistado gerava novos créditos que seriam cobrados no futuro<sup>25</sup>. Esses acordos não precisavam ser formalizados, porquanto a lógica da reciprocidade que as relações clientelares envolviam estava enraizada e difundida na sociedade imperial.

Na correspondência, Henrique d'Ávila adverte o chefe liberal Osório do artifício empregado por Astrogildo, integrante do Partido Conservador de Jaguarão, durante a revisão da qualificação, de destinar os votantes vinculados ao Partido Liberal, para o serviço ativo “que significava, quase sempre, a possibilidade concreta e nada animadora de ter que participar dos conflitos bélicos que o Império se envolvia”<sup>26</sup>. Naquela situação o destacamento já era uma certeza, considerando-se as movimentações que anunciavam a guerra que estava por vir na região do Rio da Prata.

Nesse sentido, Ávila ainda apontou que “Tudo sabe o Presidente da Província”, referindo-se às práticas empregadas pelos conservadores a fim de afastar os votantes do Partido Liberal das urnas através da Guarda Nacional. Diante disso, é pertinente apontar que apesar das mudanças promovidas pela legislação de 1850 visarem aumentar o controle do governo central sobre milícia em detrimento dos senhores locais, alinhando, dessa forma, a Guarda Nacional aos princípios do projeto de Estado centralizado que ganhou força durante o regresso, a difusão desses princípios encontrava seus limites na própria lógica das relações sociais e metamorfoseava-se no contato com as práticas cotidianas. À vista disso, não é possível analisar esse fenômeno com um olhar dicotômico e excludente, qual seja, um Estado centralizado que se impõe à sociedade ou um Estado que está a serviço dos chefões locais. O Estado imperial não se construiu em detrimento, mas a partir das práticas personalistas já enraizadas. Como bem demonstra a missiva supracitada, quando tais práticas

beneficiavam o governo, mesmo as autoridades diretamente ligadas ao poder central não viam problemas em dispor delas.

Por todo o exposto, fica expresso o poder que desfrutavam essas autoridades que possuíam a prerrogativa do exercício legal da força e da violência. Contudo, se para alguns a qualificação no serviço ativo era punitiva, para outros representava um caminho possível para escapar do serviço no Exército. Foi esse o caso de Antônio Lima. Antônio morava com sua mãe em uma chácara nos subúrbios de Jaguarão, onde trabalhava na pequena plantação que possuíam e, eventualmente, prestava serviços a pessoas que o procuravam. Segundo sua mãe, Manoella Rosa

[...] estava arrodando pedra no logradouro público dessa cidade, para o Major Jose Silva Junior, e desantendida por essa autoridade somente porque seu filho não quis aceitar ouro para com ele votar nas próximas passadas eleições, sua resposta foi "seu filho há de sentar praça".<sup>27</sup>

Frente a essa ameaça, Manoella "entregou seu filho para o serviço ativo da Guarda Nacional"<sup>28</sup>, o que neste período ainda constituía isenção para o recrutamento militar, mesmo sendo ele isento também da Guarda Nacional, já que era o único filho e a fonte de sustento daquela pequena família. Diante disso, o terceiro suplente de delegado de Polícia, Joaquim Maria de Oliveira Vilas Boas, prendeu Antônio Lima como forma de castigá-lo e de impedir que ele votasse na parcialidade oposta a do dito Major Silva Junior<sup>29</sup>.

Homens como Antônio de Lima, livres e com poucas posses, representavam a maior parcela dos votantes. Contudo, isso não implicava que esses indivíduos estivessem totalmente à mercê dos potentados locais. Havia aqueles que optavam pela resistência, como fez Antônio de Lima, e aqueles que, num cenário onde figurava mais de uma facção, barganhavam seu voto com quem lhes oferecesse mais vantagens.

Nas primeiras décadas que seguiram à criação da milícia, os oficiais eram escolhidos por via eleitoral, passando, a partir de setembro de 1850, a serem nomeados pelo

governo central<sup>30</sup>. Analisando os fatores que pautaram essa mudança, Flávio Saldanha observou que a principal crítica dirigida ao oficialato eletivo dizia respeito "ao *status* socioeconômico" do mesmo. Segundo o autor, ao serem eleitos indivíduos sem reconhecido prestígio econômico e social "estabelecia-se uma vertigem social, na medida em que as autoridades imperiais esperavam que os cargos fossem preenchidos por pessoas qualificadas socialmente e, sobretudo, detentoras de riquezas"<sup>31</sup>. O novo procedimento proporcionava aos comandantes o ensejo de lançarem seus aliados a postos mais elevados através das propostas enviadas ao presidente da Província para o preenchimento dos postos oficiais, as quais eram tomadas como base para as nomeações.

Tendo isso em mente, a proposta elaborada pelo Coronel Comandante do Estado-Maior Thomás Affonso da Silveira, em 14 de abril de 1880, causa certo estranhamento à primeira vista, pois não apresentava o nome de nenhum homem influente do município. Todavia, quando deslocamos o foco dos indivíduos e direcionamos para as famílias desvelam-se dois aspectos interessantes e relacionados entre si. O primeiro é que entre os indicados encontravam-se vários indivíduos que faziam parte das famílias mais influentes de Jaguarão, especialmente pelo poderio econômico que concentravam, reforçando o perfil por nós delineado anteriormente. O segundo ponto é que todas essas famílias estavam ligadas ao Partido Liberal.

O início da década de 1880 foi especialmente profícuo para os liberais de Jaguarão que controlavam a Câmara Municipal, a Guarda Nacional – o referido Coronel Comandante Thomás Affonso também integrava a facção liberal – e tinham à frente da presidência da Província o liberal e jaguarense Henrique d'Ávila (lembremos que esse era o autor da missiva anteriormente transcrita), que não tardou em aprovar a proposta de oficiais enviada por Thomás Affonso.

Entretanto, como acertadamente advertiu Farinatti, "não há uma correspondência necessária, *a priori*, entre a elite econômica e os altos cargos militares"<sup>32</sup>, o que adequa-se também ao oficialato da Guarda Nacional. Contudo, mesmo a mais abastada das

famílias sabia da importância de inserir-se nas instituições que podiam dispor da coerção e da força de forma legítima. Assim, nossas conclusões vão ao encontro das de Farinatti que, referindo-se à elite econômica de Alegrete, pontuou que

uma análise das relações familiares em que estavam inseridos esses senhores demonstra que mesmo aqueles que jamais ocuparam altos postos marciais costumavam ter um parente próximo [...] que eram altos oficiais do Exército ou, mais comumente das Milícias ou da Guarda Nacional<sup>33</sup>.

Por um lado, os potentados locais que ocupavam o oficialato da Guarda Nacional, por via direta ou por intermédio de seus familiares, tinham seu poder legitimado através das nomeações, as quais simbolizavam o reconhecimento do governo imperial do prestígio que possuíam na esfera local, ao mesmo tempo em que desempenhavam as funções que o Estado não dispunha de estrutura para executar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guarda Nacional foi uma instituição essencial na constituição das elites locais, uma vez que criava e reiterava hierarquias sociais. Assim, o estudo do perfil da elite da corporação nos permite compreender os elementos que eram valorizados naquela sociedade. Em Jaguarão, o oficialato da Guarda era composto de homens casados, com mais de 40 anos e que se dedicavam principalmente a atividades ligadas ao meio agrário: eram estancieiros, proprietários, criadores. A diferença entre a diversidade de ocupações verificadas

entre os qualificados e a pouca variação presente entre os oficiais aponta para o fato de que apenas aqueles envolvidos em determinadas ocupações eram eficientes em transpor as barreiras que demarcavam o topo da escala social.

Além disso, a instituição foi eficiente em manter a estratificação social que ela mesma ajudava a produzir, uma vez que as qualificações consubstanciavam-se como um instrumento efetivo para a criação e fortalecimento de clientelas. Ademais, os oficiais também reforçavam seu prestígio quando conseguiam favorecer seus aliados, sobretudo através da indicação para algum posto no oficialato. Portanto, a estrutura da Guarda Nacional permitia aos oficiais legitimar seu poder, reconhecido pelo governo, diante da população e de seus pares e demonstravam sua força principalmente nas eleições, quando mobilizavam suas clientelas para atingir a vitória. Conforme Richard Graham, as eleições “testavam e ostentavam a liderança do chefe local”, afinal “os líderes locais precisavam de nomeações para cargos de autoridade, a fim de estender sua clientela e avançar nas escalas de poder e *status*”<sup>34</sup>.

Desse modo, a Guarda Nacional constituía em um braço do Estado nos rincões mais distantes do Império. Tinha uma função importante no controle social e desempenhava, liturgicamente, atividades referentes à administração. Simultaneamente, era uma instituição que possibilitava a construção e ampliação de clientelas, ao colocar sob o comando de um potentado local uma milícia de homens armados. Essa relação complexa, segundo Uricoechea, se realizava sob a lógica de que “o Estado concede autoridade e *status* em troca da cooperação e serviços dos senhores de terra”<sup>35</sup>.

## BIBLIOGRAFIA

BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: UFSM, 2010.

FERTIG, André. *Clientelismo político em tempos belicosos*. A Guarda Nacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873). Santa Maria: UFSM, 2010.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Tese (Doutorado). Porto Alegre: PUC-RS.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GULARTE, Gustavo da Silva. *Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801-1835*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2015.

MARTINY, Carina. *Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município*. Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). Dissertação (mestrado). São Leopoldo: Unisinos, 2010.

MÜGGE, Miquéias Henrique. *Eles estão prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – segunda metade do século XIX*. Dissertação (mestrado). São Leopoldo: Unisinos, 2012.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 1990.

POUTIGNAT, P & STREIF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998, p. 185-229.

SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. *Um propagandista da República: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880)*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: PUCRS, 2013.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. *O império da ordem: Guarda Nacional, coronéis e burocratas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX, 1850-1873*. Tese (Doutorado). Franca: Unesp, 2008.

SCHMIT, Roberto. La construcción de la frontera decimonónica en la historiografía rioplatense. 2008. *Mundo agrário*. 2008, vol. 8, n. 16.

SILVERMAN, Sydel F. Patronage and community-nation relationship in central Italy. In: SCHIMIT, S. W. (Ed.) *Friends, followers and faction: a Reader in Political Clientelism*. Berkeley: University of California, 1977, p. 293-304.

URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. São Paulo: Difel, 1978.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> FERTIG, André. *Clientelismo político em tempos belicosos*. A Guarda Nacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873). Santa Maria: UFSM, 2010, p. 36.

<sup>2</sup> COLEÇÃO de leis do Império do Brasil. Lei nº 2.395, de 10 de setembro de 1873. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao7.html>>. Acesso em 13 de Abril de 2015.

<sup>3</sup> Apud GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 131.

<sup>4</sup> OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 1990, p. 194.

<sup>5</sup> GULARTE, Gustavo da Silva. *Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801-1835*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2015, p. 37.

<sup>6</sup> FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: UFSM, 2010 e THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Tese (Doutorado). Porto Alegre: PUC-RS, 2012.

- <sup>7</sup> Sobre a renovação do conceito de fronteira, tiveram importante papel os referenciais teóricos da antropologia, como as proposições de Barth, que buscou relativizar o conceito estático e imutável de grupo étnico, afirmando que a persistência de um grupo étnico não depende do seu isolamento, mas sim da manutenção das suas fronteiras. Portanto, a fronteira proporciona também o contato e a interação com o outro, ao mesmo tempo em que marca a diferença BARTH, Frederik. "Grupos Étnicos e suas fronteiras". In: POUTIGNAT, P & STREIF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998, p. 185-229. Para um aprofundamento sobre o conceito de fronteira ver: SCHMIT, Roberto. La construcción de la frontera decimonónica en la historiografía rioplatense. 2008. *Mundo agrário*. 2008, vol. 8, n. 16.
- <sup>8</sup> Para chegarmos a esse número, pesquisamos nos inventários *post-mortem* de 1860 a 1889 e nos registros notariais de Jaguarão da década de 1870 pelos nomes dos oficiais da Guarda Nacional (apenas aqueles com as patentes de capitão ou superiores) que possuíam propriedades de terras ou negócios no Uruguai, bem como Lista dos Brasileiros com Propriedades no Uruguai. Essa lista foi produzida em 1851 pela Repartição dos Negócios do Estrangeiro. Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª. Sessão da 8ª. Legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Paulino José Soares de Souza – Anexo A (1850).
- <sup>9</sup> Correspondência do Brigadeiro Comandante da Guarda Nacional de Jaguarão, Astrogildo Pereira da Costa, ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Tristão de Alencar Araripe em 01/01/1877. AHRs, Fundo Guarda Nacional, maço 14.
- <sup>10</sup> FARINATTI, *op. cit.*, p. 86.
- <sup>11</sup> Resposta do Presidente da Província Tristão de Alencar Araripe ao Brigadeiro Comandante da Guarda Nacional de Jaguarão, Astrogildo Pereira da Costa, em 25/01/1877. AHRs, Fundo Guarda Nacional, maço 14.
- <sup>12</sup> BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- <sup>13</sup> Essa hipótese foi explorada em nossa dissertação, na qual investigamos a elite local de Jaguarão, abarcando, além da Guarda Nacional, a elite política (câmara municipal) e a elite econômica do município. Ver BOTH, Amanda. *A trama que sustentava o Império: mediação entre as elites locais e o Estado imperial brasileiro (Jaguarão, segunda metade do século XIX)*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: PUC-RS, 2015.
- <sup>14</sup> Essas listas constituem o *corpus* documental principal desse artigo. Porém também fizemos uso das listas de votantes dos anos de 1857, 1863, 1864 e 1867 e registro cartoriais de Transmissão e Notas de Jaguarão na década de 1870.
- <sup>15</sup> MÜGGE, Miquéias Henrique. *Eles estão prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado). São Leopoldo: Unisinos, 2012, p. 110.
- <sup>16</sup> MARTINY, Carina. *Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município*. Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). Dissertação (Mestrado). São Leopoldo: Unisinos, 2010, p. 171.
- <sup>17</sup> Assim foi descrita a atividade de Antônio José Simões, quando foi testemunha em um processo de inventário: "Antônio José Simões, natural de Portugal, de estado solteiro, de idade que deve ter trinta anos, morador dessa cidade, renda vivendo de sua agencia de guarda livros". Inventário de Domingos José da Silva e Iria Joaquina da Silveira. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1864. Auto 457. Maço: 19.
- <sup>18</sup> SACCOL, Tassiana Maria Parciannelo. *Um propagandista da República: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880)*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: PUC-RS, 2013, p. 125.
- <sup>19</sup> FARINATTI, *op. cit.*, p. 356.
- <sup>20</sup> Correspondência expedida da Câmara Municipal de Jaguarão 10 de março de 1862. Maço 87. Fundo Autoridades Municipais. AHRs.
- <sup>21</sup> MÜGGE, *op. cit.*, p. 112.
- <sup>22</sup> Carta de Henrique d'Ávila a Manuel Luis Osório, 8 de agosto de 1864. OSÓRIO, Luís Joaquim e OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Pelotas: Typografia do Diário Popular, 2º volume, 1915, p. 715.
- <sup>23</sup> FERTIG, *op. cit.*, p. 42.
- <sup>24</sup> FERTIG, *op. cit.*, p. 41.
- <sup>25</sup> SILVERMAN, Sydel F. Patronage and community-nation relationship in central Italy. In: SCHIMIT, S. W. (Ed.) *Friends, followers and faction: a Reader in Political Clientelism*. Berkeley: University of California, 1977, p. 293-304.
- <sup>26</sup> FERTIG, *op. cit.* p. 61.
- <sup>27</sup> Correspondência expedida da Câmara Municipal de Jaguarão 10 de março de 1862. Maço 87. Fundo Autoridades Municipais. AHRs.
- <sup>28</sup> Correspondência expedida da Câmara Municipal de Jaguarão 10 de março de 1862. Maço 87. Fundo Autoridades Municipais. AHRs.
- <sup>29</sup> Até o último ofício no qual encontramos referências a esse caso Antônio de Lima continuava preso.
- <sup>30</sup> Em diversas províncias já se verifica essa mudança antes de 1850, posto que até então cada província regulava a forma de organização de sua respectiva guarda nacional.
- <sup>31</sup> SALDANHA, Flávio Henrique Dias. *O império da ordem: Guarda Nacional, coronéis e burocratas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX, 1850-1873*. Tese (Doutorado). Franca: Unesp, 2008.
- <sup>32</sup> FARINATTI, *op. cit.*, p. 204.
- <sup>33</sup> FARINATTI, *op. cit.*, p. 206.
- <sup>34</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997, p. 17 e 101.
- <sup>35</sup> URICOECHA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. São Paulo: Difel, 1978, p. 114.

# A milícia revisitada: números da Guarda Nacional no Rio Grande do Sul oitocentista\*

## The militia revisited: numbers of the National Guard in Rio Grande do Sul nineteenth century

**Miquéias H. Mugge**

*Postdoctoral Research Associate na Woodrow Wilson School of Public and International Affairs, Princeton University. Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. A pesquisa contou com o apoio da Capes e da Comissão Fulbright.*

### RESUMO

O presente artigo trata da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, durante a segunda metade do século XIX, com foco no período de centralização administrativa da milícia (1850-1873), a fim de atentar para o alcance e a penetração da instituição na sociedade brasileira e, em especial, em uma província fronteiriça em endemia bélica. A partir dos mapas de força enviados pelos comandantes superiores da Guarda aos presidentes da província, e posteriormente compilados pelo Ministério da Justiça, calcula-se o *coeficiente de militarização intermitente*, tendo em vista os dados do Censo de 1872. Os resultados preliminares da análise apontam para a premente necessidade de estudos comparativos entre as diferentes regiões do País, levando em conta não só a milícia propriamente dita, mas também a presença de corpos e batalhões do Exército e o próprio sistema eleitoral do Brasil imperial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Guarda Nacional, História Militar, Brasil Imperial

### ABSTRACT

This paper analyzes Brazil's National Guard in the province of Rio Grande do Sul during the second half of the 19th Century, focusing on the period of administrative centralization of the militia (1850-1873). It aims to reveal the reach of the institution in the Brazilian society, especially in a frontier region in an endemic state of war. From the rosters sent by the superior commanders to the presidents of provinces, and later compiled by the Ministry of Justice, the intermittent military participation ratio is calculated, taking into account the data of the National Census of 1872. The results point to the need for comparative studies in different regions of the country, considering not only the militia itself, but also the presence of Army troops and the electoral system of the country.

**KEYWORDS:** National Guard, Military History, Imperial Brazil

---

\* Artigo recebido em 13 de outubro de 2017 e aprovado para publicação em 26 de outubro de 2017.

Em 1858, a Câmara Municipal de São Borja, localidade do interior do Rio Grande do Sul, na fronteira com a província argentina de Corrientes, enviou uma extensa carta ao presidente da província, anexa a um “Mapa Demonstrativo das Oficinas” existentes na Vila. Conforme os vereadores, havia em São Borja, naquele ano, “568 estâncias com 438.865 reses de criar”. Apesar da paisagem marcadamente rural, ali circulava “avultada soma de gêneros importados”, provenientes do interior da província, de Porto Alegre e mesmo da capital do Império. Para a pequena Vila também afluía quantidade considerável de produtos contrabandeados, tanto da Argentina quanto do Uruguai. Ainda que nos confins meridionais, São Borja se conectava aos principais centros mercantis do Sul da América.

Vendo-se bastante preocupados com a concorrência platina, tanto no mercado de gado em pé quanto de charque, os vereadores alertaram a presidência provincial das dificuldades pelas quais as unidades produtivas da região estavam sujeitas: a falta de mão de obra livre e escrava, as intempéries do tempo e, finalmente, a carência de infraestrutura logística. Além disso, o novo tratado de acordo mútuo com o Uruguai parecia “um veneno sutil que indubitavelmente matará em pouco tempo a nossa principal indústria”. No que toca os problemas de mão de obra, argumentaram os vereadores, dois sintomas eram principalmente sentidos: a fuga de cativos para os territórios livres (uruguaio e argentino) e os chamados às reuniões da milícia cidadã do Império, que geravam grande número de desertores – que, por sua vez, muito provavelmente usavam as mesmas rotas de escravos fugidos, evadindo-se para o além-fronteiras. “A Guarda Nacional em épocas normais é uma calamidade”, decretaram os representantes são-borjenses.<sup>1</sup>

Em municípios e vilas fronteiriças, tais como São Borja, Bagé, Alegrete, Quaraí, Itaqui, e outros tantos no Sul do País, a Guarda Nacional era a principal força armada que vigiava as linhas divisórias do Brasil com seus vizinhos, durante boa parte do século XIX. Daí que, mesmo em tempos de paz, o pesado trabalho de destacamento fazia ho-

mens livres (e mormente pobres<sup>2</sup>) abandonarem seus lares por tempo determinado (um, três ou mesmo seis meses) a fim de serem treinados, aquartelados e posicionados em postos de observação. Dessa maneira, “afugentavam-se”, nas palavras dos vereadores, os braços livres da indústria agrícola e pastoril, diminuindo ainda mais a capacidade produtiva e abrindo espaço para a passagem de produtos estrangeiros pelos portos do Império. Como se pode perceber, mesmo bastante pontual, a reclamação dos representantes de São Borja revela quão conectadas eram as matérias de fronteira, guerra e produção agrícola-pecuária naqueles tempos belicosos.<sup>3</sup>

O caso de São Borja estava longe de ser único; durante boa parte da segunda metade do século XIX, os agentes do governo imperial – em especial os presidentes da província e os ministros da Justiça – receberam correspondência dos mais distantes rincões do Sul do País, que se dedicavam a propor alternativas ao uso de soldados milicianos em tarefas militares de vigilância e observação. Eram comandantes superiores, vereadores, juizes, delegados que buscavam manter seus acordos locais de troca e reciprocidade com o populacho, aliviando aliados do serviço ativo e sobrecarregando inimigos.<sup>4</sup> Alguns desses ofícios, no entanto, propunham medidas menos pontuais e mais alargadas, como detalharei abaixo.

Uma dessas cartas foi escrita ainda em 1855 – antes, portanto, da carta dos vereadores de São Borja –, quando a própria Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul decidiu contatar diretamente o Imperador. “Desde o ano de 1845 pesa quase exclusivamente sobre a guarda nacional o muito gravoso serviço da guarda das fronteiras”, escreveu o presidente da Assembleia, João Dias de Castro, em 26 de novembro.<sup>5</sup> Dez anos depois do fim da Guerra Civil Farrroupilha, a milícia gerava, na opinião dos deputados, “oneroso serviço”, que distraía “constantemente dos diversos ramos da indústria tamanha porção de homens, que ataca as fontes de sua [da província] riqueza e progresso”. O argumento econômico, como se vê, parece ter sido estratégia comum na tentativa de dissuadir as autorida-

des centrais quanto ao uso de contingentes de soldados-cidadãos armados de maneira constante e reiterada.

Para os deputados rio-grandenses, a única maneira possível para sanar este problema era enviar ao Rio Grande do Sul mais dinheiro, para que a província pudesse aumentar suas “forças pecuniárias” e elevar o número de empregados dos corpos policiais, diminuindo (ou mesmo fazendo cessar) a necessidade de destacamentos sobre as linhas de fronteira, “o que muito contribuiria para o melhoramento das indústrias da província”.<sup>6</sup>

O grande volume de reclamações e os documentos gerados diante de tais insatisfações perfazem, muito provavelmente, centenas de páginas hoje resguardadas nos arquivos tanto em Porto Alegre quanto no Rio de Janeiro – então capitais da Província do Rio Grande do Sul e do Império do Brasil. O comportamento frequente das autoridades locais, e mesmo dos soldados rastos, que utilizavam de diferentes e criativas maneiras de se evadirem do serviço ativo na Guarda Nacional, faz-nos refletir acerca do alcance da própria milícia: afinal, quantos homens em armas, cidadãos-soldados, existiam no Rio Grande do Sul durante a segunda metade do século XIX? O número era suficiente para alterar os ritmos econômicos de localidades como, por exemplo, São Borja? É possível compará-los aos de outras províncias do Império?

Para responder as questões levantadas acima, este artigo baseia-se em análise de correspondência trocada entre autoridades locais e centrais, relatos contemporâneos, relatórios de presidentes de província e, finalmente, do Censo de 1872. Ao fazê-lo, busca reflexionar acerca do impacto da instituição miliciana em uma província estratégica para a defesa das fronteiras brasileiras em tempos de centralização administrativa (1845-1873). Importante notar que o Rio Grande do Sul vivenciou um contexto de epidemia bélica durante boa parte do século XIX, tempo em que a guerra não era só um acontecimento fortuito, mas um dos negócios mais importantes de boa parte da elite regional sulina. Daí que os resultados iniciais dessa nova abordagem, como se propõe o artigo, precisam ser comparados

com os de outras províncias do País em trabalhos futuros e mais detalhados.

Em sua primeira parte, o trabalho resgata a organização da Guarda Nacional tanto nacional quanto regionalmente, especificando a quem ela se destinava e, portanto, revelando quem eram seus membros (soldados e oficiais inferiores e superiores). Na sequência, foca nos números extraídos dos *mapas de força* enviados aos presidentes de província e, posteriormente, ao Ministério da Justiça. Por fim, propõe uma análise específica dos contingentes em comparação com a população masculina livre e em idade militar em todo o País, visando contribuir para o debate histórico sobre militarização em sociedades latino-americanas. Revela-se um quadro bastante plural que demanda estudos ainda mais aprofundados, tanto província por província quanto comparativamente.

## **A GUARDA NACIONAL E SUA ORGANIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL**

Finda a Revolta Farroupilha, em 1845, os canais de comunicação entre as elites do Rio Grande do Sul e seus pares no centro do País estavam restabelecidos. É claro que isso não ocorreu sem amarguras e ressentimentos. Mas fato é que boa parte dos oficiais rebeldes recebeu gratificações bastante generosas depois do acordo de paz – o que, muitas vezes, gerou reclamações por parte de antigos legalistas. Cinco anos depois do Tratado de Ponche Verde, que restabeleceu a normalidade no Sul do Brasil, reintegrando a província fronteira ao Império, a Guarda Nacional brasileira foi reformada através de um projeto de lei que vinha sendo maturado desde, pelo menos, 1842.<sup>7</sup> Antiga espinha dorsal de grupos rebeldes, a milícia cidadã passou, a partir de então, por um projeto de centralização.

A Lei de 19 de setembro de 1850 que deu nova organização à Guarda Nacional, de cunho centralizador, modificou a ordem de forças que influenciavam na administração miliciana. O caráter democrático atribuído por Jeanne B. de Castro à instituição deixava de existir.<sup>8</sup> Se antes a influência do juiz de paz era direta, agora o presidente de província detinha as prerrogativas de demitir

oficiais, suspender e reorganizar quaisquer comandos superiores. Os comandos superiores, aliás, deixavam de ser organizados por municípios e passaram a abranger áreas mais extensas. Em nível local, a figura máxima era o coronel comandante superior. Ficavam extintas, assim, as gradações anteriores, como os coronéis chefes de legiões.

A nomeação do comandante superior partia do presidente de província, que enviava uma proposta ao Ministério da Justiça, para, então, ser aprovada. Não só o oficial comandante, mas os subalternos (oficiais superiores, tenentes-coronéis, majores e capitães) passaram a ser nomeados pelo Ministério, dando a conhecer a exata dimensão do cunho centralizador da reforma. O controle efetivo da Guarda Nacional, apesar disso, não deixava de ser complicado, tanto que em 6 de abril de 1854 decretou-se, sob o número 1.354, instruções sobre as atribuições dos oficiais da milícia. Para André Fertig, “a partir da lei de 1854, havia uma intenção explícita do governo imperial em vigiar mais de perto as ações dos guardas nacionais ao nível local”. Para este autor, os comandos superiores foram “exponenciais do projeto de centralização do Estado imperial em seus municípios”.<sup>9</sup>

Fato é que a transição pretendida com a nova lei de 1850 não se efetuou de imediato no Rio Grande do Sul, mas foi sentida de forma paulatina. Naquele ano, o relatório do Presidente Francisco Soares de Andréa apresentava a penúria pela qual a instituição passava: organizada em Porto Alegre, Rio Grande e Piratini, faltavam ainda Cruz Alta e Rio Pardo. Na tentativa de aligeirar-se, nomeou-se o Brigadeiro do Exército João Frederico Caldwell, para orientar os comandantes superiores. Ele, infelizmente, não logrou êxito. Em Porto Alegre, o comandante superior ainda era interino. Andréa informou que os corpos de infantaria eram formados por habitantes dos núcleos urbanos; a cavalaria, assim, era completada com “moradores da campanha”. As armas de fogo sequer tinham sido distribuídas, por medo de que fossem roubadas. Não havia, ainda, instrutores.

Em novo relatório ainda do mesmo ano, José Antonio Pimenta Bueno avaliava que

“a nova lei muito aperfeiçoará este grande elemento, ou antes poderoso concurso da Força Brasileira”. Em 1851, Pedro Ferreira de Oliveira considerava a 1ª Linha do Exército muito melhor organizada que a Guarda Nacional. As qualificações ainda em 1853 não ocorreriam nas épocas previstas. Interessante ainda foi a posição na qual se colocou o presidente da província no cargo no ano de 1854, quando afirmou que “não sendo profissional na matéria, não desejarei aventurar uma opinião menos justa; por esta razão procurei, porém, socorrer-me de informações e de esclarecimentos ministrados por militares e pessoas entendidas”.

Eram tamanhas a desorganização e a falta de influência e capacidade dos presidentes de província de organizar a Guarda Nacional que, em 18 de novembro de 1857, regulamentou-se um decreto que dava nova organização à instituição nas províncias fronteiriças do Império. Uma das principais mudanças era na composição do Conselho de Qualificação: o presidente da província poderia nomear um oficial de linha para presidi-lo ou simplesmente fazer parte dele. Ou seja, uma prerrogativa legal para assegurar maior controle de militares e pessoas conhecedoras da Guarda Nacional, desde que, é claro, fossem da confiança do presidente. Analisando os relatórios dos presidentes de província, o Decreto supracitado, 2.029, toma um caráter ímpar no tocante à organização: de 1850 a 1857 a milícia ainda sofria com a desorganização, com os chamados às batalhas e com a provisoriedade. Em 1855, por exemplo, José Thomaz Nabuco de Araújo, então Ministro da Justiça, informava à Assembleia Geral que “com exceção da Província do Rio Grande do Sul, [...], está em todo o Império organizada a Guarda Nacional”. Fica claro, no entanto, o esforço estatal para o fortalecimento da instituição miliciana em sua província mais meridional. Vamos aos detalhes:

Em 1850, o Rio Grande do Sul dividia-se, no tocante à Guarda Nacional, em seis grandes comandos, que representavam, assim, seis regiões: Rio Grande (litoral e fronteira sul), Porto Alegre (capital e litoral norte), Rio Pardo (centro), Piratini (região sul), Missões (noroeste), e Fronteira de Quaraí e Livramento (fronteira oeste).

A partir de 1856 pode-se perceber outra mudança significativa: os comandos agora se tornavam dez. A fronteira sul sofreu uma das mudanças: Jaguarão passou a ser um comando independente de Piratini. O comando das Missões agora perdia esse nome e desmembrava-se em São Borja e Cruz Alta. O da Fronteira de Quaraí e Livra-

mento dividia-se em Bagé e São Gabriel e Alegrete e Uruguaiana. Caçapava e Cachoeira formavam mais um, desvinculando-se de Rio Pardo e Encruzilhada. Abriam-se espaços de mando local para que as elites dos rincões do Rio Grande pudessem atuar – algo corriqueiro até 1866, como se percebe pelos mapas abaixo:

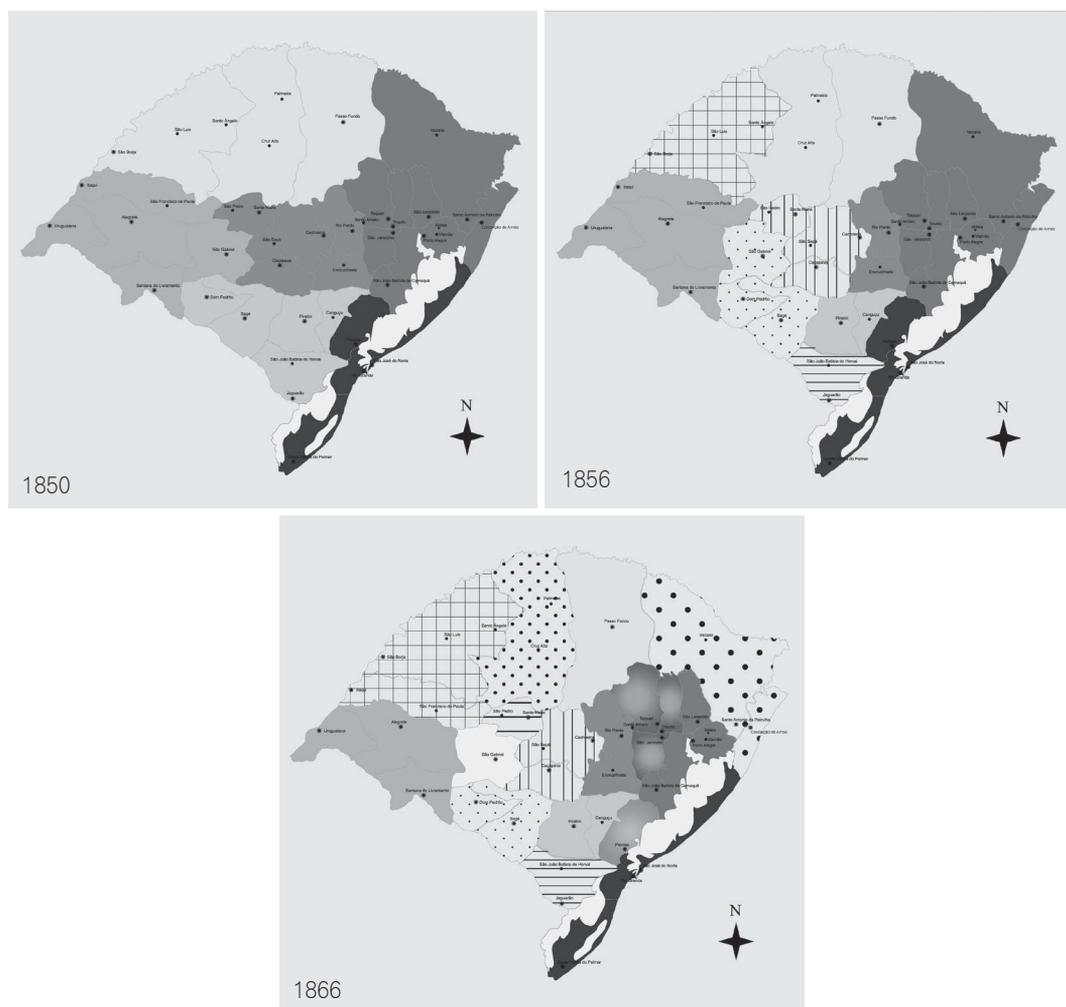


Figura 1 – Fragmentação dos comandos superiores da Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul (1850, 1856, 1866)

Fonte: Adaptação do autor baseado nos Relatórios dos Presidentes de Província disponíveis em: Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital

Neste contexto de ampliação tanto da máquina militar do Império do Brasil quanto da chegada de um novo repertório de normas e comportamentos em sua periferia – inerentes a esse processo –, é interessante no momento explorar e analisar os números produzidos

pela administração imperial, referentes à Guarda Nacional rio-grandense. Eles ajudam a esclarecer uma das principais estratégias do governo, qual seja, a criação de espaços de poder (postos de comando) – cuja finalidade era também acomodar interesses das elites regionais.

## AFOGANDO EM NÚMEROS

A Lei 602, de setembro de 1850, normatizava nacionalmente as qualificações para a Guarda Nacional:

A qualificação dos Guardas Nacionais e a sua classificação em listas do serviço ativo e da reserva serão feitas em cada Paróquia, ou Capela, ou no distrito de cada Companhia ou Corpo, como determinarem os Regulamentos, por um Conselho de Qualificação, com recurso suspensivo para um Conselho de Revista, e deste, sem suspensão, para o Governo na Corte, e para os Presidentes nas Províncias.

Para isto, o Conselho de Qualificação seria composto por oficiais da própria Guarda, escolhidos pelos comandantes superiores e nomeados pelo presidente da província; o Conselho de Revista pelo oficial mais graduado de cada município, pelo juiz municipal e pelo presidente da Câmara de Vereadores – na ausência do juiz, poderiam servir como substitutos o delegado ou o subdelegado de polícia. Para que as informações apresentadas pelos *qualificados* fossem cotejadas, os párocos, juizes de paz, delegados, subdelegados e outros funcionários públicos eram obrigados a prestar “esclarecimentos a seu alcance”. Os cidadãos deveriam comprovar idade, estado civil, profissão e renda anual.

Com o Decreto 2.029, de 18 de novembro de 1857, alterou-se esse quadro, mas apenas para as províncias fronteiriças – caso do Rio Grande do Sul. Tal normativa autorizou os presidentes de província, “quando o julgar conveniente”, a nomear um oficial de Linha para presidente ou membro do Conselho de Qualificação, contanto que isso não infringisse a hierarquia: um coronel, por exemplo, não poderia ser substituído ou retirado da presidência em favor de um major. O Conselho de Revista também passou por drásticas mudanças: o presidente de província poderia nomear um novo conselho “especial” que o substituiria, nomeando ou três oficiais de Linha, ou honorários do Exército, ou da própria Guarda Nacional, que ainda não tivessem tomado cadeiras dos conselhos de qualificação

já realizados, marcando, ainda, prazo para início e fim dos trabalhos. Considerado ápice da centralização imperial, o decreto não teve muitos efeitos nesse sentido, apesar de aperfeiçoar o aparato burocrático da milícia; não encontrei sequer um caso de intervenção presidencial nas nomeações dos conselhos e, dessa forma, nos acordos locais.

A renda anual necessária – 200 mil-réis – foi reduzida à metade. Especialmente no Rio Grande do Sul ficariam *a priori* dispensados do serviço ativo os proprietários de fazendas de gado e seus capatazes se ali se marcassem 50 ou mais crias anualmente; caso o proprietário não residisse na fazenda, 500 ou mais crias deveriam ser marcadas para que um peão ou vaqueiro e o capataz recebessem a isenção. Se esse número ultrapassasse 1.500 reses anuais, dispensar-se-ia mais um peão. Ou seja, cada cidadão do Império deveria apresentar-se, anualmente, a uma mesa composta por três oficiais de milícia, que colocavam seu nome e demais informações em uma lista produzida naquele momento, que passava, posteriormente, por uma revisão e – só então – era produzida uma nova lista, em ordem alfabética, de todos os cidadãos aptos ao serviço ativo ou da reserva da localidade (paróquia ou município) em questão, comumente dividida por distritos e bairros. A insígnia simbólica de cidadão *ativo* era, então, finalmente homologada.

Normalmente, em municípios, vilas ou cidades com vastos territórios, os capitães das companhias dirigiam-se aos distritos respectivos, com o fim de avisar os indivíduos que haviam sido *alistados* para comparecerem ao ato da *qualificação* no batalhão de guardas nacionais. Esse processo não ocorria sem percalços. Algumas vezes havia atos de resistência explícita – como em 1850, quando se apresentaram com armas, paus e pedras os moradores da localidade de Campo Bom, na região da Colônia Alemã de São Leopoldo, que fazia parte do Comando Superior de Porto Alegre.<sup>10</sup> Se, por vezes, estes homens apenas recebiam a incumbência de ser um guarda nacional e reunir-se periodicamente, outras vezes utilizavam todo o simbolismo deste título para influenciarem em eleições, receberem mercês ou indicarem aliados para ocupação de postos ou inimigos para marcharem à guerra.

Fato é que esse processo, existente em todo o País durante a segunda metade do século XIX, gerou uma imensa quantidade de fontes primárias. Através de sua milícia, o Estado imperial e suas elites conheciam os habitantes dos mais distantes cantos do imenso território brasileiro. Para o momen-

to, utilizaremos os dados compilados pelos secretários da presidência do Rio Grande do Sul para atentar para o tamanho da milícia no território da província.

O gráfico abaixo mostra o total de guardas qualificados em todo o Rio Grande do Sul para os anos analisados.

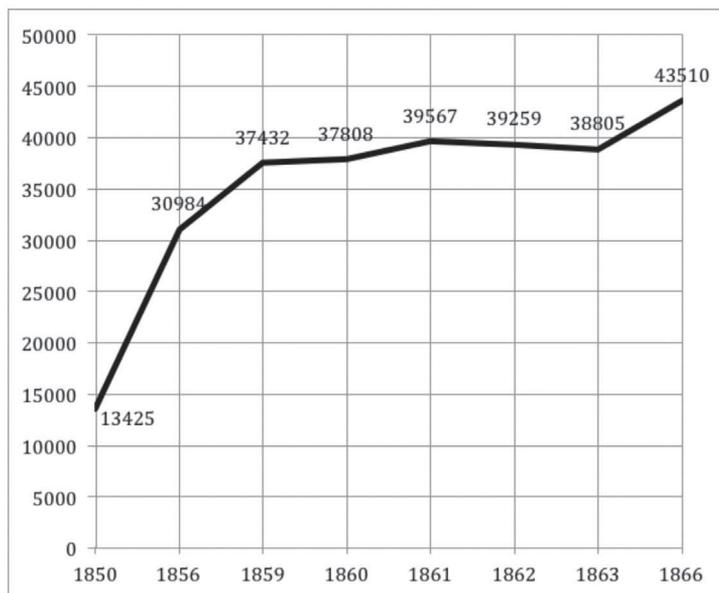


Gráfico 1 – Total de guardas nacionais qualificados na Província do Rio Grande do Sul, por ano (1850-1866)

Fonte: Mapas da Força da Guarda Nacional. Relatórios dos Presidentes da Província. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital

Pode-se perceber três grandes saltos: de 1850 a 1856, quando, como já afirmei, se reformou a instituição e nomearam-se comandantes superiores. Neste período, o número de guardas mais que dobrou; de 1856 a 1859, demonstrando o impacto da diminuição da exigência de renda líquida (de 200 para 100 mil-réis anuais, decreto de 1857, especial para províncias fronteiriças) – quando ocorreu um aumento de 20,8%; e, finalmente, de 1863 para 1866, quando se iniciou o esforço de guerra contra o Paraguai, causando uma elevação de 12%.

Sozinhos, esses números revelam que havia uma força armada em serviço intermitente que chegou, em seu ápice, a contar com pouco mais de 43 mil homens adultos livres em suas hostes, somente na Província do Rio Grande do Sul. É claro que, se necessário, a transferência desses soldados e oficiais para o Exército, ou ainda para os

campos de batalha, não ocorria de maneira automática, mas passava por um processo de tradução local das normas e medidas emanadas pelo centro que privilegiava as ligações interpessoais horizontais e verticais<sup>11</sup> – o que alguns historiadores denominaram de *clientelismo* ou *patronagem*.<sup>12</sup>

Como é sabido, a Guarda Nacional no Rio Grande do Sul foi o principal veículo de arregimentação de soldados durante a Guerra do Paraguai – estima-se que entre 30 e 35 mil milicianos marcharam armados para as campanhas em diferentes momentos do conflito.<sup>13</sup> Transparece, assim, a importância da milícia como alternativa a um Exército formal em sua periferia estratégica. Os números que aqui trouxemos até agora, entretanto, não nos permitem pensar no *alcance* ou ainda no *impacto* da instituição na vida das famílias rio-grandenses. Além disso, pouco nos informa

sobre uma possível excepcionalidade de uma província em endemia bélica durante o século XIX comparativamente às outras do Império. Afinal, seria o caso do Rio Grande do Sul único? Teria, ali, a Guarda Nacional penetrado de forma peculiar entre os estratos sociais e criado uma sociedade significativamente militarizada, como propõe Fernando Uricoechea?<sup>14</sup>

A par das correspondências trocadas por autoridades locais e centrais quanto ao Rio Grande do Sul – trazidas no início deste artigo –, agora passo a relacionar os números da Guarda propriamente ditos com os do Censo de 1872, a fim de buscar por um *coeficiente de militarização* (intermitente) possível para o País, província por província.

### EM BUSCA DE UM COEFICIENTE DE MILITARIZAÇÃO (OU MILICIANIZAÇÃO?)

Conforme Alejandro Rabinovich, uma das possíveis conceptualizações para o processo de militarização de uma sociedade é, basicamente, “o impressionante crescimento das forças de guerra recrutadas pelo governo,

com a conseguinte multiplicação de unidades militares e a extensão do serviço das armas a setores cada vez mais amplos da população”. Trata-se de um processo amplo e duradouro, ocorrido na maior parte da América Latina durante o século XIX e, em especial, em tempos de guerra externa.<sup>15</sup> Conforme afirma Hendrik Kraay, “nenhum outro setor do Estado penetrou tão fundo na sociedade” brasileira historicamente quanto as Forças Armadas – e aí se incluem as milícias e os Exércitos regulares.<sup>16</sup>

É preciso reiterar que essa participação mais ampla da população no decorrer do período aqui estudado não só ofereceu meios de ascensão social a grupos anteriormente relegados à cidadania secundária (como, por exemplo, os descendentes de imigrantes alemães ou ainda indígenas), mas criou um grupo especial de elite regional ocupado com o *métier* da guerra e fundamental para a manutenção da posição geopolítica brasileira na América do Sul.<sup>17</sup> Daí que a situação de fronteira, como se pode deduzir, foi crucial para o desenvolvimento deste processo histórico no Sul do Brasil.

Província	G-1865	MRGd-1865	G-1871	MRGd-1871
Bahia			107800	30,91%
Ceará			66320	37,95%
Amazonas	5194	31,56%	7440	39,24%
Alagoas			18872	23,78%
Espírito Santo	6785	46,44%	3506	20,83%
Goiás			19954	49,46%
Maranhão			46447	63,74%
Mato Grosso	6279	46,19%	4165	26,60%
Minas Gerais			85874	14,98%
Pará			36174	58,65%
Paraná	11739	38,58%	16353	46,66%
Piauí	23042	48,74%	23877	43,85%
Pernambuco			64663	30,15%
Rio Grande do Norte	15940	27,69%	16950	25,56%
Rio Grande do Sul	44118	48,07%	23603	22,32%
Rio de Janeiro			56764	43,23%
São Paulo			57303	29,99%
Santa Catarina			14072	41,58%
Paraíba			35343	39,96%
Sergipe	17044	50,73%	20893	53,98%
Total			726373	30,75%

Tabela 1 – Coeficiente de militarização intermitente (ou *milicianização*)

G-1865: Guardas em 1865; MRGd-1865: Porcentagem de guardas entre os homens livres em idade adulta em 1865; G-1871: Guardas em 1871; MRGd-1871: Porcentagem de guardas entre os homens livres em idade adulta em 1871.

O relatório do Ministério da Justiça de 1865 traz resultados parciais sobre a qualificação de soldados da Guarda Nacional, organizada no Império. A Tabela 1 relaciona esses dados em sua segunda coluna, "G-1865". Percebe-se, logo de início, que muitas províncias não enviaram os mapas de força completos, e, desta feita, foram retiradas do cômputo aqui utilizado. Ao relacionar os números remetidos pelos presidentes naquele ano aos da população masculina livre adulta (considerando uma taxa de crescimento de 2% ao ano e utilizando os dados do Censo de 1872<sup>18</sup>), temos que: a) o Rio Grande do Sul contava com o maior número de homens em armas arrolados nas hostes de Guarda Nacional, pouco mais de 44 mil; b) a despeito disso, a milícia na província fronteiriça não tinha o maior alcance social do País, ficando, naquele ano, atrás de Sergipe e do Piauí (48,1% contra 50,73% e 48,7%); c) por outro lado, no Rio Grande do Norte, a Guarda sequer atingia um terço dos homens livres em idade militar (27,69%).

Como se pode perceber, há grandes disparidades regionais no que toca a própria organização milicianiana em 1865. É factível imaginar que isso se deve justamente pela situação de fronteira e de endemia bélica do Rio Grande do Sul, onde supostamente teria se gerado uma burocracia especializada em assuntos de guerra e, portanto, com maior interesse *racional* em coletar dados sobre os soldados.<sup>19</sup> Mas como explicar a situação das províncias de Sergipe e do Piauí, que contavam com cerca da metade de seus homens em idade adulta arrolados como *cidadãos ativos e armados*?

A quarta coluna da Tabela 1 ("G-1871") traz à baila os dados novamente levantados sobre os contingentes da Guarda Nacional pelo Ministério da Justiça, agora no ano de 1871. À primeira vista, é possível perceber o primeiro efeito da Guerra do Paraguai sobre a organização burocrática-militar: todas as províncias enviaram mapas de força completos – certamente devido à necessidade de computar os soldados durante a própria campanha contra López, separar os hábeis dos doentes e, finalmente, os isentos dos guardas em serviço ativo.

Com dados completos foi possível calcular uma média geral, ou seja, o coeficiente de militarização intermitente para todo o Império, em um período pós-guerra: 30,75%, o que significa dizer que cerca de três em cada dez homens adultos livres estariam arrolados na milícia cidadã brasileira em 1871. No entanto, novamente se pode perceber enormes disparidades regionais. O Pará possuía quase 60% de sua população masculina adulta, livre e em idade militar alistada na Guarda Nacional. Se considerarmos a Guarda como uma das maneiras de se participar da vida política do Império, teríamos aí um exemplo bastante único do quão abrangente seria a instituição (que conferia *status* de cidadania) na província nortista. Já Minas Gerais contava com apenas 15% de seus homens livres em idade adulta alistados na milícia.

Há, regra geral, queda considerável na presença de guardas nacionais entre o total de homens livres adultos em três províncias: Espírito Santo, Mato Grosso e Rio Grande do Sul, que contaram com um decréscimo de 25% em apenas cinco anos. Sendo que as duas primeiras não contribuíram tão grandemente para o esforço de guerra, é possível deduzir que o encolhimento da instituição *não* teria sido causado por fatores demográficos externos (baixas no campo de batalha, por exemplo). No entanto, é necessário considerar que o Mato Grosso e o Rio Grande do Sul foram tanto teatro de guerra quanto locais de recrutamento intenso, gerando, certamente, descontentamentos gerais entre a população – além de possíveis revoltas locais contra a intromissão do Estado em assuntos *quase* privados, dependentes de redes de relações preestabelecidas, como o era a qualificação para a Guarda Nacional.<sup>20</sup>

## CONCLUSÕES

Por ora, é possível atentar para o fato de que o processo de militarização intermitente da sociedade brasileira acontecia de maneira irregular e bastante conjuntural. Dependia não só das vontades do Governo Central no Rio de Janeiro – e de suas medidas de centralização –, mas, e especialmente, dos

acordos locais nos vilarejos e aldeias dos rincões do País. No entanto, apesar de seus contratempos, imagina-se que a *milicianização* parece ter sido estruturante das relações sociais no século XIX no Sul do Brasil, justamente por acomodar-se a contextos locais.<sup>21</sup>

Os resultados que aqui trazemos revelam a importância de uma Força Armada irregular – a Guarda Nacional do Brasil – para a construção do Estado imperial. A partir dessa instituição uma série de normas chegava às mais distantes localidades do País. Moldavam-se, dessa maneira, *lealdades* (tanto à Nação, quanto a chefes de facções políticas). Ao estudá-la, unimo-nos a um movimento atual na historiografia que dá papel central ao estudo desse tipo de instituição em diferentes contextos e países.<sup>22</sup> É preciso compreender que a discussão sobre as alternativas possíveis a Exércitos formais parece mesmo ter sido um fenômeno global no século XIX. Recentemente, historiadores e cientistas sociais têm se dedicado a analisar a importância dessas instituições nos processos de formação e consolidação de Estados nacionais.<sup>23</sup>

No que toca ao Rio Grande do Sul, voltando ao *locus* deste artigo, é preciso destacar que a Guerra do Paraguai esgarçou acordos locais de maneira nunca antes vista. A formação do 3º Corpo de Exército, entre os anos de 1866 e 1867, levantou um numeroso contingente em muito pouco tempo (cerca de cinco mil homens em seis meses), baseando-se mormente em caçadas a desertores e, fundamentalmente, na Guarda Nacional. Não à toa, houve queda acentuada na qualificação da milícia cidadã no ano posterior à Guerra do Paraguai: em campo ainda estavam as forças de ocupação; os milhares de veteranos, cujas vivências cer-

tamente não seriam esquecidas facilmente, pareciam cansados dos movimentos armados e “não se prestavam mais ao serviço”, nas palavras de um oficial superior. Suas demandas, como informa Vitor Izecksohn, jamais seriam contempladas.<sup>24</sup>

O estudo da expansão do alcance da administração e da burocracia imperial revela uma complexa articulação entre poder local e poder central. O conhecimento da topografia militar e dos canais de comunicação privilegiados eram características dos milicianos rio-grandenses. Eles tinham noção de que essa moeda de barganha era poderosa. A criação dos comandos superiores e a posterior fragmentação destes no Rio Grande do Sul, cujos efeitos para a administração encontraram pouca repercussão na historiografia sobre o Brasil oitocentista, revelaram-se um mecanismo fundamental para instituir um canal de comunicação e relação com os líderes políticos das aldeias; em contrapartida, as próprias lideranças locais eram reconhecidas graças aos cargos que ocupavam.

Os resultados trazidos por este artigo expõem a premente necessidade de estudos comparativos entre as províncias do Império, a fim de identificar possíveis padrões diferentes de consolidação das maquinarias estatais em tais regiões. Além disso, revelou-se o grande impacto da transferência de homens armados de uma milícia cidadã para um Exército em operações, durante a Guerra do Paraguai (1865-1870) e seu posterior resultado nas próprias qualificações da Guarda Nacional. A província do Rio Grande do Sul foi a que mais sentiu o esforço de guerra – já que, como dito, foi a que mais contribuiu comparativamente a seu tamanho populacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALADRÉN, Gabriel. *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil* (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835). Tese (Doutorado em História). Niterói: PPGH-UFF, 2012.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*, v. 40, n. 2, Rio de Janeiro, 1997.
- CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1977.
- DAVIS, Diane E.; PEREIRA, Anthony W. (orgs.). *Irregular Armed Forces and their role in politics and state formation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.
- DONGHI, Tulio Halperín. Revolutionary militarization in Buenos Aires 1806-1815. *Past and Present*, n. 40, 1968, pp.84-107.
- DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.
- FERTIG, André A. *Clientelismo político em tempos belicosos. A Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil*. Santa Maria: EdUFSM, 2010.
- FRADKIN, Raúl O. Las formas de hacer la guerra en el litoral rioplatense. In: BANDIERI, Susana (org.). *La historia económica y los procesos de independencia en la América hispana*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011, p. 167-213.
- GOLDONI, Aline C. *Embate e negociação: o recrutamento da Guarda Nacional fluminense durante a Guerra do Paraguai*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2010.
- GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Império das províncias*. Rio de Janeiro, 1822-1889. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- IZECKSOHN, Vitor; MUGGE, Miquéias H. A criação do Terceiro Corpo do Exército na Província do Rio Grande do Sul: conflitos políticos resultantes da administração militar nos anos críticos da Guerra do Paraguai (1866-1867). *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2016, vol.36, n.73, pp.183-207.
- IZECKSOHN, Vitor. *Slavery and War in the Americas*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2014.
- KLEIN, Janet. *The margins of the Empire: Kurdish militias in the Ottoman tribal zone*. Stanford: Stanford University Press, 2011.
- KRAAY, Hendrik. *Política racial, Estado e Forças Armadas na época da Independência: Bahia 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2011.
- MCCORD, Edward A. Militia and local militarization in Late Qing and Early Republican China: the case of Hunan. *Modern China*, v. 14, n. 2, Abril 1988, p. 156-187.
- MENDES, Fábio F. *Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. De índio a guarda nacional: cidadania e direitos indígenas no Império (Vila de Itaguaí, 1822-1836). *Topoi*, v. 11, n. 21, Rio de Janeiro, julho/dezembro 2010, p. 127-142.



MORTARA, Giorgio. The Development and Structure of Brazil's Population. *Population Studies*, v. 8, n. 2, Nov. 1954, p. 121-139.

MUGGE, Miquéias H. *Prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania*. Província do Rio Grande do Sul – século XIX. São Leopoldo: Oikos, Unisinos, 2012.

\_\_\_\_\_. *Senhores da Guerra: Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional, 1845-1873)*. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2016.

RABINOVICH, Alejandro M. La militarización del Rio de la Plata, 1810-1820. Elementos cuantitativos y conceptuales para un análisis. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"*, Tercera serie, n. 37, segundo semestre 2012.

RIGOTTI, José Irineu R. Transição demográfica. *Educação e Realidade*, v. 37, n. 2, maio/ago. 2012, p. 467-490.

URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1978.

VARGAS, Jonas M. *Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul*. Santa Maria: Ed. da UFSM/Anpuh-RS, 2010.

\_\_\_\_\_. *Os barões do charque e suas fortunas: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

VELLASCO, Ivan. Clientelismo, ordem privada e Estado no Brasil oitocentista: notas para um debate. In: CARVALHO, José M. de.; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, doravante AHRS. Fundo Câmaras Municipais. Maço 233. Correspondência expedida pela Câmara de Vereadores da Vila de São Borja. Carta anexa ao *Mappa demonstrativo das oficinas, estabelecimentos e fábricas do município de São Borja*. Agradeço ao colega Leandro Fontella pela cedência deste documento.

<sup>2</sup> MUGGE, Miquéias H. *Senhores da Guerra: elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional, 1845-1873)*. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2016.

<sup>3</sup> ALADRÉN, Gabriel. *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)*. Tese (Doutorado em História). Niterói: PPGH-UFF, 2012; VARGAS, Jonas M. *Os barões do charque e suas fortunas: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

<sup>4</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997; FERTIG, André A. *Clientelismo político em tempos belicosos*. A Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil. Santa Maria: Ed.UFSM, 2010; MUGGE, Miquéias H. *Prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania*. Província do Rio Grande do Sul – século XIX. São Leopoldo: Oikos, Unisinos, 2012.

<sup>5</sup> Dias de Castro era formado em Direito pela Universidade de São Paulo (1833) e promotor público no Rio Grande do Sul. A vaga conquistada na Assembleia Legislativa Provincial foi resultado de um esforço político posterior à Guerra Civil Farroupilha. Foi ele quem capitaneou o processo judicial contra os revoltosos, o que certamente elevou seu reconhecimento regional como parte de um grupo seleto de elite regional. Sobre a Assembleia do Rio Grande do Sul, ver: VARGAS, Jonas M. *Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul*. Santa Maria: Ed. da UFSM/Anpuh-RS, 2010. Para uma análise dos legislativos provinciais como espaços intermediários de poder, ver: DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005; GOUVEÁ, Maria de Fátima. *O Império das províncias*. Rio de Janeiro, 1822-1889. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>6</sup> Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, doravante ANRJ. Fundo GIF1, Justiça. 6H-7. Ofício da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul ao Imperador. Porto Alegre, 26 de novembro de 1855. Agradeço ao colega Marcelo Matheus pela indicação desta fonte.

<sup>7</sup> CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1977; FERTIG, André A., *op. cit.*, 2010; GOLDONI, Aline C. *Embate e negociação: o recrutamento da Guarda Nacional fluminense durante a Guerra do Paraguai*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2010.

<sup>8</sup> CASTRO, Jeanne Berrance de. *Op. cit.*, 1977.

<sup>9</sup> FERTIG, André A. *Op. cit.*, 2010, p. 23.

<sup>10</sup> MUGGE, Miquéias H. *Op. cit.*, 2012.

<sup>11</sup> MENDES, Fábio F. *Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

<sup>12</sup> GRAHAM, Richard. *op. cit.*, 1997. Para uma crítica ao uso exacerbado de clientelismo, ver: CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*, v. 40, n. 2, Rio de Janeiro, 1997; VELLASCO, Ivan. Clientelismo, ordem privada e Estado no Brasil oitocentista: notas para um debate. In: CARVALHO, José M. de.; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009; MUGGE, Miquéias H. *Op. cit.*, 2016.

<sup>13</sup> IZECKSOHN, Vitor; MUGGE, Miquéias H. A criação do Terceiro Corpo do Exército na Província do Rio Grande do Sul: conflitos políticos resultantes da administração militar nos anos críticos da Guerra do Paraguai (1866-1867). *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2016, v. 36, n. 73, p. 183-207.

<sup>14</sup> URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1978, p. 223-262.

<sup>15</sup> RABINOVICH, Alejandro M. La militarización del Rio de la Plata, 1810-1820. Elementos cuantitativos y conceptuales para un análisis. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"*, Tercera serie, n. 37, segundo semestre 2012, p. 13.

<sup>16</sup> KRAAY, Hendrik. *Política racial, Estado e Forças Armadas na época da Independência: Bahia 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2011, p. 18. Trata-se de formulação diferente da difundida por Halperin-Donghi, para quem militarização seria tanto a ascensão social e política de militares no interior das elites buenaienses quanto uma certa transposição da organização hierárquica-militar para a sociedade em geral. Ver: DONGHI, Tulio Halperin. Revolutionary militarization in Buenos Aires 1806-1815. *Past and Present*, n. 40, 1968, p. 84-107.

<sup>17</sup> MUGGE, Miquéias H. *op. cit.*, 2012; MUGGE, Miquéias H. *op. cit.*, 2016; MOREIRA, Vânia Maria Losada. De índio a guarda nacional: cidadania e direitos indígenas no Império (Vila de Itaguaí, 1822-1836). *Topoi*, v. 11, n. 21, Rio de Janeiro, julho/dezembro 2010, p. 127-142.

<sup>18</sup> A taxa de crescimento populacional aqui utilizada tem origem nas análises de Giorgio Mortara e José Irineu Rangel Rigotti. Ver: MORTARA, Giorgio. The Development and Structure of Brazil's Population. *Population Studies*, v. 8, n. 2, Nov. 1954, p. 121-139; RIGOTTI, José Irineu R. Transição demográfica. *Educação e Realidade*, v. 37, n. 2, maio/ago. 2012, p. 467-490.

<sup>19</sup> URICOECHEA, Fernando. *Op. cit.*, 1978, p. 223-262.

<sup>20</sup> DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981, p. 217, 218.

<sup>21</sup> Assemelhando-se ao proposto por Raúl Fradkin para as províncias do litoral rio-platense: "En un contexto de confrontaciones generalizadas, cambiantes, inestables y de resultados imprevisibles, la defensa del territorio y los vínculos de tipo militar deben haberse convertido en los lazos que no sólo expresaban sino que estructuraban las relaciones sociales". Ver: FRADKIN, Raúl O. Las formas de hacer la guerra en el litoral rioplatense. In: BANDIERI, Susana (org.). *La historia económica y los procesos de independencia en la América hispana*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011, p. 167-213.

<sup>22</sup> Ver, por exemplo: DAVIS, Diane E.; PEREIRA, Anthony W. (orgs.). *Irregular Armed Forces and their role in politics and state formation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

<sup>23</sup> Ver, por exemplo: McCORD, Edward A. Militia and local militarization in Late Qing and Early Republican China: the case of Hunan. *Modern China*, v. 14, n. 2, Abril 1988, p. 156-187; KLEIN, Janet. *The margins of the Empire: Kurdish militias in the Ottoman tribal zone*. Stanford: Stanford University Press, 2011.

<sup>24</sup> IZECKSOHN, Vitor. *Slavery and War in the Americas*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2014.

# A “quase guerra”: mobilização brasileira para atacar o Paraguai em 1857-1858\*

## The “almost war”: Brazilian mobilization to attack Paraguay in 1857-1858

**Adler Homero Fonseca de Castro**

*Historiador, mestre em História, pesquisador do IPHAN, do CEPHiMEx e da FUNCEB, sócio do IGHMB, autor de livros e artigos sobre história militar e preservação do patrimônio cultural.*

### RESUMO

Um dos problemas da história tradicional é trabalhar com eventos que *não* aconteceram. Não do ponto de vista de uma história contrafactual, virtual, mas sim de fatos reais, para os quais houve preparações, só que não tiveram o resultado final esperado. Este é o caso das ameaças de guerra, que ocorreram muitas vezes na história do Brasil, com profundos efeitos sobre a sociedade e situação política, mas que não terminaram em um conflito armado. Uma das menos conhecidas foi a preparação ocorrida em 1858 para forçar o Paraguai a negociar a abertura da navegação do Rio Paraguai para navios brasileiros. Envolvendo milhares de homens e diversos navios, vários comprados especificamente para a campanha, essas ações quase resultaram em uma guerra aberta. No entanto, seus efeitos não foram enfatizados, mesmo na própria época.

**PALAVRAS-CHAVE:** Diplomacia, mobilização das Forças Armadas, Guerra do Paraguai

### ABSTRACT

One of the problems of the traditional history is to work with events that *did not* happen. This not in terms of counterfactual history, a virtual one, but one of real facts, for which there were preparations, but that didn't have the expected results. This is the case of the war scares that were so common in the Brazilian History, with profound effects over society and the political situation, but that not resulted in armed conflict. One of the less known war scares was the preparations made in 1858 to force Paraguay to negotiate the opening of the Paraguay River to Brazilian shipping. Involving thousands of men and many warships, many of them bought specifically for the campaign, this actions, that almost resulted in an open war. However, their consequences were not emphasized, even at those times.

**KEYWORDS:** Diplomacy, armed forces mobilization, Paraguayan War

---

\* Artigo recebido em 26 de agosto de 2016 e aprovado para publicação em 8 de novembro de 2017.

## O PROBLEMA

Um dos aspectos mais complicados da história diplomática é trabalhar com períodos de tensão entre países, mas que não resultaram em um conflito aberto e declarado: por não ter havido hostilidades abertas, é fácil os desconsiderar como não tendo importância, a ponto de poderem passar despercebidos aos historiadores. Assim, os estudantes de História sabem da intervenção brasileira no Uruguai, no final da Guerra Grande (1851), da mesma forma que o envio da Esquadra brasileira para forçar o Paraguai a negociar a liberação da navegação fluvial, em 1855, é bem abordado pela historiografia. Também se conhece alguma coisa da outra “quase guerra” que ocorreu em meados do século XIX, a Questão Christie, em 1863, quando o Brasil, novamente, se preparou para um conflito contra a Inglaterra, rompendo as relações diplomáticas com aquele país (só reatadas em 1865) e comprando grande quantidade de material bélico que, mais tarde, seria usado contra o Paraguai – o exemplo mais conhecido sendo o Encouraçado *Brasil*, encomendado na França e que ficou pronto justo a tempo de participar do início das operações de guerra no Prata.

Por outro lado, poucos já ouviram falar sobre os riscos de guerra que não resultaram em hostilidades, como ocorreu entre o Brasil e a Inglaterra em 1844, no início da questão de limites no Norte do País (Questão do Pirara), ou em 1850, por causa das ações da Esquadra inglesa para reprimir o tráfico negreiro – isso apesar de no Brasil ter havido preparativos reais para o início de hostilidades com os britânicos nas duas ocasiões. O mesmo pode ser dito com relação aos preparativos em 1867, em plena Guerra do Paraguai, quando o Governo imperial julgou necessário reforçar as defesas no Rio Amazonas, construindo três fortes (em Óbidos, Santarém e Belém) rearmando outro, também em Belém, e criando uma flotilha de oito lanchas artilhadas no norte, preparando-se para a possibilidade de nossos vizinhos tentarem entrar no conflito no lado paraguaio.

O objetivo desse texto é tratar de uma dessas ameaças de guerra que não são

abordadas pelos livros de história: os planos brasileiros para invadir o Paraguai em 1857-1858 – um tema que passou em branco aos pesquisadores que trabalham com a Guerra do Paraguai, mas que certamente teve uma influência nos eventos posteriores, quando, de fato, o conflito aberto foi iniciado.

## CONTEXTO HISTÓRICO

As questões militares com o Paraguai começaram em 1850, quando uma Força brasileira ocupou o “Fecho dos Morros” no Sul de Mato Grosso sem comunicar ao Governo paraguaio, sendo expulsa à força pelos paraguaios.<sup>1</sup> Esse evento, ligado à questão de fronteiras, poderia ser visto como um *casus belli* para ambos os participantes – morreram três brasileiros e oito paraguaios –, mas não gerou uma tensão maior, pelo menos no Brasil. Na verdade, foi um imenso erro diplomático, pois a ordem de ocupação fora emitida em 1847,<sup>2</sup> mas só fora executada anos depois, quando o Império estava negociando com o Governo do Paraguai um tratado de aliança defensiva em caso de guerra com a Argentina<sup>3</sup> – um momento delicado, para dizer o mínimo. O tratado foi assinado, reconhecendo o direito paraguaio à linha de fronteiras por ele pretendida, mas não foi ratificado pelo Governo brasileiro.

Os incidentes resultaram em um mal-estar no Paraguai. Em 1853, o Encarregado de Negócios do Brasil em Assunção, Capitão-Tenente Felipe José Pereira Leal, apresentou um projeto de tratado de livre navegação do Rio Paraguai para liberar a navegação com o Mato Grosso. A resposta paraguaia foi contrária a essa medida até que se resolvessem os litígios de fronteira existentes.<sup>4</sup> O Paraguai, em seguida, tomou medidas que não podiam deixar de ser vistas como ofensivas: ainda em 1853, o Governo paraguaio expulsou o encarregado de negócios brasileiro; no ano seguinte, tropas daquele país construíram oito fortes no Rio Apa, inclusive Bela Vista, na margem norte, área em disputa e se pretendeu a instalação de 20 fazendas de gado na região.<sup>5</sup>

Ações que certamente levaram a uma dura reação por parte do Governo brasileiro, o envio de uma Esquadra composta pela

Amazonas (seis canhões), Jequitinhonha (sete), Magé (oito), Viamão (sete), Beberibe (sete), Berenice (onze), Imperial Marinheiro (onze), Ipiranga (sete), Camaquã (três), Tonelero (quatro), Maracanã (dois) e Tibagi,<sup>6</sup> com dois batalhões de infantaria: o Batalhão Naval, que recebeu para essa missão armas de retrocarga, Dreyses, fornecidas pelo Exército e o 1º Batalhão do Exército, especialmente armado com armas raiadas (Tige), de precisão.<sup>7</sup> Um pouco menos de mil homens de desembarque e 82 canhões nos navios, tudo sob o comando do Chefe de Esquadra Pedro Ferreira de Oliveira.<sup>8</sup>

Além da Força Naval, que é normalmente citada na bibliografia, o Brasil deslocara sua Divisão de Observação de Montevidéu para o Rio Grande do Sul, mas não a dissolvera. Essa tropa era composta de um regimento de artilharia a cavalo; quatro regimentos de cavalaria; quatro batalhões de infantaria; uma companhia de atiradores de precisão e uma companhia de transporte, todas do Exército regular, força que poderia ser facilmente usada em uma ação militar contra o Paraguai em 1855. Para facilitar as comunicações por terra com o Paraguai, foram fundadas as colônias militares de Nioaque e Brilhante, no Mato Grosso, fora da zona em litígio,<sup>9</sup> e construído um *varadouro*, uma estrada carroçável entre as duas.<sup>10</sup>

A Esquadra tinha o objetivo declarado de obter um desagravo à bandeira brasileira, não sobre a questão do Fecho dos Morros, mas sim por causa da expulsão do encarregado de negócios. Além disso, tinha como objetivo negociar, com o apoio das armas, um tratado de limites e um acordo que per-

mitisse a livre navegação do Rio Paraguai por navios brasileiros.

A demanda da abertura da navegação era de vital importância para o Império, tendo em vista a dificuldade de comunicação que havia com a província do Mato Grosso: para se chegar lá pelo caminho tradicional, partindo de São Paulo, era necessária uma viagem de canoa, com trechos de dezenas de quilômetros por terra, em estradas não carroçáveis, o que limitava a carga que podia ser transportada àquela que podia ser levada no lombo de mulas. Assim, o peso máximo de cada pacote que podia ser transportado era de três arrobas (45 kg). Cargas maiores, como canhões, só podiam ser levadas pelos Rios Amazonas e Guaporé, numa viagem de extrema dificuldade e que podia durar anos,<sup>11</sup> além de ser muito custosa.<sup>12</sup> Isso implicava uma grande restrição econômica para a província, praticamente isolada do resto do Brasil.

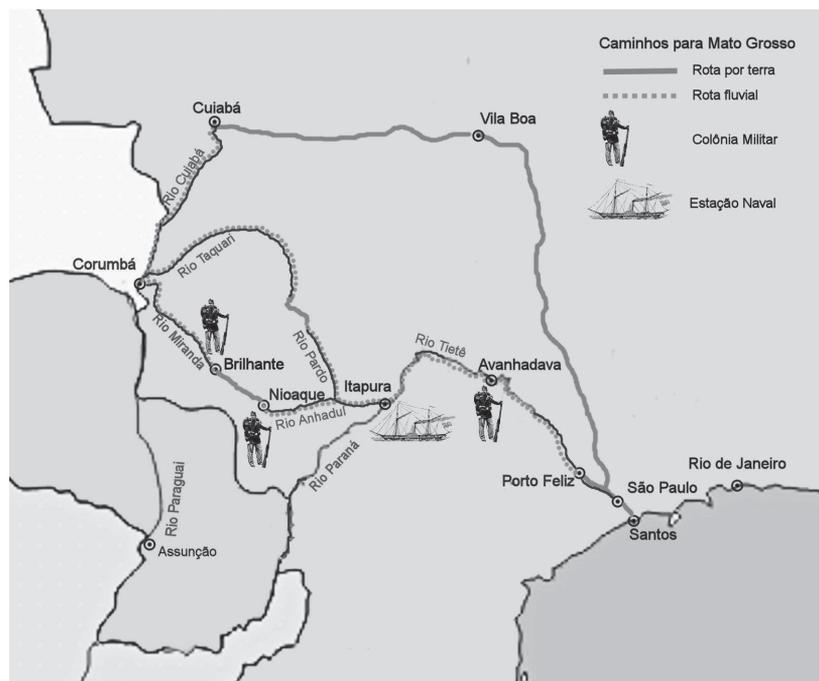


Figura 1: Rotas interiores para Mato Grosso, com as bases em Miranda, Nioaque, Itapura e Avanhadava  
Fonte: desenho do autor

A demonstração de força brasileira em 1855, contudo, não foi bem-sucedida – sendo até considerada por muitos no Brasil como desastrosa<sup>13</sup>. Como não poderia deixar

de ser, o uso aberto da Força Militar feriu os brios do Governo de Carlos López, criou uma imensa desconfiança com relação às intenções do Império e levou o Paraguai a considerar seriamente a possibilidade de um conflito futuro, de forma que se preparou para isso: a construção da Fortaleza de Humaitá teve seu início nesse incidente de 1855. Para piorar a situação, o envio da Esquadra não atingiu o objetivo desejado: apesar do Paraguai já ter feito acordos semelhantes com outros países, os tratados assinados em Assunção, que davam amplos direitos à navegação do rio pelos dois países, não foram efetivados por causa de uma cláusula colocada pelos negociadores paraguaios, de que os termos do acordo de navegação só seriam efetivamente implantados após a resolução do problema de fronteiras.

Era um ponto delicado, pois o Governo paraguaio via esse assunto como central, enquanto o Brasil não o considerava da mesma maneira, preferindo protelar essa decisão, considerando que a posição paraguaia, em face da efetiva ocupação já existente da região entre o Apa e o Rio Branco por brasileiros, ficaria cada vez mais ameaçada com o passar do tempo. Isso por ter a proposta brasileira para a delimitação da fronteira seguido o *uti possidetis*, o princípio pelo qual quem controlava a terra seria seu proprietário. O Paraguai aceitava esse argumento, mas considerava que a sujeição de algumas tribos e a presença de uns poucos brasileiros que ocupavam a área não seriam suficientes para garantir a posse para o Império.<sup>14</sup> Contudo, ao trabalhar com esse argumento, o Paraguai implicitamente reconhecia que não tinha controle efetivo sobre a área.

A diferença de modos de pensar a solução do problema diplomático-comercial levava a tensões – ao enviar sua missão diplomática ao Brasil, em 1855, o Presidente López chegou a determinar como seu emissário deveria proceder em caso de guerra, instruindo-o, de forma extremamente ingênua, a pedir um prazo de seis meses para o início das hostilidades.<sup>15</sup> A situação aparentemente chegara a um extremo naquele momento, as tensões se reduzindo com a assinatura em 1856 de um tratado de navegação

e outro que adia a solução dos problemas de fronteira por seis anos, ou seja, até 1862. Contudo, o Paraguai fez uma surpreendente reviravolta em sua política. Inicialmente, o Presidente López, em suas instruções secretas a seu emissário escrevera que:

Repito também que não esqueça a explicação que lhe fiz verbalmente, de que, se o ministro brasileiro insistir, que o Governo do Paraguai reconhece e respeita desde já o perfeito direito do Brasil de chegar a Província de Mato Grosso ou aos Estados do Prata e que isso não depende de novos acordos entre os dois Governos, nem mesmo a respeito da fiscalização desse trânsito ou de mais tratados a respeito dos limites territoriais dos dois países ou a respeito de seu comércio recíproco.<sup>16</sup>

Contudo, a posição adotada pelo Governo paraguaio depois da assinatura do tratado foi outra, oposta, a de criar dificuldades para o livre trânsito de embarcações, a ponto de inviabilizar a já custosa navegação fluvial para o Mato Grosso. Os barcos eram forçados a parar por longos períodos de tempo nos portos de fiscalização paraguaios; eram obrigados, inclusive os navios de guerra, a usar práticos paraguaios; os passageiros deviam pagar impostos sucessivos e obrigatórios para visar seus passaportes em todos os portos de parada, além de ser exigida a presença de um guarda paraguaio, pago pelo navio em trânsito, até o Forte Olimpo, ao norte do Rio Branco, ponto que ficava bem além da área em litígio.<sup>17</sup>

As ações paraguaias chegaram ao ponto de provocação. Quando a Canhoneira *Mara-canã* aportou em Assunção, em 1857, o Governo paraguaio exigiu que fosse colocado um práctico a bordo. O comandante do navio imperial se recusou a isso, apesar de aceitar que um navio mercante que estava sendo comboiado pela belonave o recebesse. A questão, contudo, não parou aí. Segundo a Imprensa brasileira:

Esse incidente, porém, não se passou sem dar lugar a uma cena quixotesca, que parece estar mui-

to no caráter do Ex<sup>mo</sup>. Presidente [López]. Quando se discutia a questão do prático, fez-se correr o boato de que o nosso vapor pretendia seguir certa noite sem esperar a solução do negócio que se discutia. Pôs-se em alarme toda a cidade. Nas fortalezas passou-se a noite com morrões acessos, e um vapor da Marinha paraguaia veio atravessar-se no rio para impedir o passo. Como se vê, S. Ex.<sup>a</sup> não é de brincadeiras, e nem o apanham descalço. Como não deve estar orgulhoso o comandante do pequeno vapor 'Maracanã' por ter causado tanta bulha e alarme!<sup>18</sup>

Houve outro incidente quando o Governo paraguaio questionou o trânsito de um navio de guerra brasileiro, o *Paraguassu*, por este estar supostamente carregando armas.<sup>19</sup> Só que deve ser lembrado que o transporte de armas não era vedado pelos acordos e, ao mesmo tempo, não era verdade, já que os documentos sobre envio de armamentos não mencionam material bélico naquela embarcação.<sup>20</sup> De qualquer forma, para evitar ofender o Governo paraguaio, todas as remessas de pessoal militar e material bélico para o Mato Grosso passaram a ser feitas por terra, apesar do altíssimo custo dessa operação e, repetimos, do tratado de navegação não vedar a movimentação de pessoal ou material militar.

Do ponto de vista brasileiro, era evidente que o Governo de López estava prevaricando para não cumprir o acordo de navegação e não permitir o livre trânsito de navios brasileiros para o Mato Grosso, contrariando o que o próprio Presidente López tinha determinado a seu representante diplomático no Rio de Janeiro. Segundo a avaliação de Rio Branco:

As medidas adotadas pela República, sem que precedesse acordo algum com o Governo imperial, não contrariam só a letra e espírito do tratado de navegação e comércio, ofendem igualmente a convenção preliminar de limites, visto como pressupõem um direito que não tem a República, de exclusiva jurisdição nas águas do

Rio Paraguai que correm entre o Forte Olimpo e o Apa.<sup>21</sup>

O Brasil emitiu uma nota de protesto, em 26 de janeiro de 1857, e em fevereiro o Conselho de Estado emitiu um parecer dizendo que a atitude paraguaia "era um insulto, uma ameaça à navegação, à segurança e aos interesses brasileiros na região"<sup>22</sup>. Dessa forma, foi enviado o embaixador brasileiro, José Maria do Amaral, para negociar o assunto. Contudo, ele não foi bem-sucedido – na verdade, partiu de Assunção acusando o Governo paraguaio de ter um comportamento ultrajante. Uma nova tentativa de resolver o problema através de negociações foi feita com o envio do Conselheiro José Maria da Silva Paranhos, o futuro Visconde do Rio Branco.

Para fins do presente artigo, podemos dizer que a maior parte dos livros de história menciona apenas essa nova missão diplomática brasileira, quando muito citando a reação negativa paraguaia às negociações, como é o caso de um relato de Paranhos:

Quando cheguei à Assunção, Sr. Presidente [do Senado], todas as disposições do Governo paraguaio eram bélicas. À minha aproximação, tinha havido um grande exercício de fogo entre as tropas da guarnição da cidade. Não me deixei, porém, impressionar por essas aparências; mostrei-me superior a tais demonstrações; mantive-me com prudência, mas com firmeza e dignidade do meu posto e sustentação dos direitos do Império.<sup>23</sup>

Ou seja, a documentação coloca toda culpa da agressividade com o Governo do Paraguai, a solução pacífica para o problema sendo chegada por causa da ação diplomática do representante brasileiro, Paranhos. Mas o que escapou aos historiadores foi a sensação de ultraje no Brasil da época. Ao contrário do que tinha acontecido antes – mesmo com o envio da força do Chefe de Esquadra Oliveira –, o Governo brasileiro realmente se preparou para uma guerra e invasão do Paraguai, em força, com planos bem complexos e completos para desagrar a honra nacional.

## A MOBILIZAÇÃO BRASILEIRA

Do ponto de vista de organização, foram diversos passos, alguns mais óbvios do que outros: as Forças Armadas no Brasil, como no resto do mundo, estavam passando por um período de transição em termos de equipamento, havendo ainda grandes estoques de armas de pederneira, perfeitamente utilizáveis, mas não tão modernas. Contudo, o ministro da Guerra determinou “que não se remeterá de ora em diante armamento algum para as Províncias de S. Pedro do Rio Grande do Sul e Mato Grosso que não seja de percussão”,<sup>24</sup> ordenando a imediata substituição das armas que deveriam ser enviadas para as zonas de operação dos corpos de Exército por outras de fulminante, mais modernas. Junto com essa ordem, ordenando-se o envio de 1.900 armas longas (700 delas raiadas),<sup>25</sup> para o Mato Grosso, encomenda que viria a ser ampliada para um total de 6.894 armas longas – isso além daquelas já enviadas anteriormente<sup>26</sup> –, em teoria, o suficiente para equipar todas as forças da província, com um bom estoque de reserva. Na prática, o número remetido foi bem inferior, apenas 1.700 (das quais 700 raiadas).<sup>27</sup>

Além das armas portáteis, o ministro mandou que fossem enviados, pelo menos, duas peças de campanha de calibre 9, quatro de calibre 3, um obus de 5,5 polegadas e quatro canhões-obuses de 4,5 polegadas,<sup>28</sup> estes últimos eram o tipo mais moderno em uso no País. Invenção do General João Paulo dos Santos Barreto, em 1848, sendo capazes de disparar balas sólidas e granadas, apesar de serem de alma lisa. Além disso, deveriam ser remetidos seis modernos canhões-obuses Paixhans de calibre 30, requisitados à Marinha, bem apropriados para o uso em fortificações. No entanto, a remessa desses últimos foi cancelada, pois eram excessivamente pesados para transporte por terra, ao contrário do que era possível com os outros, mais leves, ainda que sua movimentação por terra fosse extremamente complicada – levaram vários meses para chegar no Mato Grosso.<sup>29</sup>

Mais importante, em termos de mobilização de longo prazo, o Exército vinha fazendo experiências com armamento de precisão

desde 1851, mas esses ensaios tinham sido em pequena escala: apenas um batalhão no Rio de Janeiro e uma companhia no Rio Grande do Sul tinham recebido fuzis raiados. No entanto, a ameaça de um conflito maior levou a um grande investimento com a compra de armas: foi enviada uma missão à Europa, para sua aquisição, com a missão de encomendar 6.000 espingardas e 2.000 clavinhas de alma lisa, mais 6.100 armas longas raiadas, a Minié, além de 6.000 sabres, 3.000 pistolas (alma lisa) para cavalaria, e 5.000 terçados para infantaria e engenheiros – uma encomenda de 250 contos de réis,<sup>30</sup> ou pouco menos de cem milhões de dólares de hoje. Pode não parecer muito, mas foi a maior compra de equipamentos do gênero feita pelo Império até aquela data. Além do armamento, ordenou-se a aquisição de modelos de pontes de campanha e outros acessórios, além de pólvora, pois os estoques e, aparentemente, a produção da Fábrica da Estrela, do Exército, não foram julgados suficientes para a crise.

Muitos anos depois do incidente, um oficial do Exército apontava ainda outra medida que foi tomada, tendo em vista a preparação para uma possível guerra, se referindo à criação da Escola de Tiro de Campo Grande, no Rio de Janeiro, organizada para formar instrutores que seriam enviados às unidades, para explicar o uso das novas armas raiadas:

Foi nos últimos meses do ano de 1857, quando as nossas relações diplomáticas achavam-se estremecidas no Rio da Prata, que o Governo, trocando os receios econômicos pela atenção que merecia os brios da Nação, entendeu dever a todo custo manter a honra militar da Pátria, lembrando-se para isso era mister instruir o soldado brasileiro na prática do tiro.<sup>31</sup>

Ainda em termos de preparo para a possível guerra, se cuidou de criar uma infraestrutura logística em Mato Grosso – o abastecimento e o funcionamento das instalações no Rio Grande do Sul não eram considerados como um problema, já que a província podia ser suprida facilmente por mar. Um dos passos para isso foi a fundação do Es-

tabelecimento Naval de Itapura – a única colônia militar administrada pela Marinha no Império. Também no Tietê foi criada a colônia militar de Avanhandava, ambas as colônias tendo a missão de facilitar a navegação pelos Rios Tietê e Paraná até o Mato Grosso – uma viagem que até então durava, na melhor das hipóteses, mais de 40 dias, atravessando 54 cachoeiras e dois saltos – mas que era feita inteiramente em território brasileiro.<sup>32</sup> A montagem do Estabelecimento Naval não foi tarefa fácil: para se ter uma ideia, se deslocou para lá o Vapor *Tamandatahy*, de 28 toneladas<sup>33</sup>. Esse barco, para poder passar por terra pelas cachoeiras, era desmontável, tendo sua maior peça apenas 175kg.<sup>34</sup>

Além da criação do Estabelecimento Naval, se ampliou o Trem Naval – um pequeno arsenal –, que existia em Cuiabá, abrindo-se um crédito especial de cem contos de réis (cerca de 40 milhões de dólares de hoje) e enviando-se operários contratados no exterior para trabalharem no estabelecimento.<sup>35</sup>

O Exército seguiu passos semelhantes para criar uma infraestrutura logística em Mato Grosso. O Arsenal de Guerra de Cuiabá foi melhorado, com um amplo edifício sendo erguido para receber máquinas e operários, que poderiam fazer consertos mais urgentes na própria província – foram enviadas ferramentas para 29 operários<sup>36</sup>, tendo em vista complementar as já existentes na província. No contexto da crise, foi criada uma Companhia de Artífices, operários enquadrados no serviço militar, para reparo de equipamentos no Arsenal ou em campanha. Também foram enviados 17 escravos da nação, com formação em ofícios de pedreiros, carpinteiros e ferreiros,<sup>37</sup> para suplementar o pessoal que trabalhava nas 14 oficinas do Arsenal, que contava também com cinco armazéns de fardamento e armamento. Mais importante, remeteram-se máquinas para broquear e um molde para forjar canos, dando a entender que se pretendia instalar uma pequena fábrica de armas na Província.<sup>38</sup> Da mesma forma, se tentou estabelecer, no ano seguinte aos eventos narrados, uma fábrica de pólvora em Cuiabá, na tentativa de se aumentar a autonomia logística de Mato Grosso.<sup>39</sup>

O envio de todo esse material para as fronteiras foi um pesadelo logístico: apenas

os objetos que claramente não tinham uma natureza bélica podiam seguir pela navegação do Rio Paraguai: tropas, artilharia, munição, reparos, armas portáteis e mesmo os operários do arsenal foram encaminhados para o Mato Grosso pela via terrestre, uma longa, complicada e cara viagem, os itens mais pesados indo pelo caminho do Tietê e Tibagi,<sup>40</sup> auxiliados pelos estabelecimentos no Avanhandava e Itapura. A quantidade de material encaminhado para o Mato Grosso por terra, contudo, foi relativamente pequena, só encontramos referência a uma remessa, de 648 volumes, transportados pelo Brigue *Desempenho*, até Santos, para serem encaminhados para a Província.<sup>41</sup> Por via marítima, foram enviados 1.804 volumes para o Rio Grande do Sul e 1.460 para o Mato Grosso, pelos navios *Esperança*, *Lemmerier*, *Piá*, *Canôe*, e o Transporte *Iguaçu*, só esse último uma embarcação da Marinha, talvez para diminuir os receios paraguaios.

Finalmente, para apoiar a defesa da fronteira, iniciou-se a construção de quartéis e planejou-se construir nas proximidades de Miranda uma imensa fortificação – chamada de “praça de guerra”, a maior classificação das obras do gênero,<sup>42</sup> mas isso não foi concluído.

## PLANOS DE INVASÃO

Pouco se sabe sobre os efetivos planos de ação do Império com relação ao Paraguai. A documentação, contudo, nos aponta vários indícios. De início, o Corpo de Exército de Observação, que desde 1855 estava estacionado no Rio Grande do Sul, na cidade de São Gabriel, no centro da província, foi deslocado para a margem esquerda do Rio Ibicuí, próximo de Alegrete, de onde poderia ameaçar o Paraguai, passando pela província de Entre Rios – para isso, se obteve um acordo com a Argentina, para que as Forças imperiais pudessem passar por seu território.

A Força do Corpo de Exército era composta de dez unidades de linha: os 1º Regimento de Artilharia a Cavalos, com 214 artilheiros; 2º, 3º, 4º e 5º Regimentos de Cavalaria Ligeira, com 1.511 cavaleiros; os 4º, 6º, 12º e 13º Batalhões de Infantaria e uma companhia de atiradores de precisão, com 2.427



Figura 2: Planta do acampamento da Divisão de Observação no Ibicuí, 1858  
Fonte: ARRUDA, A. A. Planta do Rincão do Exército de Observação. Arquivo Histórico do Exército (AHEx). Mss. 06.04.1313

infantes. Em apoio, havia uma companhia de transportes (intendência), com 95 soldados, o total da Força de linha sendo de 4.247 homens. Para complementar o Corpo de Exército de Observação, foi criada uma divisão ligeira, de duas brigadas, cada uma com três corpos (regimentos) de Cavalaria da Guarda Nacional, com o efetivo de 2.532 homens – no total, seriam 6.779 soldados estacionados no Ibicuí. Em termos de recursos de movimentação, o Governo da província adquiriu três cavalos para cada praça montada, criando uma reserva de mais 6.000 animais para a tropa<sup>43</sup>. Ou seja, era uma Força bem equipada para se deslocar e desenvolver operações bélicas contra o Paraguai.

Para não deixar as outras fronteiras descobertas em caso de incursões contra o Rio Grande do Sul, mais um regimento (reforçado, quase uma brigada) da Guarda Nacional, com 812 homens, foi destacado para a fronteira das Missões. A defesa de Bagé, na fronteira sul, foi complementada com 400 guardas e mais 1.448 soldados foram destacados nas fronteiras e em outros pontos da província. No todo, se mobilizaram 9.690 homens no Rio Grande do Sul, sendo que as Forças no Ibicuí passaram por um regime de treinamento, de forma a

adequar a Guarda Nacional aos padrões do Exército. Esse objetivo foi atingido, segundo a opinião do presidente da Província: “No acampamento de Ibicuí os corpos da Guarda Nacional rivalizavam em disciplina, instrução e asseio com os corpos de 1ª linha pelos esforços do muito digno marechal comandante do Exército, e de seus respectivos oficiais.”<sup>44</sup>

Em teoria, em caso de uma emergência, toda a Guarda Nacional da província: 32.783 homens, dos quais 23.028 de serviço ativo, poderia ser chamada para a Guerra – o Decreto nº 2.029, de 18 de novembro de 1857, resolveu o problema legal, do uso dessa tropa fora do Império, apesar disso ser contra os termos explícitos da lei de organização da Força, que só autorizava o uso de corpos destacados internamente e isso “no caso de rebelião, ou de invasão repentina de inimigos”.<sup>45</sup>

No Mato Grosso, se tentou montar outro Corpo de Exército, para atuar contra o norte do Paraguai. Lá a mobilização, contudo, era muito mais complicada: a Força de linha era bem mais reduzida, apesar de ter sido reforçada pouco antes pelo 2º Batalhão de Artilharia a Pé. Além dessa unidade, havia dois Corpos de Guarnição, no total dez companhias, um Corpo de Cavalaria de

Guarnição, com quatro companhias e uma Companhia de Pedestres, no total 1.460 homens. Deve-se ter em mente, contudo, que os Corpos de Guarnição e a Companhia de Pedestres normalmente não eram consideradas para ações no exterior. De fato, a Companhia de Pedestre, apesar de pertencer ao Exército, era uma força "fora da linha", ou seja, não era apropriada para o uso em combates contra Forças Militares, tendo uma função mais de polícia.

A Guarda Nacional da Província também não seria de grande ajuda, já que poucos anos antes contava apenas 3.643 homens para o serviço ativo e 620 na reserva,<sup>46</sup> e esses certamente não tinham o mesmo nível de preparação das Forças do Rio Grande do Sul, muito mais acostumadas a conflitos. De fato, os dados sobre o plano de guerra apontam que a Guarda Nacional não seria mobilizada no Mato Grosso para a invasão, apenas 330 soldados sendo chamados para serviço para substituir, na retaguarda, em funções policiais, as Forças do Exército deslocadas para a frente.<sup>47</sup>

Como o efetivo de linha disponível era muito reduzido, o Governo do Império fez um grande esforço para reforçar a região, muito vulnerável a um contra-ataque paraguaio: ordenou-se o deslocamento do Esquadrão Provisório de Cavalaria da Província de Goiás, que deveria ter 400 homens (ou seja, o efetivo de um regimento) e se enviaram – por terra – quatro turmas de cem recrutas, com seus oficiais (412 homens), para reforçar as unidades de Mato Grosso. Estes ainda deveriam ser aumentados por mais 400 praças, enviadas do Rio de Janeiro, uma companhia de cavalaria (50 homens) e duas de caçadores (cem homens) de Minas Gerais, e duas companhias de caçadores de São Paulo (cem soldados), somados a cem homens de duas companhias de caçadores do Paraná, ou seja, se previa a formação de um corpo de Exército com um total de 2.750 soldados de linha.

Como essas tropas ainda eram consideradas insuficientes, "No caso de rompimento inevitável" de uma guerra, se esperava – de forma muito otimista – poder reunir cerca 3.100 índios, em diversas unidades de alistados, mais 763 voluntários para comba-

ter os paraguaios, mas esses efetivamente não foram chamados para o serviço.<sup>48</sup>

A tropa regular foi concentrada e movida para Corumbá, onde recebeu treinamento e se preparou para as operações de guerra contra o Paraguai, apesar desses esforços não poderem ser considerados como bem-sucedidos.

A Marinha também foi preparada para o conflito: aumentou-se o efetivo da Companhia de Imperiais Marinheiros de Mato Grosso e se autorizou a criação de uma segunda companhia na mesma província. O Decreto 2.206, de 10 de julho de 1858, criando uma Estação Naval no Mato Grosso. Mais importante, foram encomendados no Brasil uma canhoneira, quatro patachos, quatro vapores, além de se ter mandado construir dez outras canhoneiras na Europa, duas dessas últimas sendo de ferro, próprias para operar no Rio Paraguai.<sup>49</sup> Esse é um fato importante, pois reflete as lições da Esquadra do Chefe de Esquadra Pedro Ferreira de Oliveira: uma das razões por que aquela expedição foi considerada um fracasso foi o fato dos navios empregados não serem adequados para operações ribeirinhas, por terem sido projetados para a guerra em mar aberto, tendo grandes calados, de forma que não tiveram condições de seguir até Assunção. A compra das canhoneiras, desenhadas especificamente para agir em rios, resolveria esse problema.

Entretanto, a urgência da compra das novas canhoneiras foi tanta que se aceitaram navios construídos de forma apressada, com madeira verde, tanto é que já estavam apresentando "sinais evidentes de estragos consideráveis" dez anos depois.<sup>50</sup> Outra medida extraordinária foi o aumento das tripulações, a ponto de se ultrapassar o número autorizado pelo Parlamento para tempos de paz, apesar de se terem desarmados diversos navios mais velhos, para reforçar os mais apropriados para o conflito no Paraguai.<sup>51</sup>

Somando as Forças do Exército e as da Divisão Naval reunidas no final de 1858, foram reunidos 11.000 homens para o possível ataque ao Paraguai pelas três frentes previstas: Mato Grosso, a partir do acampamento de Ibicuí e a Marinha, pelo Rio Paraguai.

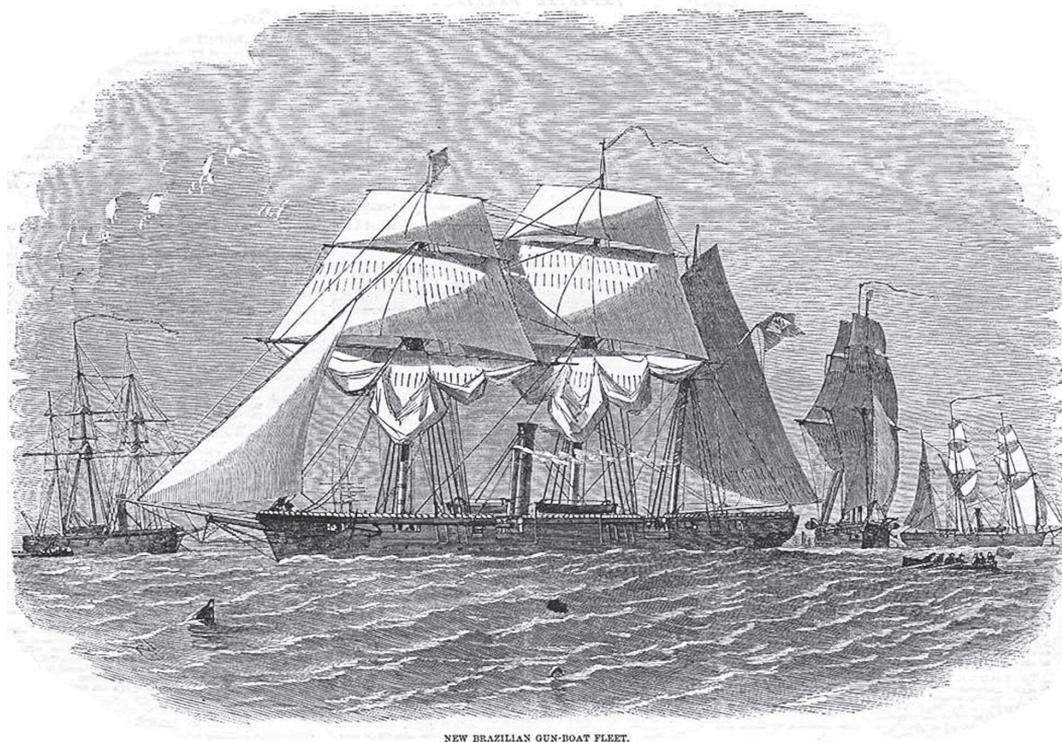


Figura 3: Nova frota de canhoneiras brasileiras, com alguns dos navios comprados em 1858  
 Fonte: *Illustrated London News*, nr. 42. Outubro de 1858

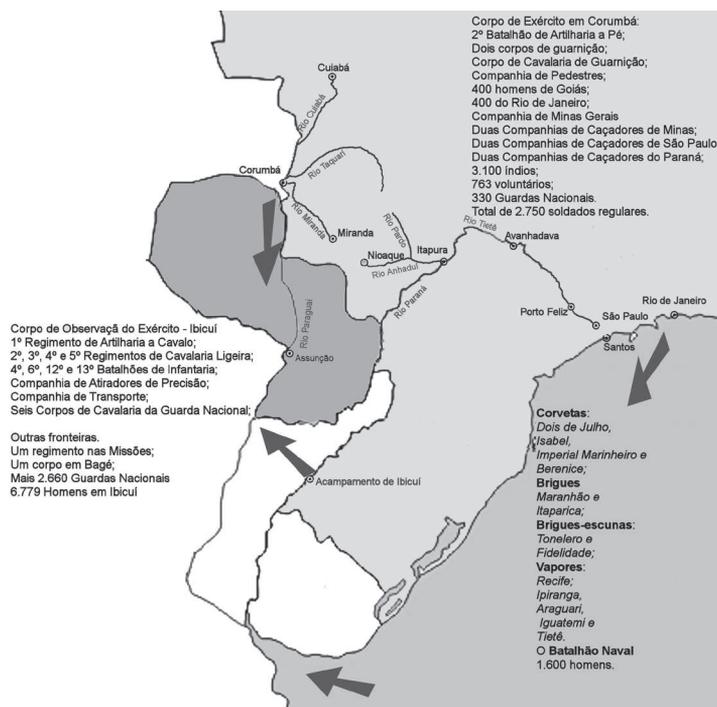


Figura 4: Unidades mobilizadas para atacar o Paraguai  
 Fonte: desenho do autor

## A DESMOBILIZAÇÃO

Os preparativos acima delineados não resultaram em um conflito: a missão do Conselheiro José Maria da Silva Paranhos, do ponto de vista dos interesses imediatos do Brasil, foi bem-sucedida, assinando-se tratados que garantiam efetivamente a navegação do Rio Paraguai, apesar do trânsito de navios de guerra continuar limitado. Os corpos de Exército foram dissolvidos<sup>52</sup> e as Forças reunidas para atacar o Paraguai foram dispersas por suas províncias, algumas até extintas, como foi o caso da Companhia de Atiradores de Precisão. A Guarda Nacional chamada para serviço foi dispensada – em 1859 só havia 189 guardas nacionais em serviço no Rio Grande do Sul.<sup>53</sup>

A Esquadra reunida para as operações ainda fez um exercício, possivelmente para “mostrar seus músculos”: em dezembro de 1858, uma divisão em operações, com os navios das Estações do Rio de Janeiro e do Prata se reuniu em Santa Catarina com o seguinte efetivo: Corvetas *Dois de Julho, Isabel, Imperial Marinheiro e Berenice*; Brigues *Maranhão e Itaparica*; Brigues-Escunas *Tonelero e Fidelidade*; Vapor de roda: *Recife*; de hélices: *Ipiranga, Araguari, Iguatemi e Tietê* –, estes três últimos parte da encomenda feita na Inglaterra para a guerra. Eram 13 navios, 120 canhões e 1.600 marinheiros, com todo o Batalhão Naval (500 praças), tudo sob o comando do Chefe de Divisão Jesuíno Lamego da Costa.<sup>54</sup> Lá, a Esquadra fez uma série de exercícios, mas foi apenas uma demonstração do que seria possível, não tendo sido necessário seu emprego em operações de guerra. Depois disso, a Esquadra montada para as operações foi enviada para diversos portos do Império, atuando na repressão ao tráfico e outras funções.

A grande fortificação prevista para o Sul da Província de Mato Grosso não foi feita e mesmo o forte existente em Coimbra não recebeu novos armamentos devido à restrição de transporte de material bélico pelo Rio Paraguai. Na verdade, o envio das modernas espingardas raiadas Minié – que foi feito por terra chegou até a prejudicar a defesa, sem haver estoques de munição para elas, apenas para as armas de alma lisa que se usa-

vam até 1858, a defesa do Forte de Coimbra – ficou inviabilizada quando os paraguaios efetivamente atacaram, em 1865.

Aparentemente o assunto dos planos de ataque se encerraria com o tratado de comércio e navegação – e essa foi a posição da historiografia, que preferiu ignorar os grandes esforços militares de 1858, resumindo tudo à questão do acordo diplomático. Consideramos isso muito curioso, pois os preparativos para a guerra não foram secretos ou mesmo ocultos, eles constam de uma série de documentos públicos, como os relatórios dos presidentes de província e dos ministros da Guerra e Marinha, além das atas do parlamento e da Imprensa em geral.

Mas, então, fica a pergunta: teria a questão se encerrado no campo das discussões diplomáticas? Não podemos dizer que sim. Apesar de ser apenas uma hipótese, já que não temos documentos sobre isso, parece certo que os eventos de 1850, 1855 e 1858 criaram um sentimento de profunda desconfiança no Governo paraguaio sobre as intenções de seus vizinhos – Brasil e Argentina –, considerando a autorização do Governo de Buenos Aires para o trânsito de tropas e navios por seu território. A falha brasileira em sequer tentar resolver o problema de fronteiras em 1862, findo o prazo de seis anos estabelecido em 1856, certamente não ajudou a apaziguar os ânimos paraguaios.

Dessa forma, cremos ser evidente que o gigantesco aumento do Exército paraguaio, que no período de Francia era de 4.000 homens<sup>55</sup>, passando a mais de 70.000<sup>56</sup> (um crescimento de 1.700% ou cerca de seis vezes o tamanho de todo o Exército Imperial em 1863 pode ser associado a essa situação de receio e desconfiança. Também de forma que pode ser ligada aos eventos de 1857/1858, há a compra da Canhoneira *Paraná*, bem como o programa de rearmamento do Exército paraguaio – este último não foi estudado, mas é fato que o Exército de López teve equipamentos para toda sua Força, bem como peças de artilharia de grande porte, canhões de 68 e 80 libras, o que só se explica com maciças compras de armas, aquisições que não eram justificáveis antes, como é o caso dos canhões pesados, já que o Paraguai antes não tinha

nem navios ou fortes onde essas peças pudessem ser empregadas.

Do ponto de vista do Brasil, os preparativos para a guerra poderiam servir de lição, das dificuldades de uma guerra contra o Paraguai, de características muito diferentes das operações que tinham sido encetadas no Uruguai e Argentina antes. Não foi o caso. A mobilização para a defesa do Mato Grosso foi muito mais lenta e ineficaz do que o previsto – por exemplo, o Esquadrão do Goiás, enviado para lá e que deveria ter 400 homens, marchou com apenas 128.<sup>57</sup> Dois anos depois do incidente, um parlamentar comentava que não sabia como tinha se dado a ordem do Corpo de Cavalaria da província ir até Corumbá “sem que tivessem as suas praças um cavalo para montar, sendo por isso obrigados a carregarem os arreios às costas”.<sup>58</sup>

O presidente da Província do Mato Grosso também foi muito crítico do esforço de feito na região:

Naquele tempo correram as coisas de modo a que felizmente não houve necessidade nem ocasião de conhecer-se, pela prática, quanto tinha de falível este cálculo, mas ainda assim mostrou a experiência que só desfalcados, e com excessiva demora, puderam aqui chegar os diversos contingentes que marcharam da Corte e outros lugares.<sup>59</sup>

O uso de tropas indígenas, que era parte do plano de operações, podia de certa forma ser justificada, pois o Brasil tinha conseguido usar aliados indígenas em diversas ocasiões, como no controle das ações paraguaias em 1850,<sup>60</sup> e no risco de guerra de 1855,<sup>61</sup> mas o Presidente da Província, Herculano Ferreira Pena, ao comentar a questão em 1862, tinha reservas bem razoáveis sobre o seu emprego:

O auxílio dos Índios, que habitam a fronteira, tem sido preconizado por algumas pessoas que, não conhecendo de perto a essa gente, exageram o seu número, seu valor e sua dedicação; mas o Governo Imperial já deve estar

bem-informado a este respeito, e ciente de quanto é pouco eficaz, precário e até duvidoso semelhante auxílio.

(...)

Hoje não há razão de esperar que sejam mais bem-sucedidos os que tiverem de vir, nem menos difícil para não dizer impossível o alistamento de 600 Índios, e mais 763 voluntários, que se apresentem efetivamente para o serviço das armas, sendo entretanto inquestionável que Governo do Paraguai poderá sempre com muito maior facilidade reforçar as tropas que tiver na fronteira.<sup>62</sup>

A conclusão do Presidente Ferreira Pena era muito crítica sobre a situação militar: se os paraguaios tentassem atacar a província, ele informava que o Forte de Coimbra e os navios da Estação Naval não seriam um “obstáculo insuperável”, concluindo que “uma guerra com o Paraguai na fronteira desta Província há de ser desastrosa para o Império”<sup>63</sup>.

Tudo isso se confirmou em 1865: ao contrário do que tinha acontecido sete anos antes, as Forças da Província de Mato Grosso estavam dispersas e despreparadas, sendo facilmente esmagadas pela imensa superioridade numérica paraguaia. Não se conseguiu um efetivo apoio indígena e, quando se tentou o envio de reforços por terra, a expedição levou meses para chegar à província, sendo facilmente derrotada pelos paraguaios e pela carência de suprimentos causada pela dificuldade de comunicação, levando à famosa “Retirada da Laguna”.

Dessa forma, apontamos que, a nosso ver, os eventos de 1858 são importantes para entender o que aconteceu no início da Guerra do Paraguai: o Brasil pensou no uso da Força Armada com objetivos que se encerrariam com o sucesso diplomático. Isso não foi visto da mesma forma pelos paraguaios. Podemos até conjecturar que ser obrigado a negociar à força de armas tenha sido humilhante para o Governo de López.

O que a documentação deixa evidente é que nas duas ocasiões em que houve preparos para uma guerra, 1855 e 1858, a intenção do Brasil não era realmente provocar

um conflito armado, e sim conseguir seus objetivos limitados e imediatos. Isso é bem evidente pelo fato das exigências não prejudicarem de forma alguma o Paraguai e nem serem impossíveis de atender, como reconhecia o próprio Presidente López.

O Primeiro-Ministro da China Zhou Enlai (1898-1976), parafraseando Clausewitz, uma vez disse que “toda a diplomacia é a continuação da guerra por outros meios”. O Brasil atuou nessa linha, de associar diplomacia à guerra. Entretanto, o Paraguai, ao tentar usar a ameaça de Força Militar como instrumento diplomático, com o *ultimatum* dado ao Brasil em 1864 para sair do Uruguai, agiu de forma muito mais desastrosa e amadora: na situação, o Brasil não tinha como paralisar suas operações no Uruguai. Mais importante, o Império, nas duas ocasiões que usou as Forças Armadas como ferramenta diplomática, deixou claro que estava disposto a fazer a guerra e que tinha meios para alcançar seus objetivos – de outra forma, a ameaça poderia ser desconsiderada. O Presidente López, ao emitir seu *ultimatum*, não tomou o mesmo cuidado.

Considerando que ele não conseguiu a autorização para atravessar a Argentina para atacar o Brasil, a ameaça paraguaia não podia ser vista como séria, tornando o ultimato aparentemente inócuo.

Certamente, o uso de força não é a maneira adequada para negociar problemas entre países, podendo ser muito contra-producente, a longo prazo, como cremos ter sido em 1855 e 1858. Mas pode ter bons resultados em curto prazo, como o Brasil conseguiu em 1858. Atuar como o Paraguai fez, sem saber – ou ter meios para – usar a ferramenta militar-diplomática, foi fatal para aquele país, destruído em uma guerra que não tinha como vencer.

Por sua vez, o Brasil, que intensamente usou suas Forças Armadas como ferramenta diplomática, intervindo no Uruguai em 1852, 1854 e 1864, bem como no Paraguai em 1855 e 1857, não mais fez isso de forma aberta depois da Guerra do Paraguai. Não podemos deixar de pensar que um dos motivos da mudança de forma de atuação foi a percepção dos riscos que podiam ocorrer do uso ostensivo da força como meio diplomático.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> SOARES, Teixeira. *Diplomacia do Império no Rio da Prata: até 1865*. Rio de Janeiro: Branda, 1955. p. 163.

<sup>2</sup> MELLO, Raul Silveira de. O incidente de Fecho dos Morros em 1850: um capítulo da história do Forte de Coimbra. Defesa Nacional, nº 482. Rio de Janeiro, setembro de 1954. p. 78.

<sup>3</sup> TRATADO de aliança defensiva celebrado em Assumpção aos 25 de dezembro de 1850, entre o Brasil e a República do Paraguai, [http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1850/b\\_24/](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1850/b_24/) (acesso em agosto de 2016).

<sup>4</sup> OFÍCIO do Ministro Benito Varela al Encarregado de Negócios brasileiro Felipe José Pereira Leal. Assunção, 26 de fevereiro de 1853. ALCALÁ, Guido Rodríguez & ALCÁZAR, José Eduardo. *Paraguay y Brasil: documentos sobre las relaciones binacionales 1844-1864*. Asunción: Tiempo de Historia, 2007. p. 209.

<sup>5</sup> WHIGHAM, Thomas. *La Guerra de La Triple Alianza*. Vol. I. Asunción: Santillana, 2010. p. 103.

<sup>6</sup> FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934. vol. 1, p. 83.

<sup>7</sup> BRASIL – Arsenal de Guerra. *Ofício do diretor do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, Jeronimo Francisco Coelho, ao Ministro da Guerra, Pedro d'Alcantara Bellegarde, sobre fornecimentos ao Chefe de Esquadra Pedro Ferreira de Oliveira*, 22 de dezembro de 1854. Mss. Arquivo Nacional.

<sup>8</sup> Existe outra relação de navios, indicando 35 embarcações na expedição do Chefe de Esquadra Pedro Teixeira, mas esta apresenta algumas discrepâncias, inclusive um navio que não existia na Armada, de forma que preferimos usar a lista publicada por Tasso Fragoso, TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. Uma estratégia contestada: a Missão Imperial ao Paraguai em 1854-1855. *Revista Brasileira de História Militar*, ano II, nº 6, dezembro de 2011. pp. 5-6.

<sup>9</sup> BRASIL – Decreto 1578 de 10 de março de 1855. *Cria duas colônias militares na Província de Mato Grosso*.

<sup>10</sup> PENA, Herculano Ferreira. *Reservadíssimo sobre a situação da fronteira do Mato Grosso com o Paraguai*. Herculano Ferreira Pena, *presidente de província ao ministro de estrangeiros, Marquês de Abrantes*. 29 de setembro de 1862. Mss. Arquivo Nacional.

<sup>11</sup> Em 1851 o Governo da província decidiu terminar o transporte de quatro canhões de 24 libras enviados do Pará, cada um pesando 1.400 kg, que tinha sido interrompido desde 1830 devido às dificuldades para movê-los por terra desde o Guaporé. Foram necessários 50 homens, cem bois e alguns outros animais de carga para terminar a tarefa. RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa de Mato Grosso pelo Ex.<sup>mo</sup> Conselheiro Herculano Ferreira Pena, em 3 de maio de 1862. Cuiabá: Tipografia do Mato Grosso, 1864. p. 84.

<sup>12</sup> O transporte de cada arroba (c. 15kg) de carga do Rio para o Mato Grosso custava 16.000 réis, o que seria equivalente, em valores de hoje, a 26 reais, por cada quilo transportado. Cf. AVISO do Ministro Jerônimo Francisco Coelho ao diretor do Arsenal de Guerra Alexandre Manoel Albino de Carvalho. 28 de maio de 1858. Mss. Arquivo Nacional.

<sup>13</sup> Ver: TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. “A primeira guerra do Paraguai”. *História Viva*, v. 100, p. 85.

<sup>14</sup> LÓPEZ, Carlos Antonio. Instrucciones a José Berges enviado plenipotenciario ante el Gobierno del Brasil. Asunción, 6 de diciembre de 1855. IN: ALCALÁ, *op. cit.* p. 292.

<sup>15</sup> *id.*, p. 295.

<sup>16</sup> LÓPEZ, Carlos Antônio. Instrucciones reservadas del Presidente López al ministro plenipotenciario paraguayo José Berges. Asunción, 24 de diciembre de 1855. IN: ALCALÁ, *op. cit.*, p. 298.

<sup>17</sup> RELATÓRIO da repartição dos negócios estrangeiros apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado, Visconde de Maranguape. Rio de Janeiro: Laemmert, 1858. pp. 29 e segs.

<sup>18</sup> O ARGOS da Província de Santa Catarina. 3ª ano, nº 252. Desterro [Florianópolis], 23 de fevereiro de 1858.

<sup>19</sup> OFÍCIO del Ministro paraguayo Nicolás Vázquez al enviado extraordinário brasileño, José Maria do Amaral. Pergunta sobre el cargamento del vapor de guerra brasileiro *Paraguassu*, que supostamente conduce a Mato Grosso un gran armamento. Asunción, 7 de abril de 1857. IN: ALCALÁ, *op. cit.*, p. 312.

<sup>20</sup> Na documentação pesquisada, a única referência que encontramos ao uso do *Paraguassu* como transporte foi o OFÍCIO de João José da Costa Pimentel, brigadeiro, diretor interino, ao Ministro Marquês de Caxias, datado de 14 de abril de 1856 (Mss. Arquivo Nacional), tratando da condução do 2ª Batalhão de Artilharia a Pé, sem canhões, da Bahia para o Mato Grosso.

<sup>21</sup> Citado por FRAGOSO, *op. cit.* p. 89.

<sup>22</sup> Citado em [http://www.encontronacional2013.abri.org.br/resources/anais/20/1367343615\\_ARQUIVO\\_ABRIAEvolucaoadaquestadodelimitesnasrelacoesentreBrasilParaguaidede1822a1864REV\\_1\\_.pdf](http://www.encontronacional2013.abri.org.br/resources/anais/20/1367343615_ARQUIVO_ABRIAEvolucaoadaquestadodelimitesnasrelacoesentreBrasilParaguaidede1822a1864REV_1_.pdf) (acesso em agosto de 2016).

<sup>23</sup> FRAGOSO, *op. cit.* p. 91. Apud. PARANHOS, José Maria da Silva. Ata da sessão do Senado de 11 de julho de 1862.

<sup>24</sup> AVISO do Ministro da Guerra Jerônimo Francisco Coelho ao diretor do Arsenal de Guerra Coronel do Estado-Maior de 1ª Classe Alexandre Manoel Albino de Carvalho, sobre o preparo de armamento. 19 de setembro de 1857. Mss. Arquivo Nacional.

<sup>25</sup> RELAÇÃO do armamento que, por Aviso desta data, manda-se remeter para a Província de Mato Grosso. Libânio Augusto da Cunha Matos, secretário do Ministério da Guerra. 22 de setembro de 1857.

<sup>26</sup> COELHO, Manoel G. S. secretário da 1ª Seção da Repartição de Quartel Mestre General. *Nota dos objetos que o Arsenal de Guerra da Corte falta prontificar para satisfazer os pedidos dos Corpos abaixo mencionados, mandados fornecer pela Secretaria de Estado, extraída das relações ministradas pelo dito Arsenal em data de 15 do corrente mês*. 27 de janeiro de 1858. Mss. Arquivo Nacional.

<sup>27</sup> NOTA das armas de fogo portáteis, que têm sido remetidas às províncias abaixo mencionadas, conforme foi ordenado por Portaria nº 231 de 13 e ofício da 1ª Diretoria de 11 de Março de 1861. Mss. Arquivo Nacional.

<sup>28</sup> AVISO do Ministro Jerônimo Francisco Coelho ao diretor do Arsenal de Guerra Alexandre Manoel Albino de Carvalho. 28 de setembro de 1857. Mss. Arquivo Nacional.

<sup>29</sup> AVISO do Ministro Jerônimo Francisco Coelho ao diretor do Arsenal de Guerra Alexandre Manoel Albino de Carvalho. 6 de novembro de 1857. Mss. Arquivo Nacional.

<sup>30</sup> COELHO, Jerônimo Francisco. *Nota da quantidade e qualidade de armamento, equipamento, pólvora e outros objetos cuja compra ou ajuste se encarrega de fazer na Europa o Major de Engenheiros Francisco Primo de Sousa Aguiar*. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1857. Mss. Arquivo Nacional.

<sup>31</sup> OLIVERIO, Luiz Maria de Mello. *Estudo sobre as armas de fogo portáteis ou catecismo do atirador*. Rio de Janeiro: Escola de Serafin José Alves, 1880. p. VIII.

<sup>32</sup> RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso pelo Ex. Conselheiro Herculano Ferreira Pena em 3 de maio de 1862. Cuiabá: Tip. do Mato Grosso, 1862. p. 61.

<sup>33</sup> O relatório do ministro da Marinha de 1858 informa que o navio tinha 2.800 toneladas, o que certamente está errado. O *Tamandahy* tinha 35 tripulantes, um canhão de 6 libras, casco de ferro e 16 cavalos de motor, com propulsão por rodas. Foi um marco da engenharia brasileira, tendo sido feito no estaleiro de Miers & Maylor, no Rio de Janeiro, por 20 contos de réis (cerca de oito milhões de dólares de hoje). Calava apenas 1,22m a ré e 1,04m a vante, para poder navegar bem em rios.

<sup>34</sup> RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Décima Legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos negócios da Marinha, José Antônio Saraiva. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1858. p. 6.

<sup>35</sup> *id.* p. 12.

<sup>36</sup> RELAÇÃO dos objetos mandados fornecer à Província de Mato Grosso, com declaração dos que estão prontos. Secretaria do Arsenal de Guerra, 15 de fevereiro de 1858. Elias Afonso Lima. Mss. Arquivo Nacional.

<sup>37</sup> RELAÇÃO dos africanos livres recebidos da casa de correção com destino para Mato Grosso, a 23 de novembro do ano próximo passado, em virtude das ordens de V. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Ministro da Guerra, e portaria nº 1088 de 25 do dito. Arsenal de Guerra, 18 de janeiro de 1858. O Encarregado Estevão José de Fleury. Mss. Arquivo Nacional.

<sup>38</sup> RELAÇÃO (15 de fevereiro de 1858), *op. cit.*

<sup>39</sup> MENDONÇA, Belarmino de. Fábrica de Pólvora de Coxipó do Ouro. *Revista do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia da Revista do Exército Brasileiro, 1887. 6<sup>o</sup> Ano. p. 50.

<sup>40</sup> AVISO do Ministro Jerônimo Francisco Coelho ao diretor do Arsenal de Guerra Alexandre Manoel Albino de Carvalho. 26 de setembro de 1857. Mss. Arquivo Nacional.

<sup>41</sup> RELATÓRIO do Arsenal de Guerra da Corte, de Manoel Albino de Carvalho, o diretor, ao Conselheiro José Maria da Silva Paranhos. 31 de janeiro de 1859. Mss. Arquivo Nacional.

<sup>42</sup> OFÍCIO reservadíssimo. *Op. cit.*

<sup>43</sup> RELATÓRIO do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na 1<sup>a</sup> Sessão da 8<sup>a</sup> Legislatura. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1858. p. 67.

<sup>44</sup> *Id.* p. 68.

<sup>45</sup> BRASIL – Lei nº 602, de 24 de setembro de 1850. *Dá nova organização à Guarda Nacional do Império*. Artigo 118.

<sup>46</sup> RELATÓRIO do Presidente da Província de Mato Grosso, o Capitão de Mar e Guerra Augusto Leverger na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1852. Cuiabá: Echo Cuiabano, 1853. p. 10.

<sup>47</sup> RELATÓRIO do presidente da província de Mato Grosso, Chefe de Divisão Joaquim Raymundo de Lamare, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa em 3 de maio de 1858. Cuiabá, Noturno Cuiabano, 1858. p. 9.

<sup>48</sup> OFÍCIO reservadíssimo, *op. cit.*

<sup>49</sup> RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da décima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Visconde de Abaeté. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1859. p. 3 Os navios seriam os seguintes: *Anhambaí, Parnahyba, Araguay, Araguaia, Iguatemy, Ivaí, Mearim, Tiete, Ibicuí, Tietê*, celebrando nomes de rios.

<sup>50</sup> RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da décima quarta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Barão de Cotegipe. Rio de Janeiro: *Diário do Rio de Janeiro*, 1869.

<sup>51</sup> RELATÓRIO (Marinha), 1859, *op. cit.* p. 3.

<sup>52</sup> OFÍCIO do Marechal de Campo Francisco Felix da Fonseca Pinho ao Conselheiro e General Jerônimo Francisco Coelho, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, informando da dissolução do Corpo de Exército de Observação. São Gabriel, 1<sup>o</sup> de maio de 1858. Mss. Arquivo Nacional.

<sup>53</sup> RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Silva Ferraz, 22 de abril de 1859. s.n.t. p. 1.

<sup>54</sup> O ARGOS da Província de Santa Catarina. 3<sup>o</sup> ano, nº 378. Desterro [Florianópolis], 16 de dezembro de 1858.

<sup>55</sup> Efetivo do Exército paraguaio em 1840: WHITE, Richard Alan. *Paraguay's autonomous revolution: 1810-1840*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1978. p. 208.

<sup>56</sup> PARAGUAY – *Resumen del estado que manifiesta la milicia efectiva a las villas y partidos*. Asunción, 17 de janeiro de 1863. Mss. Biblioteca Nacional (microfilme).

<sup>57</sup> OFÍCIO reservadíssimo, *op. cit.* e AVISO (19 de setembro de 1857), *op. cit.*

<sup>58</sup> FALA do Sr. Deputado Peixoto de Azevedo, na sessão de 25 de junho de 1860. IN: ANAIS do parlamento brasileiro – câmara dos Srs. Deputados. Quarto ano da Décima legislatura. Sessão de 1860. Tomo I. Rio de Janeiro: Villeneuve & c. 1860. p. 322.

<sup>59</sup> OFÍCIO reservadíssimo, *op. cit.*

<sup>60</sup> SILVEIRA DE MELLO. O incidente de Fecho dos Morros em 1850: um capítulo da história do Forte de Coimbra. *A Defesa Nacional*, setembro de 1954, nº 482. p. 82.

<sup>61</sup> Quando o Chefe de Esquadra Pedro Ferreira de Oliveira foi enviado ao Paraguai, o Governo alertou o Mato Grosso sobre um possível ataque paraguaio e se mobilizaram 400 Gaicurus para a defesa da Província. Fala do Sr. Deputado Peixoto de Azevedo, na sessão de 23 de julho de 1860. IN: ANAIS do parlamento brasileiro – Câmara dos Srs. Deputados. Quarto ano da Décima legislatura. Tomo 2. Sessão de 1860. Rio de Janeiro: Villeneuve & c. 1860. p. 252.

<sup>62</sup> OFÍCIO reservadíssimo, *op. cit.*

<sup>63</sup> *Id.*

# Com ideias e armas: o pensamento militar brasileiro após a Guerra do Paraguai\*

With ideas and arms: the Brazilian military  
thought after the Paraguay War

**Carlos Roberto Carvalho Daróz**

*Historiador militar, escritor e professor, especialista em História Militar, mestre em Operações Militares e mestrando em História do Brasil, professor da Universidade do Sul de Santa Catarina e sócio-titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.*

## RESUMO

Ao longo da história, os conflitos de grande porte produziram modificações e transformações substanciais na sociedade e nas instituições militares, atuando como vetores de modificação da tecnologia bélica, da estratégia, das táticas, da arte da guerra e do pensamento militar. A Guerra do Paraguai (1864-1870) foi o maior conflito já ocorrido na América do Sul e obrigou o Império brasileiro a transformar seu pequeno e despreparado Exército em uma força numerosa, capaz de vencer as forças paraguaias de Solano López. Além da transformação ocorrida no Exército e na sociedade, a guerra promoveu uma modificação no pensamento militar brasileiro. O presente artigo tem por propósito analisar as mudanças ocorridas no pensamento do Exército Brasileiro após a Guerra do Paraguai, na década de 1880, por meio dos escritos publicados na Revista do Exército Brasileiro, periódico criado por um grupo de oficiais em 1882 como espaço de discussão de diversos temas inerentes às suas funções e de outras questões de interesse nacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pensamento militar, Guerra do Paraguai, Exército Imperial

## ABSTRACT

Throughout history, large-scale conflicts have produced substantial changes and transformations in society and military institutions, acting as vectors for the modification of war technology, strategy, tactics, the art of war and military thinking. The Paraguay War (1864-1870) was the largest conflict ever in South America and forced the Brazilian Empire to transform its small and unprepared army into a large force capable of defeating the Paraguayan forces of Solano López. Besides the transformation occurred in the army and in society, the war promoted a modification in Brazilian military thinking. The aim of this article is to analyze the changes that occurred in the Brazilian Army after the War of Paraguay in the 1880s, through the writings published in Revista do Exército Brasileiro, a periodical created by a group of officers in 1882 as a discussion space of various themes inherent to their functions and other issues of national interest.

**KEYWORDS:** Military thinking, Paraguay War, Imperial Army

\* Artigo recebido em 28 de agosto de 2017 e aprovado para publicação em 26 de outubro de 2017.



## O NASCIMENTO DO EXÉRCITO IMPERIAL BRASILEIRO

O império ultramarino português era, por sua extensão e dispersão geográfica, bastante vulnerável a ameaças externas. Em seus três primeiros séculos de história, o Brasil sofreu invasões francesas e holandesas, a ação de corsários em sua costa, e enfrentou uma guerra limitada no sul do território contra os espanhóis.<sup>1</sup>

Desde o final do século XVIII, o território brasileiro era defendido por forças militares divididas em duas linhas. As forças da 1ª linha eram constituídas por soldados profissionais, pagos com o soldo e reunidos em regimentos.<sup>2</sup> A 2ª linha era formada pelas milícias, compostas por soldados em sua maioria nascidos no Brasil e recrutados nas freguesias de origem. As tropas de 2ª linha eram bem mais numerosas do que as de 1ª linha e incluíam soldados de diversas origens – brancos, negros libertos, mestiços, mas eram comandadas por oficiais brancos.<sup>3</sup> A reputação das tropas de milícia brasileiras no período colonial não era das melhores, o que é compreensível em face do treinamento deficiente e a organização precária. Por outro lado, Martinho de Melo, Secretário da Marinha e Ultramar, afirmou que “as principais forças que irão defender o Brasil são as do mesmo Brasil”.<sup>4</sup>

A vinda da Família Real para o Brasil em 1808, em consequência da invasão francesa a Portugal, e a instalação da sede do Estado português no Rio de Janeiro tiveram reflexos imediatos no campo da defesa. D. João VI encontrou as instituições militares debilitadas e estagnadas e, diante deste cenário, nomeou para a pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, que fora aluno da Universidade de Coimbra. Por intermédio do novo secretário, o regente tratou de implementar melhorias no sistema defensivo do Brasil, criando o Conselho Supremo Militar, impulsionando a fabricação de armas e de pólvora e contratando espingardeiros alemães. Criou a Academia Real Militar, organizou o Arsenal de Guerra, construiu o Quartel-General e reorganizou as unidades do Exército.

A partir de 1815, após a expulsão das tropas de Napoleão de Portugal, chegaram

ao Brasil novas unidades do Exército português. A Divisão de Voluntários d'El Rei foi enviada para a Cisplatina, a fim de reforçar as tropas de 1ª e 2ª linhas que, sob as ordens do General Joaquim Xavier Curado, combatiam os platinos no Sul do País. Para a Corte veio, em 1817, a Divisão Auxiliadora, composta por quatro batalhões de infantaria, um de caçadores e uma brigada de artilharia. Além dessas forças, chegaram batalhões destinados a Pernambuco, Bahia e Piauí. Tais unidades seriam, pouco tempo depois, os principais elementos de resistência à Independência do Brasil.<sup>5</sup>

A recusa de D. Pedro em regressar a Portugal, deixando claro o seu posicionamento de insubmissão às Cortes de Lisboa, levou as tropas portuguesas da Divisão Auxiliadora a traçarem um plano para conduzi-lo à força para a Europa. Ciente da ameaça, D. Pedro mobilizou a milícia, composta em sua maioria por brasileiros, que garantiu a defesa do regente. Após o “Dia do Fico”, a mesma Divisão provocou desordens no Rio de Janeiro, o que levou D. Pedro a enviá-la para Niterói e, mais tarde, visando à consolidação de sua posição, o regente expulsou a Divisão Auxiliadora, determinando seu retorno para a Europa.<sup>6</sup>

Após a declaração de independência, em 7 de setembro de 1822, as poucas tropas regulares portuguesas estacionadas no Brasil procuraram resistir à nova situação, particularmente nas regiões onde o controle a partir do Rio de Janeiro era mais difícil. Teve início, então, uma guerra entre os portugueses e o novo Exército Imperial Brasileiro, estabelecido com base na milícia, mas também com a adesão de oficiais e soldados portugueses que optaram pela causa da independência.

Um novo Exército surgiu para atender à defesa do novo Império. Embora tivesse desempenhado papel essencial no breve conflito contra os portugueses e assegurado a independência, o imperador tinha consciência das limitações de seu Exército, embora guardasse uma visão otimista sobre o futuro da força.

O Exército não tinha nem armamento capaz, nem gente, nem disciplina: de armamento está pronto

perfeitamente; de gente vai-se completando conforme o permite a população; e de disciplina em breve chegará ao auge, já sendo o mais exemplar do mundo.<sup>7</sup>

No período após a abdicação de D. Pedro em favor de seu filho ainda menor de idade, em 1831, o Império precisou enfrentar uma série de rebeliões de caráter local, ocorridas em diferentes pontos de seu território. Os regentes que governavam o País precisaram empregar o Poder Militar para sufocá-las e manter a unidade territorial do Brasil.

Para salvaguardar seu poder político, por meio de um caráter militar, o Império criou, em 1831, a Guarda Nacional, instituição presente em todas as províncias do País ligada às oligarquias regionais, que se constituía em um mecanismo de controle da população eficaz e de baixo custo.<sup>8</sup> Com missão definida em lei de “defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império; para manter a obediência às leis, conservar ou estabelecer a ordem e a tranquilidade pública [...]”<sup>9</sup>, a guarda foi utilizada pelo governo como um contraponto ao Exército Imperial, fazendo com que a simples existência das duas instituições com finalidades análogas contribuísse para o desprestígio da última.

A legislação militar e o modelo organizacional do Exército ainda remontavam às suas origens portuguesas, o oficialato possuía vínculos com as elites por meio de relações familiares e o recrutamento era realizado à força. O descaso do Império para com o Exército tinha suas origens no período regencial, quando a Força Terrestre passou a ser vista com desconfiança pelas autoridades imperiais, em razão da participação de oficiais e soldados em motins, rebeliões, tumultos e revoltas. Pequeno e desprestigiado pelo próprio Império, o Exército carecia de ideário e identidade próprios. A Guerra do Paraguai traria mudanças irreversíveis a esse cenário.

## **DA GUERRA DO PARAGUAI SURGE UM NOVO EXÉRCITO**

Quando os paraguaios apresaram o navio brasileiro *Marquês de Olinda*, que fazia a linha entre Montevidéu e Corumbá, em 12

de novembro de 1864, a situação do Exército Imperial Brasileiro não era das mais favoráveis para enfrentar um inimigo agressivo como se apresentaram os paraguaios. O descaso do governo e a falta de interesse da sociedade para com os assuntos militares haviam deixado o Exército em situação de vulnerabilidade. Os soldos eram baixos e estavam estagnados desde 1825; o recrutamento era, frequentemente, realizado à força, arregimentando desocupados e desqualificados; e o efetivo total da força era claramente insuficiente para atender às necessidades defensivas do Império.

Diante da vigorosa ofensiva paraguaia, ficou evidente que com seu tamanho reduzido o Exército Imperial não teria condições de fazer frente à ameaça, o que levou o governo brasileiro a criar o Corpo de Voluntários da Pátria, com o propósito de arregimentar a maior quantidade possível de homens.

Imaginando que o conflito não se estenderia por muito tempo e vendo na remuneração e benefícios uma forma de ascensão social, cerca de dez mil voluntários se apresentaram como Voluntários da Pátria, o que permitiu ao governo suspender o recrutamento de Guardas Nacionais, instituição em que muitos dos seus membros, ligados às elites locais, resistiam à convocação.<sup>10</sup>

O fervor patriótico inicial, contudo, se desvaneceu com o longo, custoso e sangrento desenrolar da guerra, cuja razão de baixas beirava os 40%. A diminuição do entusiasmo popular tornou o número de voluntários cada vez mais escasso, levando o governo a converter o recrutamento de voluntário para coercitivo, exigindo dos presidentes de províncias cotas de “voluntários” que deveriam recrutar e enviar para a guerra. Dessa forma, presidiários, índios, pobres das cidades, migrantes rurais, imigrantes e escravos começaram a ser recrutados à força e deslocados para o Paraguai.<sup>11</sup>

Seis anos depois, o Exército retornou do Paraguai vitorioso e transformado. O convívio dos militares com os ex-escravos nos campos de batalha, até então qualificados como incapazes de partilhar e conviver com os padrões de civilidade do Império, fez-se sentir com grande intensidade no pós-guerra, levando muitos militares a ingressarem nas hostes abolicionistas.

Mesmo obtido a vitória no conflito, a imposição do poder civil sobre o militar, aspecto bastante característico da monarquia brasileira<sup>12</sup>, desagradou os oficiais, que, atentos às mudanças de toda ordem e aos problemas da vida brasileira, não mais desejavam ficar à margem das questões sociais e políticas do País, como uma espécie de representantes legítimos da Nação. Nesse sentido, os militares exigiam uma maior participação na vida política do País e a modernização e a expansão do Exército.

Os anseios e expectativas dos militares, no entanto, não encontraram eco no governo imperial, cujo reduzido orçamento destinado à pasta da Guerra, decorrente do *déficit* econômico resultante do conflito, não permitia a implantação das reformas pretendidas, gerando grande inconformismo entre o corpo de oficiais.

### **A REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO E O PENSAMENTO MILITAR**

O inconformismo do Exército no pós-guerra era de dupla natureza, e influiu fortemente no pensamento militar da época: filosófico-político, pela qual a força procurava determinar seu papel na sociedade em tempo de paz, e técnico-profissional, que buscava a modernização, o treinamento e a profissionalização da instituição.<sup>13</sup> Sob o ponto de vista dos oficiais, não havia razões que pudessem justificar o pequeno efetivo do Exército e nem a falta de medidas para modernizá-lo.

Em meio a esse ambiente de inquietude militar, em 1881, um grupo de oficiais solicitou ao Ministro da Guerra, conselheiro Franklin Américo de Menezes Dória, a autorização para publicar uma “revista do Exército, puramente científica-militar, onde não tivesse entrada a discussão dos atos oficiais consumados”.<sup>14</sup> Concedida a permissão pelo ministro, em 1882 foi publicado o primeiro exemplar da *Revista do Exército Brasileiro*, uma publicação técnica na qual os oficiais poderiam debater e expressar seu pensamento acerca do Exército, principalmente manifestando seu desejo de renovação, profissionalização e transformação da Força Terrestre.

Sob a direção dos Majores Alfredo Ernesto Jacques Ourique e Antônio Vicente Ribeiro Guimarães, e do Capitão Francisco Agos-

tinho de Mello Souza Menezes, o periódico foi encampado pelo Ministério da Guerra e considerado como complemento da Biblioteca Militar. Editada anualmente, em sua primeira edição, publicada em janeiro de 1882, contava com 300 assinantes e, apesar de haver sido idealizada por oficiais, desde os primeiros exemplares contou com a colaboração dos praças, como o artigo “Armas de antecarga e armas de retrocarga”, de autoria do Segundo-Sargento Heráclito de Oliveira, publicado no exemplar de nº 2.

Apesar de nomeado como uma revista, o periódico possuía características de um livro, com cerca de 400 páginas, e era elaborado de forma colaborativa, com articulistas pertencentes ao Exército, incluindo desde sargentos até oficiais no posto de tenente-coronel, além de uns poucos civis ligados aos temas de defesa. Em seu primeiro exemplar, a publicação afirmava seu caráter endógeno, ou seja, voltado essencialmente para o público interno.

*A Revista do Exército Brasileiro* vem preencher, bem ou mal, uma lacuna bastante sensível – a falta de um órgão que sirva, ao mesmo tempo, de transmissor das ideias e de laço de união entre os membros do Exército. [...] É ele [o programa da revista] bastante amplo para encerrar em seus limites todos os assuntos militares, facilitando escolha à colaboração de todos os membros do Exército.<sup>15</sup>

Embora de caráter declaradamente técnico-profissional, a revista expressava o pensamento militar dos postos intermediários e subalternos do Exército, abrangendo questões nacionais, acompanhamento das modernizações nas Forças Armadas estrangeiras e, de forma sutil, questões ideológicas, que defendiam as reformas na Força Terrestre e, de certa forma, confrontavam o Império. Apesar da gama de assuntos abordados pela revista, é possível observar que o tema central era a necessidade de profissionalização e modernização do Exército, acompanhando a tendência das Forças Armadas de outros países, sobretudo europeus, tornando-o apto a defender a Pátria contra qualquer investida estrangeira.

A principal temática da *Revista do Exército Brasileiro* na penúltima década do século XIX era de cunho técnico-profissional. Nesse sentido, diversos artigos, escritos por oficiais subalternos e intermediários do Exército eram dedicados à forma como eram desenvolvidas as técnicas e táticas militares, como, por exemplo, o longo tratado “Primeiras lições de esgrima de espada”<sup>16</sup>, de autoria do Alferes de Infantaria S. J. Gonçalves; “Memórias da Guerra do Paraguai”<sup>17</sup>, do Capitão reformado Manuel Calmon e no qual se destacavam as lições aprendidas no conflito; e “Notas sobre a artilharia de costa”, elaborado pelo Capitão de Artilharia Arthur de Moraes Pereira, no qual eram problematizadas questões essencialmente técnicas

Com o canhão de 26cm, atirando projetis de 3,6 calibres de comprimento, pesando 276kg, alcança-se, com a carga de projeção de 87kg, a velocidade inicial de 518m [por segundo], sendo a pressão n'alma do canhão<sup>18</sup> de 2.557 atmosferas.<sup>19</sup>

Outro tema técnico-tático bastante presente na revista era o emprego militar das ferrovias, novidade introduzida na arte da guerra por ocasião da Guerra Civil Americana (1865-1870) e da Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). No artigo nomeado “Reconhecimento militar das estradas de ferro”, publicado em 1885, o Major de estado-maior L. Chagas Dória pontuava que

A experiência dos últimos acontecimentos militares tem bem demonstrado que era verdade e até no Brasil já foi ela presentida [...] providenciado para que oficiais do Corpo de Engenheiros [...] fossem praticar na repartição geral dos telégrafos do Estado e junto às diretorias de estradas de ferro em construção, a fim de desempenharem qualquer emergência nos deveres que lhes cabem [grifos nossos].<sup>20</sup>

Conforme se pode observar na publicação, os oficiais do Exército estavam atentos às modernidades dos conflitos recentes, ainda que a rede ferroviária brasileira fosse incipiente.

Os problemas, questões e potencialidades nacionais também eram abordados pela *Revista do Exército Brasileiro*, como a série de artigos elaborada por um dos diretores da revista, o Major de Engenharia Jacques Ourique, intitulada “Colônias e estradas militares”<sup>21</sup>, na qual o oficial analisava os aspectos geográficos e estratégicos de diversas localidades no interior do País, inclusive na Amazônia. Outros trabalhos com abordagem que privilegiava o estudo das potencialidades brasileiras foram publicados, como “Estrada de União a Palmas”<sup>22</sup>, do Capitão de estado-maior Bellarmino de Mendonça, e “Análise das terras dos campos do Rio Grande do Sul”<sup>23</sup>, que estudava o potencial agrícola do estado meridional do Brasil.

Mirando no que de mais moderno havia no mundo no que diz respeito à condução da guerra, a *Revista do Exército Brasileiro* realizava o acompanhamento das inovações introduzidas nos principais Exércitos do mundo, na seção INFORMAÇÕES, na qual eram transcritos artigos das revistas estrangeiras congêneres. Trabalhos como a “Reorganização do Exército do Egito”, a “Nova organização da artilharia da Itália”, “As estradas de ferro e telégrafos da Áustria”, a “Ordenança da infantaria francesa”<sup>24</sup> e “Considerações militares sobre a defesa estratégica da República Argentina” eram presentes nas páginas do periódico.

Apenas como exemplo, transcrevemos aqui um artigo publicado no exemplar nº 5 da revista abordando a situação do corpo de oficiais do Exército alemão pós-Guerra Franco-Prussiana:

INFORMAÇÕES – Transcrição da revista militar europeia: Segundo a *Deutsch Heeres Zeitung*, o Exército vai envelhecendo muito, especialmente a demora resultante na promoção é notável nos postos de primeiro-tenente, capitão e oficial superior [...].<sup>25</sup>

Apesar do acompanhamento da situação militar no estrangeiro, vozes na revista asseveravam que o Exército deveria ter o cuidado em buscar um modelo próprio, adequado à situação do País, como o Tenente-Coronel Sena Madureira que, mais tarde, desempenharia papel destacado na Proclamação da República:

A comissão tinha de optar, ou por uma organização semelhante às fortes organizações militares da Europa, guardada a proporção devida à diferença da quota da população e dos recursos do País, ou por uma organização especial adequada às necessidades de uma nação nova, sem tradições antigas, de um território tão vasto quanto destituído de habitantes, onde a presença da tropa de linha infelizmente ainda se supõe indispensável em muitos pontos para fazer do império da lei uma realidade.<sup>26</sup>

Para além dos assuntos técnico-profissionais, os editores da revista consignaram várias críticas ao governo e à sociedade, particularmente pela falta de compreensão e de ação no sentido de modernizar o Exército. Com relação ao aumento de efetivo pretendido, Sena Madureira posicionou-se da seguinte forma:

Não se tendo ainda discutido nas duas casas do parlamento, nem sido convertida em lei do Estado a proposta reorganizadora de nossas fileiras, julgamos não ser fora de propósito externar as dúvidas que nutrimos sobre a excelência de suas principais disposições e as vantagens que resultariam, para o País e para o próprio Exército, de sua adoção definitiva. [...] A determinação do algarismo que deve atingir o efetivo do Exército permanente depende da cifra da população do País, dos recursos deste, do caráter, dos hábitos e do espírito militar de seus habitantes, das tradições em honra entre eles, da extensão e configuração de suas fronteiras, da maior ou menor facilidade da defesa destas, da índole, aspirações políticas, da organização militar e dos recursos, em suma dos estados vizinhos.<sup>27</sup>

No editorial do nº 4 da revista, a urgência de reformas na instituição foi claramente exposta com uma forte crítica à sociedade e à classe política:

Em um País como o nosso, que julga que um Exército só se

faz mister quando o inimigo lhe bate arrogante às portas, que não aquilata ainda devidamente o merecimento militar, [...], certo, que os quatro anos da nossa revista só devem exprimir a experiência de um século de lutas, de prejuízos e de desconfortos indizíveis.<sup>28</sup>

O posicionamento manifesto pela revista deixou transparecer o descontentamento de parcela do estamento militar que culminou com uma série de confrontos entre militares e autoridades civis. Designados em conjunto como Questão Militar, esses embates terminaram por contribuir para a Proclamação da República, em 1889, e tiveram como um dos protagonistas o próprio Tenente-Coronel Sena Madureira.

Voltando-se para as questões profissionais, em 1885 o Capitão de Cavalaria Martinho da Silva expressou suas ideias acerca da reorganização do Exército e da impossibilidade de se improvisar uma transformação durante um conflito:

Não há de ser quando soar a hora em que a honra da Pátria imponha-nos o dever de defendê-la, que possamos prepará-lo [o Exército], como se ele pudesse então ser improvisado, e, desta sorte, assegurar a nossa integridade.<sup>29</sup>

Mas, se os editores da revista dirigiam suas reclamações à sociedade e à classe política, também, pelo menos uma vez, criticaram o corpo de oficiais, ainda que de forma disciplinada, ao reclamarem da diminuição do número de assinantes e da falta de apoio no seio do oficialato, segundo eles, pela falta de estímulo institucional para o aperfeiçoamento profissional:

Hoje podemos afirmar que no Exército Brasileiro não se lê. Pelas assinaturas da nossa revista, pode-se calcular a percentagem dos oficiais que estudam em 10% [...] O oficial brasileiro não lê porque não o estimulam a ler, porque não tem necessidade de ler.<sup>30</sup>

Diante de tantos questionamentos e inconformismos, selecionamos um texto que,

embora inserido em um artigo sobre assunto técnico-logístico, “Fardamento – roupas brancas e acessórios”, traduz de forma inequívoca o caráter da *Revista do Exército Brasileiro* na década que antecedeu a Proclamação da República e caracterizou o pensamento militar de significativa parcela do Exército:

Esqueçamos, abandonemos a idolatria do passado; suprimamos tudo que não é exigido para o serviço da guerra; e, embora com o desagrado da tradição, vamos avante [...].<sup>31</sup>

A Guerra do Paraguai deu origem a um Exército novo, vitorioso e cômico de sua importância para a sociedade. Um pensamento militar inovador se consolidava no meio militar em busca de modernização e profissionalização do Exército, e a *Revista do Exército Brasileiro* contribuiria para difundir essa nova ideologia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guerra do Paraguai modificou de maneira irreversível o Exército que, após a vitória

e de retorno ao Brasil, estava mais ciente das questões nacionais e passou a reivindicar maior atenção por parte do Governo Imperial.

A *Revista do Exército Brasileiro*, em que pese o apoio institucional, constituiu uma iniciativa de baixo para cima na hierarquia militar, registrando a visão interna de significativa parcela do oficialato no pós-guerra. A análise dos artigos nela publicados permite verificar como foi utilizado esse espaço para discussão de ideias e estudo de problemas de interesse dos oficiais, particularmente no que diz respeito aos anseios de modernização e profissionalização da instituição.

A mudança do pensamento militar, contudo, não foi compreendida e assimilada pelo Império, e as reformas pretendidas somente chegariam ao Exército com a República, nas gestões dos Ministros Medeiros Mallet e Hermes da Fonseca.<sup>32</sup> Não por acaso, muitos oficiais do Exército se lançaram às causas abolicionista e republicana, levando o Exército a uma condição de protagonista na Proclamação da República, em novembro de 1889. A partir de então, o Exército passou a estar intrinsecamente associado à história política brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Valentim. O processo de independência do Brasil. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kitti (Orgs.). *História da expansão portuguesa: do Brasil para a África* (1808-1930), v. 4. Círculo de Leitores, Lisboa, 1998, p.7-39.

ANÁLISE de terras dos campos do Rio Grande do Sul, *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885.

BRASIL. Lei de 18 de agosto de 1831, Artigo 1º. *Coleção de Leis do Império* 1830-1831.

CALMON, Manuel. Memórias da Campanha do Paraguai. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885.

CARVALHO, José Murilo. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

\_\_\_\_\_. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. A milícia em armas: o soldado brasileiro da guerra de independência. *Revista Brasileira de História Militar*, v. 11, p. 30-51, 2013.

- DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DÓRIA, Chagas. Reconhecimento militar das estradas de ferro. *Revista do Exército Brasileiro* – Ano Quarto. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885.
- EDITORIAL. *Revista do Exército Brasileiro* – Ano Primeiro. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1882.
- \_\_\_\_\_. – Ano Segundo. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1883.
- \_\_\_\_\_. – Ano Quarto. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885.
- ESTADO-MAIOR do Exército. *História do Exército Brasileiro*, v.2. Brasília: 1972.
- FARDAMENTO – Roupas brancas e acessórios. *Revista do Exército Brasileiro* – Ano Terceiro. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1884.
- MADUREIRA, Antônio de Sena. A reorganização do Exército. *Revista do Exército Brasileiro* – Ano Primeiro. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1882.
- MENDONÇA, Bellarmino. Estrada de União a Palmas. *Revista do Exército Brasileiro* – Ano Quinto. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1886.
- MOTTA, Jeovah. *Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- OURIQUES, Alfredo Jacques. Colônias e estradas militares. *Revista do Exército Brasileiro* – Ano Quarto. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885.
- PEREIRA, Arthur de Moraes. Notas sobre a artilharia de costa. *Revista do Exército Brasileiro* – Ano Quarto. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885.
- SILVA, Martinho. Reorganização do Exército. *Revista do Exército Brasileiro* – Ano Quarto. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885.
- RIOS, José Arthur. O soldado luso-brasileiro. *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, v. Especial, n.87, p. 14-27, 2001.
- WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p.308.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> Cf. José Murilo de Carvalho (1999, p.155-156) a “guerra com os índios e a defesa da colônia contra a ameaça de outras potências, sobretudo a Espanha, a Holanda e a França, eram tarefas custosas que deixavam poucos recursos para investir na exploração dos novos territórios, pelo menos até a descoberta do ouro ao final do século XVII. Por um período de 60 anos (1580-1640), a autonomia da metrópole desapareceu sob o domínio espanhol. Durante esse período, os holandeses ocuparam a parte mais rica da colônia. Libertar-se da Espanha e expulsar os holandeses foram tarefas adicionais que exauriram ainda mais a metrópole.”

<sup>2</sup> WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p.308.

<sup>3</sup> DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. A milícia em armas: o soldado brasileiro da Guerra de Independência. *Revista Brasileira de História Militar*, v. 11, p. 30-51, 2013, p.31.

<sup>4</sup> RIOS, José Arthur. O soldado luso-brasileiro. *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, v. Especial, n.87, p. 14-27, 2001, p.21.

<sup>5</sup> DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. A milícia em armas ..., p.35.

<sup>6</sup> ALEXANDRE, Valentim. O processo de Independência do Brasil. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kitti (Orgs.). *História da expansão portuguesa: do Brasil para a África (1808-1930)*, v. 4. Círculo de Leitores, Lisboa, 1998, p.7-39, p. 34.

- <sup>7</sup> ESTADO-MAIOR do Exército. *História do Exército Brasileiro*. v.2, Brasília: 1972, p. 435.
- <sup>8</sup> CARVALHO, José Murilo. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988, p. 39.
- <sup>9</sup> BRASIL. Lei de 18 de agosto de 1831, Artigo 1<sup>a</sup> *Coleção de Leis do Império 1830-1831*, p. 50.
- <sup>10</sup> DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.114.
- <sup>11</sup> Para saber sobre o recrutamento forçado e o recrutamento de Guardas Nacionais e de escravos, ver IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2002 e SOUSA, Jorge Prata. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.
- <sup>12</sup> Para saber sobre o rígido controle civil sobre os militares no Segundo Reinado, ver CASTRO, Celso. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- <sup>13</sup> MOTTA, Jeovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, p.147.
- <sup>14</sup> EDITORIAL. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Segundo*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1883, p.1.
- <sup>15</sup> EDITORIAL. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Primeiro*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1882, p. 5.
- <sup>16</sup> *Revista do Exército Brasileiro*, diversas edições.
- <sup>17</sup> CALMON, Manuel. Memórias da Campanha do Paraguai, *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885, p.5.
- <sup>18</sup> Termo técnico empregado na artilharia para designar o interior do tubo do canhão.
- <sup>19</sup> PEREIRA, Arthur de Moraes. Notas sobre a artilharia de costa. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885, p.135.
- <sup>20</sup> DÓRIA, Chagas. Reconhecimento militar das estradas de ferro, *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885, p.222.
- <sup>21</sup> OURIQUES Alfredo Jacques. Colônias e estradas militares, *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885, p.201.
- <sup>22</sup> MENDONÇA, Bellarmino. Estrada de União a Palmas, *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quinto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1886, p.54.
- <sup>23</sup> ANÁLISE de terras dos campos do Rio Grande do Sul, *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885, p.180.
- <sup>24</sup> Os artigos “Reorganização do Exército do Egito”, “A nova organização da artilharia da Itália”, “As estradas de ferro e telégrafos da Áustria”, “A Ordenança da infantaria francesa”, transcritos de revistas dos países de origem, encontram-se publicados na *Revista do Exército Brasileiro – Ano Segundo*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1883. O artigo “Considerações militares sobre a defesa estratégica da República Argentina”, escrito pelo Coronel J. E. Czetz, do Exército argentino, foi publicado na *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quinto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1886.
- <sup>25</sup> INFORMAÇÕES. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quinto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1886, p. 119.
- <sup>26</sup> MADUREIRA, Antônio de Sena. A reorganização do Exército. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Primeiro*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1882, p. 200.
- <sup>27</sup> MADUREIRA, Antônio de Sena. A reorganização do Exército ..., p. 199.
- <sup>28</sup> EDITORIAL. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885, p. 3.
- <sup>29</sup> SILVA, Martinho. Reorganização do Exército. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885, p. 42.
- <sup>30</sup> EDITORIAL. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885, p. 3.
- <sup>31</sup> FARDAMENTO – Roupas brancas e acessórios. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Terceiro*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1884, p. 27.
- <sup>32</sup> Durante suas gestões como ministros da Guerra, os Marechais João Nepomuceno de Medeiros Mallet (1898-1902) e Hermes da Fonseca (1906-1908) promoveram reformas estruturais no Exército que incluíram, dentre outras medidas, a modernização do ensino militar, a reformulação do Estado-Maior, a criação de serviços técnicos e administrativos, a implantação do serviço militar obrigatório e a aquisição de armamento na Europa.

# Artigos

---

*Lucas Montalvão Rabelo*

---

*Fernando da Silva Rodrigues*

*Sérgio Ricardo Reis Matos*

*Julio Cezar Fidalgo Zary*

---

*Fernando Ribas De Martini*

---

*Leandro Domingues Duran*

Donnell Technology Naval & Marine  
Technical Services

# A expansão ultramarina ibérica e sua influência na cartografia do século XVI: os exemplares de Juan de la Cosa (1500) e de Cantino (1502)\*

Iberian overseas expansion and its influence on the cartography of the sixteenth century: the copies of Juan de la Cosa (1500) and Cantino (1502)

**Lucas Montalvão Rabelo**

*Doutorando em História pela Universidade de São Paulo, mestre em História pela Universidade Federal do Amazonas e membro associado do Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós (IHGTap).*

## RESUMO

O presente artigo destina-se a apresentar uma proposta de análise imagética das visões ibéricas no momento inicial de composição de mapas-múndi a partir do conhecimento das novas terras no Ocidente, o chamado Novo Mundo. Para isso, busca-se realizar uma comparação das características particulares provindas do contexto social dos cartógrafos para ir além de um estudo centrado apenas no produto cartográfico, sem considerar o contexto histórico específico dos indivíduos produtores e de suas sociedades. Esta forma de estudo é baseada na metodologia proposta para os estudos da História da Cartografia buscando uma desconstrução dos objetos cartográficos. Assim, comparar o mapa do espanhol Juan de la Cosa (1500) e o exemplar português anônimo conhecido como Mapa de Cantino (1502) possibilita a análise das imagens construídas a partir de visões políticas diversas que estariam relacionadas aos interesses tanto da Coroa de Castela quanto da Coroa de Portugal – incluindo seus

## ABSTRACT

The present article aims to present a proposal for an imaginary analysis of the Iberian visions in the initial moment of map composition from the knowledge of the new lands in the West, the so called New World. For this purpose, a comparison of the particular characteristics of the cartographers' social context is carried out in order to go beyond a study centered only on the cartographic product, without considering the specific historical context of the producing individuals and their societies. This form of study is based on the methodology proposed for the studies of the History of Cartography seeking a deconstruction of cartographic objects. Thus, comparing the map of the Spanish Juan de la Cosa (1500) and the anonymous Portuguese exemplary known as the Cantino map (1502) makes it possible to analyze the images constructed from diverse political views that would be related to the interests of both the Crown of Castile and of the Crown of Portugal

\* Artigo recebido em 15 de setembro de 2017 e aprovado para publicação em 1º de novembro de 2017.



súditos – após a assinatura do Tratado de Tordesilhas, em 7 de junho de 1494.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tratado de Tordesilhas; Grandes Navegações; Renascimento; Juan de la Cosa; Alberto Cantino

– including his subjects – after the signing of the Treaty of Tordesilhas, on June 7, 1494.

**KEYWORDS:** Treaty of Tordesillas; Great Navigations; Renaissance; Juan de la Cosa; Alberto Cantino

## INTRODUÇÃO

No final do século XVI e início do século XVII, tanto o Reino de Portugal quanto o Reino de Castela possuíam o mesmo rei: Felipe I dos portugueses e Felipe II dos castelhanos. No Novo Mundo, o estabelecimento ibérico estava há um século convivendo com as populações nativas. Os espanhóis já haviam partido da região antilhana para uma ocupação mais interiorana com a conquista de diversos povos ameríndios, como os mexicas e os incas. Por outro lado, os portugueses se estabeleceram em núcleos de povoação, ao longo da faixa litorânea da costa ocidental da América do Sul, enquanto faziam incursões esporádicas nos espaços interioranos.

O autor português Pero de Magalhães de Gândavo, que teria conhecido a América portuguesa, descreveu este espaço luso em sua obra *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil*, em 1576.<sup>1</sup> De acordo com ele:

Esta província de Santa Cruz está situada naquela grande América, uma das quatro partes do mundo. Dista o seu princípio dois graus da equinocial para a banda do sul e daí se vai estendendo para o mesmo sul até quarenta e cinco graus, de maneira que parte dela fica situada abaixo da zona tórrida, e parte abaixo da temperada. Está formada esta província à maneira de uma harpa. A costa para a banda do norte corre do Oriente ao Ocidente e está olhando diretamente a equinocial. Pela banda do sul confina com outras províncias da mesma América, povoadas e possuídas por povo gentílico, com que ainda não temos comunicação. Pela do oriente confina com o Mar Oceano Áfrico e olha direta-

mente os reinos de Congo e Angola até o Cabo de Boa Esperança, que é o seu opósito. E pela do ocidente confina com as altíssimas serras do Peru, as quais são tão soberbas sobre a terra que se diz terem as aves trabalhado em passar.<sup>2</sup>

A harpa, referência ao formato costeiro do litoral das terras do Brasil, há muito tempo havia sido vista por diversos navegadores europeus que passaram pelo seu litoral, como portugueses, espanhóis e franceses. Esta construção geográfico-imagética do espaço físico enquanto indivíduo, da forma com que Gândavo descreveu atribui características limítrofes para este espaço que ainda não era colonizado para além do litoral. Chama a atenção à questão de pensar esta parte compreendida pela província de Santa Cruz “confinar” com as altas serras do Peru ao ocidente. Assim, o espaço identificado por Gândavo denota uma compreensão de uma localização clara para as terras nos domínios lusos.

No Reino de Castela, Antonio Herrera e Tordesilhas, Cronista Maior de Índias, publicou em 1601 a sua primeira *Decada*, nome mais conhecido de sua *Historia General de los Hechos de los Castellanos em las Islas y Tierra Firme del Mar Oceano*. O conjunto total desta obra tinha como foco os feitos realizados pelos castelhanos no ultramar desde a chegada de Colombo até o ano de 1553. Foi resultado de um grande esforço seu e de um conjunto de copistas para sintetizar os documentos além das obras de importantes historiadores de Índias, como o caso de Gonzalo Fernández Oviedo e Bartolomeu de las Casas, que concluiu em 1615.<sup>3</sup> Ao iniciar a primeira década, no tópico intitulado “*De algunas razones naturales, y cosas notables del otro Emisferio*”, o autor expõe algumas ideias:

*La maior parte de las Nuevas Tierras consiste debajo de la Tórrida; la qual es humedissima, i abundantissima de Agua, porque llueve, i nieva, especialmente quando el Sol la hierre por linea recta, porque entonces llueve mucho, i la lluvia comienza á Mediodía, i no hai Tierra adonde haia maiores Rios, que en toda aquella parte, que toca al Gobierno del Visorrei del Perú, començando del Ismo, ó Estrecho de Tierra, desde Panamá, hasta el Estrecho de Magallanes, que es la Peninsula Austral, ó Indias del Mediodía, adonde estan los Rios de la Magdalena, Orellana, el Rio de la Plata, i otros. En la Peninsula Septentrional, ó Indias del Norte, que es todo lo de Nueva-España, hai el Rio de Alvarado, el de Grijalva, el Lago de Guatemala, el de México, i otros.<sup>4</sup>*

Neste trecho, ao abordar os motivos responsáveis pela ocorrência de chuvas na região Tórrida contrariamente ao que se pensava, Herrera descreve sua concepção espacial sobre as Novas Terras. De acordo com ele, o Vice-Reinado do Peru compreenderia desde o Istmo do Panamá até o Estreito de Magalhães, o que ele chama de Índias do Meio-dia ou Península Austral. Destaca a existência dos Rios Magdalena (principal rio da atual Colômbia); Rio Orellana (mais conhecido como Rio das Amazonas na cartografia quinhentista após 1542); Rio de la Plata (antes conhecido como Rio de Solís ou também designado como Paraná). Em sua descrição espacial, não há nenhuma menção a parte portuguesa que, mesmo submetida ao monarca conjunto, possuía uma administração separada. Os dois grandes rios mencionados por Herrera, Amazonas e Prata, configurariam o que seriam os limites naturais associados à imaginária linha de Tordesilhas ao longo da ocupação ibérica no primeiro século de contato. Não há menção ao Rio São Francisco, muito conhecido das naus castelhanas – inclusive o primeiro piloto-mor de Espanha, Américo Vespúcio, teria participado dos primeiros contatos junto às suas navegações com os portugueses.

Os dois autores de fins do século XVI e início do século XVII, além de pouco abordar, em suas descrições, os espaços sul-

-americanos ocupados pela coroa distinta, também apresentam uma designação divergente sobre as terras que mencionam. De acordo com Gândavo, as terras estão localizadas na América, a quarta parte do Mundo. Já Herrera chama o espaço continental como sendo as Índias de Meio-Dia ou Setentrional, que remete à designação castelhana do conjunto como Índias Ocidentais. Longe de representarem simples sinônimos, a proposta aqui é pensar que esta divergência de termos também estaria ligada diretamente ao entendimento do imaginário de cada uma das Coroas que empreendeu o início das viagens ultramarinas para as terras descobertas do ocidente na virada de século anterior.

Esta reflexão está diretamente ligada à obra do historiador Edmundo O’Gorman que questionou a forma como era compreendida a relação de Colombo e Américo Vespúcio com o continente americano. Antes de representar uma descoberta de um ente geográfico até então desconhecido, a América, o empreendimento destes navegadores foi tentar dotar de sentido as informações geográficas dos contornos costeiros que teimavam em não se encaixarem no modelo cosmográfico ptolomaico do Sudeste Asiático com suas variações acerca da Áurea Quersoneso com ou sem uma península extra.<sup>5</sup>

Assim, o modelo cosmográfico anterior, que contava com as três partes do orbe conectadas (Europa, Ásia e África), passou-se a integrar uma Quarta Parte (Novo Mundo). Esta não foi a única ideia, mas houve a percepção da existência de um novo hemisfério logo compreendido como um Novo Mundo. Inicialmente, esta integração de novos dados já ocorria a partir das navegações portuguesas na costa ocidental da África, no século XV, que começou a forçar uma adaptação da realização tradicional dos mapas-múndi medievais. Neste ponto, destacam-se os exemplares que guardam a forma circular padrão, como o caso do exemplar de Fra Mauro. Composto por encomenda portuguesa a um monge italiano para dar conta de como andavam as descobertas portuguesas na costa da África e as novidades descobertas até então, ele representaria uma das tentativas de conciliação entre os

modelos de um mundo circular, como dos mapas T-O e outros, que provinham de um modelo de cartografia terrestre; e as chamadas cartas portulano, fruto das práticas de navegação mediterrânea. Um dos exemplos desta transição é a carta atribuída a Cristovão Colombo (c.1493).<sup>6</sup>

As grandes bases para a alteração do modelo geral de representação plana do orbe terrestre deu-se por influência decisiva das cartas. Entretanto, como será exposta a seguir, essa mudança não foi realizada de forma universal pelos europeus, mas guardou particularidades relacionadas aos cartógrafos e suas respectivas Coroa. Os dois primeiros mapas-múndi que inserem as terras descobertas ocidentais fazem um modelo de apresentação ligado diretamente ao seu particularismo e aos próprios interesses políticos aos quais serviam.

Desta forma, o presente artigo destina-se a perceber nessas primeiras duas representações (Juan de la Cosa e Cantino), durante a passagem da primeira para a segunda década de contatos ibéricos com as terras descobertas no Ocidente. Estes exemplares estão relacionados diretamente com a busca da rota marítima para as Índias das especiarias que entrelaçam o estabelecimento castelhano nas Antilhas, desde 1492, e a conclusão do caminho para as Índias, por meio da circum-navegação da África realizada pelos lusos sobre o comando de Vasco da Gama, em 1498. Busca-se questionar como a comparação das características particulares relacionadas diretamente ao contexto individual e sociopolítico de dois cartógrafos ibéricos estava diretamente ligada à imagem geográfica do mundo que retrataram. Este exercício crítico faz-se necessário para ir além de um estudo centrado apenas na técnica relacionada aos dados visuais, sem discutir o contexto histórico específico do período e com projeções posteriores sobre este momento anterior. Para tanto, será utilizado o método da nova História da Cartografia para a desconstrução do mapa estabelecido por Brian Harley. Assim, por meio da comparação entre o mapa do espanhol Juan de la Cosa (1500) e o mapa português dito de Cantino (1502), busca-se perceber as visões políticas no mundo representado, ou

seja, os interesses tanto da Coroa de Castela quanto da Coroa de Portugal – incluindo seus súditos – após a assinatura do Tratado de Tordesilhas, em 7 de junho de 1494.

## O CONHECIMENTO DOS NOVOS ESPAÇOS NO GLOBO

Ao longo do século XV e XVI, com as viagens portuguesas e castelhanas, a experiência náutica contribuiu para um acúmulo de conhecimentos acerca dos espaços marítimos e das terras até então desconhecidas fazendo com que os europeus realizassem novas formas de representação do orbe terreno. A historiografia reconhece os dois eventos mencionados como marcos da passagem da Idade Média para a chamada Era Moderna: a rota colombina ao ocidente, que esbarrou com a América, e o feito de Vasco da Gama, que conectou por meio dos oceanos a Europa e a fonte das especiarias. Eles foram etapas derradeiras de um movimento que contribuiu para o conhecimento dos espaços antes desconhecidos e com uma sistematização destes novos dados implicou decisivamente em uma nova forma de representação do mundo. A inserção do Novo Mundo se deu juntamente com a ampliação dos contornos do continente africano – iniciados no século XV – e do continente asiático atualizando as informações ptolomaicas, que foram seguidas por inúmeras outras expedições marítimas que findaram por ampliar a própria noção do orbe. Assim, o conhecimento dos novos espaços além-mar obtida através das viagens ultramarinas forçou um rompimento imagético com as formas de representação do período anterior.<sup>7</sup>

As concepções medievais sobre a ideia da Terra ligavam-se aos conhecimentos da Antiguidade Clássica aliados ao pensamento cristão. O autor W. G. L. Randles apresentou as justificativas da forma universal da Terra, vigentes entre os séculos XII ao XV, surgidas a partir de duas sínteses. Elas buscavam “(...) conciliar o mito bíblico da Terra plana com a ideia grega de uma Terra redonda: plana ao nível da ecúmena habitável, esféricamente unicamente ao nível da astronomia.”<sup>8</sup> Assim, com base em Crates de Malo, autores como Marciano Capela

(século V) e Macróbio (século V) e, posteriormente, Guilherme de Conches, falavam sobre uma esfera preenchida na sua maior parte por água onde haveria quatro ilhas separadas por corredores de água. Uma delas estaria povoada pelos cristãos e as outras não seriam habitadas devido à incomunicabilidade de ambas<sup>9</sup>. Assim, o único *habitat* dos humanos era plano se considerada a imensidão esférica do globo.

Por outro lado, o modelo aristotélico, não ligado diretamente ao Aristóteles clássico, foi defendido por João de Sacrobosco em sua obra *Tratado da Esfera* (princípios do século XIII). O mundo estaria, portanto, dividido em duas partes: do éter e dos elementos. Esta última estaria composta por quatro partes: no centro a terra; na sequência a água; depois o ar; e por fim o fogo puro. Cada um desses elementos estaria em uma proporção de um para dez. No entanto, para garantir a sobrevivência da espécie humana, devido ao poder de Deus, uma pequena parte de terra emergiu diante da grande imensidão das águas. Com isso, a Terra habitável estaria plana na pequena parte descoberta, e, esférica, se considerada seu todo, com uma maior parte de água.<sup>10</sup> Era, portanto, a junção de dois modelos explicativos: o aristotélico e o bíblico (bíblico-aristotélico). A estrutura do cosmos provindo da explicação clássica ligada ao milagre da presença de Deus possibilitando a vida na ecúmene cristã.

Somaram-se ainda, no século XV, conhecimentos geográficos de outros autores da Antiguidade através da reavaliação da *Geographia* de Ptolomeu. Na obra, datada do século IV, Claudius Ptolomeu compilou as ideias da Antiguidade sobre o mundo situando todas as localidades conhecidas através de suas latitudes e longitudes. A Terra seria constituída por três continentes, Europa, África e Ásia. Em relação ao Mar Oceano, ele estaria nos limites desta grande massa continental e do extremo ocidente europeu ao extremo oriente asiático existiria uma proximidade muito maior que na realidade. Assim, de acordo com as informações dispostas, seria viável atingir a Ásia pelo mar ocidental graças ao cálculo da circunferência da Terra ser muito menor do que a real<sup>11</sup>.

Ao lado destes dois entendimentos sobre a configuração da Terra, bíblico-aristotélica e ptolomaica, gradativamente outra fonte de informações foi sendo utilizada como modelo. Ele derivava da utilização de mapas específicos para navegação, as cartas portulano<sup>12</sup>, onde se buscava a localização precisa do entorno do Mar Mediterrâneo. Esta nova forma de representação passou a influenciar cada vez mais as representações cartográficas desde o século XV. Era oriunda da experiência náutica que possibilitou um levantamento dos contornos do planeta contribuindo na alteração da imagem do mundo.

As experiências náuticas relacionadas com a alteração das imagens geográficas do mundo foi interpretada pela historiografia portuguesa como parte de uma contribuição lusa para o conhecimento científico que não teria iniciado na Europa do Norte no século XVII. Assim, as informações providas das viagens marítimas ibéricas seriam responsáveis pelo despertar de um pensamento ligado ao empirismo. Ou seja, todo o conhecimento para ser validado precisava de uma comprovação prática. Segundo João de Castro Osório<sup>13</sup>, as navegações portuguesas contribuíram decisivamente com o Renascimento. O questionamento das verdades estabelecidas pelos autores, considerados autoridades, foi sistematicamente feito pelos lusitanos. Dentre as ideias em voga amplamente combatidas, que não corresponderiam à verdade, estariam: a impossibilidade de se ultrapassar a zona tórrida (região equatorial), a inabitabilidade das regiões ao sul da linha do Equador, a maior quantidade de terras do que águas na superfície do planeta, entre muitas outras.

Nas duas citações iniciais dos historiadores ibéricos existe uma abordagem que questiona estes conhecimentos antigos. Gândavo menciona que a terra do Brasil “fica situada abaixo da zona tórrida” e Herrera que na zona tórrida, ao contrário de serem infernalmente desérticas, ocorrem chuvas devido a grande umidade. Isso demonstra que o entendimento das antigas autoridades sobre a impossibilidade de se viver ou transpor a zona tórrida estava superada. Portanto, estas contribuições, a partir do conhecimento dos homens que enfrentaram o mar,

provariam que o conhecimento somente poderia ser comprovado através do contato direto, tirando assim, de formulações baseadas unicamente em teorias, o grande peso que os clássicos tinham até o momento. A validade das informações geográficas teria que ser verificada para atestar sua eficácia.

Entretanto, este modelo de compreensão do momento em que um conhecimento entendido enquanto científico a partir da prática luso-castelhana – e de europeus que orbitavam os centros peninsulares – no Mar Oceano e nas novas terras precisa ser relativizado. A experiência das viagens ibéricas pelos oceanos possibilitou a superação de várias concepções cosmográficas até então vigentes. Entretanto, atribuir ao empirismo uma proximidade com a ideia do conhecimento científico, por meio da invalidação de afirmativas de pensadores anteriores, não pode ser compreendido de uma forma universal. É preciso questionar os indivíduos que utilizam destes discursos para compreender o sentido do uso realizado. Pois, a partir das viagens às diversas partes do mundo, criaram-se discursos sobre localidades que não necessariamente faziam parte daquela realidade. Eram formas que estavam ligadas ao maravilhoso, como o caso emblemático do encontro de Colombo com o Paraíso Terreno em Paria, hoje Venezuela. A experiência dos navegadores, o fato de ter atravessado o Mar Oceano e ter visto alguma região que não estava prevista no modelo cosmográfico anterior, passou a ser utilizada como argumento universal para questionar qualquer afirmação daqueles autores antigos ou contemporâneos que não passaram pela mesma experiência.

O mais interessante que essa forma mais retórica de uso da “experiência” chegava aos limites de ser usado por personagens que viajaram a locais extremamente limitados na América para reclamar um conhecimento geral do restante do Novo Mundo.<sup>14</sup>

O autor Luís Filipe Barreto, ao estudar o discurso de Gomes Eanes de Zurara nas suas quatro crônicas do século XV, aponta esta questão:

A relação HISTÓRIA-GEOGRAFIA é, também, na *Crônica*, um encontro e desencontro de Antigos-Modernos. Maioritariamente, o

continente geográfico do discurso apresenta-se como repetidor dos quadros tradicionais da Geografia Medieval, mas uma pequena ilha polêmica desestabiliza já esses padrões informativos herdados afirmando a maravilha e novidade dum visto empírico que contraria a autoridade escrita. O território geográfico vê-se, assim, atravessado pelo jogo das contraditórias constantes épocas vivendo a dialética do herdado e novo, do lisível e visível, da perspectivização da Geografia como MUNDO DA PROSA e PROSA DO MUNDO.<sup>15</sup>

Nesta passagem, o autor mencionou a continuidade do discurso medieval sobre a Geografia. Isto também estava presente em outras formas, ao longo do século XV e XVI, como nos mapas, nas estratégias discursivas, nas formas de pensar o Novo Mundo e nomeá-lo<sup>16</sup>. Ou seja, não se poderia estar inserido no novo sem as bases do antigo. A forma de pensamento medieval sobreviveu na Era Moderna, seria algo como uma longa Idade Média proposta por Jacques Le Goff.<sup>17</sup> Na sequência, Barreto expôs os choques que a experiência nos novos espaços trouxe à ideia geográfica antiga. O que produziu uma contradição entre o herdado e o recém-observado trazendo toda uma problemática.

Este questionamento da autoridade (conhecimento teórico sem verificação) através da experiência não se restringiu a este período temporal, mas foi nele que teriam germinado as primeiras constatações aprofundadas posteriormente pelo cientificismo de caráter empirista. Portanto, o descobrimento do Novo Mundo pelos europeus e o consequente descrédito das antigas concepções formuladas sobre a Terra contribuíram para o pensamento moderno. Isso possibilitou uma ideia de superioridade do conhecimento dos modernos em relação aos antigos. A verdade só poderia ser dita se fosse comprovada por meio da experiência, no caso da Terra seria através das navegações marítimas. No entanto, esta nova verdade deveria de alguma forma estar inserida numa relação com a antiga tradição. Não se poderia correr o risco de comprometer pensamentos enraizados em 15 séculos, por

isso, o esforço da manutenção de elementos tradicionais.<sup>18</sup> Nas formas planas de representação do orbe, mantêm-se o esquema do Velho Mundo, mas altera-se sua disposição geral para acoplar as novas descobertas.

## OS MAPAS RENASCENTISTAS

Dentro deste contexto, os mapas renascentistas foram quase sempre estudados enquanto representantes de um curso evolutivo: de uma tradição cartográfica medieval (representada por características simbólico-esquemáticas e pelos autores clássicos da Antiguidade) a uma forma provinda das cartas portulano e da experiência náutica (informações providas de "cousa vista"). Estudar mapas significava compará-los buscando identificar nos novos exemplares os melhoramentos observados, realizava-se, assim, um positivismo cartográfico. Esta perspectiva encobria grande parte das especificidades do objeto enquanto fonte histórica de um determinado período.

Ou seja, ao se questionar um mapa, atentava-se apenas as informações geográficas presentes sem discutir a subjetividade presente: a disposição espacial, as legendas, as alegorias, a não exclusão de elementos que poderiam estar representados, as cores, os autores, suas influências, entre outros. Todo este conjunto implica em uma construção cartográfica complexa, e não uma mera exposição do geográfico conhecido. Seria uma construção cultural que não deixaria de esconder também seus objetivos políticos. Dito de outra forma, um produto cartográfico vai muito além das informações espaciais exclusivas, mas contém em si estratégias de representação de uma realidade que vão além dos contornos presentes. O mapa, dentro desta nova interpretação, está carregado de intencionalidades.

O cartógrafo tem papel importante no processo. Suas escolhas individuais estão presentes na obra. No caso dos mapas impressos, a rede de indivíduos responsáveis pelo produto final é maior. Portanto, o autor, ou conjunto de autores, impõe(m) suas escolhas em determinado exemplar. Existiam também as escolas cartográficas, centros de produção de mapas com estilo

semelhante juntamente com as exigências daqueles que financiaram a obra e os seus desejos para com ela.

Esta perspectiva de análise exposta é tributária do historiador da cartografia Brian Harley<sup>19</sup>. Segundo ele, as particularidades envolvendo autores e financiadores estão por trás do que ele chama de entrelinhas do "jogo cartográfico". Ou seja, em um produto cartográfico existe uma tentativa de estabelecer uma "verdade" sobre algo e/ou omitir dados, de acordo com os objetivos propostos, como será demonstrado nos exemplos a seguir.

Justamente para tentar compreender os efeitos das diferenças entre autores de um período próximo é que assenta a importância do entendimento das estratégias sócio-individuais na percepção e representação do espaço. Portanto, ao comparar o mapa espanhol de Juan de la Cosa (1500) e o mapa sem autoria conhecida, porém identificado como sendo de autoria portuguesa, chamado de Cantino (1502) significa resgatar os sentidos atribuídos para um local desconhecido vistos por ambas as Coroas dentro de seus propósitos diferentes. Assim, investigam-se os motivos particulares muito além da ideia de um conhecimento geográfico neutro. Pois, em ambos procurar-se-á identificar questões envolvendo a sociedade da época, o que o tornava uma resposta a uma solicitação visando à legitimação de algo.

A sobrevivência destes exemplares, e de outros mapas-múndi, se deu porque foram destinados a cumprir funções de ornamentação para príncipes ou outros indivíduos que pudessem custear tais produtos. Uma vez que a própria particularidade dos objetos demonstra isso. Eles foram confeccionados para ter uma grande durabilidade diferindo daqueles usados unicamente para fins náuticos, como as cartas portulano. Dessa forma, o cartógrafo deveria obedecer a determinadas solicitações que imprimiam a visão que o financiador gostaria na obra. No caso das fontes aqui estudadas, as Coroas ibéricas envolvidas custeavam obras que, de certa forma, expunham seus interesses e suas visões sobre o orbe.

No entanto, é importante ressaltar que mesmo produzidos diferentemente das cartas de marear, com materiais que sobrevi-

vem aos séculos, ambos os exemplares só foram redescobertos no século XIX. O mapa de Juan de la Cosa foi encontrado numa loja de bricabraque em Paris, no ano de 1832. Ele foi comprado pelo Barão de Walckenaer e, quando o barão morreu, o mapa foi adquirido pelo Museu Naval de Madrid por 4.020 francos<sup>20</sup>. O exemplar se encontra lá até hoje. Já o dito mapa de Cantino foi localizado por Giuseppe Boni, diretor da Biblioteca de Estense, na cidade de Módena, quando passava por uma salsicharia e o viu forrando um anteprojeto do estabelecimento. Ao perceber o valor daquele mapa, ele o adquiriu e doou à biblioteca em que trabalhava<sup>21</sup>. Ele permanece ainda hoje no mesmo local.

Segundo os dados de ambos os cartógrafos, no contexto de passagem do século XV ao XVI, buscou-se identificar e tentar interpretar estes mapas. Segundo Harley<sup>22</sup>, o conhecimento na aplicabilidade dos dados geográficos, longe de ser algo neutro, tornava um poder-conhecimento. Dessa maneira, o conhecimento do mundo pelos cartógrafos era apresentado em seu mapa segundo suas seleções próprias gerando um poder sobre aqueles que observariam seu mapa. Tentar-se-á verificar isso nos dois exemplares.

## O CONTEXTO DE PRODUÇÃO DOS MAPAS

Juan de la Cosa foi um navegante espanhol que acompanhou Cristóvão Colombo, a serviço dos reis católicos de Espanha. Posteriormente realizou outras viagens ao continente americano e traçou várias cartas, que estão perdidas. Seu mapa de 180x96cm foi desenhado em pergaminho e ao longo do tempo acabou sofrendo importantes danos. Os dados sobre sua produção encontram-se em uma legenda na margem oeste, ao pé do desenho de São Cristóvão: "Juan de la Cosa a fez no porto de S. Maria no ano de 1500".

Dois anos após a produção de La Cosa, surgiu o primeiro exemplar português que registrou o Novo Mundo, sendo conhecido como a Carta de Cantino. Este nome foi atribuído ao mapa devido ao feito de um indivíduo chamado Alberto Cantino, que teria furtado esse exemplar português para o Duque de Ferrara. A carta teria sido obtida

clandestinamente para satisfazer a curiosidade do duque italiano, angustiado diante da ameaça que pairava sobre a participação italiana no comércio de especiarias. A correspondência relativa ao acordo entre ambos, chegada até hoje, confirma que o duque recebeu a carta em novembro de 1502 e é um consenso entre os historiadores da cartografia que ela foi produzida por um cartógrafo português. O título ao mapa é: *Carta marina das ilhas recentemente descobertas nas partes das Índias*. Nele, as costas se apresentam com muito detalhe e existe grande quantidade de nomes desde o ocidente até o oriente abarcando desde Cuba até a costa oriental da Ásia.<sup>23</sup>

Estas duas obras, que testemunharam o nascimento de novas terras no ocidente para a Europa, foram produzidas com um intervalo de apenas dois anos. Nelas pode-se estabelecer um paralelo pela proximidade de tempo e a representação do novo espaço. O Novo Mundo surge nos exemplares com a configuração do mundo resultante da divisão estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas, no ano de 1494 e representa visões diferentes sobre aquele espaço.

O documento de partilha foi assinado na cidade de Tordesilhas, em 7 de junho de 1494, pelo Rei D. João III, de Portugal, e os Reis Católicos de Espanha, Isabel e Fernando. Ficou acertado que o Mar Oceano seria dividido, em duas partes iguais, a partir de uma linha divisória imaginária traçada 370 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde.<sup>24</sup> De acordo com o tratado: "consentirá que se faça e asyne pollo dito Mar Oceano huma Raya ou linha direta de poollo a poollo, *scilicet*, do pollo artico ao pollo antartico que he de norte a sul."<sup>25</sup> A linha iniciaria no polo norte e iria até o polo sul. O globo terrestre ficaria dividido em um hemisfério ocidental e outro oriental. Ficou estabelecido que as referências à divisão do hemisfério terrestre seriam a partir das conhecidas ilhas do arquipélago de Cabo Verde. No entanto, a referência geográfica concreta finda aí. Pois, o local exato do meridiano de Tordesilhas gerava inúmeras divergências resultados das grandes imprecisões.

De acordo com Cortesão<sup>26</sup>, havia dúvida sobre qual das ilhas do arquipélago seria

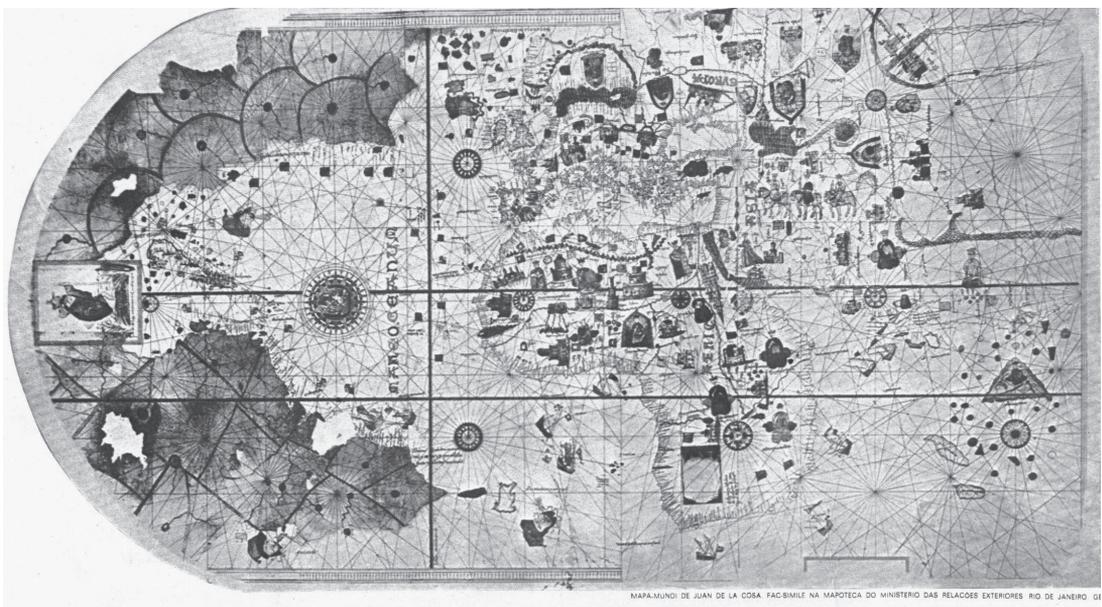
usada para traçar a linha acertada em Tordesilhas, e se a contagem desta linha seria feita sobre este paralelo ou sobre o Equador. A isso se somava o problema na determinação da longitude. Pois, os instrumentos náuticos na época não precisavam exatamente o cálculo da mesma. Somente no século XIX, com o relógio de alta precisão, o problema foi solucionado, eliminando as variações de graus que ocorriam antes. O Tratado de Tordesilhas ainda assegurava a permissão da posse de terras descobertas e a se descobrir a cada uma das duas coroas ibéricas desde que não fossem controladas por nenhum monarca cristão. Importante ressaltar que, legalmente, para os europeus, o acordo retirava dos nativos, desconhecedores da religião europeia, quaisquer pretensões de serem respeitadas suas gêrências sobre seus territórios.

Destarte, com todos os problemas inerentes ao estabelecimento exato da linha divisória, tem-se o surgimento das representações cartográficas do Novo Mundo. Neste contexto, cada um dos autores destaca os seus interesses e de suas Coroas. Mesmo não contando com uma intenção consciente, os traços nos mapas privilegiam sua área e podem ser percebidos. Assim, a imagem criada das novas terras teriam vieses diferentes, frutos de onde estariam ligados.

## JUAN DE LA COSA, O CARTÓGRAFO NAVEGADOR

No mapa-múndi produzido por Juan de la Cosa, as novas regiões aparecem influenciadas pelas suas viagens ao Novo Mundo junto a Colombo nas duas primeiras vezes, em 1492 e 1496. Com base nelas, de acordo com a autora Maria Montserrat León Guerrero: “Cosa recorrió todas las islas Antillas descubiertas entonces, y algunas de ellas, no todas (como San salvador o Watling), aparecerán representadas en célebre mapamundi.”<sup>27</sup> Tendo, portanto, influência decisiva as concepções geográficas do piloto genovês para confecção de seu mapa.

As novas terras com as Antilhas e a Terra Firme (costa da Venezuela) que estavam em direção ao oeste corresponderiam, portanto, a área de interesse dos reis espanhóis. Ela foi figurada em tons verdes e de forma enigmática. Apenas o traçado próximo à linha do Equador lembra à costa norte do nordeste brasileiro. Em direção à América do Norte, o contorno foi feito em uma continuidade, sem aparecer à especificidade referente à América Central. Devido ao traçado destas terras ser próximo ao limite extremo do pergaminho, o Novo Mundo tem sua área preenchida justamente neste limite, o que induz o observador a pensar que



ele está para além daquele conhecido, o que representaria uma grandeza destas terras.

Uma importante representação presente no centro destas terras é a figura de São Cristóvão: um mártir que teria transportado o menino Jesus sobre os ombros para atravessar um rio. Ele ocupa o meio, onde seria a meio das terras descobertas, representaria, portanto, uma estratégia cartográfica para disfarçar um conhecimento regional não aprofundado<sup>28</sup>. Além deste uso, este símbolo ainda remeteria a Cristóvão Colombo, uma vez que o mesmo se considerava associado ao personagem. Tanto que, em suas viagens descobridoras, ele estava permanentemente dotado de uma missão religiosa, como confirmada pela associação feita do Rio Orinoco com a foz do rio provindo do Paraíso. O que aponta para o forte componente religioso presente no contexto.

Isso corrobora, em muito, com o próprio discurso presente nas viagens colombinas: "Sus objetivos eran encontrar las tierras descubiertas y localizarlas geográficamente a través de una plasmación cartográfica, y el evangelizador"<sup>29</sup>. Juan de la Cosa expôs, em seu mapa, as ambições do projeto espanhol de evangelização destas terras. A figura de Cristo carregada por São Cristóvão se remete a Colombo/Espanha levando a verdadeira fé para aqueles que a desconheciam. Em relação a este projeto, Sergio Buarque de Holanda observa a continuidade do processo de expansão da fé católica:

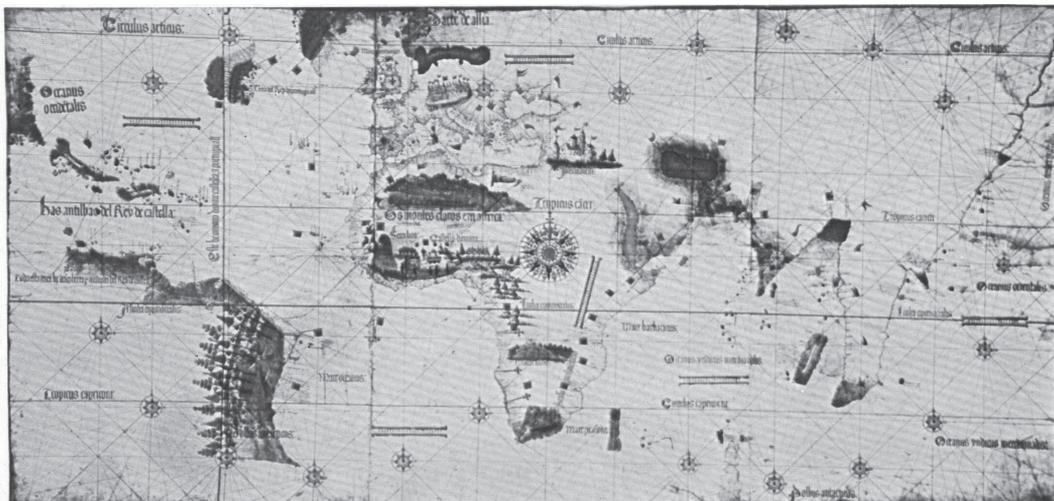
Os castelhanos (...) prosseguiram no Novo Mundo a luta secular contra os infiéis, e a coincidência

de Colombo ter chegado à América justamente no ano em que caía, na península, o último baluarte sarraceno parece providencialmente calculada para indicar que não deveria existir descontinuidade entre um esforço e outro.<sup>30</sup>

Diante da distribuição das terras no mapa do viajante espanhol, observa-se um privilégio das conjecturas sobre a dimensão destas novas terras. Na carta, existe uma linha transversal que poderia ser associada à linha estabelecida em Tordesilhas, apesar de não ser confirmada pelos autores consultados. Esta hipótese surgiu devido a não existência de nenhuma outra marcação semelhante a esta na orientação na carta. Sem uso sistemático de meridianos e a existência única de uma linha norte/sul seriam indicativos da intencionalidade de mostrar o território castelhano nas novas terras. De qualquer forma, em âmbitos gerais, a carta privilegia fortemente o Novo Mundo, que chega a representar mais de 1/3 do espaço total.

## O MAPA ANÔNIMO CHAMADO DE CANTINO

As obscuras formas como o mapa foi solicitado pelo mencionado Duque de Ferrara ao tal Cantino revelam o contexto das produções cartográficas portuguesas. De acordo com Jaime Cortesão, haveria neste momento uma política de sigilo estabelecida por Portugal<sup>31</sup>. Os mapas produzidos pelos lusitanos estavam sobre olhar direto do monarca português e não poderiam ser en-



viados ao exterior. O mapa de Cantino representaria um exemplo desta política. Pois, na negociação da venda, nunca se mencionou o responsável pela confecção de tal mapa, o que comprovaria tal tese.

No entanto, novas pesquisas da história de Portugal e das Grandes Navegações, como de Luís Filipe Thomaz, mostram que uma política de sigilo tem problemas para ser confirmada como responsável pela manutenção do sigilo. Justamente porque, em diversos momentos, os documentos portugueses foram copiados no estrangeiro. O conhecimento português do Novo Mundo surgiu em vários exemplares europeus ao longo do século XV e XVI. Mesmo no caso de uma diretriz do governo luso para restrição da circulação dos mapas e conhecimento, ela teria sido muito ineficaz.

Com relação ao estudo do mapa de Cantino, o enfoque visual dado às novas terras seria a exclusividade daquelas presentes no hemisfério português de acordo com o Tratado de Tordesilhas (1494). O Novo Mundo se resume quase que inteiramente pela parte direita à linha demarcatória, a parte lusa. O lado espanhol, que é representado enquanto terras emersas, se restringe à pequena parte “as antilhas do Rei de Castela” e em outra legenda: “Toda esta terra é descoberta por mandado do Rei de Castela”. Também existe uma pequena parte da América Central e do litoral norte da América do Sul. As duas regiões (América do Sul e Central) que representam o continente não aparecem unidas no mapa. Isso indica que o cartógrafo, ao contrário de La Cosa, não utilizou a estratégia de completar o interior dos locais desconhecidos com uma continuidade de terras que mesmo que fossem talvez presumidas, não aparecem. Estes espaços desconhecidos, ao invés de conjecturas, não foram representados.

Diferindo radicalmente do pouco cuidado com a região espanhola do Novo Mundo, a parte portuguesa foi figurada com muitos elementos obtidos com conhecimentos práticos. Todo o contorno do nordeste brasileiro aparece delimitado e lembra o que Gândavo chamaria posteriormente de “harpa”. No interior desta representação há três araras. Portanto, mesmo com elementos mais

modernos, a presença de símbolos como animais e homens no mapa-múndi ainda remetem a elementos longamente utilizados na cartografia simbólico-esquemática comum no Medievo.

Ainda na região portuguesa, foram figuradas as terras do Labrador correspondendo às descobertas nas viagens empreendidas pelos Corte Real.<sup>32</sup> O continente africano aparece bem representado no seu contorno da costa ocidental como oriental. A carta possui muitos baluartes portugueses lembrando as principais viagens de descoberta do continente, como a de Diogo Cão, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama. O destaque encontra-se certamente, junto com as araras no Brasil, a representação da Serra Leoa e um dos grandes símbolos da expansão portuguesa, o Castelo “Da’mina”.

## CONCLUSÃO

Consequentemente, a comparação entre estes dois mapas permite perceber as entrelinhas do jogo cartográfico. A partir do contexto diferente de cada autor, um a serviço de Castela e o outro de Portugal, as obras foram construídas. O realce em La Cosa dos territórios descobertos a ocidente e consequente a manutenção da representação tradicional dos contornos litorâneos do Oceano Índico remetem fortemente ao conjunto dos conhecimentos e interesses da corte espanhola no período. De forma contrária, em Cantino, as principais áreas de interesse português são desenhadas com grande destaque tanto referente à informação geográfica como referente à ornamentação. Isso mostra como o cartógrafo tinha um condicionamento referente ao local onde realizou a obra, bem como dos financiadores diretos ou indiretos.

Assim, La Cosa não representou a Ásia mais próxima ao real como seu vizinho português porque ou ele não teve um interesse para com o local ou as informações do meio em que se encontrava não o permitiram. Por outro lado, Cantino deixou partes das novas terras sem uma ligação terrestre deixando de imprimir uma suspeita recorrente de especulação continental sobre territórios desconhecidos.

As especificidades relacionadas diretamente com o contexto do autor, diferentemente do legado provindo de informações simplesmente geográficas e técnicas, influenciaram enormemente a obra final. As marcas individuais estão sempre presentes na arte de cartografar, além de serem influenciados pelos responsáveis por encomendar a obra e, portanto, com as expectativas para com o produto final, e as disponibilidades técnicas para tal produção. Como cada caso analisado acabou por demonstrar.

Observou-se ainda que os autores encontravam-se imersos dentro do confronto surgido entre a tradição medieval da cartografia terrestre e a experiência náutica de fins do período medieval mediterrâneo para as viagens oceânicas no Renascimento. O que não representava, de certa forma, um dilema, pois havia, em certo grau, uma convivência entre ambas as matrizes para representação visual. Tanto em Juan de la Cosa quanto em Cantino, a tradição ainda estava presente, mesmo contando com informações que se diziam tributárias da experiência sem que isso gerasse uma contradição para ambos. Conclui-se que os dados para a construção dos mapas-múndi eram utilizados de acordo com a finalidade específica da obra. Ou seja, o contexto do autor influiu decisivamente na composição, uma

vez selecionando, destacando, ocultando, encobrindo, recortando.

O contexto específico do autor e sua relação direta com o produto final é o que se constitui como um dos trabalhos e desafios dos historiadores da Cartografia. Os mapas históricos do Renascimento pertencem à outra temporalidade e, muitas vezes, estudiosos cometem o erro de interpretá-los como sendo pertencentes aos mesmos exemplares que temos hoje. No entanto, compreender o momento passado e a sua dinâmica própria, com seus códigos e particularidades contribui e muito para o trabalho do historiador. Olhar um mapa atual e um mapa do século XVI não é somente perceber os avanços tecnológicos, mas também as diferentes linguagens presentes em cada uma das obras.

Desta forma, compreender o entendimento de Gândavo quando ao afirmar a forma territorial do espaço luso como harpa e que ele está a 'olhar' para o reino do Congo e de Angola, além do entendimento de América e Herrera quando foca sua descrição das Índias do Meio-Dia ligada a ideia do Vice-Reinado do Peru relacionando com a maneira como a própria representação cartográfica também pode ser compreendida, naquele período, enquanto marcas visuais do próprio entendimento político-cultural dos espaços.

## REFERÊNCIAS

- ADONIAS, Isa. *A Cartografia da Região Amazônica: catálogo descritivo (1500-1961)*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1963.
- ALEGRIA, Maria Fernanda, et alli. "Cartografia e Viagens". In: BETHENCOURT, F. & CLAUDHURI, K(dir.). *História da expansão portuguesa*. Vol I. Lisboa: Circulo de Leitores, 1998.
- BARRETO, Luís Filipe. *Descobrimientos e Renascimento: formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.
- CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009.
- CRONE, G. R. *Historia de los mapas*. México – Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1956.
- ESTEVE BARBA, Francisco. *Historiografía Indiana*. Madrid: Editorial Gredos, 1992 [1964].

FIORANI, Francesca. *The Marvel of Maps: art, cartography and politics in Renaissance Italy*. Londres: Yale University Press, 2005

FONSECA, Luís Adão da. "O imaginário dos navegantes portugueses dos séculos 15 e 16". In: *Estudos Avançados*. 6 (16), 1992.

GIUCCI, Guillermo. *Viajantes do Maravilhoso: o Novo Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HARLEY, J. B.; WOODWARD, D. *The history of cartography*, vols. I-IV, Chicago, The Chicago University Press, 1987; *Historia de la Cartografía*. 10 vols., Barcelona: Institut Cartogràfic de Catalunya, 1990-2000.

HARLEY, J. B. *La nueva naturaleza de los mapas*. México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

KIMBLE, G. H.T. *A Geografia na Idade Média*. 2. ed. Londrina: Eduel; São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2005.

LE GOFF, Jacques. *Uma longa Idade Média*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

MARQUES, Alfredo Pinheiro. *A cartografia dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: ELO;

O'GORMAN, Edmundo. *La invención de América*. México: FCE, 1977 [1958]

OLIVEIRA, Cêurio de. *Dicionário Cartográfico*. Rio de Janeiro: Centro de Serviços Gráficos do IBGE, 1980.

OSÓRIO, João de Castro (org.). *Idearium Antologia do Pensamento Português: A Revolução da Experiência*. Lisboa: SNI, 1947.

RANGLES, W. G. L. *Da Terra plana ao globo terrestre: Uma rápida mutação epistemológica 1480-1520*. Lisboa: Gradiva, 1980.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. "O Sentido da história: tempo e espaço na cartografia medieval (séculos XII – XIII)". In: *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 14, pp.11-26.

THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1998.

THROWER, Norman J.W. *Maps & civilization: cartography in culture and society*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

VALERA MARCOS, Jesús. *Juan de la Cosa: la cartografía histórica de los descubrimientos españoles*. Sevilla: Universidad Internacional de Andalucía, 2011.

WOODWARD, David (edit). *Art and cartography. Six historical essays*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

## **FONTES**

GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Historia da Provincia Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. Lisboa: Typographia da Real Academia de Ciencias, 1858 [1576].

GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *A Primeira História do Brasil: história da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004 [1576].

"Mapas de Juan de la Cosa e Cantino" In: *Mapas Históricos Brasileiros (Coleção Grandes Personalidades da Nossa História)*. São Paulo: Abril Cultural, 1970.

HERRERA Y TORDESILHAS, Antonio de. *Historia general de los hechos de los Castellanos en las islas i tierra firme del Mar Oceano. Decada Primera*. Madrid: Imprenta Real, 1601, p. 8.

---

## NOTAS

- <sup>1</sup> "Prólogo" In: GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Historia da Provincia Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. Lisboa: Typographia da Real Academia de Sciencias, 1858 [1576], p. V.
- <sup>2</sup> GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *A Primeira História do Brasil: história da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004 [1576], p.48 e 49.
- <sup>3</sup> BARBA, Francisco Esteve. *Historiografía Indiana*. Madrid: Editorial Gredos, 1992 [1964], p.128-130.
- <sup>4</sup> HERRERA Y TORDESILHAS, Antonio de. *Historia General de los Hechos de los Castellanos en las Islas i Tierra Firme del Mar Oceano. Decada Primera*. Madrid: Imprenta Real, 1601, p.8.
- <sup>5</sup> O'GORMAN, Edmundo. *La Invención de América*. México: FCE, 1977 [1958], p15-17.
- <sup>6</sup> ALEGRIA, Maria Fernanda *et alli*. "Cartografia e Viagens" In: BETHENCOURT, F. & CLAUDHURI, K. (dir.). *História da Expansão Portuguesa*. Vol I. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 31.
- <sup>7</sup> ALEGRIA, Maria Fernanda *et alli*. "Cartografia e Viagens" in: BETHENCOURT, F. & CLAUDHURI, K. (dir.). *História da Expansão Portuguesa*. vol I. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- <sup>8</sup> RANGLES, W.G..L. *Da Terra Plana ao Globo Terrestre: uma rápida mutação epistemológica*. Lisboa: Gradiva, 1990, p. 11.
- <sup>9</sup> Essa questão da povoação por humanos de outras terras, os chamados antípodas era muito complexa no período. Afirmar que existiriam esses locais seria retirar a autoridade da Igreja Cristã. Pois a palavra de Cristo teria sido pregada a toda a humanidade. Sobre essa questão ver RANGLES, W. G. L., *Op. Cit.*, p. 16-19.
- <sup>10</sup> RANGLES, W. G. L., *Op. Cit.*, p. 14.
- <sup>11</sup> PORTO, Carmen. "La influencia de Ptolomeo en la cartografía de los Descubrimientos" In: MARCOS, Jesús Valera. *Juan de la Cosa: La cartografía histórica de los descubrimientos españoles*. Sevilla: Universidad Internacional de Andalusia, 2011.
- <sup>12</sup> "Carta costeira, desenhada durante o período entre os séculos XIV e XVII, cujo detalhe característico é um sistema de linhas de rumos ou luxodrônicas." OLIVEIRA, Cêurio de. *Dicionário Cartográfico*. Rio de Janeiro: Centro de Serviços Gráficos do IBGE, 1980.
- <sup>13</sup> OSÓRIO, João de Castro (org.). *Idearium antologia do pensamento português: a revolução da experiência*. Lisboa: SNI, 1947.
- <sup>14</sup> Como observado com Sebastião Caboto no desenvolvimento da atual tese de doutorado.
- <sup>15</sup> BARRETO, Luís Filipe. *Descobrimientos e Renascimento: formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983, p. 83.
- <sup>16</sup> Barreto faz toda uma discussão questionando a chamada "Revolução da Experiência". Pois, de acordo com ele, as ligações ao Medievo foram fundamentais. Não podendo ser compreendida uma mudança drástica. Conferir toda a explicação: *Op. Cit.*, p. 187-254.
- <sup>17</sup> LE GOFF, Jacques. *Uma longa Idade Média*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- <sup>18</sup> GIUCCI, Guillermo. *Viajantes do Maravilhoso: o Novo Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.194.
- <sup>19</sup> HARLEY, J. B. *La nueva naturaleza de los mapas*. México: Foundo de Cultura Económica, 2005.
- <sup>20</sup> ADONIAS, Isa. *A cartografia da região amazônica: catálogo descritivo (1500-1961)*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1963, p. 9.
- <sup>21</sup> *Idem*, p. 16.
- <sup>22</sup> HARLEY, *Op. Cit.*
- <sup>23</sup> CRONE, G. R. *Historia de los mapas*. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1956.
- <sup>24</sup> *Ibid*, p. 191.
- <sup>25</sup> "Tratado de Tordesilhas, segundo o original em português, existente no Arquivo de Índias, de Sevilha" in: CORTE-SÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009, p. 208.
- <sup>26</sup> *Ibid*, p. 190.
- <sup>27</sup> LEÓN GUERRERO, Maria Montserrat. "Juan de la Cosa: Piloto del Caribe. In: In: MARCOS, Jesús Valera. *Juan de la Cosa: La cartografía histórica de los descubrimientos españoles*. Sevilla: Universidad Internacional de Andalusia, 2011, p. 149.
- <sup>28</sup> HARLEY, B., *Op. Cit.*
- <sup>29</sup> LEÓN GUERRERO, *Op. Cit.*, p. 152.
- <sup>30</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 99.
- <sup>31</sup> CORTESÃO, *Op. Cit.*, p. 150.
- <sup>32</sup> ALEGRIA, M. Fernanda, *et alli*. "Cartografia e Viagens". In: Bethencourt, F. & Claudhuri, K(dir.). *História da expansão portuguesa*. Vol I. Lisboa: Circulo de Leitores, 1998.

# Modernização profissional no Exército Brasileiro: do alvorecer da Primeira Guerra Mundial à influência doutrinária da Missão Militar Francesa (1906-1930)\*

Professional modernization in the Brazilian Army: from the dawn of the First World War to the doctrinal influence of the French Military Mission

**Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues**

*Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira.*

**Prof. Ms. Sérgio Ricardo Reis Matos**

*Major de Infantaria Comando da 1ª Divisão de Exército.*

**Prof. Ms. Julio Cezar Fidalgo Zary**

*Major de Infantaria Comando da 12ª Região Militar.*

## RESUMO

Esse artigo tem por propósito analisar a relevância da Primeira Guerra Mundial para o processo de modernização do Exército Brasileiro ocorrida no período de 1906 a 1930, tempo esse balizado pela ida da primeira turma de oficiais do Exército Brasileiro como estagiários em Corpos de Tropa da Alemanha, pela chegada da Missão Militar Francesa (MMF) ao Brasil, em março de 1920, quando desembarcaram na cidade do Rio de Janeiro os primeiros instrutores franceses, chefiados pelo General Maurice Gustave Gamelin, e pela crítica

## ABSTRACT

This article aims to analyze the relevance of the First World War to the process of modernization of the Brazilian Army from 1906 to 1930, which was marked by the first group of officers of the Brazilian Army as trainees in German Troop Corps, by the arrival of the French Military Mission (MMF) to Brazil in March 1920, when the first French instructors, headed by General Maurice Gustave Gamelin and the critic of General Tasso Fragoso, landed in the city of Rio de Janeiro concerning the year

---

\* Artigo recebido em 10 de fevereiro de 2017 e aprovado para publicação em 1ª de novembro de 2017.

Esse artigo foi produzido a partir da discussão, entre os anos de 2014 e 2016, dos três autores para tratar das comemorações do centenário da Primeira Guerra Mundial.

do General Tasso Fragoso, em seu relatório de trabalhos referente ao ano de 1929, da necessidade de reflexão sobre o fim do contrato da MMF.

**PALAVRAS-CHAVES:** Modernização; Primeira Guerra Mundial; Missão Militar Francesa

1929, the need for reflection on the end of the MMF contract.

**KEYWORDS:** Modernization; World War I; French Military Mission

## INTRODUÇÃO

Desde o trágico desempenho em Canudos, e das operações militares em conflitos internos como o do Contestado, a vinda de uma missão militar estrangeira foi entendida como primordial para o projeto de modernização do Exército Brasileiro. Com a contratação de uma missão militar estrangeira, o Exército seria capaz de implantar um sólido princípio doutrinário que estava faltando à Força, de forma a deixá-lo no mesmo patamar dos grandes Exércitos europeus.

A questão era a seguinte: de onde viria a missão: Alemanha ou França? Pois, em termos materiais, desde o final do século XIX, esses países disputavam o fornecimento de armas ao Brasil.

Enquanto fervilhavam as discussões supracitadas, no início do século XX, mais exatamente entre 1906 a 1910, três turmas de oficiais, totalizando 32 militares, estagiaram, por dois anos consecutivos, nos Corpos de Tropas da Alemanha<sup>1</sup>. Esses oficiais foram os principais responsáveis pela divulgação da doutrina militar alemã no Brasil, por meio do *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*<sup>2</sup> (desde 1911) e da *Revista A Defesa Nacional*<sup>3</sup> (a partir de 1913), bem como foram integrados às diversas unidades do território nacional para divulgar os novos conhecimentos trazidos da Europa.

Em meio àquele debate, eclodiu a Primeira Guerra Mundial<sup>4</sup> (IGM), a Grande Guerra pela Civilização, uma verdadeira revolução global<sup>5</sup>, pois modificou não apenas fronteiras e territórios, mas também as relações de poder dentro da sociedade europeia, ainda lançando as sementes dos movimentos anticolonialistas que deslocaram a ordem mundial do teatro europeu.

A Primeira Grande Guerra representou, entre tantas outras coisas, um momento específico para análise dos ensinamentos militares, pois muitos conceitos de comba-

tes mudaram, assim como regras tradicionais de conduta na guerra, explicitando os primórdios do que viria a ser a guerra total.

Nesse sentido, destacam-se as palavras do futuro Presidente da República do Brasil, General Eurico Gaspar Dutra que, contextualizando as doutrinas em confronto para a realidade sul-americana, assinalou: “Nessas condições, o estudo das doutrinas dos regulamentos alemães e franceses, mormente na época presente, [...] são os nossos próprios regulamentos e os dos nossos vizinhos que estão passando pela experiência da guerra”<sup>6</sup>.

Ou, como ressaltou McCann<sup>7</sup>: “os oficiais brasileiros observaram, fascinados, os dois Exércitos modelos, o alemão e o francês, testarem homens, equipamentos, organização, estratégias e táticas um contra o outro”, incitando o debate sobre qual modelo de doutrina que o Brasil devia seguir.

A definição do conflito mundial era, portanto, analisada na expectativa de pôr em prática reformulações no ensino militar, pensamento reconhecido tanto pelos oficiais que estagiaram na Alemanha (Jovens Turcos<sup>8</sup>) e seus adeptos quanto pelos oficiais que se opunham à renovação iniciada por aquele grupo. Havia necessidade de reformular o regulamento para a Escola Militar<sup>9</sup> e o próprio ensino militar, para se adaptarem às novas realidades do campo de batalha, apresentados na guerra citada.

Indubitavelmente, a guerra serviu de grande alerta à atrasada expressão do Poder Militar brasileiro, como publicou o Editorial do *Boletim do Estado-Maior do Exército*<sup>10</sup>:

Dessa tremenda crise européa resultará todavia um *salutar exemplo e advertência para as nações militarmente fracas*, mas não obstante *coisas de sua autonomia e independência*; principalmente na época que atravessamos em que *a noção do direito parece periclitar* na observância tradicional das praxes da guerra.

O Brasil, cujas tendências pacíficas são por demais conhecidas, conserva e alimenta com especial carinho as relações de amizade que mantém com todas as nações, sendo que cada vez mais se estreitam os respectivos *laços dos povos sul-americanos* por entre expressivas demonstrações de perfeita solidariedade.

Mas todas ellas têm o *indeclinável dever de cuidar de sua própria defesa*, sob pena de commeterem um grave erro (grifos nossos).

As relações políticas entre a França e o Brasil foram sensivelmente fortalecidas após o término da Primeira Guerra Mundial. Ao final da guerra, o Brasil decidiu contratar uma Missão Militar Francesa (MMF).

Para a compreensão daquele fato, merece destaque a participação do Brasil na Conferência de Paz de Versalhes, em 1919, cuja delegação foi chefiada por Epiácio Pessoa, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal e futuro presidente da República do Brasil, no período de 1919 a 1922.

## **A BASE DA DOCTRINA BRASILEIRA ERA DE INFLUÊNCIA ALEMÃ**

Os últimos trabalhos [doutrinários] desta natureza, elaborados no Estado-Maior, não são mais do que adaptações dos congeneres alemães. Igual conducta têm tido os nossos vizinhos, com especialidade os argentinos<sup>11</sup>

A aproximação da Alemanha com as Forças Armadas brasileiras tornou-se evidente alguns anos antes do rompimento da guerra. Em 1904, a visita do Couraçado *Floriano* à cidade alemã de Kiel foi o primeiro fato que permitiu o estabelecimento de laços entre as tripulações militares brasileiras e a marujada germânica.

Em 1906, quando ocorreu a explosão do Couraçado brasileiro *Aquidaban*, o imperador alemão enviou, por telegrama, suas condolências concomitantemente ao ministro da Marinha e ao presidente do Brasil<sup>12</sup>. Naquele ínterim, além dos jovens oficiais que estagiaram no Exército alemão, a empresa alemã Krupp se consolidara como fornecedora de canhões para a artilharia brasileira.

A referida aproximação se tornou ainda mais evidente em 1909, quando o Marechal Hermes da Fonseca visitou, após insistentes convites, o grande Império Alemão, sendo tratado com lisonjeiras homenagens. A visita contemplou idas às fábricas de material bélico Mauser e Krupp, à Escola Militar de Lichterfeld, às fábricas da Allgemeine Electricitäts Gessellschaft e à estação telegráfica sem fios de Navem<sup>13</sup>. Hermes prometera ao imperador alemão a assinatura de contratos com o Exército e com a Marinha, tratando tanto de uma missão alemã no Brasil como da compra de material de artilharia e outros artigos bélicos, como fuzis.

Na iminência da eclosão da guerra, outro fato de vulto ocorreu: a visita de uma Divisão Naval alemã completa ao Rio de Janeiro. Tal fato ocorreu em fevereiro de 1914, o que causou estranheza até mesmo na Europa, pois a Alemanha decidira afastar poderosa flotilha de sua costa apenas como “cortesia” ao Brasil. A flotilha era composta pelos Dreadnoughts *Kaiser* e *Koenig Albert*, bem como o Cruzador *Strasburg*<sup>14</sup>.

O deslocamento dos referidos vasos de guerra era uma clara manifestação do interesse alemão em se aproximar do Brasil, tanto no aspecto político quanto no militar e social, o que logrou êxito momentâneo no seio da população carioca e, especialmente, no da Marinha de Guerra brasileira.

Ao mesmo tempo, o Exército encomendou grande quantidade de armas e equipamentos à Alemanha. À época, o Senador Gabriel Salgado dos Santos expunha diversas ideias, em forma de artigos, tentando direcionar o governo e o pensamento militar brasileiro para que se decidisse pela contratação da Alemanha para a referida missão. Entre elas, defendia que a decisão tomada pela contratação da mesma era acertada, porque tudo o que os alemães empreendem ou realizam tem a consagração do tempo, tendendo à perfeição.

Fica evidente que havia influência alemã tanto no Exército quanto na Marinha do Brasil, principalmente nos anos antecedentes à deflagração da Grande Guerra de 1914. Não obstante, conforme McCann (2009), o General José Caetano de Faria, Chefe do Estado-Maior entre 1910-1914, e Ministro da

Guerra entre 1914 e 1918, se opusera a qualquer missão estrangeira no Brasil.

Além da influência no estamento militar, Dunshee de Abranches<sup>15</sup>, então Presidente da Diplomacia da Câmara, não deixou dúvidas a respeito do seu pensamento sobre o conflito, concluindo que aquela guerra era comercial, e que visava, acima de tudo, à destruição da assombrosa prosperidade nacional da Alemanha. Conforme McCann (2009), Abranches ainda apontara, com ironia, que a Inglaterra queria salvar a Bélgica da escravidão, mas suprimia a liberdade na Irlanda.

Naquele momento, o Brasil procurava uma saída para a crise econômica, devido a uma combinação de uma performance econômica de exportação cambaleante, ao fardo de pesados empréstimos adquiridos no pré-guerra e, ainda, ao fim da entrada de capitais estrangeiros<sup>16</sup>. Nesse ínterim, a Alemanha queria ser uma alternativa econômica viável ao Brasil, ao passo que tentava estabelecer um aliado militar estratégico no Atlântico-Sul.

Sob esse argumento, Chéradame<sup>17</sup> propagava as pretensões alemãs no Sul do Brasil, que concentrava uma parte considerável dos alemães residentes na América do Sul: nos Estados do Paraná (60 mil), Rio Grande do Sul (220 mil) e Santa Catarina (70 mil), para onde o Império Alemão reservara a quantia de 500.000 marcos para o estabelecimento e recrutamento do pessoal das escolas alemãs existentes naqueles Estados. Por seu turno, durante o primeiro período da Grande Guerra, esses colonos utilizaram periódicos em português para contrapropaganda aliada, influenciando o pensamento brasileiro pró-Alemanha, no seio da população.

Artigos sobre a superioridade da doutrina alemã eram rotineiros nas principais publicações do Exército Brasileiro. Em 1911, Trindade<sup>18</sup> enfatizou que a Alemanha, desde os trabalhos de Ritter, Peschel, Ratzel e Richthofen, era a “pátria da geografia científica”, asseverando que o programa da disciplina Geografia Militar (ou Geopolítica), com base no método alemão, seria a nova direção a que o Exército nacional deveria tomar rumo.

No ano de 1912, Coutinho<sup>19</sup> atestou a preferência oficial do modelo alemão nos regulamentos brasileiros:

Como sempre, o Brasil atrazou-se um pouco e apesar da nova organização dada á infantaria e dos progressos realizado nos últimos anos, o regulamento de manobras de 1907 manteve-se até novembro de 1910 em que foi mandado imprimir e adoptar o regulamento alemão, de 1906, traduzido pelo distincto major Emilio Sarmiento (grifo do autor).

No mês de setembro de 1913, De Carvalho<sup>20</sup>, em uma conferência no Clube Militar, exaltou o modelo da carreira militar alemã, em detrimento ao modelo francês:

Não se fóma na Allemanha [como na França] o oficial de um só lance, como premio de um esforço momentâneo, abandonando-o em seguida a si mesmo, até ao fim de sua carreira [...]

Desde sua promoção ao primeiro posto, até ao último gráo da hierarchia, longe de se limitar aos conhecimentos trazidos da escola de guerra, o oficial é compelido a seguir anualmente um programa systematico para aperfeiçoamento de sua instrucção militar, isso independente de suas obrigações na tropa, e de cujos resultados presta contas a seus superiores hierarchicos.

Em 1914, Souza Reis<sup>21</sup> publicou o trabalho “O Exército Alemão – os elementos de sua força”, exaltando todas as características de uma organização prussiana que poderia ser modelo para o Exército Brasileiro, pois serviu como sustentáculo para a unificação alemã e, no caso de uma guerra, seria o ponto de apoio de toda a nação alemã.

Em julho de 1915, a seção Noticiário, do Boletim do Estado-Maior do Exército<sup>22</sup>, veiculou a superioridade alemã no emprego de submarinos na guerra no mar:

O dominio do mar comprehend a liberdade da navegação, a

segurança das transações comerciais... Póde-se afirmar que as esquadras couraçadas (aliadas) asseguram tudo isto, quando os submarinos alemães destroem navios de commercio á vistas das costas francezas e inglezas? Os couraçados inglezes e francezes bloquearam de modo eficaz os navios allemães e austriacos? Não; ultimamente navios allemães aprisionaram navios Hollandezes e conduziram á Zeebrugge.

Em 1916, sob a presunção de o Brasil cortar relações com a Alemanha, Taborda, Da Costa e Figueiredo<sup>23</sup> trouxeram à baila posicionamento pró-modelo alemão, acima de qualquer interesse nacional: “[...] desafiar a inimidade da Allemanha victoriosa, ou temporariamente vencida, *seria uma insanía*, e praticar esse acto por suppol-a derrotada, esphacelada e extincta, além de ser estúpido, *seria uma covardia*”.

A partir da declaração de guerra com a Alemanha, em 1917, o volume de publicações germanófilas foi perdendo espaço, abrindo caminhos para a renovação francesa. Não obstante, o pensamento alemão permaneceu ativo no Exército nacional, particularmente na Escola Militar, que recebeu a “Missão Indígena”<sup>24</sup>, o que pôde ser considerado o maior obstáculo à chegada de uma Missão Militar Francesa na formação militar. Como assevera McCann<sup>25</sup>, “A derrota da Alemanha para os Aliados traria uma trégua à discussão, mas não refrearia a admiração pelo modelo germânico”.

## **PENSANDO A RENOVAÇÃO: ENTRE OS ALEMÃES E OS FRANCESES**

As pretensões de mudanças e renovação tiveram como contrapartida o surgimento de um grupo de oficiais contrários às mudanças que aproximavam, em muito, o Exército Brasileiro do modelo alemão, e que iria buscar uma alternativa de instrução militar para a formação profissional de nossos militares.

A alternativa pelo modelo francês<sup>26</sup> era defendida inclusive antes do êxito aliado na Grande Guerra, mesmo que em meios prioritariamente germanófilos de divulgação

profissional. Em 1912, Padilha<sup>27</sup> comparou esses dois modelos:

Tivemos a grata nova de que brevemente será publicado o regulamento de manobras para nossa infantaria. E já era tempo [...] Depois da reorganização do nosso exercito e ao tempo em que, *mais intensa lavrava nelle a preocupação pelas coisas militares da Allemanha*, foi mandado adoptar pela nossa infantaria o *regulamento alemão*, apenas com ligeiras modificações. Que essa idéa foi desastrosa e de resultados completamente negativos, não é preciso dizer aqui, pois isso está no conhecimento de todo o exercito. *Não é que o regulamento alemão seja máo, não. Julgamol-o até excellente, mas... para os allemães.*

[...] estudamos quatro regulamentos de infantaria, e o *que mais nos agradou foi o francez* [...]

Esse regulamento define com muita clareza as atribuições de todos os postos, e determina que aos comandantes de unidades é que cabe dar-lhes a instrução correspondente [...] O referido regulamento francez, dá, com justa razão, uma importância extraordinária á instrução individual, por ser a base sobre que repousa todo o edificio de uma bõa e solida instrução collectiva. Nessa escola, o artigo que trata do atirador no combate, *é o que há de melhor sobre o assumpto* (p. 83, grifos nossos).

O próprio editorial da edição nº 8 de *A Defeza Nacional*, de 1914, abordou sobre a possibilidade da vinda de uma missão militar francesa para instruir o Exército Brasileiro, em razão do sucesso da missão francesa com a Força Pública de São Paulo<sup>28</sup>.

Ademais, não foram apenas fatores militares que redirecionaram a renovação da Alemanha para a França. A vontade de aproximação alemã para com o Brasil deu uma guinada com a nota do Governo Imperial alemão à Legação Brasileira em Berlim, datada de 31 de janeiro de 1917, a qual avisava que o Governo brasileiro deveria prevenir os seus navios do perigo que corriam, entrando

em zonas interditas, assim como viajantes ou mercadorias nos navios que demandassem aos portos daquelas zonas de guerra.

Ainda, no Memorando anexo àquela nota, a partir de 1<sup>a</sup> de fevereiro, nas zonas consideradas interditas, ao redor da Grã-Bretanha, França, Itália e na parte oriental do Mediterrâneo, o inimigo alemão seria combatido por todos os seus meios armados sem qualquer restrição.

O referido documento não agradou ao Governo brasileiro, que o respondeu em 9 de fevereiro, comentando sobre o uso de submarinos:

A inesperada comunicação de um extenso bloqueio de países com os quais o Brasil tem ativas relações econômicas e está em ininterrupto contato por navegação, também brasileira, produziu a mais justificada e profunda impressão pela ameaça iminente de injustos sacrifícios de vidas, destruição de propriedades e completa perturbação das transações comerciais. Em tais circunstancias, o governo brasileiro não pode aceitar como efetivo o bloqueio ora estabelecido pelo governo imperial alemão, por considerar que o bloqueio não seria regular nem efetivo e desobedeceria aos princípios do direito e o vivo desejo de evitar divergências entre as Nações amigas, sente-se no dever de protestar contra esse bloqueio, deixando ao governo alemão a responsabilidade de todos aqueles casos que se derem com os cidadãos, mercadorias e navios brasileiros<sup>29</sup>.

O pensamento político brasileiro começou a pender decisivamente em favor dos aliados, especialmente pela dificuldade de se escoar a produção cafeeira para a Europa, o principal mercado de exportações. O Brasil havia cortado as relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha em 11 de abril de 1917, pois, uma semana antes, um bloqueio naval imposto pela Alemanha à Grã-Bretanha, França, Itália e todo o Mediterrâneo Oriental levou ao torpedeamento do navio mercante brasileiro *Paraná*, que navegava nas águas bloqueadas.

Em 26 de outubro de 1917, o Presidente da República do Brasil, pelo Decreto nº 3.361, fez saber que o Congresso Nacional decretou e ele sancionou, reconhecendo e proclamando o estado de guerra contra a Alemanha e autorizando-o a tomar medidas de defesa nacional e segurança pública que julgasse convenientes para esse fim; conforme publicado no *Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil* nº 249, de 27 de outubro de 1917.

O editorial do Boletim do Estado-Maior do Exército<sup>30</sup>, mudando seu enfoque de germano para francófilo, comentou as condições sobre a entrada brasileira no estado de guerra:

(O Brasil), guardando a todo transe, ante o conflito que se desdobrava, uma neutralidade reputada por todos os países beligerantes como a mais perfeita, a mais completa e mais modelar de todas as neutralidades; confiante no respeito à Liberdade dos povos neutros em agirem dentro dos princípios da Justiça e do Direito, viu-se de súbito, inopinadamente, profunda e cruelmente golpeado pelo Governo alemão, afundando no insondável pelago dos mares sua frota mercante, paralyçando seu commercio mundial, estancando a fonte de seu intercambio, coartando, enfraquecendo sua riqueza.

Menospresados os principios inviolaveis e intangiveis, que constituem a força e a grandeza das Nações fracas, substituidos pela formula vesga de que a necessidade não conhece leis; rasgados todos os accordos e convênios, reduzidos a *chiffins de papier* todas as regras do direito internacional, a consciência nacional despertou, lançando-se corajosa e resolutamente no unico e verdadeiro caminho que o Governo alemão lhe apontou, nessa phase excepcionalmente trágica da historia universal: – acceitando, como acceitou, o reconhecimento do estado de guerra que lhe foi imposta (grifos do autor).

No ano de 1917, já na fase final da Primeira Guerra Mundial, recomeçaram as discussões sobre a possibilidade de contra-

tação de uma Missão Militar estrangeira de instrução como solução para os problemas de instrução e de ensino, ação essa realizada na gestão do General Cardoso de Aguiar, na condição de ministro da Guerra, que também concretizara o envio da “Missão Indígena” para a Escola Militar.

Do relatório dos trabalhos do Estado-Maior do Exército (EME) de 1917, extrai-se o registro referente à Grande Missão Militar, o qual analisa a necessidade de reforma do ensino militar e do próprio Estado-Maior, através da contratação de uma Missão Militar estrangeira de grande envergadura para integrar os altos estudos militares nos estabelecimentos de ensino.

Segundo o relator, General de Divisão Bento Manoel Ribeiro Carneiro Monteiro, nomeado por decreto de 17 de fevereiro de 1915, chefe do EME, faltava muito do espírito militar prático, em parte culpa do modelo de ensino adotado nas antigas escolas militares, onde o ensino de matemática e de filosofia sobrepujavam a tudo.

Apesar da crítica de alguns oficiais que combatiam a ideia de se contratar uma missão estrangeira, porque decretaria o fim dos bríos militares, do prestígio e do patriotismo, o relator atenta para o resultado extremamente positivo que missões estrangeiras conseguiram na organização militar da Argentina (influência alemã), do Chile (influência alemã) e do Peru (influência francesa).

Foram fundamentais as aproximações e articulações estabelecidas pelo Adido Militar brasileiro na França, Major Alfredo Malan d'Angrogne, empossado no cargo em abril de 1916. Ainda naquele ano, Malan organizou a visita do Marechal Hermes da Fonseca aos campos de batalha em que a França atuava. O militar fora recebido pelo Estado-Maior francês com todas as pompas de ex-ministro da Guerra e ex-chefe de Estado.

Malan costumava trocar correspondências com o General Cardoso de Aguiar, Ministro da Guerra, exaltando as virtudes francesas<sup>31</sup>. Ademais, o adido acreditava que era necessário, com urgência, “uma grande missão para remodelar o Exército, as escolas militares, o Estado-Maior e a administração, o que ajudaria o País a conquistar respeito no exterior”<sup>32</sup>, tendo sido o interlo-

cutor da Missão Francesa no Brasil, o que também atendia à elite paulista<sup>33</sup>.

Malan descreve que, no dia 2 de setembro de 1918, recebera o ministro da Guerra para visitar os campos de batalha franceses acompanhado do adido naval e do subchefe do Estado-Maior do 6º Exército francês.

Quando a comitiva brasileira chegou a Coevres, deteve-se “momentos para visitar um dos médicos brasileiros, destacado na ambulância dos gazeados”<sup>34</sup>. O adido postulava que os médicos brasileiros na França trariam importantes ensinamentos do campo de batalha. Em certa ocasião, em que a comitiva visitou áreas em que houvera recentemente o lançamento de gases asfixiantes alemães, Malan<sup>35</sup> comentou que “os nossos médicos devem (...) ter coordenado apontamentos (sobre os gases) mais completos do que os meus”.

Ademais, Malan relatou que os ataques franceses que observara foram espetáculos excepcionais, que a artilharia era precisa e que os carros de combate aumentavam a intensidade da batalha, enquanto apresentou um Exército alemão cansado, sem condições de combater. Ao refletir sobre o Exército nacional, Malan ponderou:

Estará acaso (...) (o Exército nacional) aparelhado com o indispensável material para preparar a ação da nossa infantaria? E esta acha-se, por ventura nas condições de eficiência necessárias afim de utilizar o máximo de rendimento se aquelle existir?<sup>36</sup>

Por sua parte, Jorge Luís Mialhe<sup>37</sup>, pesquisando aspectos jurídicos e históricos do contrato estabelecido para a vinda da Missão Militar Francesa, a partir do acervo do Ministério de Assuntos Estrangeiros (Quai d'Orsay), corrobora que a ideia do envio da MMF partiu dos adidos militares da França e do Brasil, apoiados por militares e políticos brasileiros simpatizantes da França.

Como exemplo da preferência pela MMF, verifica-se o apoio, em 1918, do político Pandiá Calógeras, futuro ministro da Guerra no governo Epitácio Pessoa e ex-integrante da delegação brasileira que participou das negociações do Tratado de Versalhes.

Outro ponto importante que favoreceu na escolha foi o envio da Missão Militar<sup>38</sup> chefiada pelo General de Brigada Napoleão Fellipe Aché, que começou os seus trabalhos em fevereiro de 1918, com o objetivo de estudar as inovações tecnológicas ocorridas nos armamentos durante a Primeira Grande Guerra.

A Missão foi composta por vinte e seis oficiais brasileiros<sup>39</sup>, conforme o quadro abaixo, que seguiram destino ao território francês para estudos e compra de material.

Subcomissões	Militar
Subchefe da Comissão	Tenente-Coronel José Fernandes Leite de Castro
Secretário	Segundo-Tenente Infantaria Octávio Monteiro Ache
Serviço de Estado-Maior	Major João Batista de Oliveira Brandão Júnior
	Primeiro-Tenente Álvaro Áreas
Serviço de Administração	Primeiro-Tenente José Nery Eubanck da Câmara
Serviço de Veterinária	Major Médico Joaquim Moreira Sampaio
Aviação	Primeiro-Tenente Alzir Mendes Rodrigues Lima
	Primeiro-Tenente Mário Barbedo
	Segundo-Tenente Bento Ribeiro Carneiro Monteiro
Artilharia	Primeiro-Tenente Demócrito Barbosa
	Primeiro-Tenente Sebastião do Rego Barros
	Segundo-Tenente Carlos de Andrade Neves
Infantaria	Major Tertuliano de Albuquerque Potyguara
	Capitão Praxedes Theodulo Silva Júnior
	Segundo-Tenente Onofre Muniz Gomes de Lima
Cavalaria	Major Firmino Antonio Borba
	Primeiro-Tenente Izauro Reguera
	Primeiro-Tenente José Pessoa Cavalcante de Albuquerque
	Primeiro-Tenente Christóvão de Castro Barcellos
Corpo de Saúde	Major Rodrigo de Araújo Aragão Bocão
	Capitão Cleómenes Lopes de Siqueira Filho
	Capitão João Affonso de Souza Ferreira
	Capitão Alarico Damázio
	Capitão João Florentino Moreira
	Capitão Manoel Esteves de Assis
	Primeiro-Tenente Carlos da Rocha Fernandes

De um modo geral, esses oficiais integraram unidades de combate do Exército da França por cerca de três meses, de setembro a novembro de 1918. Antes de serem incorporados àquelas unidades e desde a sua chegada à Europa, realizaram estágios em diversas escolas militares, inclusive em Saint-Cyr. Naquela oportunidade, iniciaram a atualização dos conhecimentos doutrinários relativos às suas especialidades, dentro das subcomissões.

Entre esses militares, o então Tenente

José Pessoa, como Comandante de Pelotão de Carros de Combate, foi um destaque nos campos de batalha, sendo condecorado, inclusive, com a Legião de Honra e a Cruz de Guerra francesas<sup>40</sup>. Por sua vez, o Major Potyguara foi ferido em ação em St Quentin, em outubro de 1918.

Os membros da Comissão de Estudos de Operações e Aquisição de Material na França contribuíram para um melhor julgamento e análise que instruíram o processo de contratação da Missão Militar Francesa, a qual influenciou decisivamente e de forma marcante o Exército Brasileiro até a Segunda Guerra Mundial.

Como resultado imediato da Missão Militar Brasileira, tivemos, no retorno, o grande interesse pela estruturação da Aviação Militar, cuja ação direta seria o contrato da Missão Militar Francesa de Aviação<sup>41</sup>, destinada especificamente a estabelecer e organizar uma Escola de Aviação Militar e toda a base necessária, para o desempenho de suas missões. Com re-

lação a esse primeiro contato, não podem ser esquecidos os interesses que foram despertados nos militares brasileiros pela doutrina francesa de guerra.

Outro resultado direto foi a organização e o envio de uma Missão Médica Especial<sup>42</sup> à França, durante o período de 26 de setembro de 1918 a 19 de fevereiro de 1919, dirigida pelo Coronel Nabuco de Gouveia, composta de oitenta e três médicos, sendo cinco do Exército, e cinco da Marinha, instalados em Paris. Suas instalações e equipamentos, ao término da Guerra, foram doados integralmente à Escola de Medicina de Paris.

### **E DA FRANÇA VEIO A MISSÃO MILITAR ESTRANGEIRA**

Nesse momento, é iniciada a discussão sobre a escolha da Missão Militar Francesa, destacando a importância do papel político-estratégico francês no cenário internacional da época que, por ser uma nação vitoriosa, influenciou na construção do novo cenário geopolítico do período entre guerras.

Ajudou na escolha da missão, a simpatia da população brasileira pela causa aliada, que contribuiu para um maior estreitamento dos laços políticos, militares, e estratégicos entre os dois países. Dessa maneira, a contratação da MMF, com o objetivo de modernizar o Exército Brasileiro, significou a consagração do modelo francês de defesa, colocado em xeque somente com a derrota da França, em junho de 1940, frente ao moderno Exército alemão.

No período entre as duas grandes guerras, o Exército francês manteve vivos os meios e as estratégias utilizados na Primeira Guerra Mundial, a guerra de trincheiras. Sua perspectiva estratégica baseava-se amplamente na defesa, fundamentada em operações de guerra estática e, para tanto, no pós-guerra a França continuou fazendo grande investimento na Linha Maginot. Porém, apesar dessa tão propagada ideia até os dias de hoje, a França aperfeiçoou, também, a doutrina para utilização de infantaria apoiada pela artilharia, com base na tática do fogo e movimento. No entanto, o Brasil não soube utilizar daqueles ensinamentos franceses, pois a Força Expedicionária Brasileira (FEB) praticamente saiu

da estaca zero naquele assunto, quando teve que aprender dos americanos, já em 1943-45.

O que se percebe é que o pensamento doutrinário francês fundamentava-se, parcialmente, na invencibilidade da defesa pela linha Maginot, e que a fronteira fortificada representava a espinha dorsal da manobra militar e a chave para vencer os alemães, a despeito do desenvolvimento de novas táticas e armamentos.

Segundo Bellintani<sup>43</sup>, depois da Primeira Guerra Mundial, os franceses, traumatizados com as trincheiras, buscaram substituí-las por fortificações, mais vantajosas do ponto de vista logístico, pois, era recriado um novo espaço mais salubre e mais protegido do que as antigas trincheiras abertas e desconfortáveis. Para tanto, foi criada, em 30 de setembro de 1927, a Comissão de Organização das Regiões Fortificadas, para manter a construção de fortificações, ao longo da fronteira.

Como verificado, a doutrina militar francesa foi um modelo baseado no emprego tático das grandes unidades, que incorporava uma estratégia defensiva. Parte fundamental do pensamento militar coloca que, numa batalha defensiva, pode-se obter a vitória com meios inferiores àqueles do adversário. Nesse caso, o essencial consiste em buscar a surpresa para impor a batalha para o inimigo em condições que lhe permitem, não para fazer um trabalho com seu fogo ou com suas reservas.

Dáí em diante, o sucesso repousaria sobre um sensato planejamento no uso adequado da potência material e de seu poder de fogo, bem como sobre o valor das tropas, que dependeriam da capacidade de comando e da confiança da guarnição.

Juridicamente, a 28 de maio de 1919, o Decreto nº 3.741 autorizou o Governo do Brasil a contratar na França uma missão militar para fins de instrução no Exército. A assinatura do contrato para a Missão Militar Francesa de Instrução ocorreu em 8 de setembro de 1919.

No entanto, somente em março de 1920, desembarcaram na cidade do Rio de Janeiro os primeiros instrutores franceses, chefiados pelo General Maurice Gustave Gameelin<sup>44</sup>, que trabalhou no Brasil entre 1919 e 1924. O chefe da MMF seria posto à disposição do EME como assistente técnico para a Instrução e Organização. O objetivo da Mis-

são era reorganizar, num primeiro momento, as escolas militares e, em seguida, o próprio Exército Brasileiro. Essa organização não deveria ser somente do ponto de vista técnico (estratégico), mas também administrativo.

Para o General Gamelin, a organização militar brasileira deveria atender a três objetivos<sup>45</sup>: forjar os meios para assegurar a defesa permanente do território nacional; criar as melhores condições possíveis para a instrução e treinamento da tropa; e criar meios de mobilização e de concentração dos efetivos conforme as condições impostas.

A MMF seria incumbida especialmente da direção da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Intendência e da Escola de Veterinária, além de comandar a Escola Superior de Guerra (Escola de Estado-Maior).

A Missão Militar Francesa só chegou à Escola Militar do Realengo (EMR) em 1924, na gestão do General Setembrino de Carvalho, junto com um novo regulamento de ensino, construído por conta dos acontecimentos ocorridos em julho de 1922 naquele estabelecimento de ensino, causados, talvez, pelos excessos disciplinares que a “Missão Indígena” impusera a seus alunos.

Do ponto de vista político, a revolta na Escola Militar, em 1922<sup>46</sup>, significava o retorno de movimentos rebeldes, como o que acontecera na Escola Militar do Brasil, em 14 de novembro 1904.

A aquisição de armamento foi importante, mas foi no domínio da organização militar, no treinamento e na formação e especialização da carreira, que a influência francesa foi particularmente marcante. O modelo dispersivo dos efetivos pelo território à maneira de Corpos de Polícia sucedera a formação de grandes unidades prontas para realizar qualquer manobra, coordenadas por um estado-maior concebido segundo o modelo francês.

Os oficiais, que antes recebiam educação teórica e científica generalista, passam a receber uma sólida formação militar, com ênfase na prática dos instrutores franceses, inclusive na Escola Militar no Realengo, a partir de 1924. No mesmo ano, um dos membros da MMF (General Frédéric Coffec) assumiu o cargo de subdiretor de ensino militar da escola.

O mérito e a formação profissional passaram a ter uma atenção especial nas carreiras

das armas dentro da Escola Militar. Com relação ao processo das promoções que são codificadas por lei<sup>47</sup>, só a partir de 1931<sup>48</sup> teremos uma legislação que tentará evitar as influências políticas nas promoções.

É importante notar que as tarefas de uma missão estrangeira não se limitam à transferência de tecnologia militar e à consultoria de especialistas na área doutrinária. A preparação da defesa nacional e a elaboração de uma doutrina de guerra acabam atingindo o domínio político. A nova organização do Exército facilitou o movimento de centralização e interação, como também fundamentou o pensamento militar de defesa das fronteiras brasileiras, principalmente as do Brasil com a Argentina. As atividades militares continuavam a ser planejadas e controladas por uma elite hierárquica, agora composta por oficiais com o curso de Estado-Maior que foi separado do curso da Escola Militar.

Do ponto de vista administrativo, em 1920, por influência da MMF, foram estabelecidos o novo Regulamento Disciplinar do Exército e o Regulamento para Instrução e Serviços Gerais, com o objetivo de controle coletivo e individual dos elementos da instituição, de forma que se tentava reduzir a possibilidade de quebra da hierarquia nos diversos escalões, principalmente nos intermediários e baixos.

Para Manuel Domingos<sup>49</sup>, de uma maneira geral, as transformações efetuadas sob inspiração dos franceses foram às seguintes: renovação do armamento e melhoria das instalações, sobretudo, com a adoção da Aviação Militar e a construção de quartéis durante a gestão do Ministro da Guerra Pandiá Calógeras (1919-1922)<sup>50</sup>; implantação de uma nova estrutura organizacional, com a criação das grandes unidades, capazes de efetuar rapidamente importantes manobras; reforma do ensino militar<sup>51</sup>; e adoção de novas regras de promoção hierárquica meritocráticas, que passaram a levar em conta a formação profissional recebida por cada oficial.

Apesar da relevância dos serviços prestados pela MMF, desde o seu primeiro contrato para a Aviação, em 1919, o Chefe do EME, General Tasso Fragoso, em seu relatório de trabalhos referente ao ano de 1929, expressou a necessidade de reflexão sobre o fim do contrato da MMF<sup>52</sup>.

O argumento principal estava baseado no nível de proficiência que os instrutores brasileiros já haviam alcançado. No entanto, o relator é incisivo quanto ao fato de existir um processo de decadência no nível de instrução ministrada pelos franceses, inclusive assinalando irregularidades no que se refere às férias dos membros da Missão.

O relator registra que os membros da Missão tinham direito, após dois anos de permanência no Brasil, a uma licença de quatro meses, excluindo o tempo de viagem, com todos os vencimentos: "em geral são cinco meses e, às vezes, mais o tempo que alguns instrutores levam fora do Brasil". Registra, ainda, o caso do diretor de estudos da Escola de Estado-Maior que se ausentou do Brasil com destino à França, em novembro de 1928, sem que as aulas tivessem acabado, ou os exames começado, e só regressou ao Brasil às vésperas de ser iniciado o ano letivo de 1930.

Dentro desse contexto, em 1929, o Chefe do Estado-Maior do Exército colocava em evidência a necessidade da criação de uma Inspeção de Ensino para discutir e sanar os diversos problemas que existiam no ensino militar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de renovação no Exército Brasileiro, antes da Primeira Guerra Mundial, iniciado pelos Jovens Turcos e pela Missão Indígena, foi completado pela Missão Militar Francesa, que chegou ao Brasil em 1920 e realizou profundas modificações na organização da força. O Exército Brasileiro ganhou novas armas, incluindo o avião, marco da modernização ins-

titucional, e principalmente, o ensino militar sendo reformulado, tornando-se mais técnico. Sob a reorganização do General Gamelin, surgiram diversas escolas especializadas.

No começo, as tarefas da MMF não foram direcionadas para a Escola Militar de formação dos oficiais, localizada em Realengo, mas principalmente para o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), que passou a ser permanente para os postos de capitão e tenente, para o Curso de Estado-Maior<sup>53</sup>, e para o Curso de Revisão de Estado-Maior, àqueles oficiais que já tinham o curso.

A modernização da estrutura de defesa nacional incluiu a mobilização de recursos diversos como: pessoal, material e monetário, e teve seu início com o modelo alemão, mas só tornou-se possível após a reorganização do Exército promovida com a implantação do modelo francês, na década de 1920.

A nova organização partiu para um movimento de centralização e interação da força. As atividades militares passaram a ser planejadas e controladas por uma elite hierárquica composta por oficiais com o curso de Estado-Maior ou de Revisão.

Por fim, conclui-se que o debate militar brasileiro, ocorrido na década de 1910, e maximizado pela Primeira Grande Guerra, foi extremamente válido para modernizar as Forças Armadas brasileiras que, àquela altura, ainda estavam organizadas para combater as guerras do século XIX, sendo alemães, em menor medida, e franceses, em maior medida, os responsáveis pelo engrandecimento da doutrina militar no Brasil, no período pré-Segunda Guerra Mundial.

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Dunshee de. *A Ilusão Brasileira (justificação histórica de uma atitude)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.
- ALBERT, Bill. *South America and the First World War: The impact of the War on Brazil, Argentina, Peru and Chile*. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1988.
- BELLINTANI, Adriana Iop. *O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)*. Tese de Doutorado. Brasília: UnB, 2009.
- CARVALHO, José Murillo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1977.

CHÉRADAME, Andrés. *El Plan Pangermanista desenmascarado*. Paris: Casa Editorial Garnier Hermanos, 1917.

COUTINHO, Octavio. Ligeiras considerações sobre o novo Regulamento de Exercícios para Infantaria. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, Rio de Janeiro, n. 6, v. 3, set. 1912, p. 599-605.

CARVALHO, Estevão Leitão de. O oficial na Infantaria alemã. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*: Rio de Janeiro, nº 3, v. 6, set. 1913, p. 338-355.

D'ANGROGNE, Alfredo Malan. Excursão á frente. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, Rio de Janeiro, n. 1-4, v. 17, jan.-abr. 1918, p. 57-74.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Compilado pelo Coronel Diniz Esteves. Brasília: Edição do EME, 1996.

DOMINGOS, M. A disputa pela missão que mudou o Exército. *Estudos de História*, Franca, Unesp, n.1, v.8, p.197-215, 2001.

\_\_\_\_\_. Gamelin, o modernizador do Exército. *Revista Tensões Mundiais*, Fortaleza, v.3, n.4, jan-jun, 2007, p. 222.

\_\_\_\_\_. Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930). In: ROUQUIÉ, Alain (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

DUTRA, Eurico Gaspar. Duas taticas em confronto. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*. Rio de Janeiro: n. 5-6, v. 12, nov. / dez. 1916, caderno especial anexo, p. 1-20.

GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. Pela vinda da Missão Militar Alemã ao Brasil. *ANAIAS DAS JORNADAS DE 2007*. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

MATOS, S. R. M.; ZARY, J. C. F. A Revista do Exército Brasileiro no alvorecer da Primeira Guerra Mundial. *Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 150, 3ª quad, p. 60-72.

McCANN, F. M. *Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MIALHE, Jorge Luís. O contrato da Missão Militar Francesa de 1919: direito e história das relações internacionais. *Cadernos de Direito*, Piracicaba, v. 10(18), p. 89-119, jan-jun, 2010.

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Guerra da Europa – Documentos Diplomáticos: atitude do Brasil, 1914-1917*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

PADILHA, Bernardo. Pela infantaria. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, Rio de Janeiro, n. 1, v. 3, abr. 1912. p. 82-84.

RODRIGUES, Fernando. *Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional dos Oficiais do Exército brasileiro (1905-1946)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

\_\_\_\_\_. *Renovação e Revoltas: A Escola Militar do Realengo Entre a Primeira Guerra Mundial e a Revolução de 1930*. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 2, n. 2, Jul/Dez 2009. p. 322-343.

ROUQUIE, A. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

SANTOS, Amilcar Salgado dos. *Brasil – Alemanha*. São Paulo, 1931.

SONDHAUS, Lawrence. *A Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Contexto, 2014.

SOUZA REIS, Joaquim. O Exército Alemão: Os efeitos de sua força. *A Defesa Nacional*. Anno I, Nr 5, 10 de fevereiro de 1914, p. 155-160.

TABORDA, Brazílio; DA COSTA, Maciel; FIGUEIREDO, Euclides. Editorial. *A Defesa Nacional*. Anno III, Nr 31, de 10 de abril de 1916.

TRINDADE, Eduardo. Influencia do methodo geológico no estudo da geografia militar. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, Rio de Janeiro, n. 5, v. 1, ago. 1911. p. 388-394.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> MATOS, S. R. M.; ZARY, J. C. F. A Revista do Exército Brasileiro no alvorecer da Primeira Guerra Mundial. *Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 150, 3ª quad, p. 60-72, 2014, p. 61.

<sup>2</sup> Atual *Revista do Exército Brasileiro*. Era registrada como Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército entre 1911 e 1923, sendo o veículo oficial de discussão doutrinária do Exército Nacional.

<sup>3</sup> A revista era destinada a assuntos militares de interesse do Exército e defendia que a grande missão militar estrangeira para o Brasil deveria ser alemã.

<sup>4</sup> A Primeira Guerra Mundial foi uma conflagração bélica colossal entre a Tríplice Entente (França, Inglaterra e Rússia) e as potências centrais (Alemanha, Império Austro-Húngaro), nos anos de 1914 a 1918. Ao longo da guerra, o confronto alcançou proporções mundiais, envolvendo nações de outros continentes, como Brasil, Cuba, Estados Unidos da América, Japão (MATOS, ZARY, 2014, p. 60).

<sup>5</sup> SONDHHAUS, Lawrance. *A Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 11-13.

<sup>6</sup> DUTRA, Eurico Gaspar. Duas táticas em confronto. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, Rio de Janeiro, n. 5-6, v. 12, nov. / dez. 1916, caderno especial anexo, p. 5.

<sup>7</sup> McCANN, F. M. *Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 214.

<sup>8</sup> Essa denominação foi inspirada nos oficiais turcos que tomaram o poder e remodelaram o Império Otomano.

<sup>9</sup> O Regulamento de Ensino Militar em vigor era o de 1913.

<sup>10</sup> Editorial. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, n. 1, v. 11, 1916, p. 5-6.

<sup>11</sup> DUTRA, Eurico Gaspar. Duas táticas em confronto. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, Rio de Janeiro, n. 5-6, v. 12, nov. / dez. 1916, caderno especial anexo, p. 4.

<sup>12</sup> SANTOS, Amílcar Salgado dos. *Brasil – Alemanha*. São Paulo, 1931.

<sup>13</sup> LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. Pela vinda da Missão Militar Alemã ao Brasil. *ANAIAS DAS JORNADAS DE 2007*. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

<sup>14</sup> SANTOS, Amílcar Salgado dos. *Brasil – Alemanha*. São Paulo, 1931.

<sup>15</sup> Vide ABRANCHES, Dunshee de. *A Ilusão Brasileira (justificação histórica de uma atitude)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

<sup>16</sup> Maiores detalhes em Albert (1988).

<sup>17</sup> CHÉRADAME, Andrés. *El Plan Pangermanista desenmascarado*. Paris: Casa Editorial Garnier Hermanos, 1917, p. 252-253.

<sup>18</sup> TRINDADE, Eduardo. Influencia do methodo geológico no estudo da geografia militar. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, Rio de Janeiro, n. 5, v. 1, ago. 1911, p. 388.

<sup>19</sup> COUTINHO, Octavio. Ligeiras considerações sobre o novo Regulamento de Exercícios para Infantaria. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, Rio de Janeiro, n. 6, v. 3, set. 1912, p. 601.

<sup>20</sup> DE CARVALHO, Estevão Leitão. O oficial na Infantaria alemã. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, Rio de Janeiro, n. 3, v. 6, set. 1913, p. 350-351.

<sup>21</sup> REIS, Joaquim Souza. O Exército Alemão: Os efeitos de sua força. *A Defesa Nacional*. Anno I, Nr 5, 10 de fevereiro de 1914, p. 155-160.

<sup>22</sup> Noticiário. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, n. 1, v. 10, jul. 1915, p. 77.

<sup>23</sup> No editorial do número 31 da Revista *A Defesa Nacional*.

<sup>24</sup> Em 1918, foi tomada uma das principais providências para desencadear a renovação do ensino militar na Escola Militar do Realengo. O Ministro da Guerra, General Alberto Cardoso de Aguiar, abriu um processo de seleção para um quadro de instrutores naquela Escola, cujo principal critério deveria ser uma reconhecida capacidade para ser instrutor, conforme o modelo alemão. Esse grupo de instrutores, que ficou conhecido como “A Missão Indígena”, começou seus trabalhos fora da Escola, no segundo semestre de 1918 e, na prática, em 1919, assumiram toda a estrutura de ensino militar do Exército. (RODRIGUES, 2010, p. 92)

<sup>25</sup> *Op. cit.* p. 245.

<sup>26</sup> Deve-se considerar, conforme McCann (2009), que a média anual de retiradas de livros em francês na Biblioteca do Exército, entre 1910 e 1918, foi de 1077, em contraste com dezoito livros em alemão.

<sup>27</sup> PADILHA, Bernardo. Pela infantaria. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, Rio de Janeiro, n. 1, v. 3, abr. 1912, p. 82-83.

<sup>28</sup> Essa aproximação foi concretamente iniciada em 1905, com a contratação da Missão Militar Francesa para a Força Pública do Estado de São Paulo. Entre 1906 e 1914, São Paulo empregou oficiais do Exército francês para treinar suas forças policiais. O intuito era que os resultados positivos em São Paulo seriam o ponto de irradiação para França influenciar todo o Exército Brasileiro. Ademais, os franceses enviaram uma missão veterinária militar, com a finalidade de estudar a situação da cavalaria do Exército. (DOMINGOS, 2001; McCANN, 2009).

<sup>29</sup> Ministério das Relações Exteriores, 1917, n. p.

<sup>30</sup> Editorial. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, n. 1-2, v. 15, 1918, p. 4.

<sup>31</sup> Certa vez, o General Cordeiro escreveu a Malan "França, valente França. Serás eternamente nossa sábia mestra" (McCANN, 2009, p. 258).

<sup>32</sup> McCANN, F. M. *Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 256.

<sup>33</sup> Em acordo com o editorial do número 8 da Revista *A Defesa Nacional*, credita-se a vontade de se ter uma missão francesa aos advogados administrativos, organizadores de sindicatos, agenciadores de empréstimos e outras personalidades do mundo dos negócios, elite característica de São Paulo.

<sup>34</sup> D'ANGROGNE, Alfredo Malan. Excursão á frente. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, Rio de Janeiro, n. 1-4, v. 17, jan.-abr. 1918, p. 66.

<sup>35</sup> *Id. Ibidem*. p. 58

<sup>36</sup> *Id. Ibidem*. p. 60

<sup>37</sup> MIALHE, Jorge Luís. O contrato da Missão Militar Francesa de 1919: direito e história das relações internacionais. *Cadernos de Direito*, Piracicaba, v. 10(18), p. 89-119, jan-jun, 2010, p. 89-119.

<sup>38</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO (AHEx). Boletim Reservado nº 6. Aviso Ministerial Reservado nº 957, de 13 de dezembro de 1917, que contém as Instruções para a Comissão de Estudos de Operações e Aquisição de Material na França, e o Aviso Ministerial Reservado nº 994, de 21 de dezembro de 1917, que cria a Comissão de Estudos de Operações e Aquisição de Material na França e nomeia seus membros.

<sup>39</sup> Alguns desses oficiais ficaram à disposição do Exército aliado e foram autorizados a servir em qualquer ponto e ser empregados em combates. As subcomissões formadas tinham como tarefa, de um modo geral, o estudo em detalhe dos assuntos ligados a cada ramo de suas especialidades, completando-os e utilizando todas as informações e ensinamentos que pudessem ter aplicação no Exército Brasileiro.

<sup>40</sup> GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

<sup>41</sup> Em 10 de outubro de 1918, foi assinado o contrato por Clémenceau, Presidente do Conselho e Ministro da Guerra da França, e Olyntho de Magalhães, enviado extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil em Paris, que propiciou a vinda para o Brasil de um grupo de instrutores franceses denominado Missão Militar Francesa de Aviação. O seu principal objetivo, conforme estava previsto no contrato, era desenvolver e organizar os serviços da Aviação Militar no Exército Brasileiro. A missão seria incumbida de criar, em primeiro lugar, as escolas de aviação necessárias à instrução do pessoal: pilotos, mecânicos e observadores; em segundo lugar, ela prosseguiria pela organização dos serviços aeronáuticos no Exército Brasileiro, inspirando-se nos métodos em vigor nas Forças Armadas francesas. *DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO*. Compilado pelo Coronel Diniz Esteves. Brasília: Edição do EME, 1996, p.72-73.

<sup>42</sup> AHEx. Boletim do Exército nº 181, de 31 de julho de 1918, publica o Decreto nº 13.012, de 10 de julho de 1918, que cria uma missão médica especial para atuar na França, de caráter militar. A missão foi criada, com o intuito de auxiliar o serviço de saúde do Exército Aliado, além de manter um hospital temporário na zona de guerra.

<sup>43</sup> BELLINTANI, Adriana Iop. *O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)*. Tese de Doutorado. Brasília: UnB, 2009, p. 101.

<sup>44</sup> Um dos aspectos delicados da implementação do plano francês de expansão da influência militar na América Latina foi a escolha do chefe da missão a ser enviada ao Brasil. Os pormenores desse plano podem ser investigados nos relatórios secretos guardados pelo Service Historique de l'Armée de Terre (SHAT), no Château de Vincennes. Ver DOMINGOS (2007, p. 222).

<sup>45</sup> ROUQUIE, A. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984, p. 66.

<sup>46</sup> O início dos anos 1920, além de testemunhar as diversas mudanças que ocorreriam na Escola Militar, representou um momento de crise política na história brasileira. Arthur da Silva Bernardes, depois de conturbada campanha política no contexto do surgimento das chamadas "cartas falsas", supostamente escritas por ele a Raul Soares insultando Hermes da Fonseca, foi eleito e reconhecido Presidente da República em substituição a Epitácio Pessoa. Para impedir sua posse, levantaram-se, em 5 de julho de 1922, a Escola Militar, o Forte Copacabana, e a Guarnição Federal do Mato Grosso. Apesar de tudo isso, Arthur Bernardes tomou posse em 15 de novembro de 1922, pouco mais de dois meses após as grandes festas em comemoração ao centenário da Independência do Brasil. (RODRIGUES, 2010, 95)

<sup>47</sup> AHEx. Lei de Promoções de 1891, publicada na Ordem do dia nº 173, de 25 de Fevereiro de 1891.

<sup>48</sup> AHEx. Lei de Promoções de 1931, publicada no Diário Oficial da União nº 19, de 23 de Janeiro de 1931.

<sup>49</sup> ROUQUIÉ, Alain (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980, p. 47.

<sup>50</sup> Foi o único civil a ocupar essa pasta no período republicano. Sua gestão no ministério foi marcada pela modernização e ampliação do Exército. Fonte: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/pandia\\_calogeras](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/pandia_calogeras)

<sup>51</sup> AHEx. Coleção de Leis do Brasil. Decreto nº 13.574, de 30 de abril de 1919, que cria um novo Regulamento para a Escola Militar. O regulamento define que nos estabelecimentos de ensino militar dos cursos de formação de oficiais, deveriam ser ministrados apenas conhecimentos necessários ao desempenho das funções de oficial de tropa, até o posto de capitão. A reforma de 1919 obrigava o oficial a manter constante aperfeiçoamento em sua profissão, enquanto durasse sua carreira no Exército, conforme era feito nos Exércitos europeus.

<sup>52</sup> DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Compilado pelo Coronel Diniz Esteves. Brasília: Edição do EME, 1996, p.139-142.

<sup>53</sup> BRASIL. Regulamento para execução do Decreto nº 13.451, de 29 de janeiro de 1919, na parte referente aos cursos de Estado-Maior e de Revisão, aprovado por Decreto nº 13.752, de 10 de setembro de 1919. O curso de Estado-Maior era direcionado para os oficiais a partir do posto de Primeiro-Tenente. O curso de Revisão era voltado para oficiais superiores, a partir de major, excepcionalmente para capitães com o curso de estado-maior. O curso de Estado-Maior foi instituído para formar oficiais capazes de planejar e conduzir grandes manobras, nos exercícios de emprego combinado de tropas simulando operações de guerra.

# Da Grande Guerra à Ilha Grande: a derradeira tentativa, no pós-guerra, de levar o Novo Arsenal de Marinha para fora da Guanabara\*

From the Great War to the Ilha Grande: the last post-war attempt to take away the new Navy Yard from the Guanabara Bay

**Fernando Ribas De Martini**

*Mestre em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), doutorando em História Econômica pela mesma universidade. Pesquisador de História das Ciências, com ênfase em temas navais e militares.*

## RESUMO

Na primeira década do século XX, o Brasil renovou sua Esquadra com modernos navios de guerra. Falhou, porém, em modernizar as então precárias instalações do antigo Arsenal de Marinha, cujas oficinas tanto se espremiavam na região central do Rio de Janeiro quanto se dispersavam caoticamente pela Baía de Guanabara. A Marinha se dividia entre os defensores da construção de novas instalações na Ilha das Cobras, vizinha às principais oficinas do antigo arsenal, e os que advogavam uma grandiosa estrutura industrial e militar a ser construída na Baía da Ilha Grande, longe da capital. Este artigo trata da disputa entre essas correntes, das decisões, ações e reações de cada lado, antes, durante e após a Primeira Guerra Mundial. Em especial, analisa a última tentativa dos defensores da Baía da Ilha Grande, no pós-guerra, que chegaram perto de conseguir seus objetivos antes de malograrem ao final de 1922.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arsenal de Marinha, Baía da Ilha Grande, Industrialização

## ABSTRACT

Brazil renewed its fleet with modern warships in the first decade of the 20th Century. However, the country failed to modernize the precarious facilities of the ancient Navy Yard, whose workshops were squeezed in the central area of Rio de Janeiro and also dispersed in chaos throughout Baía de Guanabara (Guanabara Bay). The Navy was divided between the advocates of new facilities to be built on Ilha das Cobras (Cobras Island), near the main workshops of the old Yard, and the supporters of a big industrial and military structure to be erected at Baía da Ilha Grande (Ilha Grande Bay), far from the Federal Capital. This article addresses their dispute, decisions, actions and counter-actions, before, during and after the First World War. It's main subject is the last attempt from the advocates of Baía da Ilha Grande, made after the war, which came closer to succeed before failing at the end of 1922.

**KEYWORDS:** Navy Yard, Ilha Grande Bay, Industrialization

\* Artigo recebido em 23 de abril de 2017 e aprovado para publicação em 1º de setembro de 2017.



## INTRODUÇÃO

Em outubro de 1910, aportava no Rio de Janeiro o Encouraçado *São Paulo*, juntando-se ao líder de sua classe, o *Minas Gerais*, que em abril daquele ano foi vivamente festejado em sua chegada à então capital da República. Completava-se assim o núcleo formado pelos dois moderníssimos navios, tipo *Dreadnought*, da nova Esquadra encomendada quatro anos antes a estaleiros ingleses, composta também de dois cruzadores leves (*scouts*) e dez contratorpedeiros (*destroyers*). Mas foi somente em 7 de setembro de 1922 – significativamente o Centenário da Independência do Brasil – que um decreto presidencial instituiu a criação de um novo conjunto de base naval e arsenal, denominado então como “Porto Militar”, que visava proporcionar à Marinha e ao País mais independência na manutenção e atualização daquela frota que, tecnologicamente, estava muito acima das capacidades industriais brasileiras do início do século XX. Vale lembrar que mesmo encouraçados de geração anterior, o *Riachuelo* e o *Aquidabã*, construídos na década de 1880 em estaleiros britânicos, já precisavam ser mandados ao exterior para manutenções pesadas e modernizações complexas. Já para os dois encouraçados da chamada “Esquadra de 1910”, a situação era ainda mais grave: a Marinha não possuía nem mesmo um dique seco de porte adequado (os existentes só podiam atender aos navios mais antigos e aos cruzadores e contratorpedeiros da nova Esquadra), sendo adquirido um dique flutuante para docá-los<sup>1</sup>.

O Porto Militar instituído pelo Decreto 15.672 seria construído na região da Baía da Ilha Grande, perto de Angra dos Reis, cerca de 150km ao sul da Capital Federal, Rio de Janeiro. Vislumbrava-se um grandioso complexo industrial e militar, incluindo estaleiro para construção de navios (não só de guerra) e uma avançada usina siderúrgica, que produziria aço com o emprego de fornos elétricos, e cujos produtos também atenderiam às demandas ferroviárias do País, entre outras. O empreendimento era anunciado como uma “Kiel da América do Sul”, alusão às grandes instalações de construção

naval e apoio a navios de guerra que, entre os últimos anos do século XIX e a Primeira Guerra Mundial, permitiram que a Marinha Imperial alemã se tornasse uma competidora digna de respeito da Marinha Real britânica. Como a demonstrar toda a ambição do programa, o decreto declarou de utilidade pública tanto a área necessária às futuras instalações quanto as quedas d’água adjacentes, prevendo-se o seu aproveitamento para gerar eletricidade a todo o complexo<sup>2</sup>.

Esses dois parágrafos acima, que introduzem o leitor a duas questões-chave do reaparelhamento naval brasileiro do início do século XX – o início da operação da nova Esquadra e a falta de meios adequados para seu apoio –, englobam um período de 12 anos, de 1910 a 1922, quatro deles (bem no meio do período) marcados pela Primeira Guerra Mundial. E abrangem uma série de idas e vindas de iniciativas para a construção de uma nova base e arsenal compatíveis com a moderna Esquadra adquirida, com disputas, ações e reações de duas correntes da Marinha que se digladiavam sobre o local mais adequado à sua instalação: se dentro da Baía de Guanabara ou na Baía da Ilha Grande. Como veremos neste artigo, o grande conflito mundial de 1914-1918 também exerceu considerável influência nessas marchas e contramarchas, ao atrasar os trabalhos da iniciativa de uma das correntes em disputa, que seria a instalação do novo arsenal dentro da Baía de Guanabara, na Ilha das Cobras (vizinha às principais oficinas do antigo). Ao mesmo tempo, as experiências vividas na economia e na política durante o conflito forneceram importantes argumentos à corrente que defendia o Porto Militar na Baía da Ilha Grande, no pós-guerra, como também veremos.

Esse período de longos 12 anos, porém, não aponta para uma história com “final feliz” quanto à efetiva construção das novas instalações: antes do final de 1922, o projeto da base, arsenal e usina siderúrgica na Baía da Ilha Grande foi abortado, da mesma forma que não se concretizaram propostas anteriores. Ainda assim, toda a discussão trazida pelos efeitos da Primeira Guerra Mundial, e a própria oficialização dessa iniciativa em decreto, destacam o projeto de

1922 frente aos demais. E por isso, o objetivo deste artigo é analisar essas malogradas tentativas das primeiras décadas do século XX de mudar a localização da principal base e arsenal da Marinha para fora da Baía de Guanabara, com especial ênfase à de 1922, capitaneada pela gestão (1921-22) do Ministro da Marinha Veiga Miranda, contrapondo-se às administrações do Almirante Alexandrino, partidário de manter o arsenal na Guanabara. Essa análise inclui os impactos do conflito mundial nas idas e vindas do novo Porto Militar, evidenciando também contradições e tensões políticas e econômicas da Primeira República (1889-1930) exacerbadas pelas consequências do próprio conflito.

O artigo é dividido em seis seções. A esta introdução (primeira seção), segue-se breve narrativa sobre a evolução do Poder Naval do Brasil no século XIX, vista sob o prisma da tecnologia dos navios e das questões industriais e estratégicas ligadas à construção naval militar. O recuo busca situar essas questões na raiz das polêmicas sobre a nova Esquadra e o Porto Militar, na primeira década do século XX, que são o tema da seção três. Polêmicas que chegaram ao tempo da administração de Veiga Miranda, personagem cuja trajetória antes de assumir a pasta ilustra boa parte das contradições do período. Os ásperos debates sobre a industrialização do qual participou, durante e após a Grande Guerra, estão entre os assuntos da seção quatro. A parte cinco enquadra a proposta do novo “Porto Militar” no contexto desse debate econômico e político tornado ainda mais evidente no primeiro período presidencial no pós-guerra, o de Epitácio Pessoa (1919-1922), no qual Veiga Miranda foi um dos ministros da Marinha. Uma presidência que a historiografia em geral considera fundamentalmente contrária a proteger a indústria ou a vê-la como caminho para resolver as questões econômicas da época<sup>3</sup>, mas que trazia nuances que buscaremos mostrar aqui, entre o ataque à indústria leve voltada à substituição de importações e uma defesa da indústria pesada, relacionada à siderurgia e à construção naval. As considerações sobre essas contradições exacerbadas pelo conflito mundial, e

que se relacionam ao malogrado decreto de 7 de setembro de 1922, são o tema da sexta seção do artigo, a conclusão.

## **O VELHO ARSENAL E A CONSTRUÇÃO DO PODER NAVAL BRASILEIRO NO SÉCULO XIX**

A construção de Poderes Navais de credibilidade tornou-se, na virada do século XIX para o XX, credora do acelerado desenvolvimento tecnológico e industrial das grandes potências navais e industriais. Até meados do século XIX, um país com pretensões de dispor de um Poder Naval de credibilidade poderia construí-lo utilizando-se de técnicas relativamente pouco sofisticadas, desenvolvidas de forma gradativa em séculos anteriores, desde que investisse na instalação de arsenais de construção e reparo naval. O emprego desses estabelecimentos, que hoje são vistos como protótipos de organizações industriais, assim como a disponibilidade de saídas para o mar, além da existência de recursos humanos e materiais adequados (grosso modo, mão de obra, arquitetos navais e acesso a estoques de madeira), em geral bastavam para viabilizar potências marítimas regionais e globais desde o século XVI. Foi o caso do Brasil, antes mesmo de ser uma nação. No Período Colonial, Portugal instalou aqui alguns arsenais para construir e manter belonaves, o mais importante deles em Salvador. Já no Império, sobressaiu-se o do Rio de Janeiro, chamado Arsenal de Marinha da Corte, localizado num espaço restrito pelo morro do Mosteiro de São Bento e as águas da Guanabara, no centro da cidade. Esse arsenal, que chegou a construir um galeão ainda no século XVIII, retomou as atividades em 1822, reconstruindo para as lutas da Independência alguns navios abandonados pelos portugueses<sup>4</sup>.

Nas décadas seguintes à Independência, o Arsenal de Marinha da Corte se capacitou em manter caldeiras e máquinas dos primeiros navios da Marinha Imperial com propulsão a vapor, adquiridos na Inglaterra e no estaleiro privado Ponta da Areia, em Niterói. Por volta da metade do século, o arsenal sobressaiu-se ao Ponta da Areia na construção de belonaves a vapor, com

cascos de madeira de desenho atualizado e máquinas cada vez mais potentes, atingindo nível tecnológico próximo ao de estaleiros de grandes potências, ao menos em belonaves de porte médio, como corvetas. Com esses meios (importados e construídos aqui), o Império assegurou a supremacia naval na Bacia do Prata em meados do século XIX, atendendo à sua política externa mais ativa, que logo depois culminou na atuação da Marinha na Guerra da Tríplice Aliança/Guerra do Paraguai (1864-1870)<sup>5</sup>.

O conflito trouxe à América do Sul os reflexos do salto qualitativo iniciado pela França e Inglaterra na virada dos anos 1850-60, quando ambos os países começaram a construir os primeiros encouraçados, navios a vapor com proteção blindada, como contraponto ao rápido desenvolvimento da artilharia naval. De importância ainda maior, porém, foi a Guerra de Secessão dos Estados Unidos (1861-1865), ao mostrar que mesmo uma Marinha como a dos Confederados, de poucos recursos técnicos, era capaz de construir às pressas um encouraçado (com casco de madeira revestido de chapas de ferro), ameaçando um bloqueio naval de navios não encouraçados, da União. Mais do que as grandes belonaves europeias, os encouraçados menores empregados pelos dois lados do conflito norte-americano se mostraram, para os almirantes brasileiros, perigosamente próximos das possibilidades dos países da Bacia do Prata, tanto para adquirir quanto operar em ações costeiras e fluviais. Soado o alerta, empreenderam-se esforços em mandar pessoal brasileiro à Europa para estudar a construção de couraçados, de novas máquinas a vapor, encomendar armamentos, maquinário e materiais para construir esses navios no Arsenal, e também adquirir encouraçados de porte modesto na Inglaterra e na França, que garantiram a superioridade naval brasileira no Prata<sup>6</sup>.

Porém, a Revolução Industrial continuava a avançar nas grandes potências. A produção em larga escala de ferro e aço de qualidade permitiu construir navios melhores, com máquinas mais resistentes e potentes. Abriu-se um abismo na tecnologia naval entre países industrializados e não industrializados. A necessidade do Império

investir nesse setor, com a aquisição de novos encouraçados aptos a operar também no oceano (e não só em rios ou próximos à costa), além de outras classes de belonaves mais modernas, já era uma preocupação relatada pela Marinha antes mesmo do fim da Guerra do Paraguai. Nas últimas décadas do século XIX, esse abismo se aprofundou com as tecnologias da Segunda Revolução Industrial. Países não industrializados como o Brasil (ainda que houvesse “ilhas” industriais como o próprio arsenal) passaram a depender cada vez mais da tecnologia das potências industriais, tanto para encomendar quanto manter as novas e caras belonaves, sob o risco de serem ultrapassados por vizinhos. Por aqui, a Argentina crescia economicamente e investia na compra de navios de guerra modernos, visando se confrontar ao Brasil e ao Chile. Este último também se reequipava, contrapondo-se à própria Argentina e ao Peru<sup>7</sup>.

Ainda assim, na década de 1880, a atividade no arsenal brasileiro atingiu uma última fase de desenvolvimento, buscando se capacitar na construção de cascos totalmente metálicos. Mas o custo era alto. Foram vários os pedidos de verbas extras para terminar a principal obra do período, um cruzador que ainda hoje é a belonave de maior deslocamento construída no Brasil: o *Tamandaré*, de mais de 4.500 toneladas. Iniciado em 1884 e lançado ao mar após a Proclamação da República, só passou realmente a operar em 1897, já obsoleto. A construção cara e demorada desestimulou novas obras, sendo o canto de cisne, naquele século, da atividade do estabelecimento, renomeado Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Por essa época, suas instalações estavam no limite para o apoio a navios de guerra modernos, e as manutenções e atualizações mais complexas de grandes belonaves (como os encouraçados *Aquidabã* e *Riachuelo* mencionados na introdução) eram feitas no exterior. As lutas que acompanharam a consolidação da República pioraram essa situação, caso da Revolta da Armada de 1893, na qual o arsenal sofreu bombardeios e teve equipamentos transferidos para oficinas ferroviárias. Essa revolta também marcou o início de uma profunda divisão

entre oficiais da Marinha, ainda que a anistia de 1895 permitisse que ex-revoltosos e legalistas voltassem a trabalhar juntos. Oficiais que se destacaram dos dois lados da revolta alcançaram o topo da hierarquia e sucederam-se na pasta da Marinha nas duas primeiras décadas do século XX. Entre eles, um expoente legalista, Júlio César de Noronha, e um ex-revoltoso, Alexandrino de Alencar. Ambos, assim como outros almirantes solidários às suas linhas de pensamento, discordavam de tal forma que decisões tomadas por um eram geralmente desfeitas por outro. E a questão de um novo arsenal foi um dos principais exemplos<sup>8</sup>.

### **1904-1906: OS PROGRAMAS PARA UMA NOVA ESQUADRA E A POLÊMICA SOBRE UM NOVO PORTO MILITAR PARA APOIÁ-LA**

Dificuldades na economia brasileira, na última década do século XIX, impediram a reposição adequada das perdas da Revolta da Armada. Somava-se a esse quadro a precariedade do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, evidenciando ainda mais a disparidade entre a tecnologia dominada no Brasil e os avanços tecnológicos das grandes potências. Mesmo obras de pequenos encouraçados fluviais do tipo monitor, em construção desde 1890, arrastavam-se nas carreiras do arsenal. Um modesto reequipamento realizado naquela década dependeu basicamente de compras externas e, ainda assim, alguns cruzadores encomendados à Inglaterra foram revendidos antes da incorporação à Marinha, devido à falta de recursos para pagá-los. Os Poderes Navais da Argentina e do Chile já superavam em muito o brasileiro. Somente em meados dos anos de 1900, com a melhoria das contas externas devido ao aumento das receitas de exportação (café e borracha), foi planejado um grande programa naval, visando equipar e até ultrapassar as Esquadras argentina e chilena<sup>9</sup>.

O programa para adquirir uma nova Esquadra, por concorrência entre estaleiros estrangeiros, foi aprovado no Legislativo em 1904, buscando uma Esquadra equilibrada e de porte moderado para ser adquirida e

mantida de forma “proporcionada à renda pública”. Seriam três encouraçados e três cruzadores blindados, armados com baterias principais de canhões de dez polegadas, complementados por seis contratorpedeiros e 12 torpedeiros, também de pouco deslocamento. Ainda que a construção das belonaves maiores só fosse possível fora do Brasil, houve preocupação em modernizar o apoio local a essa futura Esquadra, assim como preparar uma retomada da construção naval, pontos defendidos na gestão (1903-1906) do já mencionado Almirante Julio César de Noronha. O estaleiro britânico Armstrong (Sir W. G. Armstrong, Whitworth and Co.) venceu a concorrência dos navios, e planejava-se um contrato para construir um novo arsenal e Porto Militar na região da Baía da Ilha Grande. Seria um investimento externo (e não uma compra como os navios), amortizável num regime de concessão, com garantia de juros de 5% sobre o capital e amortização de 5% ao ano, passando-se as instalações à Marinha no final (a estabelecer) da concessão. O contrato para as belonaves foi assinado, mas o da base e arsenal ficou pendente. Noronha insistiu para que o governo contratasse logo as obras, elencando razões estratégicas para um Porto Militar fora da Baía de Guanabara, onde estava a capital do País. O ministro destacava que Argentina e Chile já haviam instalado seus portos militares fora das áreas de suas capitais<sup>10</sup>.

Parte da explicação desta pendência era o fato de uma comissão ainda avaliar, na Baía da Ilha Grande, a enseada mais adequada à base: Ribeira ou Jacuacanga. Mas também havia forte oposição às especificações dos navios e à ideia de sair da Guanabara, tendo à frente o Almirante e Senador Alexandrino de Alencar, que atacava as decisões de seu rival dos tempos da Revolta da Armada. Amparado em interesses de estaleiros britânicos (e o Armstrong já perguntara à Marinha se era mesmo obrigado a construir o arsenal), Alexandrino acenava com encouraçados maiores, caso chegasse a ministro. Outra adversidade foi o naufrágio do *Aquidabã* na Baía da Ilha Grande, em janeiro de 1906, vitimando parte da comissão nele embarcada, cujo parecer favorável a Jacuacanga só veio ao final da gestão Noronha<sup>11</sup>.

Alexandrino, ao suceder Noronha em 1906, começou a mudar os planos do antecessor, e os primeiros alvos foram os encouraçados já em construção. Alexandrino logrou modificá-los para o novo tipo *Dreadnought*, que estreava na frota inglesa: maior, mais veloz que seus antecessores, e dotado de múltiplas torres de canhões pesados, padronizados em 12 polegadas. Por um lado, a encomenda desses navios de novo tipo se mostrou uma decisão acertada numa visão estratégica mais global. Afinal, os *Dreadnoughts* se tornavam objetos de desejo das principais Marinhãs do mundo e de países interessados em ampliar sua projeção de poder, e instituíram um novo padrão de navio capital, que rapidamente se disseminou nas carreiras de construção das potências navais. Por outro, representavam um enorme salto no âmbito regional, muito acima do necessário para se equiparar à Argentina e Chile, instituindo assim uma corrida naval regional quando esses países reagiram às encomendas do Brasil. O fato é que, ao menos naquele momento, os encouraçados brasileiros se mostravam até melhor armados que o *Dreadnought* e seus imediatos sucessores na Marinha britânica. Representavam a aplicação de uma política de prestígio que, segundo o teórico Hans Morgenthau, da vertente realista da área de relações internacionais, tem o propósito de “convencer outras nações do poder que seu país realmente possui – ou que ele acredita (ou deseja) que as demais nações suponham que ele detém”<sup>12</sup>.

O estaleiro Armstrong, também interessado no prestígio e valor dos navios mais poderosos e caros, rapidamente refez os projetos dos navios encomendados por Noronha para o novo tipo *Dreadnought* e reiniciou as obras dos dois primeiros, o *Minas Gerais* e o *São Paulo*. A construção de um terceiro seria iniciada mais tarde, visando incorporar ainda mais avanços e ser mais poderoso (aguardando-se a reação de Argentina e Chile ao reequipamento brasileiro para especificá-lo de modo a superar os navios que esses países eventualmente encomendassem). Este seria o *Rio de Janeiro*, encomendado alguns anos depois. Como a demonstrar que o prestígio em exibir poder

era tão ou mais importante que o Poder Militar real, o terceiro encouraçado seria o de maior comprimento do mundo até então, com o maior número de torres (as sete que possuía nunca foram superadas por qualquer outro, ainda que fossem de canhões de 12 polegadas, já então inferiores aos de outros navios em construção). Seu enorme espaço interior foi aproveitado para dar conforto sem igual aos oficiais e praças, projetando-se grandes compartimentos que, na visão de integrantes da Marinha britânica, prejudicariam sua capacidade de sobrevivência em combates reais. Às vésperas do conflito mundial, quando foi incorporado à Marinha Real com o nome *Agincourt*, por ter o Brasil cancelado sua aquisição (chegou a ser revendido pelos ingleses à Turquia, mas não entregue devido ao início da guerra), sua suntuosidade interna lhe redeu o apelido de “*Gin Palace*”<sup>13</sup>.

Mas voltemos ao tempo da encomenda de 1906: compensando a mudança de projeto que encareceria os encouraçados, o Ministro Alexandrino mudou as especificações dos cruzadores do plano anterior, pesados, para cruzadores ligeiros e mais baratos. Já sobre uma nova base e meios de apoio, ele sabia ser ponto pacífico, na Marinha, que o velho arsenal não mais servia para manter os novos navios de guerra, faltando especialmente um grande dique de reparos. Porém, ao invés de instalações de grande porte a serem construídas rapidamente com investimento por estaleiro estrangeiro, para uso sob concessão, Alexandrino pretendia instalações mais modestas, como a demonstrar que, para a infraestrutura de apoio, a prioridade era bem menor que para os navios em si: basicamente o arsenal seria realocado dentro da própria Baía de Guanabara, no caso, para a Ilha das Cobras, vizinha ao antigo. A ilha, de limitado espaço disponível, precisaria sofrer aterramentos e desmontes do relevo para instalação de oficinas e um grande dique. O contrato das obras foi autorizado pelo Congresso, e assinado junto a uma empreiteira francesa, com pagamentos pelo Tesouro e pelo orçamento da pasta. Mas tudo isso andou muito devagar: as obras mal se iniciavam quando chegava ao país a Esquadra de 1910, com

seus dois modernos *Dreadnoughts* (o terceiro, do qual falamos acima, ainda estava sendo encomendado), dois cruzadores e dez contratorpedeiros, alvoroçando algumas potências navais em meio a rumores de que seriam encomendas de fachada para repasse a suas rivais. Modernidade que logo foi sobrepujada pela própria corrida naval pré-guerra, que viu surgir os *Super Dreadnoughts*. Argentina e Chile, por seu lado, encomendaram navios mais poderosos que os brasileiros, enquanto a ainda nova Esquadra de 1910 se desgastava pela manutenção deficiente ainda feita pelo velho arsenal.<sup>14</sup>

O início das obras na Ilha das Cobras não significou o fim das disputas por um novo Porto Militar, de maior capacidade que o arsenal pretendido pelo Ministro Alexandrino. Este, ao longo dos anos 1910-20, ainda assumiu por duas vezes a pasta, sendo precedido e sucedido por almirantes que discordavam de sua decisão pela base na Guanabara. Joaquim Marques Baptista de Leão, no início da década de 1910, buscou aprimorar a proposta de Noronha: construção do Porto Militar em três anos por investimento estrangeiro, com garantia de juros anuais de 4% ao longo de 25 anos sobre o capital despendido e 50 anos de concessão. Em 1911, Marques de Leão dirigiu ao Congresso mensagem pedindo autorização para os trabalhos preliminares de sua construção. Entre os argumentos, estavam as vantagens para o Estado da contratação nas bases mencionadas acima, que representariam ao Tesouro um desembolso não superior ao que a Argentina havia destinado apenas para ampliar seu Porto Militar já existente. Previa-se também a alienação de “próprios nacionais desnecessários, ou que se tornem desnecessários ao Ministério da Marinha, aplicando as quantias disso provenientes na amortização das obras de defesa” e outras despesas como a de instalação de oficinas. Também afirmou ao Congresso que esse projeto já havia atraído empresas estrangeiras interessadas. O tempo continuou passando sem uma definição, ainda que seu sucessor Manuel Ignacio Belfort Vieira, também partidário de um Porto Militar distante da Capital Federal, em 1913 acrescentava o argumento da pressão para

expandir o porto comercial do Rio de Janeiro, que reivindicava áreas militares na Guanabara. Os valores já gastos na Ilha das Cobras recomendavam não parar suas obras, mas Vieira pretendia retomar logo as gestões para o novo Porto Militar. A volta de Alexandrino ao ministério frustrou essas iniciativas, mas não necessariamente acelerou as obras dentro da Baía de Guanabara: o tempo passou, as verbas secaram, os trabalhos se arrastaram e finalmente pararam devido ao início da Primeira Guerra Mundial, que obrigou a companhia francesa a rescindir o contrato. Abandonou-se na Ilha das Cobras um “mundo de ferro-velho (...), uma balbúrdia monótona com o aspecto triste de coisas abandonadas”, nas memórias do engenheiro naval Júlio Regis Bittencourt, então um capitão-tenente e que décadas depois seria o almirante responsável pela construção de diversos navios no local, quando finalmente avançaram suas obras<sup>15</sup>. Mas esta já é outra história. É hora de analisarmos mais efeitos do conflito mundial.

### **A GRANDE GUERRA E SEUS EFEITOS PARA O ARSENAL E O PENSAMENTO ECONÔMICO DA ELITE BRASILEIRA SOBRE A INDÚSTRIA**

Ao final do mandato de Wenceslau Brás (1914-1918), Alexandrino deixou a pasta, mantendo-se parados os trabalhos na Ilha das Cobras. A situação assim prosseguiu em boa parte do quadriênio de Epitácio Pessoa (1919- 1922) que, no último trimestre de 1921, chamou Veiga Miranda ao Ministério da Marinha (Epitácio destituiu de antecessores por retomar a tradição do Império de ministros civis nas pastas militares). Vale a pena conhecer o perfil deste político antes de abordar sua tentativa para estabelecer o Porto Militar na Baía da Ilha Grande, pois sua trajetória e ações refletem boa parte dos conflitos e contradições no pensamento político e econômico brasileiro da época, exacerbadas com a guerra mundial, e que consideramos estar nas raízes das idas e vindas do novo Porto Militar.

João Pedro da Veiga Miranda (nascido em 1881 em Campanha/MG e falecido em Ribeirão Preto/SP em 1936), formado enge-

nheiro civil em 1904, foi professor, jornalista, escritor, cafeicultor, vereador, prefeito, deputado estadual, federal e ministro. O passado de jornalista e a importância dada à atividade ficam evidenciados em várias passagens de seu livro *Quatorze mezes na Pasta da Marinha*, publicado em 1923, quando destaca sua atuação no ministério utilizando à profusão excertos da imprensa, no intuito de responder críticas e destacar elogios. As atividades de engenheiro e cafeicultor são mencionadas em seus discursos quando deputado por São Paulo na Câmara Federal, entre 1918 e 1921, quando aborda importantes temas econômicos da época. Entre eles estavam os elevados custos de construção das estradas de ferro, implicando altos fretes. Miranda explicitava sua preferência por investimentos em rodovias, mais baratas, num contexto em que interesses rodoviários norte-americanos e ferroviários britânicos disputavam o mercado brasileiro, nos anos de 1910-20<sup>16</sup>. Mas o assunto em que o político se envolveu como protagonista foi o debate sobre o preço elevado dos sacos nacionais de transporte de grãos, cuja baixa qualidade levava a grandes perdas durante o transporte, fato que afetava a ele mesmo, um “modesto fazendeiro do Estado de São Paulo” que sofrera numa remessa recente de cinco vagões de café, uma “quebra de peso de trezentos quilos”. Em seus discursos, Miranda se alinhava a outros deputados que representavam uma importante corrente do pensamento liberal da época, a qual atacava a proteção dada a certas indústrias, e que se intensificou durante a Primeira Guerra Mundial. Um dos principais argumentos era que a sacaria, antes do conflito, era em boa parte importada, e podia ser reutilizada por até três safras. Já a nacional, cara e de baixa qualidade, se estragava logo na primeira viagem, prejudicando os cafeicultores<sup>17</sup>.

Eram problemas que afetavam o setor agrícola de exportação, base da economia da Primeira República. Questões que moldavam a visão de uma corrente do pensamento liberal que, nas décadas seguintes, teve como grande expoente Eugênio Gudin. Este era herdeiro, como Miranda, de uma tradição contrária ao protecionismo à indústria já evidenciada no final do século XIX

pela figura de Joaquim Murinho. Todos eles fortes críticos do que consideravam uma “indústria do desleixo, da incapacidade e da improdutividade (...) protegida contra a concorrência estrangeira por uma barreira aduaneira intransponível”<sup>18</sup>.

Na Câmara, Miranda protagonizou uma emenda ao Projeto 260, que orçava a receita para 1920, modificando tarifas de importação de linho, juta, cânhamo e “sacos de grossaria, (...) artigo de consumo imprescindível por toda a população rural, artigo que direta ou indiretamente é sempre o trabalhador agrário quem paga”. O objetivo da emenda era onerar a importação dessa matéria-prima, com a qual lucravam apenas os países vendedores e a indústria brasileira de sacaria, considerada ineficiente, e desonerar a importação de sacos produzidos a custos menores no exterior. Em seus discursos, Miranda defendia que a verdadeira riqueza do Brasil provinha do solo, e que “mal-entendido progresso é aquele que, com o sacrifício das fontes espontâneas da riqueza nacional, faz empenho de alimentar indústrias exóticas, agasalhando-as sob a estufa do protecionismo”. Miranda se destacava como crítico das indústrias tidas como “artificiais”, que importavam matérias-primas, sendo um aliado importante do Governo Epitácio Pessoa, que o historiador Edgard Carone considerou “antiprotecionista e contrário a qualquer ajuda governamental à produção”<sup>19</sup>.

Até aqui, temos um deputado protagonista de ataques à indústria, ou melhor, a um tipo de indústria, tal qual boa parte de seus pares e da elite política da época. Porém, mencionamos que esse era um período de contradições. Pouco tempo depois, quando à frente do Ministério da Marinha, Miranda passou a defender veementemente um outro ramo industrial.

### **NO PÓS-GUERRA, GANHA FORÇA A IDEIA DE UMA ‘KIEL DA AMÉRICA DO SUL’ NA BAÍA DA ILHA GRANDE**

O empenho de Veiga Miranda em favor da política de Epitácio Pessoa provavelmente lhe valeu o convite para ser ministro da Marinha. Após assumir o Ministério, Veiga

Miranda passou a advogar que a verdadeira solução para os problemas de manutenção e renovação da Esquadra seria a retomada da proposta do Porto Militar na Baía da Ilha Grande, com instalações modernas e distantes das vulnerabilidades estratégicas da Capital Federal frente ao bloqueio de uma Esquadra inimiga. E colocou entre seus argumentos um tema que já aparecia com força no debate nacional, a siderurgia: uma grande usina siderúrgica seria incorporada ao complexo. Mas começemos por outro argumento, ligado à efervescência social e política da época, marcada pelas primeiras grandes greves operárias. Miranda criticava a decisão do ex-Ministro Alexandrino por não retirar o arsenal da Guanabara, onde problemas de deterioração das condições de vida dos operários (o que incluía a mão de obra do arsenal) eram ingredientes de agitação política e convulsão social na capital. A solução, para o novo ministro, seria “dar-lhes oficinas conforme todas as prescrições higiênicas”, além de “moradias em idênticas condições”, o que seria possível na região da Baía da Ilha Grande, com espaço para uma “ampla vila operária”, onde cada habitação seria “uma pequena chácara”, proporcionando aos seus moradores viverem com “satisfação, conforto, saúde e alegria”. O Porto Militar seria “saudado pelo operariado inteligente como uma verdadeira Canaan”, tornando-se uma “altíssima providência de alcance social”<sup>20</sup>.

A essas vantagens, somava-se a de afastar oficiais e marinheiros do contato com a “efervescência partidária” e “das discussões das esquinas e das correntes dos boatos tendenciosos”. Não é preciso relembrar a Revolta da Armada de 1893 para entender a menção aos perigos no seio da corporação militar, pois durante a própria gestão de Miranda rebentou a Revolta Tenentista de 1922, na qual navios da Marinha confrontaram o Forte de Copacabana. Assim, propunha-se uma solução para aplacar espíritos revoltosos tanto na base da sociedade (operários e marinheiros) quanto nos extratos mais elevados (oficiais subalternos e superiores). Ainda no aspecto militar, vale ressaltar os argumentos estratégicos: uma base separada da Capital Federal solucionaria o problema de coincidirem as feições comer-

cial e militar da Baía de Guanabara, por ele consideradas irreconciliáveis, por servirem juntas como um só foco de eventual ataque por Esquadra adversária. A localização da nova base num ponto entre Rio de Janeiro e Santos (principais portos comerciais do País) serviria melhor à defesa de ambas as praças e facilitaria a saída da Esquadra ao mar, para o combate, evitando ser bloqueada em sua própria capital<sup>21</sup>.

Partindo das questões sociais e estratégicas para adentrar ainda mais nas econômicas e industriais, Veiga Miranda destaca editorial do jornal *O Paiz*, de 20 de maio de 1922, cujos tom e linguagem são praticamente idênticos aos que utilizava, sendo opinião deste autor que, provavelmente, o próprio ministro o tenha escrito:

Sob o ponto de vista econômico, a construção do Porto Militar, tal qual está delineada, com o aparelhamento do arsenal e desenvolvimento da indústria siderúrgica, representa a emancipação completa da nossa Marinha, que dentro em pouco tempo poderá estar inteiramente livre dos mercados estrangeiros e (...) será uma fonte de renda para o Estado, construindo durante a paz maquinismos e trilhos para as estradas de ferro e o mais que a indústria siderúrgica pode produzir.<sup>22</sup>

Miranda também cita discurso do Deputado Cincinato Braga sobre o tipo de usina siderúrgica (baseada em fornos elétricos) que seria instalada na Região, valendo acrescentar que o local preferido passou a ser a enseada da Ribeira e não mais a vizinha Jacuacanga, por se prestar melhor à instalação de um complexo ampliado pela siderurgia. A grandiosidade do empreendimento é comparada a Kiel, na Alemanha (complexo já mencionado aqui), e Veiga Miranda reforça a utilidade dual desse misto de Porto Militar, arsenal e indústria.

“Nossos altos fornos elétricos ficarão situados a menos de seiscentos quilômetros das jazidas de minério, menos da metade da distância que separa as jazidas

do Lago Superior dos fornos de Pittsburgho. (...) O Governo Federal fará, à sua custa, a captação da força motriz hidráulica que existe na Serra do Mar, nas vertentes e contravertentes dos Vales do Paraíba e da Baía de Angra dos Reis. Essa força motriz será fornecida a ínfimo preço a todas as usinas de metalurgia do ferro que quiserem fazer trabalhar altos-fornos elétricos." (...) O grandioso plano do Sr. Cincinato Braga contava com o Arsenal de Marinha para a possibilidade acessória da instalação de um alto-forno elétrico, não escapando à sua visão o panorama imponente do que, na sua frase, será a Kiel da América do Sul. (...) Na região da Ilha Grande será possível obter-se a energia hidroelétrica a preços tão baratos que será ela o principal elemento da redução do minério, entrando o combustível para um consumo mínimo. Esse combustível poderá ser o carvão vegetal, o carvão de pedra nacional ou o próprio carvão de pedra estrangeiro.<sup>23</sup>

Quando a tornar essa utópica "Kiel da América do Sul" uma realidade, seriam necessários pesados investimentos e ações políticas. Os primeiros ficariam a cargo de um contratante estrangeiro (mandatário pelo volume de capital necessário e tecnologia envolvida nas instalações) e sua operação seria por arrendamento ao Governo, "pelo prazo de 55 anos", com preço "correspondente ao serviço do empréstimo, isto é, 5-1/2% sobre o capital empregado nas obras e pagos semestralmente." Quanto à parte política, foi assinado o Decreto 15.672, de 7 de setembro de 1922, que estabelecia o Porto Militar e cinco bases navais menores. Não cabe neste texto reproduzir todos os artigos e justificativas do mesmo. Vale destacar que o decreto incluía artigos que mostravam a clara intenção de levar o projeto adiante, ao declararem de utilidade pública as quedas d'água de Bracuí e Airió, necessárias para a instalação das usinas hidroelétricas. E também previam a origem de fundos para cobrir pagamentos que fossem necessários, ao longo do tempo, por meio

da venda de terrenos valiosos pertencentes à Marinha no centro do Rio de Janeiro, onde estava o antigo arsenal.<sup>24</sup>

As vantagens advogadas por Miranda para o novo Porto Militar não constam apenas do livro que publicou sobre sua gestão na pasta, mas também do relatório completo e oficial das ações realizadas pelas diversas organizações da Marinha em seu período no Ministério, entregue em outubro de 1922. Cabe dizer que diversos trechos do livro repetem textos do relatório, atestando o caráter oficial dos argumentos apresentados na obra e de seu encaminhamento dentro da instituição. No relatório, o ministro também destacou que já havia interessados estrangeiros no empreendimento. Entre eles, uma empresa (cujo nome não revela) que em administração anterior já fizera proposta, e com a qual dizia ser possível negociar condições mais vantajosas que as já oferecidas. Empresas de equipamentos militares e de siderurgia também solicitavam informações sobre o projeto para apresentar propostas.<sup>25</sup>

Toda essa defesa da "Kiel da América do Sul" parece destoar do pensamento defendido à época por partidários mais fervorosos da corrente liberal, da qual o próprio Veiga Miranda já se mostrara adepto. Porém, combinava com opiniões que já o vimos demonstrar na crítica às indústrias artificiais, que não empregavam recursos do País, ao passo que o complexo do Porto Militar os empregaria: caso do ferro, do potencial de geração de energia hidrelétrica, entre outros, sem falar nas necessidades de gerar empregos e aliviar tensões urbanas. Tudo isso num pacote que garantiria "aos contratantes um vulto de encomendas anuais capazes de permitir o movimento geral e o serviço de amortização do capital empregado", possibilitando alimentar a esperança de que em breve ali se construiriam, "com aço e madeiras nacionais", não só navios para as necessidades brasileiras como para Marinhas de outros países, "podendo transferir-se para a Baía da Ilha Grande uma considerável parte da clientela que hoje aflui para os arsenais da Itália, da França, da Inglaterra ou dos Estados Unidos".<sup>26</sup>

Esse otimismo, porém, não sobreviveu à mudança de governo, em 15 de novembro

de 1922. O presidente seguinte, Arthur Bernardes (1922-1926), defendia projetos de siderúrgicas em Minas Gerais, e a pedra de toque do Porto Militar, sua usina anexa, tornou-se indesejável. A convite de Bernardes, Alexandrino voltou à pasta da Marinha, freando as gestões para o Porto Militar na Baía da Ilha Grande e dando prosseguimento aos seus próprios planos, na Ilha das Cobras. O processo, porém, foi demorado, e o Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras só iniciaria as atividades de construção naval às vésperas do Estado Novo de 1937.

## CONCLUSÃO

A proposta de um Porto Militar e arsenal na Baía da Ilha Grande navegou, nas primeiras décadas do século XX, movida por necessidades de atualização tecnológica na construção e manutenção de Esquadras modernas, frutos da Revolução Industrial. Mas se deparou com o mar agitado das divisões criadas na própria Marinha pela difícil consolidação da República, em meio a suas contradições, e vagou sem destino. Na década de 1920, esse porto encontrou, num cafeicultor liberal que atacava a proteção à indústria “ar-

tificial”, o defensor de sua implantação vinculada a uma indústria pesada e “natural”, de matérias-primas, trabalhadores e energia nacionais. Era uma visão, por um lado, nacionalista em relação a temas de defesa do País, mas que, por outro, não fechava as portas (pelo contrário) à iniciativa privada estrangeira. Ideias aparentemente contraditórias, mas cujas linhas de ação demonstram os desafios de uma época de contestação ao liberalismo da Primeira República, em especial após a Grande Guerra, gerando movimentos pró e contra iniciativas como o Porto Militar e seu complexo siderúrgico.

Significativamente, hoje assistimos à construção de um grande estaleiro de submarinos para a Marinha, incluindo base para a futura frota dessas embarcações (que poderá contar com um submarino nuclear, em desenvolvimento) em região próxima à Baía da Ilha Grande: Itaguaí. Visto sob a luz da história contada aqui, o novo empreendimento pode representar a concretização de sonhos e planos do Porto Militar fora do Rio de Janeiro, velhos de um século, período em que a cidade deixou de ser capital da República e em que o apelo do domínio da siderurgia deu lugar ao da tecnologia nuclear.

## BIBLIOGRAFIA E FONTES

BITTENCOURT, Júlio Regis. *Memórias de um engenheiro naval: uma vida, uma história*. Rio de Janeiro: SDGM, 2005.

BOITEUX, Lucas Alexandre. *A Marinha Imperial e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1954.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº15.672 de 7 de setembro de 1922. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 13/9/1922, p. 17552. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15672-7-setembro-1922-522563-publicacaooriginal-1-pe.html>. Último acesso em 20 de abril de 2017.

BRASIL. Ministério da Marinha. *História naval brasileira: volume quinto, tomo IB*. Rio de Janeiro: SDGM, 1997.

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima primeira legislatura pelo ministro e secretario d'estado dos negócios da Marinha, Joaquim José Ignacio. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1861.

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da decima primeira legislatura pelo ministro e secretario de estado dos negocios da Marinha, o chefe de divisão Joaquim Raimundo de Lamare. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1863.

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima quarta legislatura pelo ministro e secretario de negocios da Marinha, barão de Cotegipe. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1869.

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da vigesima legislatura pelo ministro e secretario de estado dos negócios da Marinha, Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da vigesima legislatura pelo ministro e secretario de estado dos negócios da Marinha, Luiz Antonio Vieira da Silva. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888,

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao chefe do Governo Provisório pelo vice-almirante Eduardo Wandenkolk, ministro e secretario de estado dos negócios da Marinha. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao sr. presidente da Republica dr. Prudente José de Moraes Barros pelo almirante Elisario José Barbosa, ministro da Marinha em abril de 1895. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo vice-almirante Júlio Cesar de Noronha, ministro de Estado dos Negócios da Marinha em abril de 1904. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo vice-almirante Júlio Cesar de Noronha, ministro de Estado dos Negocios da Marinha em abril de 1905. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo vice-almirante Júlio Cesar de Noronha, ministro de Estado dos Negocios da Marinha em abril de 1906. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo vice-almirante graduado Alexandrino Faria de Alencar, ministro de Estado dos Negocios da Marinha, em abril de 1908. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo vice-almirante Joaquim Marques Baptista de Leão, ministro de Estado dos Negocios da Marinha, em maio de 1911. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911.

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo vice-almirante Manoel Ignacio Belfort Vieira, ministro de Estado dos Negocios da Marinha, em abril de 1913. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1913.

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. João Pedro da Veiga Miranda, ministro de Estado dos Negocios da Marinha, em outubro de 1922. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1922.

CAMINHA, João Carlos. *História marítima*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.

CARONE, Edgard. *A República Velha*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

CARVALHO, Alvanir B. "O chanceler Bismark e a Marinha Imperial Brasileira". *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 131, n. 4-6, abr. - jun. 2011.

DORATIOTO, Francisco. "Poder Naval e política externa do Império do Brasil no Rio da Prata: 1822-1852". *Navigator*. Rio de Janeiro, v.6, n.12, dez.2010. pp. 9-20.

DOWNES, Richard. "Autos over Rails: how US business supplanted the british in Brazil, 1910-28". *Journal of Latin American Studies*. New York: Cambridge University Press, v. 24, n. 3, oct. 1992, pp. 551-583.

ESCOBAR, Ismael. *Historia de los presidentes argentinos*. Buenos Aires: El Ateneo, 1927.

FERREIRO, Larrie D. *Ships and science: the birth of naval architecture in the scientific revolution, 1600-1800*. Massachusetts: MIT Press, 2007.

GRATZ, George A. "The Brazillian Imperial Navy Ironclads, 1865-1874". *Warship*. London, Conway Maritime Press, v. 1999-2000.

GREMAUD, Amaury Patrick. "Das controvérsias teóricas à política econômica: pensamento econômico e economia brasileira no Segundo Império e na Primeira República (1840 – 1930)". São Paulo: Tese de Doutorado: FEA/USP, 1997, p. 118.

GREENHALGH, Juvenal. *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História: 1822 – 1899*. Rio de Janeiro: AMRJ, 1965.

GUDIN, Eugênio. *Inflação e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editôra, 1959.

HOUGH, Richard. *The Big Battleship: the curious career of H.M.S Agincourt*. Londres: Michael Joseph Ltd, 1966.

HUMBLE, Richard. *A Marinha alemã*. Rio de Janeiro: Renes, 1974.

KIRBY, R. et al. *Engineering in History*. New York: McGraw-Hill, 1956.

MARTINI, Fernando Ribas De. "A corrida pela tecnologia para controlar o Prata, na rota de Riachuelo". *Navigator*, Rio de Janeiro, v.11, n.22, dez. 2015. pp. 55-69.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A Marinha Brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.

MARTINS, Helio Leoncio. *A revolta da Armada*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1997.

McNEIL, Ian (ed.). *An Encyclopaedia of the history of technology*. London, New York: Routledge, 1990.

MILLER, David. *The illustrated directory of warships: from 1860 to the present day*. Osceola: MBI, 2001

MIRANDA, João Pedro da Veiga. *Discursos na Camara Federal: 1918 – 1921*. São Paulo: Off Graph. Monteiro Lobato & C., 1923.

MIRANDA, João Pedro da Veiga. *Quatorze mezes na Pasta da Marinha*. São Paulo: Secção de Obras d'O Estado de S. Paulo, 1923.

MORGENTHAU, Hans J. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

Porto Militar. Aconteceu há cem anos. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 131, n. 07/09, jul-set, 2011. pp. 252-253

ROMERO, José Luis. *Breve historia de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da construção naval no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamn – Femar, 2001.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1985.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> MARTINS e COZZA. "Poderes Combatentes".In: BRASIL. Ministério da Marinha, 1997. pp. 80-86; Martins Filho, 2010. pp. 167-170; Brasil, Câmara dos Deputados. Decreto 15.672.

<sup>2</sup> MIRANDA. Quatorze mezes, 1923. p. 296; HUMBLE, 1974. pp.10-11.

<sup>3</sup> CARONE, 1970. p. 93.

<sup>4</sup> CAMINHA, 1980. p. 220; FERREIRO, 2007. pp. 34-35; PEARSALL, 1990. pp. 551-552.

<sup>5</sup> TELLES, 2001. pp. 17-18, 23; BOITEUX, 1954, pp. 102-159; GREENHALGH, 1965. pp. 295-300; KIRBY, 1956. pp. 172-177, 401-402; DORATIOTO, 2010. pp. 18-20.

<sup>6</sup> BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório 1861. pp. 10-16; Idem. Relatório 1863. pp. 9-10; GRATZ, 1999-2000, pp. 140-162; CARVALHO, 2011. pp. 78-79; A "corrida naval" entre o Brasil e o Paraguai para a obtenção de encouraçados é tema de artigo deste autor em edição anterior da *Navigador*: MARTINI, 2015. pp. 55-69.

<sup>7</sup> KIRBY, op. cit., pp. 295-296, 402-403; CAMINHA., op. cit., pp. 221-222, 286; BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório 1869. p. 13-27; VIDIGAL, 1985. pp. 54, 111-112; ROMERO, 2007. pp. 121-122; ESCOBAR, 1927. pp. 344-345, 365-366, 373-374, 408-409.

<sup>8</sup> BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório 1886. pp. 30-31; Idem, Relatório 1888, p. 21; Idem, Relatório 1891. pp. 8-9, pp. 15-16. Telles, op. cit., p.59, 65; BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório 1895. p. 10; MARTINS, 1997. pp. 160, 443-445, 461-462, 469.

<sup>9</sup> VIDIGAL, op.cit., p.54; MARTINS e COZZA, op. cit., pp. 29,79-80; MARTINS FILHO, op. cit., pp. 29,70, 80,112-116.

<sup>10</sup> BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório 1904. pp. 3-12, 62-64; Idem. Relatório 1905. pp. 64-66; Idem. Relatório 1906. pp 5-12, 65-70.

<sup>11</sup> BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório 1906, pp. 70-75; MARTINS FILHO, op. cit., pp. 80, 89-92.

<sup>12</sup> BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório 1908. pp 3-5; MORGENTHAU, 2003. pp. 148-149.

<sup>13</sup> MARTINS FILHO, op. cit., pp. 89-99; MARTINS e COZZA, op. cit., 1997: pp. 83-85, 99; HOUGH, 1966. pp. 89-90, 158-159.

<sup>14</sup> BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório 1908, pp. 16-18; MILLER, 2001. p. 84; MARTINS FILHO, op. cit., pp. 144-151, 156-165.

<sup>15</sup> BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório 1911. pp 54-59; Idem. Relatório 1913. pp 10-11; PORTO Militar, 2011. pp. 252-253; BITTENCOURT, 2005. pp. 155-156.

<sup>16</sup> Para o debate sobre ferrovias *versus* rodovias no início do século XX, ver DOWNES, 1992, pp. 551-583.

<sup>17</sup> MIRANDA, Quatorze mezes, 1923, pp. 13, 14, 16; MIRANDA, Discursos, 1923. pp. 20, 52-53. Para uma breve biografia de Veiga Miranda, ver: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MIRANDA,%20Veiga.pdf> (último acesso em 20/4/2017).

<sup>18</sup> GUDIN, 1959. pp. 207-210. Para o pensamento econômico de Joaquim Murtinho, ministro da Fazenda de Campos Sales no final do século XIX, ver GREMAUD, 1997, p. 118.

<sup>19</sup> MIRANDA, Discursos,1923, pp. 35-38, 49; Carone, op. cit., pp. 93, 187-188.

<sup>20</sup> MIRANDA, Quatorze mezes, 1923. pp. 261, 264, 268-270.

<sup>21</sup> *Ibid.*, pp. 31, 38, 50, 180, 271, 274-277.

<sup>22</sup> *Ibid.*, pp. pp. 283, 280-290.

<sup>23</sup> *Ibid.*, pp. 295-297.

<sup>24</sup> *Ibid.*, pp. 294, 304; Brasil, Câmara dos Deputados. Decreto 15.672..

<sup>25</sup> BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório 1922. pp. 48-51.

<sup>26</sup> *Ibid.*, pp.49-50, 68.



# Culturas náuticas e ciências sociais no Brasil: um balanço da produção antropológica, histórica e arqueológica (Parte 2)\*

## Nautical cultures and social sciences in Brazil: a balance of anthropological, historical and archaeological production (Part 2)

**Leandro Domingues Duran**

*Professor do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, pesquisador do Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos (LAAA/UFS) e pesquisador voluntário do Ceans/Nepam/Unicamp.*

### RESUMO

O presente artigo apresenta a segunda parte de um balanço bibliográfico crítico acerca do histórico de produção acadêmica desenvolvida no âmbito da Antropologia, da História e da Arqueologia, no que se refere especificamente às pesquisas voltadas ao estudo das diferentes tradições culturais náuticas desenvolvidas nos vários espaços aquáticos no Brasil, enfocando suas principais escolhas temáticas e apontando os limites de suas abordagens. Nesta segunda parte, são abordados os estudos desenvolvidos no âmbito da História e da Arqueologia, além de uma breve consideração final sobre o conjunto da produção das diferentes áreas do conhecimento comentado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Antropologia marítima; Arqueologia subaquática; Arqueologia marítima; História marítima

### ABSTRACT

The present article provides the second part of an analysis about the history of academic research carried on in the field of Anthropology, History and Archaeology, specially referring to those researches focused on the study of different nautical cultural traditions developed in several aquatic environments in Brazil. The article outlines the main thematic choices pointing out the limits on their approaches. This second part focus on the studies developed in the field of History and Archaeology as well as provides a brief final consideration about the overall production in the different mentioned areas of knowledge.

**KEYWORDS:** Marine Anthropology; Underwater archeology; Maritime Archeology; Maritime History

---

\* Artigo recebido em 24 de junho de 2016 e aprovado para publicação em 1ª de setembro de 2017.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo se caracteriza como a segunda parte de um esforço de pesquisa que tem por objetivo geral apresentar um balanço bibliográfico crítico acerca do histórico de produção acadêmica desenvolvida no âmbito da História, da Antropologia e da Arqueologia, no que se refere especificamente às pesquisas voltadas ao estudo das diferentes tradições culturais náuticas desenvolvidas nos vários espaços aquáticos no Brasil. Tendo em vista a amplitude das discussões pretendidas, optou-se por subdividi-lo em duas partes, a saber: a primeira, esteve focada na apresentação dos conceitos e problemática básica que motivou o estudo, além de ter apresentado as discussões estabelecidas no âmbito da Antropologia; a segunda, está voltada para essa mesma questão, dessa vez no âmbito das disciplinas da História e da Arqueologia. Em todos os casos, além de fornecer um apanhado sobre a bibliografia referencial básica de cada universo científico, o estudo indica as principais escolhas temáticas e aponta os limites de cada abordagem.

## PAISAGENS NÁUTICAS BRASILEIRAS: TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS

No âmbito da historiografia, a grande maioria dos trabalhos de história marítima que foram publicados está voltada para análises mais abrangentes que exploram o papel infraestrutural da navegação de cabotagem, fluvial e transoceânica como equipamento fundamental na organização e dinamização econômica, e também sua função como instrumento de dominação e integração política, mas que pouco elucidam sobre as fainas marítimas e fluviais e seu mundo material e simbólico especializado. Assim, “o mar” ou “os rios”, não são ali encarados como espaços prioritários de reflexão, não são vistos e entendidos enquanto *locus* social, mas sim como conjuntura ambiental sobre a qual se impõem temáticas mais abrangentes de discussão (e.g. MEDEIROS, 1938; HOLANDA, 1945; PAULA, 1971; DOLES, 1972; DOURADO, 1973; CONRAD, 1985; ARRUDA, 1999; CANABRAVA, 1984; MEDRANO, 1989; 2005;

ALMEIDA, 1989; BRANDÃO, 1991; SILVA, 1999; RODRIGUES, 2005; SANTOS, 2000; BRAZIL, 1999; CHAVES, 2001; EL-KAREH, 2002; 2003; SAMPAIO, 2006; AMORIM, 2004; GREGÓRIO, 2008; GOULART FILHO, 2009; OLIVEIRA, 2009; REIS *et al.*, 2010).

As abordagens que primeiro se ocuparam da cultura náutica estiveram atreladas a uma produção de cunho institucional, notadamente aquela gestada no interior dos quadros da Marinha do Brasil, particularmente no Serviço de Documentação da Marinha e na atual Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Sobre essa produção militar, o historiador naval Francisco Eduardo Alves de Almeida (2012) apresenta um panorama, demonstrando como ela se iniciou ainda no século XIX, com os livros-textos das escolas navais, e ainda se mantém ativa atualmente através de artigos, esses últimos no âmbito das publicações seriais *Revista Marítima Brasileira*, *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil* e *Revista Navigator*. Aqui, as referências pontuais às coleções como as de livros, como as clássicos, *Subsídios para a História Marítima Brasileira* (Brasil, 1938-1972) e, mais recentemente, sob a coordenação de Max Justo Guedes, a *História Naval Brasileira* (1975-1985). De certa forma, e talvez paradoxalmente, essa produção, apesar de especializada em temáticas náuticas foi, e ainda é, fortemente marcada pelo viés de um mar a serviço das estruturas agro-cêntricas do Estado brasileiro, podendo ser definida como uma história política do mar, dominada por práticas memorialistas em geral acríticas e fortemente voltadas para a formação de cultos heroizantes de eventos e personalidades. Nas palavras de Almeida:

A História Naval se apresenta ainda como um domínio desconhecido no campo da História. Em que pese a diversidade de grupos de pesquisadores em História e da multiplicidade dos temas de pesquisa nos últimos anos, a História Naval permanece com pouca produtividade, sendo escrita em sua maioria por historiadores militares e pesquisadores ligados a grupos da Marinha que, embora

tenham grande importância para o desenvolvimento desse domínio, ainda trazem consigo uma limitação institucional e um relativismo não condizente com a evolução metodológica e interpretativa da própria disciplina (2012, p. 63).

Esse quadro, no entanto, vem mudando gradual e progressivamente, graças a uma maior aproximação da Marinha com a academia, muito motivada pelo processo de democratização pelo qual passou o País durante a década de 1980; essa aproximação se deu tanto pela formação de militares de carreira em cursos de graduação e pós-graduação ofertados nas variadas instituições de ensino superior quanto pela participação de acadêmicos nas mais diferentes publicações organizadas por aquelas instituições militares.

No que se refere à chamada “Academia”, a despeito de alguns esforços pontuais, somente mais recentemente é que ela passou a incorporar os ambientes aquáticos enquanto *locus* social a seu rol de temas de pesquisa (lembremos da reclamação de Amaral Lapa, citada anteriormente), ainda que o esteja fazendo com muita rapidez.

Dentre aqueles que se dedicaram a focar o universo das culturas náuticas históricas, podemos perceber a ocorrência de alguns grandes temas de discussão. O primeiro diz respeito ao grupo de historiadores que se dedicaram a pensar sobre as especificidades da faina marítima, enfocando a vida a partir da perspectiva do interior das embarcações. As dificuldades de sobrevivência a bordo de viagens transoceânicas, as desigualdades sociais, as habilidades necessárias e os perigos envolvidos, o aspecto emocional das navegações fluviais e as tensas relações com a sociedade terrestre foram alguns dos aspectos abordados por essa historiografia (e.g. MICELLI, 1997; RODRIGUES, 1999; 2005; RAMOS, 2000; SILVA, 2001; HUTTER, 2005; LEANDRO, 2007; MOLET, 2007; DINIZ, 2010).

As relações de trabalho estabelecidas no interior das Marinhas Mercante e Militar também foram temas enfocados pelos historiadores navais. No último caso, as pesquisas têm visado às táticas de recrui-

tamento e de controle social implementadas na Armada Nacional, assim como as formas de resistência desenvolvidas pelos marujos, sendo a revolta de 1910 um marco referencial importante nessa produção. Com relação à Marinha Mercante e às empresas privadas, a questão se desenvolveu mais para a discussão acerca do processo de proletarização dos homens do mar e sua inserção como categoria profissional, com destaque para o papel dos jangadeiros cearenses em sua luta pelos direitos trabalhistas, e os remeiros do Rio São Francisco (e.g. DORÉ, 1973; SILVA, 1982; MEDRANO, 1997; RODRIGUES, 1999; SILVA, 1989; 2001; NEVES, 1998; 2006; ARIAS NETO, 2001a; 2001b; SOUZA, 2002; NASCIMENTO, 2001; 2002; FONSECA, 2003; SALES, 2005; OLIVEIRA, 2005; LEANDRO, 2007; PEREIRA, 2007; OLIVEIRA, 2008; 2010; 2012; NEVES, 2007; DINIZ, 2010).

A pesca também não foi esquecida pelos historiadores e, a exemplo do âmbito da socioantropologia, foi uma das primeiras práticas marítimas que recebeu atenção, ainda que não tenha tido uma continuidade reflexiva. A chamada “pesca” da baleia e as armações estabelecidas ao longo da costa brasileira durante o período colonial dominaram a atenção dos pesquisadores, muito provavelmente devido a sua oficialidade enquanto monopólio régio, o que lhe garantia um *status* de tema legítimo de inquirição da história oficial. Outro fator importante nessa escolha está relacionado ao fato de que esse controle régio garantiu a existência de importantes registros documentais produzidos pelo aparato burocrático estatal colonial; além disso, a monumentalidade material que nos foi legada por essa atividade, através de diferentes ruínas presentes em diversos pontos do litoral brasileiro, pode ter sido, também, um fator diferencial para essa escolha. Outros tipos de pesca encontraram espaço bem mais reduzido e somente mais recentemente vem despertando o interesse dos historiadores. Em ambos os casos, os trabalhos mantêm uma relação de proximidade com os elementos materiais da faina pesqueira, sejam eles os diferentes equipamentos arquetônicos das antigas armações, sejam

os botes baleeiros ou as pequenas embarcações utilizadas para esse fim (e.g. BOITEUX, 1914; ELLIS, 1958; 1969; SILVA, 1988; SALES, 2005; MUNIZ, 2005).

Os últimos dois pontos explorados pela historiografia da faina naval são os que mais interessam a este artigo por sua relação direta com a cultura material. O primeiro desses dois pontos diz respeito à construção naval e aos equipamentos de sinalização náutica. Os arsenais foram estudados de forma mais ou menos extensa, mas, a exemplo da pesca, as instituições reais foram as que receberam uma abordagem mais sistemática, sendo a prática privada abordada apenas marginalmente. Característica desses trabalhos são as discussões sobre a localização e as relações de produção ali estabelecidas. Com relação à história do desenvolvimento tecnológico relacionado aos equipamentos de sinalização náutica, os estudos são poucos, mas muito profundos em termos descritivos, destacando-se o tratamento dado aos faróis náuticos e suas sucessivas transformações (e.g. A CONSTRUÇÃO..., 1918; LOPES, 1945; GREENHALGH, 1951; 1965; LACURTE JÚNIOR, 1956; MACHADO, 1979; LAPA, 2000; DANTAS, 2000; 2002; TELLES, 2001; MELLO, 2009; MALVASIO, 2009; GOULART FILHO, 2011; CORNEJO, 2012; DE MARTINI, 2014).

Por fim, um grupo de estudos vem se dedicando ao estudo de equipamentos náuticos específicos. Em geral, essas abordagens estiveram voltadas para a discussão da história dos instrumentos da navegação, para a discussão da importância militar na evolução tecnológica, tanto com relação à propulsão das embarcações militares quanto no que se refere aos equipamentos bélicos disponíveis, discussão de tipologias e/ou o que poderíamos chamar de biografias de embarcações pontuais. De cunho muito descritivo, ela muitas vezes incorporou, em diferentes graus, a questão da materialidade em suas reflexões. Como não poderia deixar de ser, destacam-se, nessa historiografia, abordagens associadas ao universo militar e à guerra no mar (e.g. BOITEUX, 1913; 1922; 1954; COSTA, 1952; MAIA, 1965; LAPA, 1973; BARATA, 1975a; 1975b; GUEDES, 1997; DE MARTINI, 2015; BARROS, 2015; VAL, 2007;

2015; PEDRO, 1996; MARTINS FILHO, 2010; FARIAS; PEREIRA, 2014; ARAÚJO, 2015; FRAGA, 2013; MALVASIO, 2012; LISBOA, 2012; ALMEIDA, 2007; CESAR, 2009).

A faina naval de origem privada também encontrou espaço, principalmente nas últimas décadas. Assim, temos: o comentário histórico de João Torres intitulado "O primeiro barco de vapor no Brasil (1905/1906)"; o artigo "A primeira machina a vapor introduzida no Brasil e o primeiro barco a vapor que sulcou as águas brasileiras (1936)", de Edgard Falcão; a obra *Navios na costa: iconografia náutica da costa catarinense* (1994), de Pereira Filho; *O vapor fluvial* Benjamim Guimarães e a venda de 1938 (2005), do economista Fernando Machado; e *O Navio* Fernandes Vieira (2008), de Maria Brazil e Luiz Pereira. Além deles, temos Barata (1975a; 1975b), o trabalho de maior fôlego até então produzido sobre o assunto, enfocando diferentes tipos transoceânicos do Período Colonial, como a caravela, a nau, o galeão e o caravelão; Horsch (1981), que lista alguns tipos mencionados por viajantes; Hutter (1994) que, limitada pela natureza da publicação, faz pouco mais que arrolar tipos de embarcações e referir-se genericamente sobre números relacionados às frotas; Pereira Filho (1994), de caráter regional e pouco interpretativo; e Rodrigues (2005), que, embora com pouco fôlego, foi quem melhor abordou a questão, procurando entender o navio negreiro enquanto uma arquitetura cronologicamente dinâmica.

A despeito dessas contribuições, o campo foi muito pouco explorado. Como bem observou Alberto Silva sobre a questão do navio negreiro em seu *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África* (2003):

Mesmo com relação a esse navio, nunca pus os olhos num estudo sistemático a ele dedicado, no qual se recolhessem, analisassem e completassem as informações que temos dispersas sobre a evolução, ao longo de mais de trezentos anos, dos tipos e tamanhos das embarcações empregadas no tráfico, seu fabrico, suas tripulações, sua logística e o manejo econômico (2003: 13).

## **DE NAUFRÁGIOS A SÍTIOS – A ABORDAGEM ARQUEOLÓGICA**

Na Arqueologia, a preocupação com as culturas marítimas é ainda muito mais recente na cena acadêmica nacional do que nas demais ciências sociais. É significativo observarmos que a primeira pesquisa com preocupações de cunho arqueológico de um sítio submerso só foi levada a cabo em território nacional entre os anos de 1977/78, quando o arqueólogo Ulysses Pernambucano atuou na orientação de equipes de mergulhadores da Marinha e de uma empresa comercial de salvatagem na exploração dos restos do Galeão *Sacramento*, afundado em 1668, em Salvador. A medida foi motivada pela escandalosa ação de mergulhadores privados que vinham recorrentemente pilhando artefatos do sítio e vendendo-os a colecionadores nacionais e estrangeiros (MELLO NETO, 1977; 1978). A participação do arqueólogo, no entanto, encontrou sérias limitações pelo fato de ter atuado na superfície, sem contato direto com a jazida arqueológica, prática comprovadamente ineficaz desde as experiências realizadas por Fernand Benôit no naufrágio de *Gran Conglué* na década de 1950, mesmo com o emprego de um sistema de vídeo (DIOLÉ, 1958; HOFFMANN, 1987; BLOT, 1996; RAMBELLI, 2008; DURAN, 2012). Nesse sentido, os resultados obtidos estiveram relacionados com as antigas práticas de recuperação de objetos, acompanhada de um rudimentar mapeamento das principais estruturas arquiteturais da embarcação.

Uma segunda etapa dos trabalhos foi realizada em 1986, dessa vez com a participação do arqueólogo subaquático Luiz Fernando de Castro Cunha (CUNHA, 1990); o fato desse arqueólogo mergulhar, no entanto, não parecer ter tido maior repercussão nos resultados científicos da pesquisa, que se manteve atrelada às perspectivas de ilustração da história trágico-marítima. Intervenções pontuais de fiscalização foram levadas a cabo pela Marinha em outros projetos associados à salvatagem sem, no entanto, terem gerado pesquisas arqueológicas substanciais (RAMBELLI, 2002; 2008; RAMBELLI; FUNARI, 2007; SOUZA, 2010;

SILVA, 2011). Entre o final dos anos 1980 e início dos anos de 1990, apenas, foi que surgiu a primeira tentativa do principal órgão governamental responsável pela preservação do patrimônio histórico, arqueológico e artístico do Brasil, o então SPHAN, com a elaboração do Projeto Archenave, sob a orientação do antropólogo Pedro Agostinho, voltado para o inventário etnográfico e arqueológico do patrimônio cultural subaquático e dos tipos náuticos em processo de desaparecimento (AGOSTINHO, 1988-1989). Infelizmente tal projeto não passou do delineamento de suas proposições iniciais.

Nesse sentido, a construção desse campo em moldes efetivamente científicos exigidos pela disciplina só viria quase dez anos mais tarde, com o início do projeto de mestrado de Gilson Rambelli em 1993, junto ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (RAMBELLI, 1998; 2003). O trabalho desse pesquisador mudou o panorama da questão no País, dissipando o preconceito e a inanição da cena acadêmica nacional sobre a matéria (DURAN, 2008; SILVA, 2011). O espaço de discussão e pesquisa aberto foi crucial para o surgimento de novas pesquisas acadêmicas, inclusive em outras áreas do conhecimento e que ampliaram a base de reflexão, deram força à criação dessa área de pesquisa (e.g. BAVA-DE-CAMARGO, 2002; CALLIPPO, 2004; DURAN, 2008; SOUZA, 2007; 2010; GUIMARÃES, 2009; TORRES, 2010; SILVA, 2011); parte desses pesquisadores fundou o Centro de Arqueologia Náutica e Subaquática (Ceans), atualmente atrelado ao Nepam/Unicamp.

Característica fundamental que marcou a atuação desde cedo, principalmente daquele grupo de pesquisadores vinculado ao Ceans, foi seu compromisso com uma prática arqueológica que compreende e assume seu papel enquanto instrumento de transformação social, ética e politicamente engajada no que se refere à proteção do patrimônio cultural subaquático (sobre esse tema vide RAMBELLI, 2006; 2007; 2008; RAMBELLI; FUNARI, 2007). A ação política do Ceans, através da divulgação do *Livro Amarelo – Manifesto Pró-Patrimônio Cultural Subaquático Brasileiro*

(2004) e das divulgações científicas organizadas pela jornalista Glória Tega Calippo, focaram criticamente a atual legislação brasileira (Lei nº 10.166/00) que autoriza a exploração comercial das jazidas arqueológicas submersas, e inspiraram propostas de alteração da legislação e a adoção de uma nova postura por parte do principal órgão de preservação do patrimônio cultural subaquático no País, o IPHAN.

No que se refere à produção científica da Arqueologia sobre as culturas náuticas, como não poderia deixar de ser, o foco recai, prioritariamente, sobre os trabalhos voltados para o mapeamento e análise de sítios arqueológicos de naufrágio, de abandono, ou o estudo de tradições tipológicas regionais. Nesse sentido, Rambelli (2003; 2006); Rambelli *et al.* (2000); Souza (2007; 2010; 2014), Torres (2001; 2003; 2006); Cunha (2008) e Duran *et al.* (2010) incluíram em seu foco o estudo de embarcações ou de processos vinculados especificamente a sítios de naufrágios. Essa produção nos mostra o potencial da área, mas ainda tateia exploratoriamente. Mais uma vez, Rambelli teve a primazia das ações, com sua análise de um exemplar de canoa indígena encontrado em Bragança Paulista, SP (2000); segundo suas próprias palavras:

Iniciamos nossa pesquisa constatando a inexistência de estudos específicos que tratam desta temática no Brasil. Daí destacamos, do ponto de vista arqueológico (arqueométrico), o pioneirismo de nosso trabalho, que dá um primeiro passo frente a possibilidade de conhecermos mais sobre as técnicas dessas construções navais brasileiras (RAMBELLI *et al.*, 2000, p.32).

Rambelli também abordou um sítio submerso de grandes proporções, notadamente os restos do Vapor *Conde D'Áquila*, naufragado junto à cidade de Cananeia, no final do século XIX (RAMBELLI, 2003), trabalho exploratório voltado para a demonstração do potencial informativo desse tipo de sítio, para a comunidade arqueológica brasileira, tendo realizado o mapeamento das caldeiras

e dos vestígios da roda de pás, assim como algumas intervenções. Em 2006, o mesmo pesquisador lançou sua contribuição sobre um tipo de embarcação transoceânica, notadamente os navios *tumbeiros*, envolvidos no tráfico de escravos entre a costa africana e o Brasil, baseando-se essencialmente em análises textuais e iconográficas. Além dele, Duran *et al.* (2010), em um trabalho de "arqueologia de contrato", identificaram e analisaram parcialmente um sítio de naufrágio na região de Santa Catarina, procurando relacioná-lo com os processos de Conquista e navegação ali instituídos desde o início do século XVI.

No Estado do Rio Grande do Sul, Torres fez uma abordagem oceanográfica a respeito de naufrágios históricos do Rio Grande do Sul (TORRES, 2001), cujos resultados nortearam sua comunicação "Mapeamento e caracterização dos sítios arqueológicos de naufrágio no litoral centro-sul" daquele mesmo estado (TORRES, 2003); o mesmo pesquisador também atuou na análise de um dos exemplares náuticos tombados pelo IPHAN, notadamente a "canoa de pranchão", ambas publicações de fôlego bem limitado (TORRES, 2006). Outra referência importante fica por conta dos trabalhos desenvolvidos por Carlos Rios Souza na Universidade Federal de Pernambuco. Ali, o pesquisador desenvolveu seu trabalho de mestrado que foi totalmente dedicado à caracterização e identificação de um sítio arqueológico de naufrágio em particular, o *Lamarão I*, localizado no porto de Recife (SOUZA, 2007); seu trabalho de doutoramento, desenvolvido na mesma instituição, foi mais abrangente, discutindo, a exemplo de Torres, os processos causadores de naufrágios, tendo incluindo em sua análise, além de um panorama generalista sobre técnicas construtivas e sistemas de propulsão ao longo do período histórico, abordagens pontuais sobre outros dois naufrágios, o Galeão *Serrambi*, e o Vapor *Pirapama* (SOUZA, 2010). Esse mesmo pesquisador, em conjunto com Amanda Tavares (2014), explorou a potencialidade de pesquisa de acervos particulares formados pela prática colecionista de mergulhadores profissionais e amadores, abrindo uma porta inte-

ressante de resgate de informações que, de outra forma, continuariam perdidas.

Vale lembrar, também, os trabalhos de um grupo de novos pesquisadores que vêm sendo formados junto ao Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos (LAAA) da Universidade Federal de Sergipe, com a produção de dissertações e textos monográficos também voltados para a temática dos sítios de naufrágios e da Arqueologia Náutica. Os mestrados de Luana Goulart, que discute processos de formação de sítios arqueológicos de naufrágios (2014), e Freire (2011), em uma abordagem de cunho mais abrangente, destacam-se em relação aos demais devido ao grau de complexidade acadêmica exigida. No que se refere às monografias de conclusão de curso (TCCs), a despeito de uma maior simplicidade técnico-científica que marca esse tipo de produção, os textos de Otávio Arruda Porto (2010) sobre os naufrágios da Segunda Guerra Mundial; de Genilson Silva (2013) sobre os saveiros fluviais de Laranjeiras; de Santos Júnior (2013), voltado para o estudo da coleção de canhões pertencentes ao Memorial de Sergipe, da UNIT, recuperados de um sítio submerso não identificado, no Rio São Francisco; e de Carvalho (2014) e Oliveira (2015), com abordagens voltadas para uma embarcação da Galileia do ano I d. C. (CARVALHO, 2014; OLIVEIRA, 2015), são exemplos do desenvolvimento do interesse acadêmico pela temática de pesquisa.

Por fim, mais recentemente, dois projetos levados a cabo por ONGs brasileiras, com o apoio de instituições de pesquisa e arqueólogos reconhecidos, têm realizado explorações em dois grandes naufrágios históricos ocorridos em águas catarinenses. O primeiro, relacionado ao Projeto de Arqueologia Subaquática (PAS), que contou com o suporte do arqueólogo Chico Noelli, escavou e recuperou parte dos elementos estruturais e material associado a uma embarcação do século XVIII naufragada na chamada “Praia dos Ingleses” (NOELLI *et al.* 2009; 2011). O segundo projeto, levado a cabo pela ONG Barra Sul, que contou com a participação da arqueóloga Deisi Farias, se dedicou recentemente a trabalhos de prospecção arqueológica das porções submer-

sas adjacentes à ponta sul da Ilha de Santa Catarina, gerando a identificação do sítio SC-Naufragados-01, onde foram realizadas intervenções pontuais de retiradas de peças-diagnósticas que, por sua vez, parecem correlacionar o sítio com a frota quinhenista de Diogo Flores de Valdés (CORREA, 2011; FARIAS *et al.*, 2012).

## **PALAVRAS FINAIS**

O levantamento acima apresentado não pode ser considerado, obviamente, a totalidade da produção antropológica, histórica e arqueológica brasileira sobre um tema tão abrangente como é o da “cultura náutica”. Entretanto, entendemos que ele inclui referências essenciais de cada campo de investigação científica mencionado para a temática proposta, e que permite uma perspectiva ampla das diferentes abordagens que vêm sendo construídas, assim como seus limites. De uma maneira geral, no que se refere à produção acadêmica das Ciências Sociais, podemos perceber claramente a existência de um crescimento exponencial do tema principalmente a partir da década de 1980. Esses trabalhos nos apresentam um complexo universo e enfocam o mundo náutico a partir de diferentes ângulos.

No entanto, pelo que se viu, se, por um lado, a temática das culturas náuticas encontra-se em pleno processo de desenvolvimento, chamando a atenção de antropólogos, historiadores e arqueólogos, por outro, o trajeto para a sua consolidação ainda é longo. Nesse aspecto, ainda nos falta a realização de um amplo mapeamento que se fundamente em uma abordagem transdisciplinar com base na Antropologia, na História e na Arqueologia, visando à proposição de interpretações sobre os processos sociais que formaram as diferentes paisagens culturais náuticas do Brasil. Carecemos de uma grande base de dados referencial sobre os diferentes tipos de embarcações, da tralha náutica específica a cada uma, dos espaços geográficos de operação e dos usos e costumes sociais, incluindo os simbólicos, que foram construídos como parte de sua operacionalização.



O maior avanço obtido até aqui talvez esteja relacionado com o desenvolvimento das recentes políticas públicas patrimoniais e projetos não governamentais voltados para a identificação e proteção dos tipos tradicionais de embarcações ainda em operação nas vias aquáticas brasilei-

ras. A respeito do patrimônio de eras preteritas, entretanto, somos da opinião de que o mesmo avanço, infelizmente, não ocorreu e os problemas com a proteção legal dos sítios de naufrágio ainda pesam sobre os ombros dos gestores públicos do patrimônio cultural.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

"A Construção naval no Brasil quando Colônia, Império e República 1555-1918". *Liga Marítima Brasileira*, nº 135, setembro, 1918.

AGOSTINHO, P. "Para um Programa de Pesquisa sobre Arqueologia, História e Etnografia Navais da costa brasileira". *O Arqueólogo Português*, Série IV, 6/7, pp. 367-377, 1988-1989.

ALMEIDA, F. E. A. de. "A historiografia naval brasileira (1880-2012): uma visão panorâmica". *Revista Brasileira de História Militar*, ano III, nº 08, pp.30-64, 2012.

\_\_\_\_\_. "A situação material dos navios de guerra da Armada Nacional ao final de 1917: uma análise crítica". *Navigator*: subsídios para a história marítima do Brasil, v.03, nº 05, pp.07-19, 2007.

ALMEIDA, S. *A Companhia Pernambucana de Navegação*. Recife, 1989. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, 1989.

AMORIM, M. L. de. *O segundo eldorado brasileiro, navegação fluvial e sociedade do território do ouro. De Araraitaguaba a Cuiabá (1719-1838)*. Dourados, 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2004.

ARAÚJO, J. S. de. "Entre a vela e o vapor, entre a madeira e o ferro: a transição, a construção e a ação dos *Ironclads* na Marinha Imperial Brasileira 1850-1865". *Navigator*. Rio de Janeiro: vol.11, nº 21, p. 09-22, 2015.

ARIAS NETO, J. M. *Em busca da cidadania: praças da Armada Nacional (1867-1910)*. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2001a.

\_\_\_\_\_. "Violência sistêmica na organização militar do Império e as lutas dos marinheiros imperiais pela conquista de direitos". *História: Questões & Debates*, n. 35, pp. 81-115, 2001b.

ARRUDA, J. J. "Frotas de 1749: um balanço". *Vária História*. Belo Horizonte: nº 21, pp. 190-205, 1999.

BARATA, J. da G. P. Os Navios. In: GUEDES, M. J. (Coord.) *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: 1975a.

\_\_\_\_\_. "Um caso típico brasileiro – os caravelões". In: GUEDES, M. J. (Coord.) *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: 1975b.

BARROS, A. I. F. "A atuação das chatas artilhadas no decorrer da Guerra do Paraguai". *Navigator*, vol.11, nº 22, pp.91-104, 2015.

BAVA-DE-CAMARGO, P. *Arqueologia das fortificações oitocentistas da planície costeira*. Cananeia/Iguape, SP. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Museu de Arqueologia e Etnologia/Universidade de São Paulo. São Paulo: 2002.

BLOT, J. Y. *Underwater Archaeology – Exploring the world beneath the sea*. New York: Harry N. Abrams Inc. Publishers, 1996

BOITEUX, L. A. *Táctica nas campanhas navaes nacionais*. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

\_\_\_\_\_. *A Marinha Imperial e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1954.

\_\_\_\_\_. *A Marinha de guerra brasileira nos reinados de D. João VI e D. Pedro I: (1807-1831)*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1913.



\_\_\_\_\_. "A pesca da baleia". *Revista trimestral do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina*, v.3, p. 4-16, 1914.

BRANDÃO, Jesus da Silva. *História da navegação em Mato Grosso*. Cuiabá: Livro Mato-grossense, 1991.

BRASIL. Ministério da Marinha. *Subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: SDGM, 1938-1972.

BRAZIL, M. do C. *Rio Paraguai: o "mar interno" brasileiro*. São Paulo: USP, 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1999.

BRAZIL, M. do C.; PEREIRA, L. A. S. "O Navio Fernandes Vieira: memória social e história social no sul de Mato Grosso". *Revista Territórios e Fronteiras*, vol. 01, nº 02, pp.101-132, 2008.

CALIPPO, F. R. *Os sambaquis submersos de Cananeia: um estudo de caso de arqueologia subaquática*. São Paulo: 2004. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Etnologia e Arqueologia, Universidade de São Paulo, 2004.

CANABRAVA, A. P. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/EDUSP, 1984.

CARVALHO, J. V. A. de. *O Barco da Galileia: uma reflexão sobre a Arqueologia Bíblica no ambiente aquático*. Laranjeiras, 2014. Monografia (Bacharelado) – Departamento de Arqueologia/UFS, 2014.

CESAR, W. C.. "Velas e canhões no expansionismo holandês do século XVII". *Navigador*, v. 05, nº 10, pp. 23-37, 2009.

CHAVES, C. de L. *De um porto a outro: a Bahia e o Prata (1850-1920)*. Salvador: 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, 2001.

CONRAD, R. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CORNEJO, C. *Nau Brasilis: A história, a trajetória e a retomada da construção naval no Brasil*. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2012.

CORREA, F. F. A. *Arqueologia Subaquática em Florianópolis-SC: atividades desenvolvidas pelo projeto Barra Sul na Baía Sul da Ilha de Santa Catarina, Florianópolis*. Lisboa, 2011. Trabalho de conclusão de curso – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia Subaquática/Instituto Politécnico de Tomar e Universidade Autónoma de Lisboa, 2011.

COSTA, L. M. da. *Construções navais da Bahia no século 17: o Galeão Nossa Senhora do Pópulo*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1952. (Centro de Estudos Baianos, 17).

CUNHA, L. F. de C. "De volta ao passado, mergulhando sobre o Galeão Sacramento". *Revista Marítima Brasileira* v. 110, nº 4/5, Rio de Janeiro: 1990.

CUNHA, L. O. C. *Análise dos remanescentes esqueléticos recuperados em naufrágios da costa brasileira: Galeão São Paulo (1652) e sítio PAPI-01-SC (Nau S.S. Del Pilar – séc. XVIII)*. Rio de Janeiro: 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia/Museu Nacional, 2008.

DANTAS, N. et al. *Luzes do Novo Mundo: história dos faróis brasileiros*. Rio de Janeiro: Luminnati Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. *História da sinalização náutica brasileira e breves memórias*. Rio de Janeiro: FEMAR, 2000.

DE MARTINI, F. R. *Construir navios é preciso, persistir não é preciso: a construção naval militar no Brasil entre 1850 e 1910 na esteira da Revolução Industrial*. São Paulo: 2014. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH/USP, 2014.

\_\_\_\_\_. "A corrida pela tecnologia para controlar o Prata, na rota de Riachuelo". *Navigador*, vol.11, nº 22, p. 55-69, 2015.

DINIZ, D. et al. *Rio São Francisco: vapores e vapozeiros*. Pirapora/MG: edição dos autores, 2010.

DIOLÉ, P. *Aventura Submarina*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1958.

DOLES, D. *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX*. São Paulo, 1972. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1972.

- DORÉ, B. *A epopeia dos jangadeiros, nossos irmãos do mar*. Fortaleza: ed. do autor, 1973.
- DOURADO, W. de C. *Pequena História da Navegação do Rio São Francisco*. Salvador: Editora Tipografia Beneditina, 1973.
- DURAN, L. D. *Arqueologia Marítima de um Bom Abrigo*. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- \_\_\_\_\_. "Arqueologia subaquática ou arqueologia marítima?: Definindo conceitos, contextualizando práticas e assumindo posições". *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, vol. 06, nº 2, pp. 09-34, 2013.
- DURAN, L. et al. "O naufrágio das nozes (Palhoça, SC): um estudo de caso de arqueologia subaquática de contrato no Brasil". *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, vol.4, nº1, pp.11-33, 2010.
- EL-KAREH, A. C. "A Companhia de Paquetes a Vapor e a centralidade do poder monárquico". *Revista de História Econômica & História de Empresas*, vol.V, nº 2, 2002.
- \_\_\_\_\_. "O Rio de Janeiro e as primeiras linhas transatlânticas de paquetes a vapor: 1850-1860". *Revista de História Econômica & História de Empresas*, vol.VI, nº 2, 2003.
- ELLIS, M. *A baleia no Brasil colonial*. São Paulo: EDUSP; Melhoramentos, 1969.
- \_\_\_\_\_. "Aspectos da pesca da baleia no Brasil colonial". São Paulo: *Revista de História*, Ano XIV, p. 1958. (Separata).
- FALCÃO, E. C. "A primeira machina a vapor introduzida no Brasil e o primeiro barco a vapor que sulcou as águas brasileiras". *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, vol.62, 1936.
- FARIAS, D. et al. "Projeto Resgate Barra Sul: pesquisa arqueológica subaquática no sul de Florianópolis – SC". *Navigator*, vol. 08, nº 16, pp.120-135, 2012
- FARIAS, W. G.; PEREIRA, P. N.. "A Marinha de Guerra na Amazônia: atuação e questões de modernização técnica (final do século XIX e início do XX)". *Navigator*. Rio de Janeiro, vol.10, nº 20, p. 55-69, 2014.
- FONSECA, P. S. *A presiganga real (1808-1831): punições da Marinha, exclusão e distinção social*. Brasília, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História/UnB, 2003.
- FRAGA, T. M d'O. X. "A tipologia da fragata portuguesa no século XVII: interrogações e propostas". *Navigator*, vol. 09, nº 17, pp.97-108, 2013.
- FREIRE, L. F. *Nas águas do velho Chico: arqueologia de ambientes aquáticos no Baixo Rio São Francisco, Sergipe/Alagoas*. (Projeto de pesquisa) Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFS. Laranjeiras: 2011.
- GOULART, L. B. G. de J. *Processos de Formação Arqueológica de sítios de naufrágio*. São Cristóvão, 2014. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Arqueologia/UFS, 2014.
- GOULART FILHO, A. "Navegação fluvial a vapor em Santa Catarina e o desempenho da Companhia de Navegação Fluvial a Vapor". *Esboços*, vol.16, nº 21, pp.159-180, 2009.
- \_\_\_\_\_. "História econômica da construção naval no Brasil: formação de aglomerado e performance inovativa". *Economia*, Brasília (DF), v. 12, nº 2, p.309–336, mai/ago 2011.
- GREENHALGH, J. *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na história: 1763-1822*. Rio de Janeiro: A Noite, 1951.
- \_\_\_\_\_. *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História: 1822-1889*. Rio de Janeiro: IBGE, 1965.
- GREGÓRIO, V. M. *Uma face de Jano: a navegação do Rio Amazonas e a formação do Estado Brasileiro (1838-1867)*. São Paulo: 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2008.
- GUEDES, M. J. *Relíquias navais do Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1997.

- GUEDES, M. J. (Coord.) *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975-2001.
- GUIMARÃES, R. S. *A Arqueologia em sítios submersos: estudo do sítio depositário da enseada da Praia do Farol da Ilha de Bom Abrigo, SP*. São Paulo, 2009. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) Museu de Arqueologia e Etnologia/USP. São Paulo: 2009.
- HOFFMANN, G. *Mundos Sumergidos: una historia de la arqueologia submarina*. Tradução de Jesus Ruíz. Barcelona: Planeta, 1987.
- HOLANDA, S. B. de. *Monções*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1945. (Coleção Estudos Brasileiros da C.E.B. Ser. A, 3).
- HORSCH, Rosemarie. "As embarcações de madeira do Rio Amazonas (séculos XVI-XVII)". In: DEREK, Howse (Ed.), *Five Hundred Years of Nautical Science, 1400-1900: proceedings of the Third International Reunion for the History of Nautical Science and Hydrography held at the National Maritime Museum*. London: National Maritime Museum, Greenwich, 1981.
- HUTTER, L. M. "Embarcações". In: SILVA, M. B. M. N. (Coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Navegação nos séculos XVII e XVIII – Rumo: Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. (Estante USP – Brasil 500 anos nº 8)
- LACURTE JÚNIOR, A. Trem Naval de Mato Grosso: Arsenal de Marinha de Mato Grosso, Arsenal de Marinha de Ladário, Comando Naval de Mato Grosso e 6º Distrito Naval. In: Serviço de Documentação da Marinha: *Navigator*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1956, v. 15. pp.103-29.
- LAPA, J. R. do A. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Editora Hucitec; Editora da Unicamp, 2000. (Estudos Históricos, 42).
- LEANDRO, J. A. "Cultura marítima: marinheiros da Baía de Paranaguá, Sul do Brasil, século XIX". *Revista Internacional de Folkcomunicação*, vol. 5, n. 10, 2007.
- LISBOA, R. A. P. "Royal Navy: evolução e superioridade do Poder Naval britânico na era dos navios a vela". *Navigator*, vol. 08, nº 16, pp. 92-104, 2012.
- LIVRO AMARELO: *Manifesto pró-patrimônio cultural subaquático brasileiro*. Campinas: CEANS/Unicamp NEE-Arqueologia, junho de 2004.
- LOPES, T. *Arsenal de Marinha do Pará: sua origem e sua história*. Belém: s.n., 1945.
- MACHADO, F. da M. O Vapor fluvial *Benjamim Guimarães* e a venda de 1938. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, nº XXVII, , pp. 348-352, 2005.
- MACHADO, J. M. P. *O desenvolvimento da construção naval em Itajaí, Santa Catarina: uma resposta ao mercado local 1905-1950*. Florianópolis, 1979. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1979.
- MAIA, J. A. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.
- MALVASIO, N. P. *Distantes estaleiros: a criação dos arsenais de Marinha e sua inserção na reforma naval pombalina do Império marítimo português (1750/1777)*. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – IFCS/UFRJ, 2009.
- MALVASIO, N. P. L. Combates ao sul: as escunas e canhoneiras construídas no Arsenal de Marinha de Santos atuando na Guerra da Cisplatina. *Navigator*, pp.105-119, vol.08, nº16, 2012.
- MARTINS FILHO, J. R. *A Marinha do Brasil na era dos encouraçados (1895-1910)*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- MEDEIROS, F. S. de. *A liberdade de navegação do Amazonas (relações entre o Império e os Estados Unidos da América)*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.
- MEDRANO, L. I. Z. de. *A livre navegação dos Rios Paraná e Uruguay: uma análise do comércio entre o Império brasileiro e a Argentina (1852-1889)*. São Paulo: 1989. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, 1989.

\_\_\_\_\_. "De imigrante a empresário: formação da empresa de navegação fluvial de Nicolas Mihanovich (1875-1919)". *História Unisinos*, vol.9, nº 3, pp. 198-210, 2005.

\_\_\_\_\_. "Imigração e trabalho: os italianos e a navegação fluvial no contexto platino (século XIX)". *Humanitas – Revista do ICH*, vol.1, nº 1, pp. 178-193, 1997.

MELLO NETO, U. P. "Naufrágio do Galeão português *Sacramento* – 1668". *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, vol. 87, pp.15-35, 1978.

\_\_\_\_\_. "O Galeão *Sacramento* (1668): um naufrágio do século XVII e os resultados de uma pesquisa de Arqueologia Subaquática na Bahia (Brasil)". *Revista Navigator*, nº 13, pp 7-40, 1976/1977.

MELLO, S. A. de. *O Arsenal de Marinha em Mato Grosso: projeto político de defesa nacional e disciplinarização do trabalho. Do planalto à planície pantaneira (1719-1873)*. Dourados: 2009. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, 2009.

MICELLI, P. *O ponto onde estamos: viagens e viajantes na história da expansão e da conquista (Portugal séculos XV e XVI)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

MOLET, C. *Na escuridão da noite... Autonomia e transgressão de cativos marinheiros nas ruas e becos da cidade do Rio Grande (1868-1870)*. Rio Grande: 2007. Monografia (Bacharelado) – Departamento de Biblioteconomia e História/Universidade Federal de Rio Grande, 2007.

MUNIZ, T. de S. *O ouro do mar – do nascimento da pesca industrial da lagosta à Guerra da Lagosta (1955-1963): uma narrativa sócio-histórica marítima*. Fortaleza: 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, 2005.

NASCIMENTO, A. P. do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

\_\_\_\_\_. *Do convés ao porto: a experiência dos marinheiros e a revolta de 1910*. Campinas: 2002. Tese (Doutorado) – IFCH/Unicamp, 2002.

NEVES, B. *O Raid da Jangada São Pedro: pescadores, Estado Novo e luta por direitos*. Niterói: 2007. Instituto de Ciências Humanas/Universidade Federal Fluminense, 2007.

NEVES, Z. *Na carreira do Rio São Francisco: trabalho e sociabilidade dos vapozeiros*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006.

\_\_\_\_\_. *Navegantes da integração: os remeiros do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

NOELLI, F. S. *et al.* Praia dos Ingleses 1: Arqueologia subaquática na Ilha de Santa Catarina, Brasil (2004/2005/2009). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, nº 19, p. 179-203, 2009.

\_\_\_\_\_. Praia dos Ingleses 1: Arqueologia subaquática na Ilha de Santa Catarina, Brasil (Parte 2). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 21, p. 293-314, 2011.

OLIVEIRA, D. S. de. *Cada barco uma história: Arqueologia Náutica de um barco galileu*. Laranjeiras: 2015. Monografia (Bacharelado) – Departamento de Arqueologia/UFS, 2015.

OLIVEIRA, V. P. de. "Marinheiros no mundo do trabalho portuário de Rio Grande/RS (1835-1864)". *Ciências Humanas e Sociais em Revista*, v.34, 2010.

\_\_\_\_\_. "Recrutamento e deserção na Armada Imperial brasileira: alguns apontamentos a partir da província do Rio Grande do Sul (Séc. XIX)". *Aedos*, vol.4, nº 10, pp.153-168, 2012.

\_\_\_\_\_. "Sobre o convés: marinheiros, marítimos e pescadores negros no mundo atlântico do Porto de Rio Grande/RS (século XIX)". In: *IX Encontro Estadual de História – Anais*. Porto Alegre, ANPUH-RS, 2008. Pp.01-09

OLIVEIRA, V. W. N. de. *Estrada móvel, fronteiras incertas: os trabalhadores do Rio Paraguai 1917-1926*. Campo Grande: UFMS, 2005.

\_\_\_\_\_. *Nas Águas do Prata*. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

- PAULA, E. S. de (Org.). "Portos, Rotas e Comércio". Anais do V Simpósio Nacional dos Professores de História. *Revista de História*, vol. XXXV, São Paulo, 1971.
- PEDRO, M. A. Os encouraçados. *Revista Marítima Brasileira*, vol.116, nº 1/3, pp. 99-125, 1996.
- PEREIRA FILHO, C. C. *Navios na costa: iconografia náutica da costa catarinense*. São Francisco do Sul: Associação dos Amigos do Museu do Mar, 1994.
- PEREIRA, E. C. *Vapores e canoas sobem e descem nas águas do Rio Grajaú: integração comercial e política entre São Luís e o Centro-Sul maranhense (1884-1929)*. São Luís, 2007. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Estadual do Maranhão, 2007.
- PORTO, O. A. *Uma arqueologia da II Grande Guerra Mundial: Sergipe e os sítios de naufrágios*. Laranjeiras: 2010. Monografia (Bacharelado em Arqueologia) – Proarq/UFS, 2010.
- RAMBELLI, G. *A arqueologia subaquática e sua aplicação à arqueologia brasileira: o exemplo do baixo vale do Ribeira de Iguape*. 1998. Dissertação (Mestrado em arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Arqueologia subaquática do baixo vale do Ribeira*. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Museu de Arqueologia e Etnologia/USP, 2003.
- \_\_\_\_\_. "Entre o uso social e o abuso comercial: as percepções do patrimônio subaquático no Brasil". *Revista de História*, vol.27, nº 2, 2008.
- \_\_\_\_\_. "Preservação sob as ondas: a proteção do patrimônio subaquático no Brasil". São Paulo: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 33, 2007.
- \_\_\_\_\_. "Tráfico e navios negreiros: contribuição da Arqueologia Náutica e Subaquática". *Navegador*, v. 2, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Arqueologia até debaixo d'água*. São Paulo: Editora Maranata: 2002.
- RAMBELLI, G. et al. "A embarcação monóxila indígena de Bragança Paulista: uma análise arqueológica interdisciplinar". *Revista FESB*, vol. 01, nº 01, 2000.
- RAMBELLI, G.; FUNARI, P. P. A. "Patrimônio Cultural Subaquático no Brasil: algumas ponderações". *Praxis Archaeologica*, v. 2, pp. 97-106, 2007.
- RAMOS, F. P. "Naufrágios e obstáculos enfrentados pelas Armadas da Índia portuguesa: 1497-1653". São Paulo: *Humanitas*; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.
- REIS, J. J. et al. *Nas malhas do tráfico negreiro: alufá Rufino e o Atlântico Sul do século 19*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
- RODRIGUES, J. "Arquitetura naval, textos e possibilidades de descrições dos navios negreiros". In: FLORENTINO, M. (org). *Tráfico, Cativo e Liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. pp.79-123.
- \_\_\_\_\_. "Cultura marítima: marinheiros e escravos no tráfico negreiro para o Brasil (sécs. XVIII e XIX)". *Revista Brasileira de História*, vol.19, nº 38, 1999, pp.15-53.
- \_\_\_\_\_. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.
- SALES, E. *A imprensa e os heróis bronzeados da praia: a construção de uma imagem heroica dos pescadores cearenses durante o Estado Novo*. Fortaleza, 2005. Monografia (Bacharelado) – Universidade Estadual do Ceará, 2005.
- SAMPAIO, M. G. *Uma contribuição à história dos transportes no Brasil: a Companhia Bahiana de Navegação a Vapor (1839-1894)*. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2006.
- SANTOS, C. M. "A Bahia no comércio português da Costa da Mina e a concorrência estrangeira". In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org). *Brasil: Colonização e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. (Parte IV, p. 221-238).

- SANTOS JÚNIOR, A. dos. *Arqueologia naval bélica: estudo de caso dos artefatos da região do Baixo São Francisco*. Laranjeiras: 2013. Monografia (Bacharelado) – Departamento de Arqueologia/UFS, 2013.
- SILVA, B. R. da. *Das ostras, só as pérolas: arqueologia pública e arqueologia subaquática no Brasil*. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.
- SILVA, G. G. da. *Saveiros de Laranjeiras – SE: relatos do ponto de vista arqueológico, econômico, social e portuário no Vale do Cotinguiba-SE*. Laranjeiras, 2013. Monografia (Bacharelado) – Departamento de Arqueologia/UFS, 2013.
- SILVA, L. G. (Org.) *Os pescadores na história do Brasil (Colônia e Império)*. Petrópolis: Vozes, Vol.1, 1988.
- \_\_\_\_\_. *A faina, a festa e o rito – Uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (séc. XVII ao XIX)*. Campinas: Papirus, 2001.
- SILVA, M. A. *Contra a chibata: marinheiros brasileiros em 1910*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- SILVA, M. do C. G. da. *Rio Paraguai: o 'mar interno' brasileiro – Uma contribuição para o estudo dos caminhos fluviais*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1999.
- SOUZA, A. V. *O processo de recrutamento indígena para a Marinha Imperial Brasileira: o caso de Pacatuba e a reação indígena (1822-1853)*. São Cristóvão, 2002. Monografia (Licenciatura em História) – Centro de Educação e Ciências Humanas/UFS, 2002.
- SOUZA, C. C. R. *Identificação arqueológica de um naufrágio localizado no lamarão externo do porto do Recife, PE, Brasil*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Arqueologia Subaquática: identificação das causas de naufrágios nos séculos XIX e XX na costa de Pernambuco*. Recife, 2007. Tese (Doutorado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2010.
- SOUZA, C. C. R.; TAVARES, A. A. C. "Recuperação da memória imagética de artefatos retirados de sítios de naufrágios no litoral de Pernambuco entre 1950 e 2000". *Navigator*. Rio de Janeiro, vol. 09, nº 18, pp. 109-118, 2014.
- TELLES, P. C. da S. *História da Construção Naval no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Estudos do Mar, 2001.
- TORRES, J. N. "O primeiro barco a vapor no Brasil". *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, ano XII, vol.31, 1905/1906.
- TORRES, R. "Mapeamento e caracterização dos sítios arqueológicos de naufrágio no litoral centro-sul do Rio Grande do Sul". In: *XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Livro de Resumos. São Paulo: Alprint, 2003.
- \_\_\_\_\_. *O estudo sobre a causalidade de acidentes marítimos no litoral do RS*. Rio Grande: 2001. Monografia (Bacharelado) – Departamento de Oceanografia/Universidade Federal de Rio Grande, 2001.
- \_\_\_\_\_. "... e a modernidade veio a bordo: Arqueologia histórica do espaço marítimo oitocentista na cidade do Rio Grande/RS". Pelotas: 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural/Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS: 2010.
- TORRES, R. O. et al. Embarcações tradicionais da Lagoa dos Patos: canoa de pranchão – um resgate histórico. In: *V ENCONTRO do Núcleo Regional Sul da SAB*, Rio Grande, Programação e Livro de Resumos. Rio Grande: Edigraf/FURG, 2006.
- VAL, S. dos S. "O navio híbrido o encouraçado e a geopolítica de seu tempo". *Revista Marítima Brasileira*, vol.127, nº 10/12, 2007.
- \_\_\_\_\_. "A Guerra do Paraguai e seu *aftermath*: nucleação tecnológica na Marinha do Brasil". *Navigator*. Rio de Janeiro, vol.11, nº 22, pp. 43-54, 2015.

# Resenha

---

*Thaís Jesinski Batista*

# A Marinha brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910: tecnologia, Forças Armadas e política

**Thaís Jesinski Batista**

*Graduanda do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.*

Resenha de MARTINS FILHO, João Roberto. *A Marinha brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910: tecnologia, Forças Armadas e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, 224 p.

João Roberto Martins Filho é um importante pesquisador da área de defesa no Brasil. Toda sua formação, incluindo a obtenção dos títulos de mestre em Ciência Política e doutor em Ciências Sociais, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Foi o primeiro presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), entre 2007 e 2008. Atualmente, é professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), local em que atua desde 1988.

Entre os assuntos abordados por Martins Filho, pode-se destacar a história das Forças Armadas do Brasil, em especial os fatos relacionados à Marinha. Uma de suas mais importantes obras, *A Marinha brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910*, trata justamente da história da formação da Marinha do Brasil no início do século XX. O livro, objeto desta resenha, apresenta mais do que uma descrição histórica, suscitando reflexões sobre a defesa do Brasil.

O livro *A Marinha brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910: tecnologia, Forças Armadas e política* foi publicado em 2010 pela editora FGV. O debate sobre defesa no

Brasil estava em alta na época, com a publicação de importantes documentos para a defesa do País, tais como a Estratégia Nacional de Defesa (Decreto nº 6703/2008) e o Livro Branco de Defesa Nacional (Decreto nº 7438/2011). Nesse contexto, a publicação da obra de Martins Filho trouxe uma importante abordagem para a discussão sobre o setor securitário do Brasil.

No seu livro, Martins Filho tem como objetivo apresentar o processo que culminou com a compra, por parte do Brasil, de navios extremamente avançados para a época, os *Dreadnoughts*<sup>1</sup>. Muito além de apresentar a história oficial, o autor demonstra as movimentações por trás do enredo conhecido, apontando a influência do mercado na escolha brasileira e os impactos internacionais, regionais e domésticos da compra.

O livro é dividido em cinco capítulos, além da introdução. Martins Filho inicia sua obra apresentando o contexto no qual a compra dos *Dreadnoughts* ocorreria. O início do século XX é marcado pela revolução naval que introduziu navios construídos inteiramente de ferro – os encouraçados. O autor faz uma

---

\* Artigo recebido em 11 de abril de 2017 e aprovado para publicação em 1ª de novembro de 2017.

revisão da literatura acerca da guerra naval e a influência da tecnologia, defendendo a tese de que a evolução tecnológica representada pelos *Dreadnoughts* teve efeitos políticos. No Brasil, os planos de modernização da Marinha, de 1904 e 1906, divergiam justamente sobre a presença ou não dos *Dreadnoughts*. A decisão de adquiri-los teve efeitos políticos nos planos externo e interno, como a crise com a Argentina e a Revolta dos Marinheiros de 1910.

No primeiro capítulo, Martins Filho apresenta o estado da Marinha brasileira no final do século XIX, mostrando um quadro de precariedade tanto das máquinas como dos homens que compunham a Força. O despreparo dos navios convergia com a desorganização dos marinheiros. Além disso, o autor aponta um problema estrutural: sem perspectivas de ascensão na carreira, sobravam oficiais superiores e faltavam oficiais subalternos.

No segundo capítulo são apresentados os programas navais de 1904 e 1906, elaborados respectivamente pelos Almirantes Júlio de Noronha e Alexandrino de Alencar. Martins Filho vai além da apresentação da história oficial do processo de modernização da Marinha brasileira, explorando a influência das firmas britânicas na elaboração dos programas. Utilizando-se de um extenso estudo em acervos no Brasil e na Inglaterra, Martins Filho argumenta que a firma Armstrong tinha antigas relações com o Brasil e teve papel decisivo tanto na elaboração do programa de Noronha quanto na sua alteração pelo Almirante Alexandrino. De fato, o autor aponta que a firma inglesa teria interesse em modificar o programa de 1904, transformando as encomendas brasileiras em *Dreadnoughts*, e a recusa do Ministro Noronha gerou sua substituição pelo Almirante Alexandrino.

A influência dos estaleiros britânicos no processo de modernização naval do Brasil é melhor abordada no terceiro capítulo, onde o autor apresenta a dinâmica do setor naval. Essas empresas, patrocinadas pelos seus Estados de origem, desenvolviam novas tecnologias e exportavam-nas para os países sem capacidade de produzir navios, as chamadas “potências menores”, como o Brasil,

a Argentina e o Chile. No caso específico da empresa Armstrong, agentes comissionados atuando nesses países conquistavam negócios utilizando-se de subornos.

O autor, portanto, além de contribuir para a historiografia brasileira, apresenta novos argumentos para a narrativa do processo de modernização da Marinha do Brasil, de maneira fundamentada e clara. No final do terceiro capítulo, ele faz um resumo dos argumentos apresentados:

No caso do programa do Almirante Júlio de Noronha, não parece haver dúvida sobre as conexões prévias com a firma Armstrong. Em seguida, como vimos, o almirante se recusou a aceitar as pressões dessa firma, altamente interessada na alteração dos planos originais a fim de possibilitar a construção de seus primeiros *Dreadnoughts*. Diante desse obstáculo, a partir de meados de 1906 os esforços dos ingleses parecem ter se voltado, com sucesso, para o Almirante Alexandrino, o que resultaria no programa naval de 1906. Levando em consideração as características da competição na indústria armamentista expostas nesse capítulo, a importância dos mercados externos nessas dinâmicas e a falta de escrúpulos daquelas firmas na obtenção das grandes encomendas estrangeiras, é difícil de imaginar que na origem dessa mudança da política naval brasileira não estivesse presente o recurso aos métodos subliminares de negociação que aludimos. (MARTINS FILHO, 2010, p. 128).

Nos dois últimos capítulos do livro, Martins Filho apresenta os efeitos da decisão brasileira de encomendar os navios *Dreadnoughts* da Inglaterra. Quanto ao plano externo, a opção brasileira gerou instabilidades em âmbito mundial – com a desconfiância de que o País venderia os navios gerando um desequilíbrio de poder no sistema internacional – e em âmbito regional, com a importação do efeito desestabilizador da corrida naval tecnológica para as relações Brasil-Argentina.

Já em relação ao plano interno, a chegada dos navios é descrita como uma festa nacional, símbolos de um Brasil próspero. No entanto, o grande avanço das máquinas não foi acompanhado pela reorganização dos homens. Oficiais não tinham conhecimento para operar os navios e o tratamento dos marujos ainda era marcado pelo preconceito racial e por castigos corporais. O progresso era das coisas e não das pessoas. Martins Filho apresenta, então, um argumento inovador: o contraste entre os navios altamente avançados e o modo de trabalho extremamente atrasado na Marinha teria contribuído para a eclosão da Revolta dos Marinheiros de 1910, ainda que não possa ser considerado o motivo principal. O autor conclui sua obra dizendo que “A ênfase no material flutuante, em detrimento do preparo do pessoal e da infraestrutura de manutenção, tinha criado uma Marinha ‘despreparada e ineficiente” (MARTINS FILHO, 2010, p. 201).

O livro *A Marinha brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910: tecnologia, Forças Armadas e política* é coerente com seus objetivos e traz, de forma clara e fluida, inovações para a narrativa do processo de modernização naval brasileira do início do século XX, além de uma análise estruturada das implicações que a opção pelos *Dreadnoughts* gerou nas políticas externa e doméstica do País. A obra, fruto de extensa pesquisa em diversos acervos, é uma importante contribuição de Martins Filho para o estudo da Marinha do Brasil e, de forma mais ampla, para o estudo da defesa e sua relação com a política, no Brasil e no mundo.

Mais além, o livro apresenta um tema pouco estudado fora dos círculos de países desenvolvidos, demarcando a visão brasileira sobre o tema. Por fim, a obra também contribui para o pensamento atual da defesa brasileira, apontando a necessidade de desenvolver indústrias de defesa nacionais e de investir no preparo de praças e oficiais.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> Esse tipo de navio foi revolucionário, pois trazia um grande poder de fogo aliado a uma alta velocidade de deslocamento.

Donnell Technology Naval & Marine  
Technical Services